



Transação territorial

NOVAS RELAÇÕES CIDADE-CAMPO

Organização Gérard Baudin / Domingos M. Vaz



húmus

Transação territorial

Novas relações cidade-campo

Transação territorial

NOVAS RELAÇÕES CIDADE-CAMPO

Gérard Baudin
Domingos M. Vaz
organização

hnmus



Universidade do Minho
Centro de Investigação em Ciências Sociais

Préface

Prefácio

Cérard Baudin*

Ainsi que le précise Domingos M. Vaz dans les pages qui suivent, de profonds changements ont affecté le territoire portugais et particulièrement les zones les moins urbanisées depuis la « Révolution des œillets » d'avril 1974. Ce sont aussi les rapports sociaux et les modes de vie qui ont subi des mutations. Ces bouleversements interrogent doublement. D'une part sur l'analyse des rapports ville / campagne et d'autre part sur la prise en compte de cette analyse dans les actions d'aménagement souhaitables. Plus encore peut-être qu'en France, ces questions apparaissent cruciales puisque, dans un contexte social et économique certes différent elles intéressent une évolution très rapide d'une société et d'un pays encore fortement marqué par les activités agricoles surtout dans la région centre où se situe l'université de Beira Interior.

Transformations des activités et des modes de faire, transformation des modes de consommation et d'habitat, transformations des relations entre bourgs ruraux et villes moyennes, transformations de l'organisation administrative et des modalités de décision... Voilà quelques thèmes qui ont été abordés lors de ce colloque qui s'est tenu à l'université de Beira Interior dans la ville de Covilhã les 10 et 11 octobre 2013. Comment considérer ces évolutions, peser sur elles, les accompagner voire les maîtriser ? Comment considérer leurs impacts sur les groupes sociaux, leurs pratiques sociales et leurs représentations et, en retour, comment répondre à de nouveaux modes de vie émanant ou non de nouveaux habitants ? Est-ce que la notion de « lieu » a encore une signification ? Qu'en est-il du sentiment d'appartenance à une communauté, à un réseau de relations très localement ancré ? Ce sont là des questions abordées de front ou plus implicitement par les contributions présentées dans ce livre. Il convient de noter que ces contributions sont très diverses, tant par la discipline sur lesquelles elles s'appuient, que par leur approche problématique ou leur objet. Par exemple, aborder la thématique générale de ce colloque – « Les relations entre les villes et les zones rurales

* Sociologue, membre du Laboratoire AUS / LAVUE UMR CNRS 7218.

environnantes » – par l'étude des pratiques alimentaires ou par une approche mêlant analyse morphologique et analyse de textes journalistiques ou encore une recherche sur une population travaillant dans une entreprise minière montrent l'originalité et la fécondité des interrogations.

Mais au-delà des propos – qu'ils se présentent sous forme d'acquis ou de questionnements – qu'on pourra lire, l'organisation et la tenue de ce colloque dont est issu cet ouvrage ont été riches d'enseignements. Quand bien même cette remarque peut sembler banale : le fait de traduire les résumés des exposés ou des présentations par diapositives, des notions ou concepts et les débats qu'elles ont suscité a permis, d'une autre manière que par le contenu même des interventions, de mettre en perspective non seulement les contextes institutionnels et sociétaux des deux pays mais aussi les approches, la méthodologie et les prémisses épistémologiques des disciplines convoquées.

Ce sont là, aussi et certainement, de bonnes raisons invitant à poursuivre ces échanges.

Apresentação

Présentation

Domingos M. Vaz*

O tema central desta obra é o da relação entre as cidades e as **áreas rurais envolventes**, inspirada numa perspetiva que procura ir **além das simples dualidades** de oposição entre o rural e o urbano. Uma preocupação que perpassa estes textos é precisamente a de discutir dinâmicas territoriais transversais que resultam de processos de relação, de tensão ou conflito. Importa, no entanto, sublinhar que, independentemente de se optar pela conciliação ou pela tentativa de rutura entre as categorias de rural e de urbano, hoje a prática da atividade de investigação depara-se com a necessidade de identificar formas sócio-espaciais que não se encaixam linearmente em nenhuma daquelas categorias analíticas, com territórios que não são urbanos nem completamente rurais, que misturam formas, funções e estruturas e que não se opõem, em termos da sua composição social e morfológica.

O nosso esforço reflexivo e analítico vai no sentido de contribuir para uma visão pluridimensional, na qual os diversos níveis espaciais, em vez de simplesmente se justaporem, se encontram em imbricada interação. Entendemos a “**transação territorial**” como potencialmente agregadora de articulações e interdependências, suportada por mobilidades e territorializações, representativas da tensão entre dinâmicas reticulares e tendencialmente globalizantes, que constituem o nível de conectividade urbana nacional e internacional, e as **dinâmicas** de maior proximidade que materializam a capacidade de **integração** e de desenvolvimento local e regional.

No nosso País as cidades, as vilas e as aldeias registaram profundas alterações no período que se sucedeu à instauração do regime democrático em 25 de abril de 1974. A partir de então, o reforço do poder autárquico, aliado a novas práticas de planeamento, deu origem a diversos processos de investimento público e privado, de cariz infraestrutural e imobiliário, que alargaram as manchas urbanas muito para lá dos seus centros tradicionais. Ao mesmo tempo, os instrumentos e os processos que intervêm nas decisões

* Sociólogo, Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior, investigador do CESNOVA e investigador associado do *Laboratoire* AUS de l'UMR LAVUE, França.

públicas e privadas sobre os usos do solo e a conseqüente urbanização do território constituíram-se em atividade com vasto potencial transformador, gerando muitas vezes dinâmicas desequilibradoras e contraditórias com um modelo de organização político e comunitário que favoreça a cidadania e o bem comum. A tendência dominante tem sido para a privatização dos espaços de socialização e do espaço público, resultando uma reconfiguração sócio-espacial que reduz o sentido comunitário, uma vez que a liberdade e a segurança devem ser instauradas informalmente e não institucionalmente. São mudanças que se ligam ao predomínio de valores associados à sociedade de consumo, ao acentuar da fragmentação social, ao aumento das desigualdades e das fragilidades das relações sociais.

A questão sócio-espacial tem naturalmente implicações no modo de conceber a investigação de base territorial, nomeadamente a que se relaciona com os processos de urbanização não metropolitana, polarizada por centros urbanos de pequena e média dimensão. Apesar de envolverem menos efetivos demográficos, assumem grande significado pelas suas características de urbanização *in situ* sem, ou com bastante menor, pressão demográfica, e também pelos vínculos territoriais que se tecem na sua formação em que participam e interatuam as componentes locais. Estão com frequência copresentes elementos de urbanidade e de ruralidade que se projetam na espacialidade e na temporalidade das gerações e dos modos de vida.

Apesar de não ser um fenómeno específico do nosso tempo, a mobilidade espacial (migratória ou quotidiana) transformou-se numa componente essencial e transversal na modulação dos quotidianos que ocorrem nos mais variados territórios, sejam eles metropolitanos, urbanos, suburbanos ou rurais. E o estudo da composição e da dinâmica dos territórios não deve partir do pressuposto exclusivo de que o urbano se tornou a forma dominante e suprema de organização espacial, com tudo o que isso implica do ponto de vista político, económico e cultural. Vários são os textos deste livro que enfatizam o entrecruzamento urbano-rural a partir da fertilização própria do mundo rural, com os seus recursos endógenos, a aldeia que se apresenta como opção de vida que ora concorre, ora se complementa com a realidade da cidade. Os territórios de baixa densidade social e económica abrem o campo de possibilidade a uma organização sócio-espacial que considera tanto a lógica geográfica (importância da proximidade física), como a lógica topológica (centralidade medida em função dos fluxos que se estabelecem com outros territórios, independentemente da distância a que se encontram). E, deste modo, podendo gerar contextos favoráveis a novas formas de viver, com estilos de vida plurais, em condições de conectar os dois elementos fundamentais às exigências de uma vida mais convivial, que são os processos de identidade e a coexistência social.

Enquanto isso, emergem novos discursos remetendo para configurações do mundo rural num cenário “pós-agrícola” crescentemente multifuncional, tornando oportuna a avaliação do papel das populações locais e dos novos empreendedores recém-chegados, na reorganização dos espaços rurais e na própria conceptualização das relações entre cidade e campo. O novo “mosaico de atividades do mundo rural” parece articular-se com uma metamorfose nas representações dominantes sobre a ruralidade e, inevitavelmente, com a mudança nas representações em torno das relações cidade-campo. A tónica centra-se agora, cada vez mais, na questão da mobilidade espacial, cujo crescimento é encarado como condição fundamental do estreitamento das relações entre populações urbanas e populações rurais e da consequente promoção da complementaridade entre cidade e campo.

Mas a sustentabilidade dos territórios de baixa densidade está muito dependente da sua capacidade para gerir fluxos num quadro de mundialização, e a “criatividade” constitui o recurso fundamental. A literatura especializada reconhece a importância da cultura, da ciência e da educação como bases de uma sociedade inclusiva e de desenvolvimento de dinâmicas criativas sociais e económicas. A reorientação destas forças pode oferecer oportunidades, tanto na utilização do *software* de última geração, como na revalorização global positivamente diferenciada de produtos tradicionais e inovadores dos territórios de baixa densidade.

Temos assim que a centralidade não é produzida apenas pelos territórios mais urbanizados; ela pode ser de geometria variável e deve poder prever a possibilidade de múltiplos *foci* de atração. Esta conceção parte do pressuposto de que o espaço é socialmente produzido, no sentido definido por Henri Lefévre quando distingue diversos sentidos de espaço, como sejam, entre práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação. Estas três dimensões do espaço surgem na espacialidade do quotidiano da sociedade, estando na origem de relações de ordem/desordem e de consenso/conflito. Mas o nosso argumento resulta também da ideia de que os territórios constituem foci de atração, concorrentes e complementares, desencadeadores de pulsões diferenciadas e, por vezes, contraditórias, em cujas dinâmicas estão subjacentes várias temporalidades que se cruzam com várias escalas de espacialidade: a global, a nacional, a regional, a local. Uma ideia que se articula com a noção de “territórios de transação” (J. Remy; C. Balsa) nos quais se inscrevem processos, trajetórias e fluxos que resultam de efeitos produzidos por cada um daqueles níveis de escala que interagem entre si, criando manifestações de problemas e exigindo soluções específicas. Os territórios de baixa densidade representam muito este tipo de dinâmica, onde as cidades médias ou de pequena dimensão, na sua relação com as

áreas periurbanas e rurais (tema central deste volume), se distinguem muito pelas suas funções de intermediação. Nesta medida, e considerando que os perímetros urbanos foram completamente alterados, dando lugar a uma dispersão geográfica das funções, nomeadamente a residencial nas áreas periurbanas, é interessante questionar os fenómenos de continuidade territorial ou, ao invés, detetar linhas de demarcação entre categorias de território, dada a composição populacional e morfológica heterogénea. Sobretudo no âmbito de um objetivo de sustentabilidade, e quando emergem novos discursos remetendo para configurações do mundo rural num cenário “pós-agrícola”, é oportuno refletir sobre os processos que intervêm na dinâmica territorial e na própria conceptualização das relações entre cidade e campo. No quadro desta problematização geral, procura-se aferir continuidades no debate disciplinar (e interdisciplinar) acumulado e criar oportunidades para a expressão e confronto de novas abordagens às transformações das cidades, dos campos e dos territórios nas últimas décadas.

As rápidas e profundas alterações territoriais não se esgotam no contexto nacional, e este livro, organizado em três partes, sublinha o interesse em avançar nas comparações internacionais e, sobretudo, questionar a singularidade portuguesa face à realidade francesa, onde podemos colher uma rica experiência analítica sobre a articulação complexa entre o social e o espacial e sobre uma política de cidades e de ordenamento do território assinalável após a II Grande Guerra.

A primeira parte integra três capítulos e procura apresentar o enquadramento geral da obra. O capítulo inicial, de Luís Vicente Baptista, é consagrado ao debate sobre o que é a dimensão urbana enquanto possibilidade de análise do fenómeno urbano. O autor opera uma identificação dos contornos sociomorfológicos como primeira aproximação daquilo que poderá ser aprofundado como “dimensão urbana”. Defende que, numa época em que progressivamente os arredores das cidades se tornam as áreas de maior concentração populacional, a ideia de cidade e de arredores com que operávamos até há pouco tempo perde pertinência e força explicativa. Baseia a sua argumentação em dados do Censo de 2011, dando conta da diversidade de fenómenos que em Portugal as concentrações urbanas albergam. O segundo capítulo, de Gérard Baudin, reavalia questões sociológicas centradas nas relações entre espaço social e espaço físico, considerando as mudanças na cidade e nas suas áreas vizinhas. Um tal propósito leva-o a numerosas perguntas, e, entre elas, as que respeitam à “transação de territórios” e aos pressupostos do conceito de transação; ou à reurbanização e transformação do mundo rural; o autor sublinha que as consequências epistemológicas do pensamento tendem a favorecer o papel das cidades e do espaço físico na

solução de problemas sociais o que deve ser problematizado. Baudin defende que as noções de identidade, lugar e território podem constituir entradas interessantes que permitem explicar muitos dos questionamentos, entre eles, os antes enunciados. O terceiro capítulo, de Pedro Guedes de Carvalho, apresenta uma panorâmica das fragilidades e potencialidades dos territórios de baixa (ou muito) baixa densidade e critica a posição de que não há uma solução de desenvolvimento para esta tipologia de territórios fora de uma réplica do que se passa nos grandes centros urbanos. O autor pretende debater, a partir da sua experiência de pesquisa e intervenção em projetos aplicados nas regiões de perda de população e com déficit económico, esta problemática e formula propostas críticas à conceção e execução das políticas territoriais, com particular incidência nas regiões do interior do País.

A segunda parte do livro, com os seus quatro capítulos, apresenta situações peculiares de fenómenos de aferição identitária ou de processos que podem concorrer para a sustentabilidade territorial. Os dois primeiros capítulos respeitam ao fenómeno do consumo de produtos biológicos e à dinâmica local identitária em torno da habitação, enquanto o terceiro e quarto capítulos proporcionam perspetivas ligadas à avaliação de projetos de inovação ou de estruturação da economia criativa, contribuições com significado para o desenvolvimento territorial. Mónica Truninger, no Capítulo 4, debruça-se sobre os significados de produtos biológicos e locais num grupo de consumidores, evidenciando, com recurso às memórias alimentares reconstruídas no presente, uma dinâmica na relação rural-urbano que clarifica a diferença entre os dois espaços sem que isso implique uma relação de tipo dicotómico, antes acentuando as interdependências entre as duas categorias sócio-espaciais. O Capítulo 5, de Sabine Dupuy, analisa os resultados de uma pesquisa concretizada em espaços urbanos e rurais na Normandia (França) sobre a “festa dos vizinhos” e sua dinâmica local em torno da habitação, representando aquela iniciativa um outro olhar sobre as relações entre o social e o espacial no quadro de relações de força subtis associadas à especialização social dos *habitats* objeto de análise. O Capítulo 6, de Maria João Simões e Domingos Santos, leva a cabo uma reflexão sobre a noção de “cidades e regiões digitais” em Portugal. Os autores partem da experiência do projeto de investigação “Dos projetos às regiões digitais, que desafios?” e apontam aspetos críticos como a volatilidade das políticas e medidas de política, com consequências na elaboração de programas, que podem tornar insustentáveis projetos de desenvolvimento territorial como o referido. No Capítulo 7, Alcino Pinto Couto aborda o fenómeno da “economia criativa” e sua viabilidade em territórios de baixa densidade. Como pode a economia criativa contribuir para o crescimento do produto, do emprego e do

investimento em territórios de baixa densidade? Eis a questão central deste capítulo. O autor defende uma reorientação da política pública com enfoque na estratégia “pensar local, agir global”, na afirmação global e diferenciada dos ativos territoriais e na valorização do papel das cidades de pequena e média dimensão. Parte da premissa de que a aplicação da criatividade a territórios de baixa densidade se deve apoiar no requisito de que a sua sustentabilidade depende da capacidade destes territórios para gerir fluxos num quadro de mundialização.

A terceira parte da obra apresenta-se sob a égide de estudos de caso empíricos e integra quatro capítulos. O Capítulo 8, de Catarina Sales Oliveira e Domingos M. Vaz, trata as transformações sociais e espaciais desencadeadas e viabilizadas pelo desenvolvimento dos transportes e comunicações, ocupando a mobilidade espacial uma centralidade na sociedade contemporânea, ao abrir oportunidades e ao mesmo tempo condicionantes às práticas e vivências quotidianas. Apoiados num estudo de caso sobre mobilidade espacial centrado nas metrópoles de Lisboa e Porto, os autores discutem a tendência de automobilidade que afeta profundamente o modo de organização do espaço e da vida das populações e adiantam algumas perspetivas tendenciais da mobilidade em territórios com fraca saliência urbana do interior do País. O Capítulo 9, de João Pedro Silva Nunes, fornece, de forma sintética e sistemática, uma análise da trajetória social e urbana da Amadora, enquanto lugar emblemático da suburbanização de Lisboa. Na sua pesquisa, o autor segue duas vias de análise, primeiro a partir de uma perspetiva morfológica, a da formação da “cidade suburbana”, e depois a partir da génese de uma simbólica suburbana, a de um lugar urbano desordenado e desqualificado. O resultado da análise permite elucidar da formação da metrópole de Lisboa, de fragmentos da sua história e dos seus lugares, e da experiência social e urbana da vida dos seus habitantes, muitos deles oriundos de espaços rurais. No Capítulo 10, José Espírito Santo e Domingos M. Vaz apresentam os resultados de uma pesquisa sobre as minas da Panasqueira enquanto “microcosmo social” com uma situação interacional onde a incidência de um processo de socialização peculiar desencadeou trajetos de vida e percursos de mobilidade social ascendente, contrariando a tendência para a reprodução social e contrastando com representações das “minas” como território feito de drama pela ação da silicose ou dada a condição laboral. Finalmente, no Capítulo 11, Rui Braz Afonso discute o problema da construção do território a partir das categorias analíticas propostas por F. Barca e das conclusões de um seminário para um “projeto-piloto urbano” na Cova da Beira. E discute-o enfatizando a necessidade de articulação de políticas e ações diversas que influenciam a produção do território, devendo os instrumentos urbanísticos

de ordenamento do território trabalhar a delicada questão da identidade “autêntica”, isto é, os processos de identificação a partir de uma análise que valoriza a história, as contradições, os conflitos, a alteridade. A proposta foi baseada numa perspetiva de rede interconcelhia com ganhos mútuos de especialização e complementaridade entre os vários aglomerados.

Foi estimulante o debate de vocação interdisciplinar ocorrido no âmbito do colóquio, mormente com os nossos colegas franceses Sabine Dupuy e Gérard Baudin. A discussão sobre temas urbanos e territoriais no que respeita a fatores de estruturação tanto globais como regionais e locais permitiu abrir perspetivas futuras de novos intercâmbios, tanto mais que as políticas científicas e tecnológicas, em geral, tendem a priorizar os temas que interessam às grandes áreas centrais. Além disso, existem igualmente aspetos de interesse social e cívico que vão para além dos puramente académicos.

Os artigos aqui reunidos resultam das comunicações, e do debate alargado que elas suscitaram, apresentadas ao *Colóquio Internacional* “A relação entre as cidades e as áreas rurais envolventes” realizado nos dias 10 e 11 de outubro de 2013, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Departamento de Sociologia) da Universidade da Beira Interior. Cumprenos agradecer a algumas entidades, colegas e amigos, para além dos conferencistas e dos autores, pelo seu papel no sucesso deste evento e na concretização desta obra. A João Ferrão e a Luís Baptista com os quais tenho partilhado e discutido esta e outras temáticas desde há já largos anos. A Gérard Baudin, com quem, a partir de uma licença sabática em 2012, fomos encontrando interesses convergentes que deram lugar a uma parceria no âmbito do Laboratório AUS (*Architectures Urbanismes Sociétés*) de l’UMR LAVUE (Paris), que culminaria na realização do Colóquio em 2013 na UBI. A minha gratidão ao Professor António Fidalgo, Reitor da Universidade da Beira Interior, e ao Professor José Manuel Paquete de Oliveira, Presidente do Conselho Geral, por se terem associado aos trabalhos daquele evento internacional. Ao Professor Pedro Guedes de Carvalho, Presidente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, e à Dra. Manuela Campos do secretariado da Faculdade, agradeço o apoio empenhado concedido na promoção e realização do evento na FCSH. Ao Mestre José Espírito Santo, a colaboração ao longo do processo de organização do colóquio e de conceção do livro. A Sabine Dupuy e a Gérard Baudin, ainda pelo apoio no trabalho de tradução, em que colaborou igualmente Filomena Santos. A Carla Loureiro, que colaborou, com competência e dedicação, na divulgação e na organização do colóquio. Deve, em seguida, mencionar-se a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pelo seu apoio financeiro direto à realização daquele evento

internacional, através do Fundo de Apoio à Comunidade Científica. E devem ainda ser referidas as contribuições financeiras para a edição do livro da *Université Paris 8*, do *CesNova* (Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa) e do *Laboratoire AUS (Architectures, Urbanismes, Sociétés)* de l'UMR LAVUE, Paris.

Monsanto, julho de 2014

Parte I

Perspetivas teóricas e metodológicas

Perspectives théoriques et méthodologiques

1. A dimensão urbana: relendo os processos de urbanização à luz do crescimento das cidades portuguesas e dos campos em seu redor*

La dimension urbaine: relire les processus d'urbanisation à la lumière de la croissance des villes portugaises et de la campagne environnante

Luís V. Baptista**

Résumé: À une époque où progressivement les périphéries des villes deviennent des zones de forte densité de population, l'idée de la ville et de ses environs qui a fonctionné jusqu'à il y a peu de temps, semble perdre de sa pertinence et de pouvoir explicatif. Les concepts mobilisables pour rendre compte du monde urbain actuel sont désormais associés à de nouveaux concepts ou de nouvelles façons de comprendre des concepts anciens. Métropole, suburbanité, centralité, mobilité prennent de l'importance dans le lexique des sciences sociales et nous invitent à de nouvelles explorations interprétatives. D'après les données préliminaires du recensement de 2011 on constate la diversité des phénomènes présents et émergents dans les concentrations urbaines portugaises.

1. Inspirámo-nos no modo como o antropólogo Edward T. Hall pensa o conceito de *experiência social* para reflectir sobre os processos de urbanização. Na sua obra *A Dimensão Oculta*, o autor define a estrutura da experiência como “esse tipo de experiência profunda, geral, não verbalizada, que todos os membros de uma mesma cultura partilham e comunicam uns aos outros, sem disso se darem conta, e que constitui o pano de fundo por referência ao qual todos os demais acontecimentos se situam” (1986 [1966]: 8). Transpondo para as nossas preocupações, é dizer que os efeitos dos processos de urbanização são incorporados na experiência social como se se tratasse de uma fina película, quase sempre reificada pelo nosso olhar quotidiano, que a eles se adapta continuamente, e que penetra as nossas vidas e as nossas formas de viver. Não entraremos aqui no domínio das experiências de quotidiano dos habitantes e dos visitantes; ficaremos pela identificação dos contornos sociomorfológicos que são o traço grosso daquilo que será ainda só um nível

* Por opção do autor, o presente texto apresenta a grafia anterior ao Acordo Ortográfico.

** Sociólogo, Professor Catedrático no Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Director e Investigador do CESNOVA, Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa.

superficial de análise. O que fica desde já claro é o carácter de adaptabilidade dos agentes sociais às metamorfoses dos contextos em que interagem.

O que queremos salientar é a oportunidade de pensarmos estes processos enquanto Dimensão Urbana que, não só engloba a análise da dimensão física do crescimento das cidades e das áreas que lhes estão próximas, mas também se centra na abordagem da reordenação mais ou menos sistemática dos campos e de outros territórios periféricos segundo os princípios da lógica de mercado (e logo da globalização), através da mobilidade das populações e das reconversões identitárias suscitadas pelas novas configurações sócio-espaciais.

A ideia de experiência social associada a processos que não parecendo sustentam ou reformulam todo o nosso quotidiano, a tal dimensão oculta de E. Hall, e o facto de dimensão também significar na língua portuguesa tamanho permitiram-nos ver a dimensão urbana como um conceito-chave. Ela incorpora a ideia da transformação física do território pelo agigantamento do espaço dito urbano e os modos sociais de viver a experiência dessa aparentemente inevitabilidade, dos lugares vividos como permanente mudança.

Esta visão ganha pertinência à escala da universalização dos processos de urbanização, documentados ao longo de mais de um século de pesquisa com contributos das mais variadas disciplinas científicas (de entre os sociólogos de língua francesa, destacamos os trabalhos e sínteses de P. H. Chombart de Lauwe, Henri Lefebvre, Manuel Castells, Raymond Ledrut, Yves Grafmeyer e Isaac Joseph, Michel Bassand, Alain Bourdin, Jean-Marc Stébé, Gérard Baudin). Estas pesquisas acompanharam a emergência de novos tipos de sociabilidade e de identidades que tiveram como destino a afirmação da ideia da Metrópole como trave mestra da investigação urbana contemporânea.

2. Processo em curso, pensado numa escala planetária, a metropolização faz-se sentir através de um conjunto de dinâmicas políticas, económicas, sociais e culturais que surpreendem os contemporâneos. Banalizam-se assim, a nível planetário, algumas ideias (e o medo) acerca de como será o mundo futuro: uma só extensão urbana que percorrerá todo o planeta, imagem a que se associam as angústias derivadas de uma incerteza permanente?

Encontramos já em Edward Hall, neste livro de 1966, tais receios. O autor afirma, na sua visão etológica, que “o afluxo demográfico registado em todas as cidades do mundo cria uma espécie de cloacas de comportamento mais assassinas do que uma bomba de hidrogénio. O homem encontra-se confrontado com uma reacção em cadeia e ignora praticamente a estrutura dos átomos culturais que a desencadeiam” (1986: 187). Quatro décadas mais tarde, em 2005, vamos encontrar em Zigmunt Bauman, no ensaio

Confiança e Medo na Cidade, o conceito de *mixofobia*, de Steven Flusty, para explicar a escalada das tensões e a “disposição para o medo e a obsessão de segurança que ganha terreno na Europa” (2006: 9). Define Bauman:

“a mixofobia [como] uma reacção previsível e generalizada perante o inconcebível, arrepiante e aflitiva [face à] variedade de tipos humanos e de costumes que coexistem nas ruas das cidades contemporâneas e nos seus bairros de tipo mais corrente (quer dizer, os que são desprovidos de espaços vetados). À medida que o multilinguismo e a diversidade cultural do meio urbano que caracterizam a globalização se vão estabelecendo – e trata-se de um fenómeno que, em vez de declinar, decerto se intensificará com o tempo –, as tensões resultantes da perturbante estranheza da situação continuarão a provocar, com toda a probabilidade, impulsos segregacionistas” (2006: 40).

Significa então que esse efeito de película quase invisível da qual as novas gerações têm em cada época sempre limitada consciência, dada a longevidade deste processo, é um eixo de compreensão essencial para se entender como a actual realidade territorial é o resultado de uma modelação de longa duração dos territórios em que vivemos. Acelerados os processos urbanizadores, interessa não perder de vista como se justapõem e se sobrepõem camadas de experiência social, de “espaço agido” (R. Ledrut). O processo de urbanização alterou a configuração das cidades e dos campos, trouxe associado uma revolução tecnológica nas formas de construir os lugares humanos, transportou populações vindas de múltiplas partes a outras múltiplas partes e está ligado às grandes mudanças nos planos económico, social e político que conduziram a novas formas de apropriação dos espaços existentes, novos modos de coabitar e novos modos de conceber os espaços público e privado.

3. Contudo, a incidência dessas práticas não dispensa entender a especificidade dos contextos particulares em que ocorrem.

A compreensão da dimensão urbana implica três níveis de análise. Em primeiro lugar, a questão do crescimento demográfico e urbano, que resulta no primeiro efeito: a escala a que pensamos uma realidade. Em segundo lugar, o problema da coexistência urbana, na linguagem de hoje a coexistência metropolitana, e o efeito central na vida quotidiana: como se estabelecem as sociabilidades em contextos densos e de grande mobilidade. Em terceiro lugar, o efeito da metropolização, história recente da urbanização, e das dinâmicas de reconversão identitárias dos lugares tomadas por essas dinâmicas globais. O efeito: a necessidade de rever a noção de urbano e

rural, de ruralidade e património, assim como de entender as novas dinâmicas locais em contextos de aparente desterritorialização.

4. Neste texto falaremos apenas do primeiro nível. Assim, falar de dimensão urbana no caso português é falar da solidificação de uma lógica que se vai estendendo a todo o território nacional, com mudanças evidentes nos modos de vida das populações e das dinâmicas quotidianas. A edificação em altura nos anos 60, 70 e 80 do passado século XX em torno das maiores cidades portuguesas fez chegar ao país a frente urbanizada, que foi acompanhada mais lentamente pela chegada das práticas que assentam na mobilidade individual e no consumo.

Ganhar dimensão urbana significa então a entrada nos circuitos globais da economia e da cultura de mercado, obrigando a reequacionar identidades antes firmadas. Está também associada a um efeito de mudança do mundo rural ao longo de várias décadas, que se integra definitivamente na lógica do mundo urbano pela mercantilização das suas potencialidades, através da emergência de usos e actividades características do mundo global que se impõe. O turismo é de modo claro a mais evidente concretização. Nem a chegada dos regressados da emigração, nem as profundas melhorias nas infra-estruturas locais resultantes de quarenta anos de democracia foram tão longe na reconversão da vida dos campos. É com a nova vaga económica que, como Hannigan, a outro propósito, intitula “economia do entretenimento”, o turismo ganha lugar prioritário e essa mudança de mundo se concretiza. Territorialmente, a consequência está à vista: a concentração das populações do interior em torno de localidades que se tornam mais centrais no novo contexto rural face à metropolização litoral. Ambas as tendências são aliás sintomáticas desta nova economia e sociedade.

5. Vale a pena retomar algumas reflexões acerca do crescimento urbano em Portugal ao longo dos últimos 150 anos para entender como a distribuição da população pelo território nacional se foi modificando. Tivemos oportunidade em texto anterior (Baptista, 1994) de mostrar como a dominação demográfica da cidade de Lisboa, e depois a sua metrópole, se foi constituindo entre meados do século XIX e o fim do século XX. Se a esta associássemos os principais municípios que estavam ainda na sua área de influência, não superior a setenta quilómetros, e em conjunto com a região do Porto, em 1991, constatávamos que 50% da população residente no Continente português aí se aglomeravam (1994: 61). Concluíamos então que demograficamente o país poderia ser agrupado em três subconjuntos: 1. a área metropolitana de Lisboa e a região do Porto, que em conjunto atingiam a

metade da população de Portugal continental; 2. uma área de transição que ligava os dois maiores centros urbanos e se estendia algumas dezenas de quilómetros para o interior e que juntava 15% da população; e 3. uma vastíssima parte do país que apenas aglomerava 35% dos residentes em Portugal, quando já tinha aglomerado em 1864 62% da população.

O que fica claro e não é contrariado no século XXI, antes continua a progredir mas agora a ritmo bem mais lento, é a tendência para a maior concentração nas duas primeiras zonas. A dimensão metropolitana impõe-se gradualmente à parte do país onde se aglomera a maioria da população, e a um ritmo lento, com uma evidente perda de população, o maior pedaço de território nacional foi alvo de um processo então designado como desertificação. Esse caminho foi progredindo para uma patrimonialização e turistificação que o desaparecimento da agricultura facilitou. A dinâmica de reduto natural das grandes aglomerações litorais assume toda a sua plenitude na entrada do século XXI, como aliás já acontecera em muitos outros países da Europa Ocidental, nomeadamente a França (Chamboredon, 1985).

6. Como vimos, a cidade de Lisboa, que só à sua conta concentrava mais de 9,5% da população continental entre 1940 e 1960 (1994: 59), tem um lugar central no processo de urbanização em Portugal. Progressivamente é acompanhada pela sua área contígua que, constituída por dez concelhos em 1991, pesava já então 17,3% da população do Continente. João Pedro Nunes chama a atenção para as fases da concentração metropolitana que ajudam a entender a realidade encontrada em 2011.

Uma primeira fase, que corresponde a 1940, é designada por “Grande Lisboa” e é marcada pelo peso determinante das freguesias do interior dos municípios (a cidade crescia ainda dentro dos seus limites) (Nunes, 2011: 81). A freguesia mais populosa é São Sebastião da Pedreira.

Já o ano 1960 marca a emergência da Metrópole de Lisboa (2011: 85). Ainda pontuam muitas freguesias da cidade como das mais populosas no conjunto dos concelhos que constituem a actual metrópole, mas já emergem poderosas algumas freguesias de outros municípios. A mais populosa então é a Amadora.

À terceira fase, que corresponde ao ano de 1981, o autor chama “consolidação metropolitana” e comporta o declínio demográfico das freguesias da cidade que, à excepção das ocupadas mais tardiamente, casos de Benfica e Santa Maria dos Olivais, tinham cada vez menos relevância habitacional (2011: 89). A mais populosa à entrada da década de 80 é a freguesia de Odivelas, então no concelho de Loures. Por fim, em 2001, chegamos à fase que o autor classifica como “Lisboa Metrópole”. Entrados na plenitude

da condição de cidade metropolitana (2011: 93), a área administrativa da cidade, mesmo mantendo algumas freguesias ainda bastante populosas, já não alberga freguesias capazes de rivalizar com as maiores da metrópole. A maior, Agualva-Cacém, no concelho de Sintra, tem mais de 81 000 habitantes contra 46 000 da maior da cidade que é Santa Maria dos Olivais.

Constatamos que o alargamento em continuidade da área suburbana de Lisboa deu origem a uma extensão urbana como antes não conhecíamos. Do núcleo central da cidade, que em 1864 era o mais denso e populoso, para a metrópole de 2001 das grandes concentrações periféricas, em concelhos como Sintra, é toda a criação de um ambiente urbano complexo que se estrutura. Daí que os velhos conceitos de campo e cidade, tal como as tipologias urbano e rural, fiquem reféns de uma discussão mais ampla que os situe num novo plano analítico e interpretativo.

Os territórios da cidade de Lisboa, mas também do Porto, e dos seus arredores foram fortemente pressionados pela edificação sistemática, mas tudo ocorreu num ritmo bastante diversificado se pensarmos no ritmo verificado nas partes centrais da cidade e nas áreas mais remotas da metrópole. Quer isto dizer que as marcas das suas transformações também são diferentes, assim como o são as populações que se instalam nas várias zonas da metrópole. Grandes aglomerados para um país pequeno mas pequenos para um país grande, a proximidade da Espanha permite desde logo a comparação. Com pelo menos duas metrópoles com o dobro da população de Lisboa e quase o quádruplo do Porto e ainda com algumas outras da mesma dimensão da capital portuguesa, a rede urbana espanhola permite evidenciar a limitada dimensão urbana portuguesa.

7. Assim, torna-se evidente que a marca mais imediata da realidade analisada é a limitada dimensão urbana do país. Não só as concentrações metropolitanas portuguesas estão no limiar mínimo do que é reconhecido como metrópole a nível europeu, um milhão de habitantes, como as marcas da ruralidade na vida quotidiana estão presentes de forma permanente. A desconfiança da cidade, da vida na cidade e dos cidadãos mantém a força de um argumento, que, não sendo exclusivo de sociedades mais recentemente urbanizadas, tem aqui particular incidência. O “mito rural”, apoiado numa visão de um mundo de virtudes, entretanto perdido (Baptista: 1999), alimenta muitos discursos e práticas de recusa das inovações ditas urbanas. No plano político, o recurso aos argumentos populistas que reavivam o valor dos traços das sociedades pré-urbanas, como é o caso da “ética camponesa” (Henri Mendras desenvolve este conceito nas suas obras sobre as Sociedades Camponesas, 1976), traz para o primeiro plano do debate político os temas da honestidade e da

disciplina. Este recurso aos valores tradicionais está longe de ter desaparecido e funciona sob a forma de “reserva moral da nação”.

Ora, se a limitada dimensão urbana é uma marca portuguesa, a concentração da residência nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e a instalação nas zonas litorais vocacionadas para o turismo, incluindo as insulares, são outra. Dada a pequena extensão do país no contexto internacional e a clara melhoria das condições de mobilidade rodoviária, o resto do território nacional parece sofrer um efeito de ancoragem da população a residir nas regiões de baixa densidade, em localidades que funcionam como redistribuidoras locais de residência, com o aumento dos subúrbios das pequenas cidades e vilas. Estas localidades atingem volumes de população significativos em contraposição à diminuição dos residentes permanentes nas mais pequenas localidades. Falta saber como os fenómenos ligados ao turismo têm contribuído para a permanência sazonal nessas povoações hoje tão valorizadas em alguns meios urbanos e que ganham assim dimensão urbana, tal como temos vindo a fazer referência.

8. Concentrando-nos agora numa leitura muito recente deste processo (Baptista e Machado; 2011), comparando a distribuição da população residente em 2001 com a população residente indicada nos resultados preliminares do Censo de 2011, salta à vista a estagnação da população. Em 2001 éramos 10,356 milhões, hoje somos 10,556 milhões. Mais duzentos mil em dez anos no Continente e Ilhas: um crescimento anual médio de 0,19%, a que corresponderia, se tal ritmo se mantivesse constante, um período de 363 anos para que a população residente duplicasse.

Mas esta realidade não deve iludir, pois, apesar da aparente imobilidade demográfica, uma tendência suave mas permanente nas últimas décadas estrutura a distribuição da população pelo território nacional. O país tem os seus residentes mais concentrados em menos concelhos, estabelecendo um novo equilíbrio que se vem construindo ao longo de várias décadas. O centróide populacional (ponto virtual que resume a localização média da população residente) deslocou-se ligeiramente para sul e litoralizou-se ainda mais, encontrando-se entre a Figueira da Foz e Coimbra.

Atente-se em primeiro lugar na ordenação das grandes regiões (NUTS II¹) que registaram crescimentos de população mais significativos entre 2001 e

¹ Os países europeus dispõem de uma nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos que contempla três níveis: NUTS I, correspondente, no caso português, às unidades territoriais Continente e Regiões Autónomas; NUTS II, correspondente às grandes Regiões Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira; NUTS III, que contempla 29 sub-regiões no conjunto do país.

2011: a região de Lisboa, à volta de mais 150 000 habitantes; o Algarve, à volta de mais 105 000 habitantes; e a Madeira à volta de mais 23 000 habitantes. Depois, com valores pouco expressivos, os Açores com mais quatro mil habitantes e o Norte com mais 2500 residentes. Perdem população o Alentejo, menos 18 000 habitantes, e o Centro, menos 21 000.

Primeiro comentário: é na região do país onde a concentração populacional é historicamente mais importante que se reforça o contingente de residentes. A Região de Lisboa tem agora nos dezoito concelhos que assim se agrupam 2,815 milhões de habitantes, que representam 28% da população do Continente. Seguidamente, é na região que acolhe a maior dinâmica turística e permite a maior concentração habitacional em frente de mar que encontramos o segundo maior crescimento: o Algarve salta de menos de quatrocentos mil habitantes há dez anos, para os 450 000 em 2011. E, de seguida, a outra região turística por excelência, a Madeira: ganha 23 000 residentes, pulando para os 268 000. No restante território o crescimento demográfico está associado à concentração urbana, e esta a uma crescente polarização.

Ora, a marca desta década pode ser sintetizada através das seguintes tendências: reforço da metrópole de Lisboa, que continua a crescer sempre moderadamente, apenas perdendo população em Lisboa (concelho), Amadora e Moita; consolidação urbana de origem turística, no Algarve, com toda a orla costeira a ganhar população, e na Madeira, que tem no concelho de Santa Cruz, contíguo ao Funchal, o seu mais elevado salto, ainda que o próprio concelho do Funchal cresça, atingindo os 112 000 habitantes.

No caso da ilha da Madeira cabe reconhecer que três concelhos em banda (Câmara de Lobos, Funchal e Santa Cruz) concentram 191 000 habitantes, um valor impressionante face aos 268 000 residentes em todo o arquipélago, revelando-se como uma das maiores aglomerações urbanas do país. Também o pequeno crescimento dos Açores se faz à custa do desenvolvimento em torno da sua maior cidade, Ponta Delgada, e concentradamente na ilha de São Miguel. Metade da população açoriana (126 000 habitantes) vive em quatro concelhos contíguos (Ponta Delgada, Lagoa, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo). Se a estes concelhos juntarmos o de Vila Praia da Vitória, na ilha Terceira, fronteiro a Angra do Heroísmo, temos a mancha do crescimento urbano açoriano desenhado entre duas ilhas vizinhas e comunicantes: significa que 180 000 dos 246 000 residentes no arquipélago estão aí concentrados.

Assim, podemos dizer que uma tendência de concentração urbana vai tomando forma nas últimas décadas, o que nos leva a colocar a questão do aparecimento com consistência de uma rede de aglomerados de média dimensão, alimentada pela perda de importância de muitas vilas antes mais

povoadas. Assistimos a uma espécie de crescente metropolização, com ganhos evidentes dos segundo e terceiro anéis suburbanos, mas com declínio dos centros. Já assinalámos, para além do efeito metropolitano em torno de Lisboa e do Porto, a importância das cidades do Algarve lideradas por Faro (perto dos 64 000), que só com a companhia de Olhão ultrapassa os cem mil residentes, e Portimão (perto dos 56 000, que com os vizinhos de Lagoa e Lagos atinge 108 000 habitantes), que passam a funcionar como cidades médias em extensão; e a importância das concentrações insulares em torno do Funchal e de Ponta Delgada, a somar mais de cem mil habitantes. A evolução na continuidade corresponde, no início desta década, à manutenção da macrocefalia mas com aumento da polarização urbana.

Por fim, resulta evidente que é só o crescimento urbano em todas as suas formas que faz crescer o país. Aliás, das 27 sub-regiões do Continente (NUTS III), dezoito perderam população: no total, menos 126 000 pessoas.

Por exemplo, no caso do Norte, o que se observa é o aumento do desequilíbrio entre o decréscimo de vastas áreas interiores e o acréscimo do Grande Porto e de algumas localidades minhotas (destaque para Braga e Vila Nova de Famalicão), que se traduz num crescimento quase nulo e que um olhar mais fino por concelhos como Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia desmente. Tal como a sul, também aqui o centro metropolitano (Porto) perde muito significativamente população.

Outro exemplo é o de algumas regiões interiores, em que figuram cidades em decréscimo como Beja, Guarda e Portalegre (sempre no interior) nas quais se evidencia uma repulsão agravada – agravada porque superior à perda de, pelo menos, um quarto da população que residia há dez anos –, porventura de forma irrecuperável e extensiva a muitas outras freguesias do interior, de norte a sul.

Essa repulsão coabita paredes meias com uma repulsão severa (entre menos 10% e menos 24%) e mesmo com uma repulsão moderada (inferior a 10%). Poucos são os microterritórios (freguesias) a menos de cem quilómetros da fronteira com a vizinha Espanha (com excepção do Algarve) que registaram um crescimento positivo. Portugal arrasta e acentua penosamente uma bipolaridade na distribuição da população residente: de um lado, cada vez mais concentrado, o país que ainda atrai e fixa gente; do outro lado, o país a que cada vez menos pessoas chamam seu.

9. Em conclusão: as sociedades contemporâneas estão marcadas por processos de transformação que de modo mais ou menos intenso as modificam ao ponto de parecerem irreconhecíveis ao olhar de alguém que as tivesse conhecido algumas décadas antes. Desde logo a dimensão física das suas

idades, vilas e aldeias e os territórios destinados à habitação, às actividades económicas (da agricultura, das indústrias), ao tempo livre revelam essas transformações. A ideia de dimensão urbana adjectiva essa adaptação a que os espaços humanizados não escapam, assim como afecta as formas de viver esses lugares.

Essa dimensão urbana, sendo universal, não tem as mesmas características em sociedades com diferentes histórias e culturas. No caso português, há um conjunto de particularidades a salientar e que estão bem visíveis quando analisamos as alterações demográficas recentes.

A ser aplicável a noção de Metrópole às áreas de Lisboa e Porto, dada a sua pequenez no contexto internacional, estas devem ser caracterizadas como apresentando níveis de baixa intensidade demográfica, o que as conduzirá a curto termo, se nada ocorrer entretanto, à estagnação da população metropolitana, tal como acontece já com o resto da população.

Sem exagero, podemos dizer que a maior parte da população residente no Continente português vive nos arredores das maiores cidades, as quais perderam significativamente habitantes nos últimos quarenta anos. Esta dinâmica tem-se estendido de tal modo, que se confunde nalgumas zonas do país, nos limites da metrópole, com as áreas que designámos de transição, também chamadas de modo muito amplo periurbanas. Estas últimas localidades vivem alterações profundas, dada a sua integração na rede urbana que lhes confere uma nova posição no contexto nacional. A hierarquização das centralidades está em plena reconversão.

Fora das extensões metropolitanas, nas restantes áreas de transição a concentração urbana em torno de sedes que aglutinam uma população anteriormente mais disseminada regionalmente (idades em territórios de baixa densidade) é muito significativa. Este fenómeno estende-se também a zonas ainda mais distantes da concentração metropolitana. Em todos os casos o que emerge é uma progressiva integração nos padrões urbanos dominantes, seja através dos serviços prestados localmente e que vão mudando a feição pré-turística das regiões ditas rurais, seja através de toda a gama de formas de comunicação que também se generalizam nestas regiões.

Face à evidência de novas fronteiras, que questionam os limites administrativos das cidades, sobre as quais nascem novas formas de urbanidade e que fazem dos campos em volta das cidades lugares de experimentação social renovada, o desafio é inevitável. É necessário que as Ciências Sociais sejam capazes de actualizar a aparelhagem conceptual que permite analisar e compreender os fenómenos que estes territórios, alvo das mais variadas acções individuais e colectivas, conhecem.

Bibliografia

- BAPTISTA, Luís V. (1994), “Dominação demográfica no contexto do século XX português: Lisboa, a capital”, in *Sociologia-Problemas e Práticas*, n.º 15: 53-77.
- BAPTISTA, Luís V. (1999), “Mito rural, ruralidade, campos e cidades”, in *Fórum Sociológico*, 2.ª série, n.º 1: 283-288.
- BAPTISTA, Luís e Machado, Paulo (2011), “Um país na mesma, um Portugal mais urbano”, in *Plataforma Barómetro Social*. Porto: IS-FLUP, Novembro.
- BAUMAN, Zigmunt (2006 [2005]), *Confiança e Medo na Cidade*. Lisboa: Relógio D'Água.
- CHAMBOREDON, Jean-Claude (1985), “Nouvelles formes de l'opposition ville/campagne”, in Rocayolo, Marcel (ed.) *Histoire de la France urbaine* (t. 5). Paris: Seuil: 557-573.
- HALL, Edward T. (1986 [1966]), *A Dimensão Oculta*. Lisboa: Relógio D'Água.
- HANNIGAN, John (1998), *Fantasy City. Pleasure and Profit in the Postmodern City*. Londres: Routledge.
- NUNES, João Pedro (2011), *Florestas de Cimento Armado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT.

2. Sur les rapports entre identités, lieux et territoires au prisme de la « transaction territoriale »

Sobre a relação entre identidades, lugares e territórios segundo a perspetiva da «transação territorial»

Cérard Baudin*

Resumo: O tema deste colóquio convida a voltar a algumas questões sociológicas, de maneira geral centradas nas relações entre espaço físico e espaço social. De facto, a análise das mudanças na cidade e das suas áreas vizinhas, assim como o desejo de as “dominar” levantam numerosas perguntas, entre outras:

- a qualificação atribuída ao espaço físico e às pessoas que lá vivem, as fontes e as consequências desta relativa coincidência;
- as molas da ação de desenvolvimento e à forma mais ampla da política em relação à França;
- neste caso de “transação de territórios”, a natureza do objetivo sonhado e dos pressupostos do conceito de transação;
- a reurbanização e transformação do mundo rural, o debate que eles suscitam, a diversidade das situações;
- as consequências epistemológicas do pensamento, que tende a favorecer o papel das cidades e do espaço físico na solução de problemas sociais.

As noções de identidade, lugares e territórios podem constituir entradas permitindo explicar algumas das interrogações relacionadas com tais questões.

1. En guise d'introduction

Le choix de cet intitulé révèle quelques incertitudes quant à sa pertinence vis-à-vis du thème du colloque de même qu'en raison du contenu même de ces notions et, par conséquent, d'un examen de leurs rapports.

Concernant ce dernier point, qu'il s'agisse d'identité, de lieu ou de territoire, ces notions ont des définitions variables, non seulement dépendantes de la discipline qui en font usage – qu'il s'agisse par exemple de la géographie, de l'anthropologie ou de la sociologie – mais également des courants théoriques qui parcourent chacune de ces approches. Ainsi et dans un passé récent,

* Sociologue, membre du Laboratoire AUS / LAVUE UMR CNRS 7218.

certaines géographes considéraient leur discipline comme étant « la science des lieux »¹. Ainsi de l'anthropologie qui définit l'espace comme un « lieu pratiqué » (M. de Certeau)² ou *a contrario* des « non-lieux » comme des espaces « dépossédés de leur sens... » (M. Augé)³. Dès lors, il est évident que ces variations interfèrent sur les rapports que l'on peut dégager entre cette notion et les autres auxquelles on entend la soumettre. Et si l'on considère la notion de territoire en spécifiant « territoires de transaction », on complexifie en les multipliant d'autant les questions et les controverses qui peuvent surgir. Concernant l'adéquation entre ce propos et le cadre de ce colloque, deux remarques peuvent être faites. D'une part, le thème de cette rencontre sollicite de multiples disciplines : sciences politiques, économie, géographie, sociologie, urbanisme... Il intéresse aussi de nombreux acteurs : élus, techniciens, scientifiques... De plus, il suppose une connaissance du contexte portugais puisque, *a priori*, même si la problématique de ce colloque peut intéresser d'autres pays, il reste certainement que la situation portugaise présente des spécificités.

Or et pour répondre à ces deux remarques, l'approche ici présentée est d'ordre sociologique et de plus sans référence précise au contexte portugais. Et s'il fallait préciser davantage, je me situe moins du côté de la sociologie de la transaction et des théories auxquelles elle se rattache que du côté du structuralisme génétique en référence à la pensée de P. Bourdieu.

Mais ce qui apparaît comme un handicap peut s'avérer être aussi un atout. En effet, évoquer des questions à partir d'une position qu'on pourrait qualifier de « off » permet néanmoins de produire des réflexions et d'interroger une situation ici connues mais avec une posture dédagée de certains modes d'appréhension et de leurs soubassements propres au contexte intellectuel portugais⁴. Dès lors, les questions que je vais évoquer pourront peut-être de prime abord apparaître naïves ou impertinentes. Mais elles peuvent aussi autoriser une mise en perspective, un dépaysement en ce qu'il mobilise une rhétorique peut-être inhabituelle.

Enfin, les thèmes étant très larges, deux options se présentaient pour construire cette communication : soit choisir un ou deux thèmes et les aborder à partir

¹ C'était l'acception retenue par le géographe Vidal de La Blache.

² M. De Certeau distingue lieu et espace en ce que le lieu « est l'ordre [...] selon lequel des éléments sont distribués dans des rapports de coexistence [...] il implique une indication de stabilité [alors que] l'espace est un croisement de mobiles » in *L'Invention du quotidien*, 1, *Arts de faire*, Folio, 1990, p. 173. On verra plus loin que cet ordre est de nature différente de celle que l'on peut prêter à ce même qualificatif pour la notion de territoire.

³ In *Non-lieux, Introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Le Seuil, 1992.

⁴ Ce qui ne signifie pas, évidemment, une quelconque prévalence ou hégémonie d'une tradition intellectuelle sur une autre.

d'une approche dès lors spécifique ou bien à partir d'une approche plus générale montrer comment certaines notions peuvent questionner quelques thèmes. C'est cette deuxième option qui a été retenue avec certes le risque de ne pas montrer suffisamment – malgré le nombre de renvois en notes de bas de page ! – comment ces notions s'articulent entre elles (et avec d'autres) et d'être finalement trop allusif quant à leur intérêt heuristique pour ces thèmes. Le débat permettra peut-être de combler ces insuffisances...

Pour finir, encore faut-il affirmer que les notions d'identité, de lieu et de territoire constituent des entrées possibles pour éclairer quelques aspects de la problématique générale de cette manifestation.

2. Sur les rapports identités, lieux, territoires

2.1. D'une manière générale, les définitions de ces notions sont multiples voire instables. Comme nous le précisons en introduction, elles interpellent différentes disciplines et sont affectées par la diversité des postures existant dans chacune de ces dernières.

Ainsi pour la géographie et en se référant au Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés, le lieu est défini suivant quatre acceptions⁵. Au début du siècle dernier, P. Vidal de La Blache considérait la géographie comme « la science des lieux ». La « relation homme / terre », le « produit d'une relation sociale » la « coprésence », le « local » témoignent d'autres références. Pas plus que la géographie, l'anthropologie n'échappe à ces variations : « culture localisée dans le temps et l'espace », « *non-lieux* », « *point de l'espace physique où un agent ou une chose se trouve, "a lieu", existe* » ...

Il en est un peu de même pour la notion de territoire. En synthétisant différentes définitions, le territoire serait une portion d'espace ayant une certaine unité, appropriée et soumise à une autorité, définition comportant un sens anthropologique et un sens politique⁶.

D'ores et déjà, on peut remarquer que le lieu est souvent considéré sous l'angle d'une culture et le territoire plutôt sous l'angle d'un ordre ou d'une

⁵ A. Berque – « là où quelque chose se trouve et ou se passe... » – ; N. Entrikin – « condition de l'expérience humaine... » – ; J. Lévy – « espace dans lequel la distance n'est pas pertinente... » – ; et M. Lussault – « plus petite unité spatiale de la société... » – ; in J. Lévy et M. Lussault, *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*, Belin, 2008. Comme dans d'autres sciences humaines et sociales, les définitions sont l'objet d'enjeux théoriques voire épistémologiques et de luttes internes, comme le prouve la notion d'espace pour la géographie.

⁶ On pourrait ajouter à ces deux sens une acception éthologique quand on évoque par exemple, pour les animaux, l'action de défendre un territoire.

mise en ordre⁷. De plus et à la différence du lieu, le territoire suppose des frontières, des limites précises.

Quant à l'identité et à nouveau de manière synthétique car ses définitions sont aussi philosophiques⁸ ou mathématiques, on peut la comprendre comme « *ensemble de caractères qui permettent de reconnaître un individu donné* » – on pourrait étendre aux groupes sociaux – ou encore ce qui reste, pour les individus et les groupes sociaux, « *permanent malgré le changement* ». Il faut noter que cette notion d'identité est l'objet de controverses, certes scientifiques, mais également à connotation politique⁹.

2.2. Les rapports entre ces notions relèvent plus généralement de ceux qu'entretiennent espace physique et espace social. Comme on le verra, il ne s'agit pas seulement des notions de lieu et de territoire mais également de l'identité puisqu'une partie de celle-ci est fréquemment référée au lieu.

Quelques précisions méritent d'être mentionnées.

- On peut parler d'une homologie entre espace physique et espace social¹⁰. Pour notre propos, il faut noter que souvent on considère que les caractéristiques accordées à l'un correspondraient à celles qui sont accordées à l'autre. Ainsi, un espace physique jugé de qualité et valorisé serait associé à une société apaisée et harmonieuse alors qu'un espace physique dévalorisé serait associé à des pratiques sociales conflictuelles ou déviantes et à des groupes sociaux réputés sécessionnistes et communautaristes. Dès lors, il est possible d'affirmer et en suivant la pensée de P. Bourdieu que l'espace physique est de l'espace social objectivé ou « faite chose ».
- Cependant, cette homologie structurale entre les deux espaces ne signifie pas décalque exact de l'un sur l'autre. En effet, il existe des dilemmes :

⁷ Ainsi, on se rapproche du concept de « gouvernementalité » élaboré par M. Foucault et livré par exemple dans ses cours au Collège de France et un des ouvrages qui en sont issus : F. Ewald et A. Fontana (Dir.), *Territoire, sécurité et population*, Gallimard, 2004.

⁸ Cf. A. Lalande, *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*, PUF, 2006. Il est aussi précisé dans cet ouvrage que l'identité est « l'un des concepts fondamentaux de la pensée, impossible par conséquent à définir » !

⁹ Pour ce qui est du monde scientifique, voir par exemple l'article de R. Brubakers, « Au-delà de l'identité », *Actes de la recherche en sciences sociales*, 139, 2001 dans lequel l'auteur note la confusion souvent faite par les chercheurs entre l'identité comme « catégorie pratique » et l'identité comme « catégorie analytique ». Pour ce qui est du monde politique, une polémique est récemment intervenue en France sur la définition (ou son absence) de « l'identité française », opposant les partis politiques de gauche à ceux de droite mais aussi une partie du monde politique à des philosophes et des historiens.

¹⁰ Les développements qui suivent font largement référence au chapitre « effets de lieu » de l'ouvrage de P. Bourdieu et alii, op. cit.

l'espace physique n'est pas exactement constitué de la projection des rapports sociaux et, pour l'exprimer schématiquement, il n'est jamais certain qu'au vu de telle ou telle personne, on puisse déterminer qu'elle habite ici plutôt que là. Ceci est explicable par le fait que les traces physiques des activités humaines et de l'organisation sociale ont des temporalités plus longues que les changements de population qui habite un espace. Ainsi, le même espace peut accueillir des personnes et des pratiques différentes de celles qui y étaient auparavant présentes. Le cas de la gentrification de quartiers populaires de grandes villes est particulièrement édifiant à cet égard. Par exemple, à Paris, le quartier du Marais avant peuplé d'artisans et occupé par des ateliers qui côtoyaient des hôtels particuliers du XVII^{ème} siècle est depuis quelques décennies un quartier renommé bourgeois. Plus récemment, le quartier de la Bastille qui avait mauvaise réputation en raison de la présence de malfaiteurs et où le bâti abritait un artisanat de fabrication de meubles, est maintenant parsemé d'ateliers transformés en lofts et accueille des galeries d'art contemporain.

- Cette confusion et assimilation entre un espace physique et les individus qui y habitent relève d'une approche substantialiste et naturaliste de l'espace physique, approche d'autant facilitée par la structure de nos cadres cognitifs qui tendent à assimiler contenant et contenu comme l'illustre la théorie des climats, cadres qui opèrent suivant un système d'oppositions comme haut / bas, droite / gauche, proche / lointain avec les connotations sociales qui y sont associées...¹¹. Cette approche est souvent reprise par des urbanistes qui parlent de « vocation d'un lieu » et de « génie du lieu » comme si l'espace physique donnait à voir de manière transparente et consubstantielle ses caractéristiques humaines et le prédestinait à un aménagement particulier. Cette démarche est le signe d'un raisonnement spatialiste qui, en raison d'une hypothétique relation de cause à effet entre le physique et le social, permet de penser que l'aménagement d'un cadre bâti aura pour conséquence de modifier les rapports sociaux, raisonnement particulièrement mobilisé en France dans la Politique de la Ville¹².

¹¹ A propos de la théorie des climats, voir l'article de P. Bourdieu, « Le nord et le midi : contribution à une analyse de l'effet Montesquieu », *Actes de la recherche en sciences sociales*, 35, 1980.

¹² En outre, ce raisonnement spatialiste contribue, par l'amnésie même de cette démarche et celle de critères prétendus discriminants, à construire des territoires. Plus précisément, il tend (et prétend) à produire un double formatage. D'une part, la prétention de formater du social par l'aménagement de l'espace physique et d'autre part, le spatialisme étant un raisonnement guidé par l'action, il instille des critères qui permettent de découper l'espace en le qualifiant, instaurant ainsi des limites qui finissent par créer de la réalité, qu'elle soit ou non conforme à

- Si l'espace physique n'est pas qu'un réceptacle – ou, suivant une vulgate marxiste, la simple projection des rapports sociaux – pas plus que son aménagement ne transforme mécaniquement les relations sociales, il doit être pris en compte. Car il existe des « effets de lieux » avec, suivant la distinction faite par P. Bourdieu, des « profits de localisation » (rente, place dans un rang en fonction par exemple de la proximité de biens, de services et d'équipements...) et des « profits d'occupation » (capacité de mise à distance de personnes « indésirables », opportunité d'agrégation avec les personnes désirées, possibilité d'accumulation d'avantages...) ¹³.
- De la même manière qu'il convient d'éviter « l'obstacle substantialiste », il est préférable, plutôt que d'employer le vocable identité, de parler d'*identification*. Car l'identité est relationnelle et relative : on est européen par rapport à un américain, portugais par rapport à un espagnol, habitant de Lisbonne par rapport à un habitant de Covilhã, etc. En outre, l'identité relève de processus souvent continus – appartenance de classe, éducation, histoire individuelle... –, processus emboîtés qui fait que l'identité n'est pas définitive, elle n'est pas acquise dès sa naissance, à l'opposé de ce pourrait laisser croire une conception essentialiste ¹⁴.
- Le rapport entre identité et lieu procède d'un classement, d'une place dans un rang : si l'adresse est un repérage ou un marqueur spatial, elle est aussi un marqueur social. Et si on associe, on fusionne personnes et lieux, on produit, suivant les cas et en fonction des représentations attachées à la place dans le rang, des effets de valorisation ou de stigmatisation. Mais il convient d'ajouter que ce rapport identité / lieu contribue à la construction du sentiment d'appartenance. Ce sentiment est fondé sur des valeurs et représentations sociales partagées, sur des pratiques connues et reconnues. Ces représentations sont elles aussi relationnelles :

l'objectif recherché. Pour des développements plus précis sur ce raisonnement, voir notre article « Le rôle de l'espace dans le diagnostic et le traitement des 'malaises sociaux'. Sur quelques implicites de la politique de la ville en France », *Fórum Sociológico* n.º 17/18 (2.^a Série), 2008, Lisboa, IEDS.

¹³ Outre pour ce qui précède, voir P. Bourdieu et alii, op. cit., pp. 164-165. On pourrait aussi parler d'« effet d'adresse » qui associe lieu de résidence d'un individu et caractéristiques supposées de cet individu, effet particulièrement remarquable dans le cas de recherche d'emploi : habiter ici ou là, particulièrement dans le cas de quartiers défavorisés, influence le choix de l'employeur... Ces « effets de lieu » pour reprendre l'expression du sociologue doivent être distingués des « effets de milieu » qui procèdent d'un postulat écologique, notion développée par W. J. WILSON dans son ouvrage, *The Truly Disadvantaged*, University press of Chicago, 1987.

¹⁴ Cette conception est évidemment à distinguer d'avec certains processus sociaux déterminants (comme le milieu social d'origine) qui sont à l'œuvre dans l'orientation de la vie d'un individu. Dans le premier cas, on fait référence à un « état de nature » quasiment fixe alors que dans l'autre on fait valoir des constructions sociales et une dynamique.

on porte des jugements différents voire opposés sur un lieu, jugements qui sont, entre autres, fonction de sa position sociale (et spatiale). Et s'il existe néanmoins des représentations communes c'est, suivant Durkheim, par « conformisme logique » et « conformisme moral ». Cependant, il faut aussi remarquer que ces consensus sont également le produit de la capacité de certains groupes sociaux à imposer leurs valeurs, leurs points de vue aux autres groupes. Enfin et au-delà de ces éléments contribuant à la construction d'un sentiment d'appartenance, celui-ci est aussi le produit de procédures administratives, des actes d'Etat. A ce sujet, on peut citer, outre les règles d'attribution d'un nom ou d'une carte d'identité, les numéros d'identification pour les impôts ou les droits sociaux rapportés à une adresse voire la nationalité¹⁵.

3. Sur la transaction

3.1. La notion

La « transaction » est une notion qui apparaît dans un ouvrage écrit par J. Rémy, L. Voyé et E. Servais : *Produire ou reproduire*¹⁶ ? Très schématiquement, elle a une connotation juridique (*modus vivendi*) et économique (négociation) et constitue une approche qui, partant du dissensus sur les valeurs et sur les intérêts et représentations des groupes en présence, tente d'analyser le processus qui aboutit à des accords informels – c'est la raison pour laquelle on parle de « négociation silencieuse » – même si ces accords sont instables voire à l'origine de nouveaux conflits. A ce titre la notion de transaction permettrait peut-être de dépasser une opposition consensus / conflit. C'est dire que la transaction n'a pas obligatoirement pour conséquence un

¹⁵ A ce sujet, il faut à nouveau rappeler que ce qui nous paraît aujourd'hui évident comme l'attribution d'un nom ou d'un numéro a été l'objet de débats et d'actes d'Etat quelquefois relativement récents comme au Japon pour ce qui est du nom.

¹⁶ Ouvrage d'abord paru aux éditions Vie ouvrière en 1978. Pour une approche plus précise, voir par exemple l'article de B. Fuselier et N. Marquis, « La notion de transaction à l'épreuve du temps », *Recherches sociologiques et anthropologiques*, 39-2, 2008 et dans le même numéro, l'article de M. Blanc « L'avenir de la transaction sociale », l'article de C. Maroy, « La transaction sociale en débat », *Recherches sociologiques et anthropologiques*, <http://rsa.revues.org/155>, et, plus proche de la thématique de ce colloque, Maurice Blanc, « Espace, inégalité et transaction sociale », *SociologieS* [En ligne], Débats, Penser les inégalités. URL : <http://sociologies.revues.org/3832>. Voir également l'interview de J. Rémy « Négociations et transaction sociale », in *Négociations*, 3, 2005, ou sur Cairn : <http://www.cairn.info/revue-negociations-2005-1-page-81.htm>. Outre des précisions sur la transaction, ces références débattent de son statut même (notion, concept, paradigme...) et sur son actualité. Ici nous nous en tiendrons au vocable « notion ».

profond changement social. Mais, à notre avis et au-delà de l'échelle d'une analyse visant l'explication / compréhension de formes et de soubassements de processus, l'approche transactionnelle insiste davantage sur la résolution même transitoire de conflits que sur l'irréductibilité des positions et des intérêts. En ce sens, elle aurait une connotation œcuménique, peut-être marquée par le contexte socio-politique de son apparition – la Belgique – où existe un conflit récurrent entre flamands néerlandophones et les wallons francophones, entre régions, conflit interrompu par des périodes de « compromis de coexistence ».

3.2. Sur l'articulation transaction / territoire

Une première question se pose : quel est l'objet d'une telle transaction et qu'est-ce qui se jouerait dans cette transaction ? S'agirait-il de l'appropriation d'un territoire déjà existant par de nouveaux arrivants laquelle supposerait une transaction avec les habitants déjà présents, processus qui concernerait des enjeux de pouvoir et de gestion, finalement un enjeu politique ? Autrement dit, considère-t-on qu'il s'agit de faire territoire à partir d'un « nous » préexistant ou encore éventuellement à construire – ce qui relèverait d'une approche anthropologique – ou engageant une décision institutionnelle – ce que relèverait d'une approche politiste ?

Pour reprendre les termes de l'argumentaire de ce colloque, le « territoire de transaction » signifie-t-il que le territoire est l'objet ou bien le cadre de cette transaction ? S'agit-il d'un objectif visant la territorialisation de l'action publique ou bien une construction socio-spatiale ?

Quoi qu'il en soit et en reprenant les attendus de l'approche transactionnelle, une telle transaction suppose l'invention de nouveaux référents cognitifs : images valorisantes ayant trait au patrimoine, à des compétences particulières, signes de qualité de vie, attractivité économique, dynamisme... Ces référents occupent une place importante dans ce processus de transaction car les représentations et les valeurs sont diverses non seulement entre territoires mais également entre habitants d'un même territoire. Il en est ainsi de l'attitude vis-à-vis de la tradition et de la modernité. Dès lors, on pourrait affirmer que le territoire n'est pas un espace apaisé. En ce sens, loin d'être un espace de relations pacifiées, le territoire, peut être considéré comme un espace de conflit, désormais et le plus souvent euphémisé. En effet, il est aussi assis sur des oppositions et sur des frontières qui participent de principes de division : nous / eux, chez nous / là-bas...

Par ailleurs, que le processus de transaction intéresse plusieurs territoires ou la création d'un nouvel espace, se pose la question de la construction politique et de l'identification et c'est là qu'intervient le « récit » comme élément

central de cette construction¹⁷. Qu'ils soient de l'ordre du marketing et de ses images (slogans, logos...) ou de l'incantation verbale, les « discours » – au sens large – sont parties prenantes de la construction ou de la réaffirmation des identités. D'ailleurs, cette capacité de construction identitaire est une des caractéristiques de « l'*illusio* » politique qui qualifie ce champ ou univers particulier¹⁸.

Reste l'objectif de la transaction territoriale, si toutefois il est clairement posé en tant que tel, ce qui n'est pas certain. En effet, outre que la transaction a éventuellement – et implicitement ? – pour objectif de viser un but précis, il peut aussi advenir que le processus aboutisse à un autre but que celui qui était préalablement fixé. Plusieurs cas de figures sont possibles : la recherche d'un consensus (apaisement des conflits possibles entre la ville et ses environs, cohabitation pacifiée) ; établir des rapports instrumentaux de complémentarité ou un nouvel espace de coopération ; organiser une concertation accompagnant une action volontariste d'aménagement, une planification¹⁹...

Aujourd'hui, ce sentiment d'appartenance à un territoire évoqué plus haut est souvent opposé à la mobilité, considérant implicitement le territoire comme point d'ancrage et comme espace de tradition, tradition qui serait antinomique à des mouvements de population. Or, comme le remarque Appadurai²⁰, la culture n'est pas toujours territorialisée. De plus, l'Etat infléchit aussi notre regard : il tend plutôt à valoriser le fixe et la personne mobile lui pose souvent problème. Il faut néanmoins remarquer qu'en France, l'Etat prônant la mixité sociale – considérée par lui comme synonyme de cohésion sociale – serait favorable à une mobilité mais très relative²¹, mixité dont la mise en œuvre

¹⁷ Notons que les deux situations ne sont pas aussi semblables qu'elles peuvent paraître. Dans le premier cas – interterritorial – on peut imaginer des relations de complémentarité ou de coopération pour des domaines particuliers (économique, culturel par exemple) alors que la création d'un nouveau territoire se prête davantage à des changements institutionnels plus importants. Voir à ce propos et sur la place du « récit » l'article de M.-C. Fourny, « Le territoire peut-il être transfrontalier (et inversement) ? » dans *Faire territoire*, op. cit.

¹⁸ Voir C. Le Bart, *Le Discours politique*, PUF, 1998. Outre cette capacité de construire des identités en usant du « nous », le discours politique serait propice à rendre le social « transparent », évident, immédiatement compréhensible. Le raisonnement spatialiste évoqué plus haut participe de cette mise en transparence. Plus généralement, voir P. Bourdieu, *Langage et pouvoir symbolique*, Le Seuil, 2001.

¹⁹ L'article cité de M.-C. Fourny développe d'autres cas de figures dans un contexte transfrontalier.

²⁰ Cité dans l'article de M. Abelès et M. Cuillerai, « Mondialisation : du géo-culturel au bio-politique », *Anthropologie et sociétés*, 1, 2002.

²¹ La valorisation du fixe s'expliquerait par la volonté de gérer des populations par leur repérage, leur identification. Voir à ce propos les multiples débats sur l'immigration, particulièrement en France et les recherches sur ces questions dont celles de G. Noiriel qui a publié en 1990 *Le Creuset français ; histoire de l'immigration*, Le Seuil. Il faut remarquer que le rapport entre mixité et mobilité spatiale concernerait en France surtout les « banlieues à problèmes »

pose aussi le problème de son échelle d'application (la ville ? le quartier ? un territoire ?...) et des interrogations sur ses effets espérés : l'harmonie sociale. Mais qu'en est-il plus précisément des territoires ruraux dans ces processus de transaction? Il faut tout d'abord remarquer que le « rural » est souvent vu avec une optique de citoyen. En témoigne le programme européen qui valorise le rôle des villes dans le « développement intégré ». Et plus généralement, même si la sensibilité environnementale tend à se diffuser, le « rural » est la plupart du temps défini « en creux », comme ce qui n'est pas encore urbanisé, que ce soit sous forme de protection ou sous forme d'une réserve de terrains à aménager pour la construction d'habitations ou de zones d'activités²². Autrement dit, ces territoires sont quelquefois vus soit comme des enclaves, soit comme des musées à ciel ouvert dans leur aspect patrimonial naturel ou folklorique. La perception citadine s'applique également aux modes de vie – considérés souvent en termes de « manques » d'équipements, de distraction, d'animation... – quand ils ne sont pas complètement méconnus des « urbains ». Selon ce même point de vue, la diversité de ces territoires est aussi ignorée, c'est le « rural » qui prévaut, sans distinction de ce que l'on pourrait très schématiquement appeler « campagnes populaires » et « campagnes bourgeoises ». Or, ce « rural » est loin de se refléter dans la composition socioprofessionnelle de sa population : en France, les bourgs ruraux (moins de 2000 habitants) ne sont en réalité peuplés que de 6% d'agriculteurs mais de 20% d'ouvriers. D'ailleurs et toujours en France, on remarque que les groupes sociaux les plus modestes habitent les franges ville / campagne des grandes agglomérations, trouvant là des conditions de logement les moins chères, même si les frais de déplacement pour aller travailler ont d'importantes répercussions sur le budget familial.

Pour reprendre le thème de la mobilité considérée dans ses conséquences d'arrivée de citoyens dans des villages, on peut citer quelques résultats d'une étude sociologique d'un bourg du sud de la France²³. L'auteur constate l'apparition de fractures sociales (individualisme, déstructuration familiale, chômage...) et culturelles (les fêtes locales prennent un autre sens, les pratiques sportives comme les arts martiaux sont déconnectées des traditions, construction d'équipements...). La solidarité autrefois présente dans ce

en favorisant la venue de couches moyennes dans les cités de logements sociaux et la dispersion des occupants qui seraient censés faire « problème ». Donc mobilité plutôt dans un sens car de nombreuses villes, surtout « bourgeoises », refusent, malgré une loi – « Solidarité et Renouvellement Urbains », décembre 2000 – qui légalement les contraint à construire 20% de logements sociaux « donc » – ? – faire venir une population modeste), préférant s'acquitter d'une amende qui n'a pas l'effet dissuasif ou incitatif recherché.

²² En France, 2000 hectares de terres agricoles disparaissent par semaine...

²³ J.-P. Le Goff, *La Fin du village. Une histoire française*, Gallimard, 2012.

village et lors des activités traditionnelles s'affaiblit²⁴. Dès lors et dans ce cas, on peut affirmer que pour les citadins, le village apparaît comme un mythe alors que pour ceux qui y habitent depuis des générations, c'est une structure socio-spatiale en voie de disparition.

La dimension écologique invite aussi à repenser les rapports entre identités, lieux et territoires dans une logique plus complexe et systémique. En effet, compte tenu de ce qui est appelé « l'effet papillon » mais avec ses limites quant à son extrapolation pour les phénomènes sociaux, chaque action locale peut avoir des conséquences sur des territoires plus vastes. De plus, c'est la qualification des rapports ville / campagne qui doit être réévaluée en dépassant des critères comme le « bien-être » ou des oppositions comme tradition / modernité ou, comme nous l'avons vu plus haut, sédentarité / mobilité...

4. Quelques remarques finales

La « transaction territoriale » enferme, *in fine*, l'idée d'un horizon souhaitable. Cependant, peut-on échapper à l'inégalité des parties en présence lors de cette transaction ? Est-ce que cette « négociation silencieuse » peut s'affranchir des conséquences de la domination, qu'elle soit sociale, économique ou symbolique ? Car les interlocuteurs, même dans une situation d'échanges ou de débat qui n'est pas formellement organisée, ne possèdent pas les mêmes atouts et les mêmes « monnaies d'échange » ou, pour l'exprimer autrement : il est des atouts qui auraient plus de valeur que d'autres. Même si la situation de concertation en matière d'aménagement est *a priori* différente de celle de la transaction, on constate, indépendamment d'une possible volonté réelle de débattre d'un projet, que les habitants, les urbanistes et les politiques n'ont pas des schèmes de lecture et de compréhension, sans même faire allusion à la capacité de faire ou de s'opposer²⁵.

La « transaction territoriale » pose aussi la question de la gouvernance et de la gouvernabilité. D. Harvey²⁶ se demande s'il faut privilégier le « territoire »

²⁴ Dans une certaine mesure, c'est aussi le « capital d'autochtonie » – pour faire allusion à l'article de J.-N. Retière, « Autour de l'autochtonie. Réflexions sur la notion de capital social populaire », *Politix*, 63, 2003 – qui est ainsi réduit.

²⁵ A titre d'exemple en matière urbanistique, les modes de représentations graphiques (plans, perspectives, schémas) ou linguistiques d'un projet, la rhétorique et le vocabulaire des discours techniques ou politiques sont autant de manifestations de ce hiatus. Au-delà du fait que pour les habitants, c'est de leur vie quotidienne, de leur « vécu » dont il est question, pratiques qui sont difficilement saisissables dans toutes leurs dimensions (économique, relationnelle, symbolique, mémorielle, etc) par les autres parties prenantes d'un projet.

²⁶ « From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism », *Geografiska Annaler. Séries B, Human Geography*, 1, 1989.

c'est-à-dire les habitants présents ou bien la « place » à savoir les habitants qu'on désire attirer. A ce propos, une remarque s'impose : on souhaite rarement attirer des gens pauvres et bien davantage des entreprises de haute technologie, des ingénieurs pour lesquels les villes aménagent un cadre de vie adéquat (équipements culturels, paysagement, quartiers résidentiels...). Mais dès lors, que deviennent les classes populaires et plus généralement la population existante ?

Le « développement intégré » semble privilégier la ville comme acteur principal de la cohésion sociale et du développement durable. Outre que la ville serait ici considérée comme un bloc monolithique et cohérent voire doté d'une personnalité, cette option d'action ne contient-elle pas finalement le signe de la prévalence de l'échelle européenne – ce qui serait compréhensible compte tenu de l'instance qui en est à l'origine – sur les Etats et ce, dans le cadre du néo-libéralisme et de la concurrence entre villes ou entre régions ? Au moins pour la France, cela remettrait en cause une conception centralisatrice de l'Etat qui, malgré les lois de décentralisation, perdure et affectant aussi, d'un point de vue épistémologique, l'approche des sciences sociales en ce qu'elles considèrent le pays comme un emboîtement pyramidal de territoires allant du national au local dont il serait la déclinaison minorée voire péjorative²⁷.

Enfin, c'est aussi du devenir et de la forme du périurbain dont il s'agit. Il y a quelques années en France, un débat est apparu sur le choix entre ville compacte et ville diffuse, débat nourri d'arguments économiques (coûts, externalités...), écologiques (transports, pollution, empreinte écologique...) mais aussi fondé sur des oppositions comme urbanophilie / urbanophobie.

Actuellement, la « réforme urbaine » vise plutôt à promouvoir les centres villes suivant, entre autres auteurs, la thèse de R. Florida sur la « classe créative ». Ces lieux seraient un facteur de développement. Alors, est-ce contradictoire avec un désir d'habiter la ville sans la ville comme dans une multiplicité de pseudo villages? Ou encore habiter la campagne sans la campagne, refusant le contrôle social et une solidarité originelle en privilégiant un certain anonymat... ?

Cela suppose aussi d'organiser une mixité sociale et fonctionnelle peut-être utopique, qui serait gage d'harmonie dans la différence.

Mais alors, on peut se demander comment une société hiérarchisée peut produire un espace physique qui ne reflèterait pas une telle structure.

²⁷ Voir l'article de C. Neveu, « Questions d'échelles et citoyenneté(s) » in *Faire territoire*, op. cit.

3. Redes que sustentam o espaço (r)urbano

Les réseaux qui prennent en charge l'espace (r)urbain

Pedro Guedes de Carvalho*

Résumé: Ce texte a comme objectif principal de critiquer la position de nombreux acteurs concernant les territoires de faible densité au Portugal, position selon laquelle aucune solution de développement n'existe en dehors d'une réplique de ce que font les grands centres urbains. Compte tenu de ma formation, de ma participation à des recherches et des projets appliqués aux régions en perte démographique et en déficit économique, je me suis senti obligé de contribuer avec mon expérience et ma pratique réflexive au débat sur ce thème.

Ce texte développe une problématique assise sur trois idées principales. D'une part, l'affirmation d'une articulation complémentaire et enrichissante de ces deux contextes de vie (rural dispersé et urbain concentré) par opposition à la coupure et à la désarticulation entre ces deux espaces. D'autre part, la nécessité de prendre en compte les différences d'échelle et l'intégration des différents niveaux d'intervention de la planification. Enfin, l'attention qui doit être accordée aux temps de maturation des changements dans les espaces territoriaux et intergénérationnels. Le texte présente en conclusion quelques défis à relever et susceptibles de nourrir ce débat.

Introdução

Há duas razões fundamentais que explico ter aceite de fazer este exercício de escrita: o amável convite de um meu amigo – Domingos M. Vaz – e o meu interesse pessoal em fazer uma síntese do que penso sobre a temática territorial que sempre abracei, mesmo quando me dedico a outras atividades. Julgo que as duas razões fazem parte integrante daquilo que defino como estrutura de rede, a rede social que sustenta e dá sentido aos territórios: a amizade e o relacionamento entre pessoas que emergem e se consolidam no trabalho, a discussão conjunta de temas de interesse comum e também o sentido de responsabilidade de dever social de registar um testemunho sistematizado sobre

* Economista. Departamento de Ciências do Desporto e Presidente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior. Investigador do CIDESD, Centro de Investigação em Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano.

o que presenciei e como interagi durante diversos anos nesta região que escolhi para viver e trabalhar, onde fui pago como intelectual ao serviço público na Cova da Beira, região do interior do país em perda demográfica acelerada. Existimos para nos relacionarmos com os vizinhos e devemos ser responsáveis pelo que fazemos nos e pelos lugares que ocupamos e usufruímos. Neste texto procurei escrever o que me é mais intrínseco e se encontra assimilado em muitas leituras feitas. Dos economistas urbanos estudei e retive sobretudo a importância de variáveis que influenciam a localização das atividades que atraem pessoas e o impacto dos efeitos de aglomeração (entre outros Glaeser, 2008; Rosenthal, 2004 e Krugman, 2005), mas que me deixaram parcialmente preenchido quanto à perspectiva de desenvolvimento da relação entre espaço urbano e *hinterland* rural circundante. Por essa razão elejo dois outros autores, não economistas, em torno de cujas obras me habituei a formar opiniões: Jane Jacobs e Lewis Mumford. Tudo o resto é reflexão dialética sobre uma prática de projeto com os meus pares e instituições diversas nos territórios de baixa densidade.

Jane Jacobs abre o seu livro *A Economia das Cidades* com uma taxativa afirmação de que “as cidades vêm primeiro e o desenvolvimento rural mais tarde” (Jacobs, 1970), afirmação polémica que contraria teorias recorrentes em diversas áreas científicas sociais que, pelo contrário, defendem que as cidades são construídas sobre uma base económica rural. Em minha opinião, atualmente ainda se raciocina numa base paradigmática que está em desconstrução. Já não é possível desenvolver agricultura sustentável numa lógica de acumulação capitalista com a tentativa de instalação de empresas que depois são sufocadas pelos intermediários de grandes multinacionais. As regiões de *hinterland* rural na proximidade dos espaços de concentração urbana só podem sustentar-se com uma lógica económica de base comunitária, onde o máximo lucro não seja o objetivo último e supremo; há outros objetivos de sustentação solidária que devem usar os saberes tradicionais claramente mais sustentáveis, em articulação com os saberes tecnológicos e inovadores produzidos nas cidades onde existe produção de conhecimento científico e tecnológico. Com efeito, uma simples observação estatística permite-nos afirmar que a maioria dos países urbanamente menos desenvolvidos apresenta uma tipologia de agriculturas mais atrasadas e arcaicas, ao passo que países com urbes desenvolvidas dispõem de agricultura e atividade rural mais mecanizada, inovadora e tecnologicamente avançada, permitindo espaços e modos de vida mais desenvolvidos nos espaços rurais. Quando procuramos caracterizar o tecido humano, social e económico do território, somos sempre levados a afirmar que, quanto mais pessoas vivem e trabalham em atividades rurais e agrícolas, mais atrasado se encontra esse território; e isto porque se

depreende que, se muitas pessoas aí vivem, é porque a produtividade individual é baixa e se poderia, com menos gente e mais tecnologia, obter um resultado económico semelhante. Pese embora tal afirmação parecer evidente e verdadeira, ela negligencia parcialmente a essência do resultado social que daí resulta, isto é, uma desarticulação e corte entre os dois espaços, em vez de uma articulação complementar e enriquecedora de ambos os contextos de vida (rural, disperso, e urbano, concentrado). Defendo claramente esta segunda via, que permite a sustentação global dos territórios.

Uma segunda ideia sobre a qual gostaria de fundamentar aqui as minhas opiniões atuais é a necessidade de resistir à tendência de tratar os fenómenos de organização do espaço como se fossem todos iguais e culturalmente arregimentados; isto é, ou se fala de espaço urbano e rural sem ter em conta as diferenciações de escala, ou se admite que as figuras e os instrumentos de planeamento territorial podem ser utilizados indiferenciadamente em qualquer país, região e nível de decisão política.

Finalmente, uma terceira ordem de argumentos prende-se com a forma como entendemos e tratamos o tempo e os efeitos que este tem nos espaços territoriais em apreço.

Em suma, a cidade é que constrói o espaço rural e intersticial, os territórios não podem ser abordados todos da mesma maneira e o tempo produz efeitos inexoráveis em territórios distintos.

2. Reflexão sobre vinte anos de prática de fazer a cidade

A minha experiência de estudo e intervenção sobre a questão urbana remonta a 1993, data em que iniciei a minha investigação sobre habitação em Portugal. Nessa altura estudava-se pela primeira vez a política de crédito à habitação no país (Ramos, 1992), tendo eu orientado a investigação procurando as razões, para além do óbvio número de residentes, que poderiam explicar porque se construía mais habitação nuns concelhos do que noutros; a localização geográfica do concelho e as práticas de construção da cidade em cada município revelaram-se significativas como explicação; e nem sempre coincidiam os custos de construção baratos com os concelhos onde mais habitação se produzia. Estava-se numa época de profunda conturbação financeira, com a entrada de fundos europeus de apoio à construção de estradas e novas vias de acessibilidade que tiveram uma influência decisiva na modelação da forma da cidade e na desertificação humana desregrada das zonas e espaços rurais circundantes. Os municípios que não planificaram e atuaram com prioridade de construção foram por isso “vítimas” de uma desarticulação dos espaços intersticiais; municípios houve que tiveram

atenção aos aspetos de coesão territorial e puderam por isso construir cidade e campo ou urbano-rural de modo mais eficiente e sustentável.

Depois de construídas as voluptuosas acessibilidades rodoviárias com os nós de entradas urbanas pejadas de construção comercial, grandes hipermercados de consumo que substituíram os centros comerciais urbanos de céu aberto; depois de desmanteladas as vias ferroviárias que, associadas ao desaparecimento de política agrícola e de pescas, fizeram desaparecer muitos agregados rurais e agrícolas, foi evidenciada uma dupla consequência que desfez a harmonia do espaço (r)urbano fazendo com que as pessoas tivessem desertado das zonas rurais e aldeias vizinhas para se aproximarem dos novos centros comerciais construídos nas periferias urbanas. Entretanto, foi já perto do fim de século XX que os fundos europeus em Portugal foram desbaratados em massa nas políticas (territoriais) focadas nos centros urbanos tradicionais, numa atitude reativa para colmatar a progressiva degradação e desvalorização dos cascos urbanos.

O final do século XX trouxe, por isso mesmo, uma significativa aprendizagem a todos os que quiseram pensar e ajudar a construir a cidade. Viviam-se uma conjuntura de apoio à revitalização das cidades e recriação de modos de vida urbanos que dessem sentido aos cascos urbanos.

Era esse também um período de enormes contradições e paradoxos nos modos de vida; por um lado, estava-se condicionado pela significativa alteração nos meios de comunicação – o automóvel é privilegiado pelas políticas de acessibilidades nacionais e a internet invade o modo de vida e de trabalho –, e, por outro lado, tendo automóvel, era necessário estacioná-lo nos períodos de repouso familiar. Isto é, requeriam-se espaços para estacionamento ou garagem, que os cascos urbanos antigos não podiam oferecer devido à exiguidade de espaço e envelhecimento do edificado, e era necessário esventrar as ruas e calçadas para fazer passar novas e modernas galerias tecnológicas de cabo, gás, eletricidade, etc.

Arriscaria afirmar que foi o verdadeiro início da inevitabilidade do trabalho interdisciplinar. Já não era possível pensar a cidade pela cabeça de um autarca que não se rodeasse de uma equipa técnica capaz, moderna e competente para pensar o seu microespaço urbano e suas conurbações em articulação com o meso ou macroespaço de escala superior, pelo menos à escala regional integrada no novo contexto de globalização. Como exemplo, poderia referir que pensar a cidade da Covilhã apenas como cidade do interior de Portugal é bem diferente de pensá-la como um espaço integrado na NUT Cova da Beira, região central da Península Ibérica e entrada terrestre privilegiada do país. E concluo com Jane Jacobs: é à cidade que compete fazê-lo, pois nela se encontram as competências intelectuais, comerciais, industriais e financeiras do território.

3. Perda de dinâmica relativa na competitividade regional

No território interior de Portugal, que já teve a sua cidade industrial (Covilhã) classificada como sexta em população no país, ocorreu o mesmo que em muitas outras cidades e regiões assentes numa especialização monoindustrial: perdeu competitividade regional.

A crise do petróleo dos anos de 1970, associada à mudança tecnológica de automação para digitalização e à emergência de uma nova lógica de mercado internacional (global e dominada pela procura), conduziu a que inúmeros territórios fossem definindo sem perceberem muito bem que estariam a morrer lentamente asfixiados. Se os poderes públicos não reagiam, as pessoas “votavam com os seus pés”; ou seja, migravam em busca de outras paragens que estivessem a produzir realidades mais proativas na sua economia e sociedade. No caso português, essas realidades estavam todas localizadas no litoral, junto das principais cidades, onde as universidades desempenharam um papel decisivo no pensamento urbano com os diversos agentes privados e públicos conscientes da necessidade de se adaptarem à nova realidade emergente com a globalização.

Foi necessário refletir sobre as políticas urbanas e sobre a necessidade de articulação e interação de políticas diversas que influenciam a produção de territórios, bem como produzir informação de base territorial até então inexistente e ainda articular o território urbano e intersticial circundante de forma inclusiva e coerente. Após essa reflexão com os agentes envolvidos, a estratégia passou por qualificar urbana e ambientalmente os três centros em causa (Covilhã, Belmonte e Fundão), produzindo informação relevante para os diversos agentes económicos e sociais instalados ou que quisessem instalar-se e criando uma linguagem de comunicação e *marketing* apropriada a públicos tanto nacionais como internacionais (UBI, *Projecto-Piloto Urbano – Para uma Cova da Beira competitiva*, 1996).

Todavia, as dificuldades esperadas acabaram por surgir, em consequência de uma observação do território “apropriada” por uma visão parcelar enraizada em décadas de criação de valor espartilhado entre aquilo que se faz nas cidades e aquilo que se faz nos campos ou zonas rurais circundantes e/ou intersticiais. O conhecimento universitário e interdisciplinar foi absolutamente determinante para abrir horizontes e conseguir evidenciar a cada um dos municípios a necessidade de “ver” para além das suas fronteiras administrativas com maior incidência no seu espaço relacional e de rede.

As cidades são emblemáticas do tipo de vida e povoamento que começou com a agricultura, mas uma vida que teve o recurso permanente do abrigo, da ferramenta, do trabalho de irrigação e instalações para armazenagem e

proteção das produções; tudo o que se passa nas zonas rurais e agrícolas depende de muita coisa produzida nas cidades (Mumford, 1970). O pensamento e a produção artística das cidades alimentam as rotinas diárias dos campos e da produção rural e agrícola.

Nesta sequência afirmamos que não é possível olhar o território sem esta interação permanente que, cada vez mais, deve ser considerada como um sistema em rede cuja estabilidade e funcionamento será sempre de maior valor que a soma dos valores criados pelas partes. Para quem produzir os alimentos e produtos vindos da terra se não forem consumidos pelos que residem em espaços onde o solo tem outra funcionalidade? Para quem produzir e inovar tecnologicamente os meios de produção e os instrumentos de trabalho se não houver pessoas que se dedicam a utilizá-los nas suas rotinas diárias de trabalho?

No mundo globalizado os serviços e a distribuição assumem um papel crescente e determinante para a sustentabilidade e, se é mais eficaz beneficiar de economias de aglomeração preferencialmente nas grandes cidades, não deixa de ser interessante que muitos desses serviços se podem localizar nas zonas de território mais rural, intersticial aos espaços urbanos, o que aumenta a importância do domínio de redes relacionais e institucionais que favorecem a inclusão e densificam o espaço relacional, independentemente da distância quilométrica tradicional. O tempo de hoje é claramente diferente do de outrora, e não interessa tanto a distância quilométrica mas a distância relacional. Sabe-se hoje que centenas de milhares de pessoas trabalham em locais imensamente distantes da sua família e relacionam-se diariamente via internet por intermédio dos mais diversos *softwares* de comunicação de som e imagem.

Isto mudou completamente o conhecimento e a tecnologia necessários para o planeamento territorial. Já não é possível pensar e organizar um território de forma sustentável sem pensar nos vários níveis de escala territorial – mundial (europeu no nosso caso), nacional, interior –, seja em zonas de declínio demográfico, seja em zonas de declínio económico e social. A estratégia local, de *per se*, apesar de suportada numa excelente ideia, não garante a sua sustentabilidade

Os três vértices do desenvolvimento atual (competitividade, responsabilidade social e sustentabilidade), durante os momentos de forte concorrência internacional, bem como nos de crise e recessão económica, quase se reduzem ao primeiro, uma vez que ser mais responsável e solidário socialmente e garantir o não esgotamento de recursos se tornam metas bastante mais difíceis de atingir.



De pouco servirá definir uma estratégia de aproveitamento dos recursos marítimos de uma costa com uma extensão imensa se, simultaneamente, ao nível dos municípios do litoral, forem permitidas as maiores atrocidades ambientais de construção e delapidação da segurança costeira. Do mesmo modo não interessará focar o turismo regional do interior na existência de uma montanha plena de recursos naturais se se entregar a responsabilidade de planeamento territorial a uma empresa privada numa concessão por quarenta anos. A escala de intervenção e os três vértices do triângulo do desenvolvimento não poderão ser atendidos seriamente sem regulação.

No plano do projeto-piloto que se desenvolveu para a região NUT III (UBI, *Projecto-Piloto Urbano – Para uma Cova da Beira competitiva*, 1996) da Cova da Beira, esse cuidado foi considerado, tendo a proposta assentado numa perspetiva de rede interconcelhia com ganhos mútuos de especialização na complementaridade. De referir que muitas das propostas vertidas nesse estudo não foram seguidas por mero desentendimento autárquico e por os superiores desígnios de interesse coletivo regional estarem subordinados a meras relações de poder. A perda de competitividade regional tem fortes raízes nas mudanças económicas e sociais internacionais, mas muita da responsabilidade da sua ocorrência advém do facto de os escalões de decisão central e regional não terem pensado o território com todos os agentes numa perspetiva de contrato plurianual, necessariamente independente das mutações políticas e partidárias conjunturais.

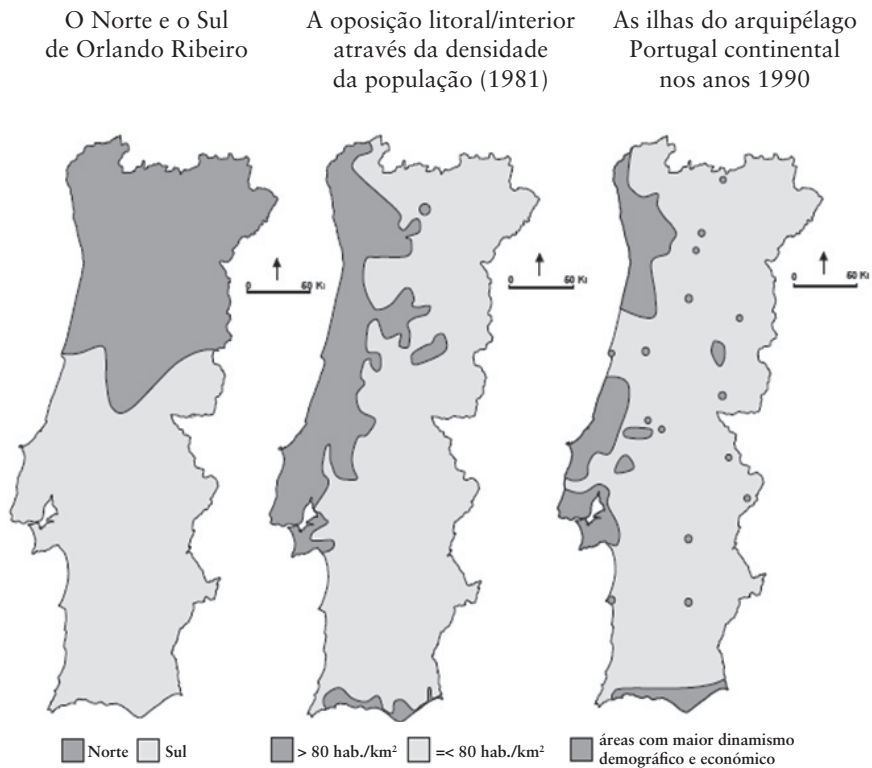
Se bem que estivessem a ser elaborados os primeiros estudos sobre redes e arquipélagos territoriais (Ferrão, 2002/2), era já então frequentemente utilizada a metodologia de análise de redes para estudar sistemas complexos. Como é natural, os efeitos destes ensinamentos demoram tempo a chegar aos decisores políticos de território; daí que seja importante deixar aqui algumas das considerações e conclusões a que fomos chegando e que parecem ser atuais, no sentido de as aplicar a territórios de muito baixa densidade, desarticulados pelos novos sistemas de comunicação e de produção económica.

4. A inevitabilidade de utilização de uma abordagem de rede

A figura abaixo, extraída de Ferrão (2002/2), mostra o tipo de território que pretendemos abordar em maior detalhe nesta última secção. A Cova da Beira é com efeito um agrupamento de três municípios que possui uma densidade e diversidade de especialização que permite uma abordagem territorial em rede.

Trata-se de um território com cerca de noventa mil habitantes, razoavelmente estabilizado nas últimas décadas, apesar da diminuição populacional intensa que tem acontecido nesta parte interior do território. Como bem diz João Ferrão (2003), Portugal não precisa de mais cidades, precisa sim de mais cidade, com mais reflexividade e capaz de se pensar a si própria.

As três macrogeografias de Portugal continental.



Fonte: J. Ferrão, *As geografias do país*, op. cit.

Um dos aspetos do mercado que se alterou profundamente nesta e noutras regiões do mundo é que deixou de ser o mercado a procurá-la e visitá-la para comprar os seus ricos produtos agrícolas, têxteis e turísticos. Hoje a região tem de estudar e entender a procura para perceber qual a oferta que deve organizar no seu território com vantagem comparativa face a outros concorrentes. Se o não conseguir fazer, não atingirá a sustentabilidade necessária, pois as pessoas saem em busca das condições de vida (emprego) que aí não encontram. Para além dos circuitos comerciais e de distribuição convencionais ou moderníssimos de distribuição por circuito virtual, os verdadeiros espaços atrativos de pessoas serão aqueles que consigam proporcionar novas experiências e emoções fortes aos seus residentes e visitantes. Com a mediação da vida social, as pessoas procuram cada vez mais boas histórias e experiências únicas para decidirem os seus consumos. É essencial descobrir as potencialidades territoriais que existem e que são capazes de se organizar como novas oportunidades de criação de riqueza em função deste novo paradigma socioeconómico. Regiões que não se adaptaram por si estão hoje em perda demográfica e económica profunda que dificilmente se reverterá sem uma intervenção de política pública apropriada.

5. As questões essenciais como eu as vejo

Depois do enquadramento atrás sistematizado, irei agora colocar e tentar responder às questões que julgo serem as decisivas neste momento de reflexão: (i) a ausência de medidas de equilíbrio territorial em Portugal foi devida a negligência ou foi meramente intencional para resolver crises do mercado laboral? (ii) a mobilidade das pessoas é o instrumento pelo qual os territórios se equilibram ou um movimento geracional que ocorre ciclicamente em função do país e da sua cultura? (iii) em políticas de território existirá algum limiar até onde deveremos deixar as forças de mercado funcionar livremente ou há sempre um momento que exige absoluta necessidade de regulação?

É da reflexão sobre possíveis respostas a estas questões que formulei a minha opinião estratégica para regiões que foram descritas nos pontos anteriores. No princípio dos anos 70 do século passado, estudava-se nos bancos da universidade o fenómeno das assimetrias regionais de desenvolvimento em Portugal. Viviam-se momentos de forte investimento no porto de Sines, os quais de alguma maneira exauriram a possibilidade de redistribuição territorial de investimentos com a exceção de uma refinaria de reserva na região norte, no Porto (Matosinhos-Leça). Datam dessa época diversos estudos e teses realizados neste âmbito dos Ministérios da Economia e Planeamento,

e dizia-se que as assimetrias regionais entre litoral e interior estavam a acentuar-se (ver mapa anterior). E nada de relevo foi feito entretanto para permitir boas acessibilidades territoriais horizontais do tipo norte-sul/interior. Data de meados dos anos 80 a inscrição de infraestruturas rodoviárias norte-sul/interior e oeste-este (os designados itinerários principais IP2 e IP5), que construídas em função das pressões de autarcas locais, foram finalizadas já perto do fim do século com o acesso a fundos europeus e com uma planificação desastrosa de troços que isolou e desertificou dezenas de aldeias e vilas que viviam, empregavam e vendiam os seus produtos regionais mais competitivos. E as cidades mais atrativas e capitais de distrito organizaram-se então em função dos nós e dos grandes empreendimentos comerciais que da mesma forma “secaram” os interiores comerciais dos cascos urbanos. E das duas uma: ou entendemos que isto foi tudo tão rápido que ninguém foi especial e institucionalmente responsável, ou poderemos ser atraídos por uma leitura mais conspirativa de que os atrasos foram mesmo propositados e apenas serviram para provocar um efeito-túnel do interior para o litoral. Seja qual for o ponto de vista, o certo é que o mercado funcionou livremente com a ajuda de umas pressões autárquicas que acreditavam que, tendo infraestruturas viárias e ficando mais perto da capital do Sul (Lisboa) e do Norte (Porto), o problema do seu crescimento se resolveria e conseguiriam atrair muita gente. Recordo bem as frases de alguns autarcas do interior, cujo grande objetivo em finais de 90 era criar cidades de média dimensão de cem mil habitantes, número mágico que alguns urbanistas falavam como ideal para conseguir a famigerada “massa crítica”. Já nessa altura alguns de nós avisavam que isso era uma perfeita loucura. Com efeito, essa política levou à compra desmesurada de habitação própria e à especulação de terrenos que viriam a consistir na pequena “bolha imobiliária” do interior que sugou todas as poupanças privadas dos seus residentes e alimentou os vorazes desejos financeiros da banca, a qual fomentou o endividamento acima do possível e desejável com a negligência do regulador financeiro. Por tudo isto considero que houve absoluta falta de estratégia local e regional e que, simultaneamente, os centros de decisão política nacional foram coniventes com os interesses financeiros internacionais, os quais estimularam a brutal construção de infraestruturas e a destruição maciça das zonas rurais e da agricultura.

A segunda questão de reflexão parece ser mais simples de responder; com efeito, as pessoas decidem racionalmente e respondem aos incentivos de curto prazo. Tendo o nosso país sido sempre um país virado para o exterior os anos 60 do século passado marcaram um dos períodos de mais forte emigração, dado não haver oportunidades para encontrar formas de criar valor suficientemente atrativas no nosso território. A pressão para a subida de preços e a

insuficiente industrialização nas cidades impossibilitavam que os excedentes populacionais das zonas rurais do Norte, do centro interior e do Alentejo encontrassem empregos produtivos, forçando-as a emigrar para uma Europa que vivia o período de forte crescimento do pós-II Guerra Mundial. E nessa altura a complacência do poder político explicava-se pelo facto de essa saída em massa de pessoas com menos instrução e literacia ajudar a descomprimir as elevadas taxas de desemprego que se faziam sentir, bem como a subida de preços (curiosa modificação do princípio de Philips), acrescida da falta de habitação; não fosse essa sangria para a Europa, e Lisboa poderia tornar-se uma metrópole tipo «terceiro-mundista», rodeada de barracas....

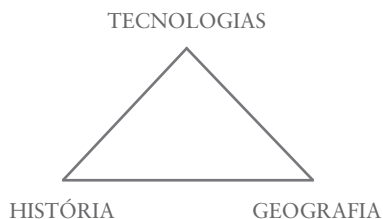
Finalmente, o novo período de crise é mais brutal porque a emigração que ocorre é já devida à falta de empregos para o crescente e enorme contingente de jovens que o país entretanto decidiu formar; esses jovens já não saem das aldeias, onde apenas existem pessoas que não se reproduzem mais, nem das cidades pequenas que sobrevivem nos limites dos mínimos; eles saem já dos grandes espaços urbanos para onde se haviam deslocado para estudarem e se prepararem para novas e mais bem pagas profissões que já não existem. A depauperação da vida das famílias de classe média foi tal, que nem os seus pais conseguem já ajudá-los e entristecem-se vendo-os ou estimulando-os a partir. O futuro não é risonho se nada se fizer (AAVV, 2013).

A situação até aqui brevemente descrita leva-nos então a ter de pensar novas e inovadoras estratégias. O contributo que queria deixar neste texto é fruto da minha convicção após anos de reflexão prática e de experiência de observação política.

6. Propostas para debate

O futuro só pode ser pensado por muitas e diversas sensibilidades disciplinares com um forte sentido de responsabilidade e dádiva social e comunitária, assente nas novas tecnologias e em conceitos sinceros de luta contra o desperdício como garantia de sustentabilidade e preservação do ambiente. O triângulo passa a ter de ser agora ligeiramente diferente para pensar a estratégia:

Ou seja, continuaremos a pensar na competitividade com base na responsabilidade social e num ambiente sustentável, mas com maior preocupação com as questões históricas. Estas questões deixam-nos lições profundas sobre as quais devemos refletir com novas abordagens interdisciplinares e sem deixar de nos preocuparmos com a geografia, ou seja, com os lugares e sua localização, depois de termos deixado os mercados funcionarem de forma completamente livre e cega. A regulação territorial é mesmo necessária e já



não podemos pensar que os recursos são livres e inesgotáveis. São lições que desprezamos em momentos de conjuntura de forte crescimento, mas que são absolutamente implacáveis nos momentos de crise e recessão socioeconômica. Não fazer esta reflexão é voltar a adiar por muito mais gerações a resolução dos problemas básicos dos humanos.

Recentemente têm sido desenvolvidos estudos para definir quais as características que devem existir nas cidades para que se possam tornar cidades inteligentes. A maioria dos resultados aponta para a enorme vantagem das cidades que têm uma população elevada, que são densamente povoadas, uma vez que trazem economias de escala na utilização de mais aparelhos de base tecnológica e têm as pessoas mais sensibilizadas para as questões de sustentabilidade. Contudo, também é verdade que não existe uma definição única de “cidade inteligente” e que esse conceito depende muito de fatores de contexto local (Paolo Neirotti, 2014). Os decisores políticos locais nas cidades têm de compreender bem esses fatores para decidirem as estratégias apropriadas que devem escolher para os seus casos concretos. Por mais pequena que seja a cidade, podem sempre aplicar-se algumas características das grandes cidades que melhor permitem selecionar os investimentos adequados, sobretudo em períodos em que o capital não abunda; estabelecer a lista de prioridades é essencial, pois é necessário escolher aqueles investimentos que mais efeito multiplicador tenham de modo a aumentar os benefícios relacionados com a competitividade específica da cidade.

Mesmo referindo-nos a cidades e regiões de baixa (e baixíssima) densidade, a compreensão dos fatores atuais de competitividade internacional é essencial. A Beira Interior é uma região exportadora de mercadorias com baixo valor acrescentado, exportadora internacional de pessoas pouco qualificadas e exportadora nacional de muitos jovens; ao mesmo tempo, atrai ou fixa apenas estratos socioeconomicamente excluídos e envelhecidos.

Paradoxalmente, não tem sabido divulgar e afirmar a sua imagem positiva de exportadora de recursos humanos qualificados. Com efeito, é uma região em que a maior parte dos estudantes do ensino universitário é oriunda de

outras regiões do país. No entanto, apesar de estes estudantes aqui se formarem, a falta de oportunidades empreendedoras regionais de criação de emprego não permite que aqui se fixem. Neste sentido pode considerar-se que é uma região mais nacional e diversificada que outras, uma vez que mais de 65% dos seus estudantes são oriundos de fora da região, o que não acontece, por exemplo, em Lisboa. Se esta característica, que facilita a competitividade, for devidamente aproveitada, então poderá ser utilizada como um recurso importante de desenvolvimento.

A história e a geografia da região acabaram por produzir um efeito apreciável que se traduziu numa maior sensibilidade e elasticidade organizativa das instituições no interior, pelo que se pode acreditar na promoção de um ambiente rural-urbano único como atrativo para os jovens de hoje. Torna-se imprescindível fomentar o papel dos incentivos adequados para objetivos diferenciados.

Do ponto de vista das políticas públicas e considerando que o significativo investimento em infraestruturas que foi realizado na região diz respeito a custos afundados ocorridos nos anos 80-90 do século XX, é necessário minimizar os efeitos perversos do livre funcionamento do mercado (neoliberalismo), pelo que teremos de saber escolher entre deixar que o mercado continue a arrasar/devastar a região ou corrigir desigualdades e premiar o esforço feito.

Devemos conseguir obrigar o Estado a responder detalhadamente às seguintes questões:

- o que deve ser apoiado no interior que pelas suas características seja eficiente?
- como empreender com sustentabilidade?
- como aumentar a empregabilidade hoje?
- se há excedente de oferta de ensino, porque não a procuram os jovens? quais as faltas de atratividade?
- como abordar o problema da qualidade de ensino cruzando a com a situação socioeconómica familiar?

As áreas de intervenção prioritária que vislumbro como adequadas a regiões como a da Beira Interior poderiam ser ordenadas como segue:

• **Requalificação urbana**

As regiões de baixa densidade têm de olhar a requalificação urbana como uma excelente oportunidade de competirem territorialmente. É mais fácil a intervenção nestas cidades do que numa cidade densamente povoada, uma

vez que se pode intervir sem grandes externalidades negativas impactantes na mobilidade de pessoas e dos abastecimentos; mais ainda, sendo as redes sociais mais delimitadas e densas, torna-se mais simples negociar as intervenções com ganhos mútuos de proprietários e inquilinos, poder público e instituições diversas (EDP, telefone, digital, saneamento, etc.), assim haja a competência e liderança para o efeito.

- **Observatório regional**

Numa região de mais baixa densidade, é indispensável e possível conhecer com maior detalhe o território, aprimorando as estatísticas oficiais, que nem sempre são adequadas. São conhecidos os casos em que as estatísticas nacionais e oficiais, tantas vezes determinadas por inferência, se apresentam desatualizadas, uma vez que as mudanças e alterações nestes territórios ocorrem com maior velocidade e importância do que nas grandes cidades. Por exemplo, se uma escola desaparecer numa grande cidade, existirão outras alternativas muito próximas. Mas o mesmo não é verdade quando uma escola desaparece numa pequena região rural que, apesar de se encontrar a oito quilómetros do centro urbano, encontra-se muito mais distante em termos de mobilidade e transporte, que nem sempre existem.

Por outro lado, vejo esse observatório regional como um centro de informação privilegiada a usar modernas tecnologias modernas e recursos humanos saídos das instituições de ensino superior sedeados na região. Pense-se que, nas regiões e cidades de grande densidade, são muitas vezes as empresas privadas e os institutos públicos que fornecem esses serviços, quase sempre a custos muito elevados. Desta maneira criar-se-iam as condições ideais de parceria tecnológica e conseguir-se-iam parcerias com privados interessados em serviços especiais de que necessitassem.

- **Marketing urbano-rural**

As regiões de mais baixa densidade têm ainda um património que não podem descurar quando comparadas com as grandes cidades, que se estenderam urbanizando todos os lugares, empurrando territórios rurais para a “clandestinidade” ou para muitos quilómetros de distância. As regiões de baixa densidade permitem uma organização territorial r(urbana) muito estimulante que permite manter os espaços com as suas características próprias numa saudável relação. O aspeto que deve aqui ser cuidado tem a ver com a mobilidade e os modos de mobilidade; na minha opinião, estes são dois assuntos importantes que são alvo de inovação e criatividade e que estas regiões poderiam estimular e desenvolver, criando as indústrias de suporte que depois poderiam exportar para cidades mais densas e até internacionais.

Novas mobilidades movidas a energias alternativas que se disporem nestas regiões.

Saber depois vender a ideia de um território de grande qualidade é uma necessidade imperiosa, pois as pessoas que o visitam fazem-no temporariamente e podem criar novas relações de qualidade de vida sustentável que atrairão novos estratos populacionais que consigam trabalhar a maior parte do tempo em meios tranquilos de fácil mobilidade, com excelente conectividade à distância, podendo socorrer-se de bons serviços públicos que existam nas escolas e institutos de educação regionais.

• **Qualificação educacional**

Por fim, vejo a Educação como foco de um projeto para o interior. Se a dificuldade atual tem sido fixar jovens, atrair “novos” jovens e alterar mentalidades mais tradicionais, qualquer programa de ação que se deseje efetivo necessita de modificar o sistema educacional regional, criando e inovando, eventualmente rompendo com o sistema formal existente. É necessário um sistema educacional integrador e atrativo com novas tecnologias e práticas integradoras de saber-fazer tradicionais e sustentáveis conjuntamente com tecnologias modernas e de ponta aos mais diversos níveis. As metodologias de ensino têm de ser completamente alteradas para práticas de resolução de problemas em equipas de trabalho compostas por jovens, mais velhos, empresários, autarcas, e sustentados nos centros de investigação com unidades de inovação e desenvolvimento.

Há que saber manter uma dose suficiente de persistência no foco, monitorar e antecipar resultados.

• **Inovação com coesão territorial**

A tão propalada massa crítica não existe numa só organização. E em regiões de menor densidade só se consegue ser eficiente se a massa crítica for encontrada na Rede.

• **Articular rede interior ou isolar os nós?**

Tomemos como exemplo o caso da saúde cujo objetivo é isolar os ‘maus’ (vírus) e promover o contacto com os ‘bons’ (eliminação dos efeitos nefastos). Uma rede pode desenvolver-se ou anular-se muito em função do trabalho que se projeta: podemos unir peças que se conhecem no território colocando-as a trabalhar em conjunto ou, se assim se entender, podem cortar-se determinados elos e ligações para que se isolem os efeitos nefastos (como no tratamento das doenças).

• **Discriminação positiva? Que implicações podem daí advir?**

Muito se tem ouvido e escrito sobre a necessidade de discriminar positivamente os territórios em perda; mas mesmo nestes casos é necessário ser-se criterioso a fim de não desperdiçarem recursos que poderiam ser mais bem aplicados noutras iniciativas de maior impacto no desenvolvimento. Serei apologista de instrumentos de discriminação positiva desde que devidamente fundamentados em estudos integrados; caso contrário, poderão ter o efeito da autoestrada (construída para encurtar distâncias e promover o desenvolvimento; portajadas para impedir a mobilidade e inflexibilizar o mercado de trabalho).

• **Comparar nacional e internacionalmente para identificar oportunidades**

Penso deste modo ter contribuído para refletir e olhar os territórios de baixa densidade com outros olhos e sobretudo olhar para os tempos de crise e constrangimento como momentos que nos obrigam a ser mais criativos e ousados, reunindo os recursos mais ricos em torno de projetos ambiciosos baseados em ideias de sustentabilidade e movidos por lideranças esclarecidas.

Bibliografia

- AAVV, A. C. (2013), *Demospin*. Aveiro: FCT.
- FERRÃO, J. (2002), “Portugal, três geografias em recombinação: Espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais”. *Lusotopie/2*, pp. 151-158.
- FERRÃO, J. (2003), “Intervir na cidade: complexidade, visão, rumo”. In Portas, N.; Domingues, Á. e Cabral, J. (eds.), *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GLAESER, E. (2008), *Cities, Agglomeration*. Oxford: Oxford University Press.
- JACOBS, J. (1970), *The Economy of Cities*. New York: Vintage Books.
- KRUGMAN, P. (2005), “Second wind for industrial regions”. In W. A. D. Coyle, *New Wealth for Old Nations: Scotland’s Economic Prospects*. Part I, Chapter 2:35-47. Princeton: Princeton University Press.
- MUMFORD, L. (1970), *The Culture of Cities*. New York: Harcourt Brace & Company.
- PAOLO NEIROTTI, A. D. (2014), “Current trends in Smart City initiatives: Some stylised facts”, *Cities*, Volume 38, pp. 25-36.
- RAMOS, P. (1992), “Os limites de crédito à habitação em Portugal”. *Tese de doutoramento em Economia*. Lisboa: ISEG.
- ROSENTHAL, S. A. (2004), “Evidence on the nature and scale of agglomeration economies”. In J. F. Henderson, Col. *Handbooks in Economics 7, Handbook of Urban and Regional Economics*, Volume 4, cap. 49: 2063-2167. North Holland: ELSEVIER.
- UBI (1996), *Projecto-Piloto Urbano – Para uma Cova da Beira competitiva*. Covilhã: CIEBI-UBI.
- UBI (1996), *Seminário: Que políticas urbanas para uma Cova da Beira competitiva?* Covilhã: UBI.

Parte II
Identidade e criatividade
L'identité et la créativité

4. A cidade e o campo: memórias e práticas alimentares de um grupo de consumidores urbanos*

La ville et la campagne: mémoires et habitudes alimentaires d'un groupe de consommateurs urbains

Mónica Truninger**

Résumé: Ce texte a trait aux significations de produits biologiques et locaux chez un groupe de 30 consommateurs résidant à Lisbonne.

À partir des «mémoires alimentaires» se reconstruisent certaines trajectoires de changement dans le système alimentaire portugais.

Dans une certaine mesure, les «mémoires alimentaires» mettent l'accent sur la distinction entre zones rurales et urbaines. Ainsi, les consommateurs ont mentionné les différences entre l'alimentation du passé et celle du présent en s'appuyant sur un discours en termes dichotomiques entre campagne et ville.

Cependant, nous avons constaté que ces «mémoires», parce que toujours réactualisées et reconstruites dans le présent, ont également contribué à dépasser cette dichotomie ne suggérant plus désormais une polarisation mais une relation d'interdépendance.

1. Introdução

O objetivo deste texto é desvendar as ligações e as trajetórias urbanas e rurais ao longo do tempo através do poder evocativo dos alimentos e das memórias de um grupo de consumidores residentes em espaço urbano. Este exercício mnésico pretende mostrar como, através das memórias alimentares, podemos contribuir de certa forma para ajudar a conceptualizar a divisão rural-urbano ou campo-cidade, respeitando as suas diferenças, mas propondo uma perspetiva relacional destas categorias, que estão sempre em devir e em construção. O material empírico baseia-se em trinta entrevistas com os consumidores da cidade de Lisboa.

* Uma parte deste capítulo foi adaptada de Truninger, M. (2013). "Connecting food memories with the rural: the case of Portuguese and British consumers". In Silva, L., Figueiredo, E. (Eds.), *Shaping rural areas in Europe: perceptions and outcomes on the present and the future*. Dordrecht: Springer, pp. 147-163.

O material empírico deste capítulo tem origem na tese de doutoramento da autora, que teve o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

** Socióloga, investigadora principal no Instituto de Ciências Sociais (Universidade de Lisboa, Portugal) e investigadora visitante do Instituto de Consumo Sustentável (Universidade de Manchester, Reino Unido).

O capítulo está organizado em três partes principais. Primeiro vamos descrever brevemente as configurações históricas das relações urbano-rural em Portugal. Em segundo lugar, vamos enquadrar teoricamente o conceito de memória alimentar empregue na análise e dar conta dos passos metodológicos seguidos nesta pesquisa. Em terceiro lugar, faremos uma análise das memórias alimentares dos consumidores portugueses entrevistados no estudo. No final, teceremos alguns comentários conclusivos revisitando o principal argumento do capítulo, nomeadamente a utilidade do conceito de memória alimentar para iluminar um debate já antigo na literatura científica social sobre a divisão rural-urbano ou campo-cidade.

2. Trajetórias e configurações rural-urbano em Portugal

Na literatura sociológica, Portugal é muitas vezes associado a uma sociedade “rural”. Esta imagem provém do facto de que, até à década de 1960, a maioria da população vivia no campo e de que a principal contribuição para o PIB vinha da agricultura (Truninger e Freire, 2014). Desde o final da década de 1950, e sobretudo na década de 1960, vários episódios marcaram mudanças importantes no regime autoritário vigente (1933-1974), a saber: o desmantelamento do império colonial português; o êxodo rural e a emigração para a Europa; a entrada na EFTA, que intensificou um relacionamento mais próximo com os mercados internacionais; e a emergência de um clima político favorável à mudança de regime (o que iria acontecer mais tarde, em 1974, com o golpe militar do 25 de Abril).

Essas mudanças contribuíram para a reconfiguração das relações interdependentes entre as áreas rurais e urbanas, já que se registou uma crescente urbanização e intensificação dos fluxos de pessoas e alimentos nas décadas seguintes. Estas mudanças foram consolidadas durante o regime democrático e sobretudo após a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986. Alguns investigadores portugueses (por exemplo, Carmo, 2007), na senda de estudos internacionais sobre as relações rural-urbano (Cloke, Marsden e Mooney, 2006), identificam no país um processo semelhante ao que se passou noutros países do Norte da Europa: o processo de crescente “urbanização” do campo. Este fenómeno torna dispensável o acentuar de uma narrativa em torno das clivagens e dicotomias entre cidade-campo ou rural-urbano. Neste sentido, o presente capítulo contribui para este debate, analisando o recurso às memórias de alimentos que os consumidores experimentavam no passado, muitas vezes provenientes de áreas rurais, para contrastar com a qualidade dos alimentos do presente a que têm acesso na cidade. Estas memórias, sempre reatualizáveis e reconstruídas no presente,

permitem ultrapassar a dicotomia rural-urbano, mas, ao mesmo tempo, reforçam as diferenças entre estes dois espaços, sem que isso represente uma relação polarizada, mas sim interdependente e dialéctica.

O nosso ponto de partida começa na relação entre alimentação e memória. Este tópico tem chamado recentemente a atenção de vários investigadores sociais (Sutton, 2001; Carolan, 2011). A comida é boa não só para pensar (em alusão ao famoso aforismo de Lévi-Strauss) como também para recordar espaços e paisagens e provocar sensações viscerais no corpo. Na análise vamos seguir de perto o geógrafo Michael Carolan, que considera a memória como um processo: “a dynamic, shifting, and productive event rooted in a lived experience that cannot be reduced to words or an image” (Carolan, 2011: 39). Assim, através de uma análise das memórias relatadas pelos entrevistados, temos acesso a uma parte, mesmo que incompleta, das trajetórias de significados sobre o rural e de como estes significados ou imagens são articulados nas práticas alimentares do dia a dia, de forma a permitir refletir sobre o debate rural-urbano ou campo-cidade.

O material empírico é obtido a partir de um estudo qualitativo com base em trinta entrevistas em profundidade sobre os significados e justificações de consumo biológico de um grupo de residentes na cidade de Lisboa (ver Truninger, 2010; 2013). A grande maioria foi recrutada através de visitas à feira de agricultura biológica Terra Sã. Outros voluntários foram recrutados em lojas do sector e através do método bola de neve, de forma a respeitar os critérios de seleção da amostra baseados na idade, nível de escolaridade, sexo e tipo de família (com ou sem crianças).

3. Principais mudanças alimentares na cidade de Lisboa

A maioria dos consumidores entrevistados residia na altura da entrevista na cidade de Lisboa. As suas memórias alimentares permitiram acompanhar algumas das grandes transformações ocorridas nas relações entre esta cidade e os espaços periurbanos e rurais circundantes ao longo dos últimos cinquenta anos. A partir da década de 1960, Lisboa experienciou a entrada de diferentes populações que chegaram de forma descontínua em busca de um ideal de “uma vida melhor”. Neste espaço de tempo, podemos traçar uma primeira onda de circulação de pessoas das áreas rurais (por exemplo, Alentejo, Minho e Trás-os-Montes), tanto para as áreas urbanas e suburbanas de Lisboa como também para países europeus como a França, Suíça ou Luxemburgo e estados norte-americanos (por exemplo, Rhode Island). Entre 1960 e 1974, cerca de um milhão e meio de habitantes deixaram o país (Barreto, 2000). Os meados da década de 1970 foram marcados pela

mudança significativa de regime político, de um Estado autoritário (1926-1974) para um regime democrático (1974-presente). A guerra colonial teve o seu desfecho e com ela foi concedida a independência das ex-colónias africanas. Isto resultou na deslocação de mais de seiscentos mil habitantes dessas ex-colónias para Lisboa num único ano (Barreto, 2000: 41). A maior parte desse fluxo populacional fez acelerar o processo de suburbanização da cidade de Lisboa, contribuindo para a sua expansão urbana (*urban sprawl*). Em meados da década de 1980 a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (atual União Europeia) assinala um importante ponto de viragem no sistema de abastecimento de alimentos, fortemente marcado pela crescente liberalização e globalização dos mercados internacionais. A entrada de produtos alimentares exóticos e menos familiares no mercado doméstico faz com que os portugueses paulatinamente adotem novos hábitos alimentares. Foi também durante este período, e especialmente na década de 1990, que uma nova onda de população estrangeira chegou ao país – brasileiros, asiáticos e europeus orientais –, especialmente após a queda do Muro de Berlim em 1989 e o desmantelamento e desfragmentação da ex-União Soviética. A permeabilidade da dieta mediterrânea a sabores exóticos (por exemplo, africanos, brasileiros), cosmopolitas e internacionais tornou-se numa realidade a que era difícil escapar, sendo que a dieta dos portugueses ficou cada vez mais marcada por altos teores de consumo de proteína animal, gorduras consideradas menos saudáveis, excesso de açúcar e sal.

A história recente do país pode ser testemunhada através das biografias pessoais dos entrevistados. Na amostra, alguns dos entrevistados nasceram em países africanos e passaram parte da sua infância e juventude em contacto com sabores diferentes dos do território continental, degustando o “outro”. Outros tinham redes familiares enraizadas em comunidades rurais e passaram uma grande parte da infância em contacto com os modos de vida e de alimentação em espaço rural, visitando aldeias do interior ou vivendo uma parte da infância nessas localidades:

Eu morava na cidade, mas uma parte da minha infância foi passada em África... E talvez em comparação com hoje a comida era muito limitada lá... Havia uma grande quantidade de alimentos em conserva, enlatados ou comida de lata. Leite era na versão em pó ou leite condensado... Não se bebia leite fresco. Tínhamos uma data de frutas que vinham da África do Sul, que eram muito boas, ainda são... Mas frutas e legumes na sua maioria vinha do campo.

(Margarida, 53 anos, natural de França, viveu em Moçambique durante a infância)

Tivemos uma casa numa aldeia do Alentejo, onde passávamos os meses de verão, e meus tios eram todos agricultores e, portanto, tinham muitos produtos... Nós consumíamos legumes cultivados nas hortas, quer sejam da nossa família ou dos vizinhos que depois nos davam legumes... A carne, o peixe... E o sabor era um pouco diferente... Eu realmente sinto falta desses sabores de infância!

(Afonso, 58 anos, natural do Alentejo)

As memórias alimentares dos entrevistados ressaltam os sabores e cheiros de tempos passados em espaços múltiplos que cruzam urbano e rural (por exemplo, o interior rural ou uma cidade africana). A experiência de comer alimentos caseiros está inculcada de propriedades organolépticas singulares. Além disso, as associações com a sazonalidade, a saúde, o local, a frescura, a higiene e segurança alimentares surgiram várias vezes quando este grupo de consumidores falou sobre os produtos da terra, das hortas ou de quintas com que tinham contacto na infância:

Na época não estava tão divulgada aquela questão de as pessoas quererem morangos todo o ano, de quererem qualquer produto todo o ano... As coisas eram criadas na sua época e comiam-se naquela altura. Eu acho isso muito saudável... Eu adoro cerejas... as pessoas esperavam ansiosamente pela altura das cerejas... E quando agora não há cerejas... A pessoa já nem se alegra de encontrar cerejas, pois estão disponíveis fora de época...

(Josefa, 52 anos, natural de Coimbra)

Eu nasci no campo, portanto bebia leite de vaca que era mugido na altura. Era numa quinta em [*indica nome de quinta nos arredores de Lisboa*], e tinha os ovos das galinhas, tudo o que eu consumia... As couves eram da quinta, tudo o que consumia durante os meus primeiros anos de vida foi fornecido pela terra, de modo que de facto há sabores de que não me esqueci, mas que eram muito próprios e que eu nunca mais reconheci de alguma maneira.

(Ana Maria, 50 anos, natural de uma zona periurbana de Lisboa)

As experiências alimentares vividas por Ana Maria na sua infância estão profundamente inscritas nas relações sensoriais com os alimentos do campo, sendo um exemplo daquilo que Carolan identifica como gostos alimentares incorporados (Carolan, 2011). Esses gostos fazem conectar corpos (e bocas, línguas ou estômagos) a uma ideia de natureza que é complexa e multifacetada (Hinchliffe, 2008). Remetem também para os elementos sensoriais, emotivos e de qualidade que por vezes se atribuem aos produtos

terroir (Freire e Truninger, 2011). Os sabores destes produtos são diferentes de quaisquer outros porque expressam as características do clima, dos solos, dos componentes minerais, das competências e saber-fazer das populações locais. Ao comer ou beber tais produtos, Ana Maria absorve diretamente algo da localidade, e o seu corpo fica ligado ao território (DeLind, 2006). O que é interessante neste caso é que as memórias das pessoas da cidade, como Ana Maria, são intrinsecamente evocativas de paisagens rurais incorporadas nos alimentos que se ingerem, fazendo destacar que a relação entre alimentação e memória pode constituir uma ferramenta conceptual para pensar as relações urbano-rural. Serve assim para pensar no urbano-rural, ou campo-cidade, como espaço contíguo e fluido, mas sem que essa fluidez faça esbater as suas diferenças intrínsecas.

As boas recordações ligadas aos produtos do campo, apesar de serem frequentes nos testemunhos dos entrevistados, nem sempre foram unânimes. Veja-se, por exemplo, as reações viscerais de Fernando em relação ao leite tirado diretamente da vaca, que evoca uma relação menos romântica e positiva com o campo. Neste caso o leite obtém uma capacidade mnésica de evocar no presente as experiências alimentares do passado, reatualizando esse passado sempre que Fernando tem de justificar porque bebe leite de soja:

Há muito tempo que praticamente deixei de beber leite, não queijos e manteiga, mas leite praticamente que deixei, e isto porque, porque quando eu era miúdo – penso eu, isto até pode ser uma explicação não muito racional –, quando era miúdo a minha avó materna tinha lá vacas leiteiras. Portanto eu quase que era forçado todos os dias logo de manhã cedo antes de ir para a escola a beber muito leite daquele saído da vaca, sem ser fervido... E isso causou-me de facto um enjoo do leite de tal ordem, que eu fugia um bocado ao leite... Agora retomei o leite porque este é um leite diferente [*leite de soja biológico*], com o leite de soja não tenho qualquer problema, mas ao de vaca fujo um bocadinho...

(Fernando, 54 anos, natural da Lourinhã)

Quando interrogados sobre o tipo de alimentos e refeições consumidos na infância, os entrevistados descreveram uma dieta que se assemelha àquilo que é convencionalizado como fazendo parte da dieta mediterrânica: peixe (grelhado ou cozido), legumes, frutas, azeite, saladas, pequenas quantidades de carne e, para as gerações mais velhas, poucos produtos lácteos (iogurtes, manteiga ou leite). Algumas carnes seriam provenientes de produção própria ou dos vizinhos (por exemplo, galinhas, coelhos e, mais raramente, o porco, que era abatido em dias celebratórios, sendo todo aproveitado para alimentar famílias inteiras por vários meses):

Eu recebi dos meus pais tudo de bom, foi o leite materno, foram os produtos sãos, embora não conhecesse... Eu nunca conheci os iogurtes, nunca conheci os produtos lácteos, nunca os suportei muito bem, e quando muito era de vez em quando o leite de vaca. Mas era eu que ia buscar o leite, que bebia quando me apetecia, não bebia sempre. Não conheci os iogurtes porque não se usava, não se vendia. Nunca conheci outros produtos que hoje são nocivos. Hoje as crianças consomem bastantes bolos, bolos era só no Natal, chocolates também.

(Francisca, 50 anos, natural do Porto)

Acho que a minha família tinha hábitos alimentares extremamente saudáveis, porque a minha avó não gostava de carne. Por isso a nossa dieta foi sempre à base de peixe (muitas vezes grelhado), carregado com alho cru, salsa picada, azeite, saladas de tomate, cebola e orégãos, sopa. Por isso tivemos uma dieta tipicamente do Sul da Europa... Às vezes galinha que nós criávamos...

(Glória, 59 anos, natural de França)

Se as gerações mais velhas foram alimentadas com uma dieta mediterrânica culturalmente partilhada, as gerações mais jovens lembram-se de comer os primeiros produtos de comida rápida, congelados que se põem no micro-ondas. É um facto que os países tradicionais do Mediterrâneo têm vindo a desviar-se do padrão da dieta mediterrânica com a inclusão de grandes quantidades de proteína animal nos seus hábitos alimentares (principalmente frango e carne de porco), gorduras, açúcar e sal (Truninger e Freire, 2014). No entanto, o consumo de frutas e vegetais tem aumentado ao longo dos anos, dado o seu acesso mais fácil através dos supermercados, a popularização de frutas exóticas e legumes menos familiares e a crescente consciência nutricional sobre os seus benefícios para a saúde. Alguns dos entrevistados lembram-se das transformações na gama e variedade dos alimentos disponíveis com a chegada dos supermercados ao país (nos anos 1970 e 1980 mais timidamente, e nos anos 1990 com maior visibilidade, sobretudo as grandes superfícies), muito contrastante com os tempos de infância:

O que eu noto em Portugal é que temos uma maior variedade de produtos que no passado não existiam... Até mesmo há vinte anos a maioria das pessoas não sabia o que eram determinados alimentos... Ninguém sabia o que eram endívias, alcachofras, espargos, embora as pessoas soubessem o que eram espargos selvagens... Mas hoje em dia há uma maior variedade de frutas, talvez mais bonita mas de pior qualidade.

(Margarida, 53 anos, natural de França)

Os entrevistados experimentaram uma trajetória de contacto cada vez maior com uma grande variedade alimentar. Evitando constrangimentos naturais de sazonalidade e frescura, a comida pode ser transportada através de longas distâncias, proporcionando o seu acesso todo o ano e ampliando a participação de uma maior camada populacional no consumo de alimentos. Muitos bens considerados de luxo deixaram de ser confinados a uma pequena elite. Veja-se o caso do salmão selvagem e a sua gradual penetração no mercado de massas quando passou a ser proveniente da aquacultura. De facto, a modernização do sistema alimentar implicou a transição gradual de um gosto de luxo para um gosto de necessidade em muitos lares portugueses. Glória lembra-se do prazer de comer bananas da ilha da Madeira (o único lugar de onde as bananas eram importadas para o continente):

Nós só comíamos bananas da Madeira. Não havia bananas na época, não vinham nem do Equador nem do Brasil como hoje em dia; só da Madeira, e em muito pouca quantidade... Comer uma banana era um verdadeiro prazer!

(Glória, 59 anos, natural de França)

O prazer de comer uma banana remete para o que Sutton descreve sobre o poder evocativo que determinados alimentos têm para despoletar prazeres, sabores intensos e memórias alimentares:

(t)his suggests some basis for the Proustian phenomenon of remembering through evocation of a powerful sensory image: the sweetness of a banana hardly seems similar to that of an orange, and yet, as an image of a food with a strikingly sweet flavor, 'banana' does have a certain evocative power.

(Sutton, 2001: 97)

Em paralelo, e coevoluindo com a disponibilidade de alimentos durante todo o ano, o sistema de retalho alimentar também sofreu transformações. Houve uma diminuição de lojas tradicionais de retalho (onde a maioria dos portugueses ia comprar os seus bens) e assistiu-se a uma penetração gradual dos supermercados, especialmente na década de 1990. De acordo com um relatório da AC Nielsen (1997) publicado nos finais dos anos 1990, 5854 lojas de pequeno comércio desapareceram (de 28 500 unidades), enquanto o volume de vendas dos quatro maiores grupos de retalho alimentar foi de 60% do volume total (Cachinho, 2002: 91). Mais recentemente, nos primeiros anos deste século, os hipermercados e supermercados em Portugal detinham “mais de 75% do mercado urbano” (Kjaernes, Harvey e Warde, 2007: 136).

No entanto, e ao contrário de alguns países como por exemplo o Reino Unido, a concentração do poder no grande retalho não foi tão visível e rápida (*ibidem*: 135). Talvez não seja surpreendente que o mercado retalhista seja ainda caracterizado por pequenas e médias empresas independentes e empresas locais, com vários entrevistados da nossa amostra a afirmar que muitas vezes compram frutas e legumes, carne e peixe em pequenas lojas de comércio local, feiras e mercados (por exemplo, mercearias, talhos ou peixarias). Como demonstrado por Kjaerners, Harvey e Warde (2007: 127) num estudo sobre a confiança alimentar na Europa, os italianos e, especialmente, os portugueses mostraram que muitas das compras alimentares eram realizadas em mercados, nomeadamente no caso do tomate, e nos talhos, para o caso da carne. Conforme relatado por um dos entrevistados, as compras em feiras e pequenos mercados estão largamente ligadas a uma experiência sensorial, contribuindo essa experiência para uma plethora de significados sobre qualidade alimentar.

Eu sempre gostei da atmosfera dos mercados. [*Porquê?*] Isso é estética realmente [*risos*]. A mostra de alimentos, o poder tocar, sentir o cheiro, ouvir as vozes; eu acho que proporciona uma ligação com a comida como deve ser... O ambiente de compra é muito importante, está-se mais perto do produtor... mais perto de uma realidade particular.

(Ana Maria, 46 anos, Lisboa)

Na próxima secção, abordam-se as memórias alimentares e a sua reatualização quotidiana, através das experiências vividas, sensoriais e estéticas onde corpos-mentes e alimentos se articulam, contribuindo para reforçar ou ocultar a divisão urbano-rural.

4. Os produtos locais e biológicos: experiências passadas incorporadas nas rotinas quotidianas

A amostra de consumidores portugueses comprava alimentos biológicos e locais, alguns com maior regularidade do que outros. Todos eles tinham opiniões positivas sobre esses alimentos, justificando as suas motivações de consumo com aspetos como: frescura, sabor, saúde, ambiente, defesa da economia local, justiça social, segurança, maior poder de conservação e melhor aparência (Truninger, 2010).

No entanto, apesar do carácter positivo dado a estes alimentos, alguns consumidores da amostra mostraram-se preocupados com a segurança alimentar dos produtos locais provenientes de sistemas agrícolas tradicionais. A

utilização em excesso de químicos artificiais e os abusos na manipulação de pesticidas de alguns agricultores foram questões levantadas. Porém, mesmo estando cientes do risco destes produtos, vários entrevistados disseram consumi-los de forma cotidiana pelo que, ao fazê-lo, contribuíam para “repetir, reproduzir e transformar as memórias alimentares” (Carolan, 2011: 39). Os alimentos e a sua natureza visceral são uma maneira interessante de recordar (Sutton, 2001; Carolan, 2011: 39), especialmente quando as experiências com esses alimentos são recursivamente postas em prática – revisitando os mesmos lugares, ensaiando as mesmas experiências do passado, transformando e replicando nos nossos corpos sensações viscerais semelhantes. As memórias alimentares não são, assim, algo que está encerrado cognitivamente nas nossas mentes, mas antes são recursivamente atualizadas e vividas na vida cotidiana, através das práticas ritualizadas de compra, cozinha e ingestão. Aproximamo-nos assim da perspectiva de *dwelling* de Tim Ingold, uma perspectiva que “treats the immersion of the organism-person in an environment or lifeworld as an inescapable condition of existence. From this perspective, the world continually comes into being around the inhabitant, and its manifold constituents take on significance through their incorporation into a regular pattern of life activity” (Ingold, 2011: 153). Neste sentido, as memórias fazem parte deste *dwelling* no mundo, permanentemente vividas e reatualizadas através da experiência prática no presente. Nessa experiência prática emergem significados do que é urbano e do que é rural, e que são sempre definidos e redefinidos de acordo com o leque de relações (sempre incompletas) que se estabelecem com o ambiente ou o mundo. Os consumidores entrevistados utilizavam muitas vezes, tanto os produtos biológicos, como os locais como fortes ferramentas mnésicas que se articulavam com determinadas imagens do rural. Comer produtos na estação própria era uma das tais imagens vividas no presente mas articulada com as experiências passadas da vida do campo, por vezes uma imagem romantizada que escondia as agruras da vida dura de milhares de camponeses.

Para Manuel, a compra de produtos locais era persistentemente confundida com a compra de produtos biológicos, já que ambos os significados foram reativados através das memórias alimentares de infância, por exemplo, quando experienciava as deliciosas maçãs da quinta dos seus avós:

Lembro-me de ir para a quinta dos meus avós, e as maçãs tinham um sabor incrível... Eu ainda consigo encontrar estes sabores no mercado... Eu sigo os princípios macrobióticos de consumo de alimentos dentro de um raio de cinquenta quilómetros... Há produtos que são ainda muito bons... Podemos encontrar romãs

ou caquis sem produtos químicos. É por isso que eu digo que podemos encontrar comida no mercado que não tem o rótulo de agricultura biológica, mas que para mim é biológica.

(Manuel , 57 anos, Alentejo)

Mas o consumo de produtos biológicos foi também uma maneira de recuperar e aceder a experiências passadas, isto é, cheiros e sabores. Neste caso, a alimentação biológica constituiu uma porta para o passado, um passado julgado perdido, mas que era vivenciado no presente como algo real:

Sim, não é uma miragem, isso realmente acontece [*viver os sabores do passado através dos produtos biológicos*]. Por exemplo, ovos: eu gosto dos ovos biológicos. Eu sou uma pessoa muito sensível e lembro-me dos cheiros e sabores da minha infância através da ingestão dos alimentos biológicos... Eu recupero e vivo alguns destes sabores agora.

(Josefa, 53 anos, de Coimbra)

Na narrativa de Josefa transparece a recuperação do gosto ‘real’ de ovos através da ingestão de alimentos biológicos. Essa busca de gostos ‘reais’ encapsula uma busca dos urbanitas para um passado rural idílico, autêntico e genuíno (Figueiredo, 2013). No relato de Ana Maria, notamos uma história diferente. Aqui, há uma sensação de que o alimento biológico não deve ser associado a imagens de um rural mitificado pelos urbanitas:

Eu acho que apoiar os produtos biológicos é também uma forma de dar um sinal ao governo de que as pessoas não devem ser retiradas do campo, que se deve valorizar o campo... Eu não gostaria de deixar passar a ideia de uma vida no campo romântico, porque é muito difícil viver no campo... Não me parece ser desejável ter camponeses como os de antigamente.

(Ana Maria, 50 anos, Lisboa)

Através destas narrativas mostrou-se como os alimentos biológicos e locais têm poderes mnésicos de reformulação das imagens plurais do rural (Figueiredo, 2011). Apesar da pluralidade de tais imagens, por vezes construídas, por vezes sonhadas e romantizadas, estas aparecem entrelaçadas na vida quotidiana, nas experiências vividas na prática, quando se compram e consomem produtos locais ou biológicos.

5. Comentários finais

Neste capítulo, exploraram-se os significados de alimentos biológicos e locais num grupo de consumidores da cidade de Lisboa através das suas memórias alimentares. A análise de cerca de trinta entrevistas com consumidores de alimentos locais e biológicos permitiu identificar algumas configurações das relações rural-urbano. Estas configurações foram profundamente moldadas pelas trajetórias culturais, sociais e políticas da produção alimentar, da organização do território, da agricultura, da urbanização e do consumo em Portugal. Foi possível identificar processos como: a reconfiguração dos sistemas de provisão alimentar; a penetração gradual das grandes superfícies retalhistas; as questões ligadas ao risco alimentar; a transformação das práticas de consumo e produção; a penetração de produtos locais e biológicos como símbolo da qualidade alimentar.

Os consumidores entrevistados foram capazes de reavivar um passado rural das suas infâncias, apesar de viverem a maior parte das suas vidas numa cidade como Lisboa. Esta tem-se tornado cada vez mais cosmopolita, com um afluxo de população diversa e alimentos variados provenientes do mercado global. Muitos entrevistados ainda têm as suas redes de sociabilidade em áreas do interior do país, menos urbanizadas, as quais são ainda utilizadas para aceder àquilo que consideram produtos de ‘qualidade’. Nas narrativas dos consumidores entrevistados duas questões estavam presentes: de que forma são definidas as várias imagens do rural e as suas interligações com o urbano?; como é que estas narrativas podem contribuir para os debates sobre a divisão urbano-rural?

Para os entrevistados, as memórias alimentares foram importantes para reativar a ligação entre dois mundos, só aparentemente separados: o mundo rural e o mundo urbano. O poder evocativo dos alimentos na memória dos participantes permitiu aproximar estes dois mundos. Mas reavivar o passado e as formas de comer na infância tornou-se mais do que um exercício de nostalgia. O facto de os consumidores terem acesso a alimentos locais e biológicos no presente (alguns com mais facilidade do que outros, dependendo da sua localização geográfica) “made the past something that could always-already be experienced” (Carolan, 2011: 82). Enquanto a nostalgia ordena coisas e pessoas de acordo com a experiência anterior – e pode ser aplicada para recriar espaços McRuralizados (Figueiredo, 2013) –, a experiência prática das memórias alimentares “becomes not something that one returns to but something that one *dwells* within and creates” (Carolan, 2011: 82; *italico* nosso). A atividade quotidiana de recordar e vivenciar o passado é constantemente reatualizada na prática. Estas memórias, sempre reatualizáveis e reconstruídas no presente, permitem ultrapassar

a dicotomia rural-urbano, mas, ao mesmo tempo, reforçam as diferenças entre estes dois espaços, sem que isso represente uma relação polarizadora, mas antes interdependente. Isto é, tudo depende da forma como as relações entre a pessoa-organismo e o ambiente vivido emergem quando em contacto, neste caso, com os produtos locais ou biológicos (Ingold, 2011). Esta ideia é corroborada nas palavras de Ana Maria: “Quando estou em Trás-os-Montes, eu sinto que estou num lugar diferente... O cheiro do campo é diferente, o sabor da comida é diferente.” Assim, as divisões entre cidade e campo, rural e urbano estão em constante devir, e vão-se reconfigurando através das práticas quotidianas dos consumidores, neste caso o consumo de produtos locais e biológicos. O poder mnésico destes produtos permite ligar memórias alimentares vividas em espaço rural a experiências presentes em espaço urbano, de forma intrincada e sempre incompleta, e pensar relacionadamente estes espaços.

Referências bibliográficas

- BARRETO, A. (org.) (2000). *A Situação Social em Portugal 1960-1999 (volume II) – Indicadores em Portugal e na União Europeia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CACHINHO, H. (2002). *O Comércio Retalhista Português*. Lisboa: GEPE, Ministério da Economia.
- CARMO, R. (2007). *De Aldeia a Subúrbio*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CAROLAN, M. (2011). *Embodied Food Politics*. Farnham: Ashgate.
- CLOKE, P.; Marsden, T. & Mooney, P. (eds.) (2006). *Handbook of Rural Studies*. London: Sage.
- DELIND, L. B. (2006). “Of bodies, place and culture: re-situating local food”. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, 19: 121-146.
- FIGUEIREDO, E. (coord) (2011). *O Rural Plural – Olhar o presente, imaginar o futuro*. Loulé: 100Luz.
- FIGUEIREDO, E. (2013). Entre a McRuralização e o Esquecimento: que futuro para o mundo rural português?. In Silva, V. A. e Carmo, R. M. (orgs.). *Mundo Rural: Mito ou realidade*. São Paulo: Annablume, pp. 25-50.
- FREIRE, D. & Truninger, M. (2011). “Globalização e reconstrução da agricultura local. Processos de construção do solar da pêra rocha no Oeste (Portugal)”. In Figueiredo, E. (coord.), *O Rural Plural – Olhar o presente, imaginar o futuro*. Loulé: 100Luz, pp. 73-90.
- HINCHLIFFE (2008). *Geographies of Nature: Societies, Environments, Ecologies*. London: Sage.
- INGOLD, T. (2011). *Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description*. London and New York: Routledge.
- KJAERNES, U.; Harvey, M. & Warde, A. (2007). *Trust in Food: A Comparative and Institutional Analysis*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- NIELSEN, A. C. (1997). *Estimativa do volume de vendas do retalho distributivo*. Lisboa: Nielsen.

- SUTTON, D. (2001). *Remembrance of the Repasts: An Anthropology of Food and Memory*. London: Berg.
- TRUNINGER, M. (2010). *O Campo Vem à Cidade: Agricultura biológica, mercado e consumo sustentável*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- TRUNINGER, M. & Freire, D. (2014). "Unpacking the Mediterranean diet: agriculture, food and health". In Domingos, N.; Sobral, J. M. & West, H. (eds.), *Food between the Country and the City: Ethnographies of a changing global foodscape*. London: Bloomsbury, pp. 191-206.

5. La fête des voisins : vecteur de mixité sociale ou confirmation d'un entre-soi ?

A festa dos vizinhos: vetor de mistura social ou confirmação de um entre-nós?

Sabine Dupuy*

Resumo: Este texto baseia-se na análise de uma pesquisa realizada por estudantes de arquitetura, destinada a explorar, à luz de um evento hoje largamente difundido, a festa dos vizinhos, a realidade das relações sociais e da sua dinâmica em torno da habitação.

Numa abordagem que incide sobre o progresso da individualização e atomização dos indivíduos, trata-se de precisar aquilo que representa a figura do vizinho, este outro tão próximo, para o melhor e para o pior, o horizonte último da humanidade. Para além disso, a festa dos vizinhos é uma oportunidade para voltar a interrogar as complexas relações do social e do espacial, ou ainda a dialética da afirmação de identidade relacionada com a afirmação do eu, no contexto de representações residenciais contrastadas, que muitas vezes são impostas ao invés de escolhidas.

A proximidade espacial terá ela os mesmos efeitos e em que modos, de acordo com a percepção e as representações sociais deste ou daquele sítio habitado no seio da “sociedade dos vizinhos”? Como interagem valor do imóvel, a qualidade do meio ambiente, a atratividade identitária, a reputação do lugar, mas também o habitus, os estatutos e as “qualidades” de quem aí vive ou viveu? Como definir um território de propriedade partilhada e segundo que modalidades de apropriação?

Ce texte fait suite à une enquête exploratoire que j’ai dirigée en 2012, auprès de mes étudiants en architecture (2^{ème} année de licence)¹ qui ont mené, lors d’un semestre, des observations et des entretiens dans le cadre d’un atelier de sociologie. Les exemples choisis dont je ferai l’analyse ici, se situent en Normandie : que ce soit dans la ville de Rouen, 100 000 habitants ou dans

* Sociologue, Maître-assistante à l’école Nationale supérieure d’architecture de Normandie. Docteur en Urbanisme à l’Institut d’Urbanisme de Paris (Paris XII), maîtrise de Sociologie à Paris V La Sorbonne.

¹ Maiwen Le Coadou, Nolwen Mortier, Lucie Lelion, Clémence Mindren, Barabara Pekmezian, Andrea Pellerin, Marie-Aurore Lopez, Felix Colas, Maxime Follin, étudiants de deuxième année de licence en architecture, 2012, ont effectué les observations, les entretiens et réalisé les photos que j’ai utilisés pour cette communication.

son agglomération, 400 000 habitants. Nous irons donc de la ville vers sa périphérie et j'utiliserai également ma participation à un repas entre voisins, dans un village du Pays de Caux, à 50 kms au Nord de Rouen.

1. Une fête : deux appellations

Il s'agit d'interroger ce que l'on appelle en France « les repas de quartier » et plus récemment « la fête des voisins ». Ces deux évènements n'ont pas la même origine idéologique, ni tout à fait le même objectif.

Dans un cas, les repas de quartier ont pour objectif de « faire se rencontrer des gens de tous horizons sur le critère du voisinage avec comme seule ambition leur rassemblement ».

L'invitation qui peut se lire sur des affiches « A table citoyens » rend compte de l'ambition d'engager les habitants à devenir des citoyens à part entière dans la vie de leur commune.

La « fête des voisins » d'autre part, a été officiellement créée par Anatase Périfan, en 1999 sur la base d'un appel à la solidarité : « Dans une société où se développe le repli sur soi et la peur de l'autre, il me semble nécessaire de réaffirmer les valeurs simples d'échange, de partage, d'écoute, et la richesse des relations humaines les plus spontanées. »

Le principe de ces deux initiatives, malgré des nuances idéologiques sur lesquelles je n'ai pas le temps de m'étendre, s'est répandu dans de nombreuses villes françaises, repris notamment par l'association des maires de France et en 2000 par les bailleurs sociaux. Elles dépassent aujourd'hui les frontières pour donner lieu à la journée européenne des voisins, créée en 2004 : « European neighbours day » qui concerne notamment 150 villes européennes à la recherche d'un « mieux-vivre-ensemble ».

« Cette initiative (31Mai 2013) a pour objectif de promouvoir les relations entre voisins, constitue une occasion de faire sourire la ville, afin que les participants oublient lors d'une nuit les tracas du quotidien. »

Le président de la « junta de freguesia »
de Santiago do Cacém, Alentejo²

² « A iniciativa (31 maio 2013) pretende promover o convívio entre vizinhos, constituindo-se como uma ocasião para fazer sorrir a cidade, para que os participantes esqueçam por uma noite os problemas do dia-a-dia”. Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Cacém, Alentejo.

2. Le voisinage, horizon ultime de l'humanité ?

Partant d'un constat, généralisé à tort ou à raison, déplorant la progression de l'individuation et l'atomisation des individus dans notre société contemporaine, la sociologue C. Lévy-Vroelant se demande si le voisinage ne serait pas devenu « l'horizon ultime du "lien social", le garant de la paix civile »³ ? Ou en paraphrasant cette auteure, le voisinage représente-il l'horizon ultime de l'humanité ? Par temps de guerre, civile ou non, de répression policière, de dictature, les voisins peuvent aussi bien cacher, protéger, sauver, mais aussi dénoncer.

La cohésion sociale plongerait-elle ses racines dans la « la société des voisins »⁴ ainsi désignée par A. Morel, dont la réalité serait liée entre autre chose à des « configurations résidentielles singulières » ?

Le voisin, c'est le « proche » celui qui, en effet, vit à proximité ; à l'origine le « vicinus » qui lui même dérive du « vicus » latin qui fait référence à un lieu déterminé, le quartier, le bourg, le village, la ville. Le mot « vizinho » a la même racine, c'est à la fois un nom propre et un adjectif qui fait référence à une entité spatiale où se met en place une cohabitation.

Une cohabitation marquée par l'ambivalence⁵ : « conviviale, restreinte à la civilité, neutralisée, tendue, hostile, procédurière ».

S'il paraît difficile de tracer le portrait robot du bon voisin, tant la relation de voisinage repose sur des interactions mettant en jeu des habitus de classe, des identités sociales, des rapports de domination, des subjectivités et une configuration résidentielle spécifique, il paraît plus simple de parler des conflits de voisinage, avec la nécessité d'en limiter les effets les plus graves.

La loi de prévention de la délinquance du 5 mars 2007, autorise les maires que les querelles de voisinage empoisonnent, à les sanctionner au nom « du bon ordre, de la sûreté, de la sécurité et de la salubrité publique ». C'est le cas aussi pour les propriétaires et gestionnaires de l'habitat social.

Encore, pensent-ils, que la prévention est le meilleur moyen de tenter de neutraliser ces « troubles de voisinage », source au quotidien de véritables souffrances, notamment chez les plus vulnérables :

- que ce soit en amont, en appliquant des critères rigoureux quant à l'attribution et l'affectation dans tels ou tels immeubles de candidats triés sur le volet pour en modeler ou remodeler⁶ le peuplement;

³ « Le voisin et le politique », in Revue *Rhizome*, Le voisinage et ses troubles n.° 29 dec 2007.

⁴ La société des voisins - partager un habitat collectif sous la direction de B. Haumont et A. Morel, éditions de la maison des sciences de l'homme, 2000.

⁵ A. Morel, *op. cit.*

⁶ Cf. la loi de rénovation urbaine de 2003.

- que ce soit par l'organisation de rencontres entre locataires à leur initiative, comme nous le verrons plus loin, lors de repas collectifs qui ont lieu fin mai/début juin, à l'occasion de la fête des immeubles, repas de quartier et/ou fête des voisins.

3. Voisinage et fabrication du chez-soi

Mais pour envisager d'atteindre les objectifs visés par ces événements, il faut donc compter sur la particularité socio spatiale, socio culturelle et socio-économique des lieux habités concernés : immeubles, rues, quartiers, villages.

Des facteurs comme la mobilité ou l'immobilité résidentielles n'ont pas le même impact, la même valeur, selon les classes sociales, les générations, les origines, les sexes. Le voisinage sera alors subi ou choisi, notamment en fonction des capacités financières de la personne et de l'impact du prix du foncier. La proximité spatiale aura-t-elle les mêmes effets sociaux dans un habitat social dégradé, dans un hôtel particulier découpé en appartements, dans un lotissement à la périphérie, dans un village à la campagne ?

En tout état de cause, le voisin pourrait synthétiser l'une des confrontations majeures à Autrui, qui pèsera son poids dans la définition de l'identité sociale de chacun.

Cette confrontation à l'autre va supposer une définition, sans cesse réajustée, négociée ou imposée, des frontières de l'intime, de la sphère privée, du seuil de tolérance, face à l'altérité et à ses manifestations.

L'un de ses enjeux en est la fabrication du chez-soi, de sa conception à sa préservation, qui repose sur l'image de soi, projetée sur l'espace du logement qui est tout autant qualifié par un dedans, un intérieur, mais aussi par un dehors, des espaces extérieurs.

Perception différentes des bruits, des odeurs, de la propreté, conception différente des modes d'éducation des enfants, des rapports homme/femme, de la famille, de l'hospitalité ; différence de statuts et de pouvoir entre cohabitants, locataires ou propriétaires ; temporalité différente d'occupation du chez soi entre actifs ou retraités ; variation des modes d'appropriation entre travailleurs intellectuels ou manuels, bref variation de l'importance symbolique du chez soi, selon les classes sociales. Ce sont autant de motifs d'incompréhensions potentielles, de menaces que les différences sociales et culturelles, valorisées ou non, font peser sur les identités et les modes d'appropriation.

«Melhor um bom vizinho do que um amigo distante»⁷

⁷ « *Mieux vaut un bon voisin qu'un ami lointain* ».

4. La fête des voisins, pour quel type de liens sociaux ?

Dans quelle mesure, donc, des initiatives comme la fête des voisins (concernant plus de 7 millions de personnes en France, 14 millions dans une trentaine de pays), est-elle à même d'éclairer en partie l'existence, la nature des liens sociaux, leur production, leur développement ou leur absence, au sein de la société des voisins ?

En quoi ces célébrations du voisinage, qu'elles soient spontanées, auto-gérées, encouragées, appuyées, voire organisées institutionnellement, ont à nous dire de la qualité des liens entre les convives d'un soir ?

Ephémères ou pérennes, que mettent-elles en jeu, que produisent-elles ? Quel éclairage nous offrent-elles sur les ressorts de la société contemporaine projetés sur les espaces du quotidien ?

De la mixité sociale, un renforcement de l'entre-soi, de la mise à l'écart volontaire ou subie ?

En quoi ces lieux habités au quotidien peuvent-ils être appréhendés comme un territoire collectif, commun, partagé ; à quelles conditions, au travers de quelles représentations, de quelles pratiques, de quels rituels ? Qui en sont les moteurs, selon quelles dynamiques, quels enjeux ?

5. Un éclairage partiel à travers trois exemples

Sans prétendre répondre de manière approfondie à toutes ces questions, l'enquête menée par mes étudiants ayant été de courte durée, la présentation de ces quelques exemples qui m'ont paru significatifs, permettront, je l'espère d'alimenter la réflexion et un échange à propos de ces pratiques en France et au Portugal et de leurs enjeux.

Je commencerai par un exemple choisi sur la ville de Rouen, dans un quartier recherché, pour ensuite évoquer d'un petit ensemble de logements sociaux à la périphérie de la ville d'Elbeuf, habité depuis 6 mois, pour terminer par l'évocation rapide d'une fête de rue dans un village rural de 160 habitants, à 50 kms de Rouen.

6. Rouen, le quartier de la Rougemare, un processus de gentrification

A Rouen, il existe plusieurs « repas de quartier » qui se déroulent fin mai courant juin, sans nécessairement respecter la date choisie pour célébrer la « fête des voisins ».

Ces repas de quartier sont organisés par des associations loi 1901, qui rassemblent des bénévoles. Celle du quartier Rougemare-Beauvoisine s'est

constituée autour de la défense d'un périmètre qui compte plusieurs monuments classés, dont des hôtels particuliers du XVI^e et des demeures bourgeoises du XIX^e, le long de la rue Beauvoisine et autour de la place de la Rougemare. Tels sont ses objectifs :

Veiller à la protection et à l'amélioration de la qualité de vie des habitants autour de la place de la Rougemare, notamment en sauvegardant les caractéristiques architecturales, esthétiques et historiques de ce quartier. Fédérer les habitants autour de projets festifs. Développer la convivialité. Créer du lien social.

A l'origine de cette association, des habitants, mais aussi des commerçants se plaignant d'être délaissés par la mairie : problèmes de stationnement, de propreté, de bruit le soir.

D'un point de vue sociologique cette rue, considérée comme insalubre, voire mal famée autrefois, a été l'objet d'un processus de gentrification, avec la disparition progressive d'un certain nombre d'hôtels meublés, d'artisans et de commerces alimentaires qui se transforment en lieu d'habitation (2900 euros le m² des taux moyens les plus élevés de la ville de Rouen) et l'installation d'activités artistiques et culturelles (potier, galerie d'art, sculpteur, cinéaste, luthier).

Bien que sensés répondre aux récriminations portés par l'association, alors légitimée par le statut de son président,⁸ les travaux entrepris par la municipalité (semi piétonisation de la rue Beauvoisine et suppression des trottoirs) ont déçu et divisé. Les commerçants se sont sentis lésés et certains habitants ont regretté ne pas avoir été consultés quant à la qualité des travaux effectués.

Néanmoins, forte de ce début de reconnaissance, l'association désormais présidée par une femme particulièrement charismatique et dynamique, siégeant au conseil de quartier, a développé un grand nombre d'activités et surtout d'évènements, destinés à réunir le public le plus large. Le petit noyau d'adhérents qui en constitue la base (notre professeur d'université, des médecins, dentistes, graphiste, directeurs d'école ainsi qu'un restaurateur étoilé) cumule capital économique, social, culturel et symbolique. S'en sont éloignés néanmoins les commerçants de la rue qui ont leur propre organisation.

Capital culturel et intérêts divergent entre certains membres de l'association et ces commerçants : ainsi l'association a-t-elle réussi à faire interdire que le cœur de la fête de la musique ait lieu sur la place de la Rougemare, c'est-à-dire le podium officiel, diffusant de la musique « techno ».

⁸ Professeur des universités (spécialiste d'histoire religieuse, auteur de plusieurs publications).

Mes étudiants ont eu l'occasion d'observer l'un des événements festifs qui ponctuent l'année, « un dimanche au jardin » célébrant l'arrivée du printemps, dans les jardins du musée des Antiquités, un pique-nique entre voisins, avec troc de plantes et orgue de barbarie, en mai 2012.

Chaque saison est en effet célébrée de manière ritualisée par un événement qui rassemble plus ou moins de monde, par delà les limites du quartier. Il y a les fêtes traditionnelles, la galette des rois en janvier, les crêpes en février, réputées « conviviales », mais dont le public est souvent restreint à ce noyau évoqué plus haut. En mars, le nettoyage du quartier, qui réunit peu de monde, mais qui a attiré celui qui, au sein du bureau de l'association, est chargé du matériel. Il passait par là et a trouvé que « c'était bien de faire ça ». Ainsi cet ancien pâtissier ambulancier, âgé de 70 ans, depuis 35 ans dans le quartier, s'occupe des tentes, des tables, des chaises, de l'entretien du local de l'association et de la machine à café en se tenant toujours un peu à l'écart. Lors de ce dimanche de mai, une quarantaine de personnes est présente. Interrogée sur sa non participation à cet événement, une femme (40 ans), nouvelle arrivée dans la rue, dit dans son franc parler, qu'elle ne s'est pas sentie accueillie lors du repas de quartier et qu'elle préfère organiser elle-même son réseau avec des personnes qui lui ressemblent. Après de multiples emplois non qualifiés et sans diplôme, elle vient d'ouvrir une boutique où elle donne des cours de couture et vend des objets confectionnés à partir de la récupération. Du « semi-art » dira avec mépris l'ancien président de l'association qui préfère les vraies boutiques de design.

Le repas de quartier, auquel se réfère cette interlocutrice, organisé en juin, est pourtant le moment privilégié de l'association, qui peut compter sur la collaboration d'un des meilleurs restaurateurs de Rouen, installés à l'angle de la place et adhérent de l'association. Lors de ce repas collectif a lieu une tombola dont les lots sont des billets de théâtre, des entrées à des expositions. Il est difficile de mesurer finement la diversité sociale que l'association serait en mesure de favoriser à travers ses activités qui débordent largement les limites symboliques du quartier. Le vide grenier (feira das velharias) et récemment un marché aux jouets play-mobil attirent beaucoup de monde. Il faudrait aussi par exemple pouvoir mesurer l'impact que la présence d'un théâtre sur la place et de ses animations ont eu auprès d'anciens habitants plus âgés et plus modestes. Ouverture sociale et culturelle, rupture d'un certain isolement ?

Comme d'autres associations rouennaises, l'image emblématique du village est évoquée par certains de ses adhérents pour caractériser le type de relations entre les résidents du secteur. Seul l'ancien professeur d'histoire s'inscrit en faux. Non dit-il, « Beauvoisine ça ne fait pas village !le quartier Saint

Nicaise ressemble d'avantage à un village, je suis passé devant son repas de quartier, ça faisait beaucoup plus de monde que ce que nous faisons... »

Plus de monde, ou une plus grande diversité sociale comme dans un village, serions-nous en droit de nous demander ?

Dans un contexte social et spatial totalement différent, il convient de noter que le mythe du village est également mobilisé pour décrire l'interconnaissance des habitants, cette fois de logements collectifs sociaux, dans des communes populaires de l'agglomération rouennaise. Ces cohabitants-là organisent eux mêmes la fête des voisins qui célèbre des relations effectives d'entraide et de solidarité, non exemptes cependant de conflits, de mises à l'écart et de rejet.

Dans d'autres secteurs de l'habitat social et collectif, le bailleur soutenu par la mairie, entend intervenir pour créer un semblant de cohésion, prévenir ces troubles de voisinage évoqués plus haut, en prenant l'initiative d'organiser un repas collectif. Il y a des groupes où « ça marche », où la fête des voisins est attendue et a des effets bénéfiques, d'autres où « ça ne marche pas du tout » ; par exemple des anciens locataires, regroupés dans une tour, qui ne veulent absolument pas avoir à faire à ceux des bâtiments bas, tous gérés par le même bailleur social, dans une des communes les plus aisées de la proche banlieue rouennaise.

C'est l'assistante de gestion d'un des bailleurs sociaux les plus importants de l'agglomération qui fait ainsi part de son expérience à mes étudiants, venus observer la mise en place d'une 1^{ère} fête des voisins dans un ensemble neuf de 25 logements sociaux. Il s'agit de la commune de Caudebec-les-Elbeuf aux fortes traditions ouvrières, dont la population est vieillissante.

7. Une fête des voisins organisée par un bailleur social à Caudebec-les-Elbeuf

Pour parvenir à réunir les nouveaux locataires, cette assistante de gestion a sollicité l'un d'entre eux qui a accepté d'aller les inviter un par un. Si ce locataire, retraité des chemins de fer, a bien accepté de contacter chaque résident pour la fête, c'est qu'il a une idée en tête : constituer une association de défense des locataires, pour exiger la fermeture de la rue, dangereuse pour les enfants et obtenir que les malfaçons soient prises en compte. Il a également l'ambition de créer un lotissement de jardins familiaux dans la commune, avec quelques uns de ces voisins et de l'affilier à la grande association nationale des jardiniers cheminots dont il est membre depuis toujours. Cette fête est pour lui l'occasion d'avancer dans son projet collectif, fort des traditions des cheminots, des employés du chemin de fer français.

Pour la mairie et le bailleur, il s'agit par contre de « créer du lien entre les gens » ; « désamorcer certains conflits, les jardins sont tout petits ... ».

Il s'agit d'une population plutôt jeune comprenant une trentaine d'enfants, installée 6 mois auparavant dans cette petite résidence où le haut de gamme du logement social côtoie les plus défavorisés ; les uns disposent d'une maison, d'un jardinet et d'un garage, les autres d'appartements avec balcon. Il reste encore 6 logements vacants en mai 2012, car les loyers sont encore trop élevés pour la population susceptible d'y avoir accès. D'ailleurs la question se pose à l'assistante de gestion de savoir si les personnes qui accepteraient de préparer un plat, pour cette 1^{ère} fête des voisins, en auront les moyens financiers.

La mairie a prêté des tentes, des tables et des chaises, le bailleur social contribue avec des t-shirts, des ballons et des bonbons, le centre commercial Leclerc a fourni des serviettes, des jus de fruits, du taboulé.

Selon les étudiants, certains résidents ont bien apporté une de leurs spécialités, mais personne ne s'est assis à table pour consommer ; il y a même des gens qui avaient déjà pris leur repas chez eux. Les résidents sont ainsi restés debout, par petits groupes se connaissant déjà.

Lors du « dimanche au jardin », organisée par l'association Rougemare-Beauvoisine à Rouen, les personnes présentes reprenaient, en chantant, les airs joués par un orgue de barbarie et se mettaient à danser. A Caudebec, dans ce public plus jeune et beaucoup plus populaire, le répertoire de l'orgue de barbarie n'est pas du tout apprécié. Personne, mis à part le maire, ne connaît ces chansons là.

Après le maire, ce sont les élus de l'opposition qui viennent faire un tour : les nouveaux habitants représentent en effet un enjeu de taille dans la lutte qui oppose l'équipe municipale, plutôt favorable à une démarche en termes de développement durable (création d'un éco quartier) alors que l'opposition socialiste voudrait réhabiliter le centre ancien de cette ville de 9 770 habitants.

Les quelques habitants qui ont joué le jeu de venir ce soir-là avaient, semble-t-il, déjà noué des rapports de bon voisinage. Par contre étaient absents à cette première fête des voisins, selon les dires des présents, les familles dont les enfants « foutent le bordel ».

8. La fête des voisins dans un village rural

Pour terminer, je propose de donner un aperçu de la première fête des voisins dans un village de 170 habitants, situé dans une vallée classée au titre de son paysage, qui selon le ministère de l'environnement est « riche par la

faune et la flore spontanées qui enseignent sur la vie locale. C'est l'envers de l'urbanisation. »

Nous sommes dans le pays de Caux, à 50 kms de Rouen, à 20kms de Dieppe et de la côte de la Manche. Le village est traversé par une petite rivière : sur une rive l'église, sur l'autre la mairie, et de part et d'autres environ 70 maisons, dont 10 sont occupées comme résidence secondaire. Dans ce village, il y a un château, comme souvent dans cette région, mais les commerces, le bar, la fonderie, et les bals ont disparu. En revanche le comité des fêtes organise plusieurs animations au cours de l'année : le 1^{er} mai le repas des plus âgés, le 2 juin une randonnée pédestre, une soirée spectacle en septembre et l'arbre de Noël des enfants de la commune.

En cette année 2013, un des habitants, ferronnier de son métier, a l'idée d'organiser une fête des voisins dans son garage. Elevé dans une famille nombreuse de 8 enfants, il a l'habitude des grandes tablées et des barbecues géants. Il rassemble donc une trentaine de personnes, tous et toutes habitants de sa rue, à l'exception de quelques ménages (femmes seules, propriétaires de résidence secondaire) qui se sont excusés.

Parmi les invités présents, 6 ménages de nouveaux résidents, soit qui viennent de faire construire un logement individuel, soit qui ont réhabilité une vieille maison.

Il s'agit donc, au cours de cette fête, de favoriser une inter connaissance entre des voisins très hétérogènes socialement : depuis les gérants du super marché Carrefour installé à 2kms dans la petite bourgade voisine, des travailleurs sociaux, des enseignants du primaire, retraités, plusieurs vendeuses, un employé d'une pépinière, deux ouvriers et deux sociologues, enseignants du supérieur.

Pour les sociologues que nous sommes, la surprise viendra d'apprendre, lors de cette fête, que la plupart des ces personnes ont des attaches familiales très fortes à ce village et aux villages situés dans un périmètre de 3 kms environ. Nous sommes confrontés à de véritables clans familiaux, dont les membres sont nés, se sont mariés, habitent, viennent habiter ou travailler dans un territoire très restreint. La mobilité résidentielle n'est en aucun cas l'apanage de ces villageois, même si certains de leurs enfants accèdent à une mobilité sociale par le biais des études.

Cette partie du territoire national n'a pas connu de fortes émigrations, comme la Bretagne par exemple, car sa terre est riche et que l'industrie, dispersée le long des cours d'eau, était consommatrice de main d'œuvre, aussi bien masculine que féminine.

A la suite de cette première fête des voisins dans ce village rural, plusieurs idées d'action collective sont évoquées : mutualiser l'outillage nécessaire à

l'entretien des jardins, engager une action collective pour contester le prix de la redevance pour les ordures ménagères, constituer une liste aux prochaines élections municipales... alors que la plupart des élus au conseil municipal habitent sur l'autre rive. L'avenir nous dira si ce premier repas collectif débouche véritablement sur des actions, s'il est suivi d'autres initiatives du même type capable de fédérer des habitants aussi différents socialement.

9. En conclusion

L'heure est alors venue de tenter de décrypter qui, du social ou du spatial, tient le premier rôle dans la réussite de ces rassemblements éphémères : la réussite étant évaluée à l'aune de la quantité de personnes rassemblées et pourrait-on penser, de leur diversité ?

Une première hypothèse nous est inspirée des travaux des sociologues J.C Chamboredon et M. Lemaire sur les grands ensembles des années 60⁹, dont le peuplement a été régi par les mécanismes complexes d'attribution et de localisation : selon eux et pour simplifier, qui dit proximité spatiale de populations hétérogènes dit distance sociale.

Les travaux récents d'Eric Charmes sur les lotissements du péri-urbain¹⁰ nous rappellent tout d'abord que les unités de voisinage concernées, sont d'abord « constituées par le marché immobilier ». La préoccupation majeure de ces habitants une fois établis, concerne la gestion et l'usage des espaces collectifs locaux. C'est souvent à partir de cet enjeu que parvient à se constituer un « nous » d'appartenance, qu'Eric Charmes qualifie de « faible, labile et ouvert », ce qui le conduit à proposer le terme de « clubbisation »¹¹.

En conclusion, il semble bien en effet que ce soient les espaces intermédiaires, les espaces collectifs qui cristallisent les enjeux premiers de « la société des voisins », hantée par des questions sécuritaires. Territoires ouverts à toutes les convoitises, les usages, les pratiques, les appropriations, les dégradations et qui, en étant de plus en plus clôturés, sécurisés par des spécialistes de la surveillance, constituent un bon observatoire de la cohésion sociale contemporaine, loin des « yeux de la rue ».

⁹ « Proximité spatiale et distance sociale – les grands ensembles et leur peuplement », *Revue française de sociologie* 1970, volume 11.

¹⁰ « Entre ouverture et fermeture : les rapports à autrui dans le périurbain », in *La Société des voisins*, *op. cit.*

¹¹ E. Charmes définit ce terme comme « le passage d'une relation au local où la question centrale était les modalités du vivre ensemble et le partage des ressources collectives pour un groupe donné, à une relation où la question centrale est la définition d'un groupe pour le partage de biens donnés » article en ligne « Au delà du rêve de village : le club et la clubbisation » sur le site métropolitiques- eu.

La question du voisinage apparaît toujours comme centrale, à observer le renouveau de manières d'habiter telles que le co-housing ou l'habitat partagé, participatif, autogéré (en vogue à la fin des années 60). Il s'agit en effet de pouvoir « choisir ses voisins », marquant une tendance à l'entre-soi dans les catégories intermédiaires et supérieures, tandis que les locataires d'ensembles collectifs, à vocation sociale, sont enjoint de se confronter à la « mixité sociale », à travers le programme de rénovation urbaine (ANRU). Qui, malgré les importants moyens humains et financiers développés, aboutit à renforcer la mise à l'écart des plus pauvres, et entraîne ce que Agnès Josselin appelle le « dévoisinage »¹².

Nous avons vu à Rouen, à travers l'exemple de l'action de l'association s'opposant notamment à la présence de la fête de la musique sur la place de la Rougemare, se profiler la défense d'un territoire privilégié, sous tendu par un entre-soi, fondé sur le choix de la résidence et sur des habitus socio-culturels partagés. L'ouverture sur l'extérieur se fait à l'occasion de transactions de type commercial que l'association contrôle : vide grenier, marché aux playmobils ou d'activités culturelles. Le repas de quartier est l'occasion de réaffirmer la qualité des habitants à travers la participation très remarquée d'un voisin, le restaurateur étoilé. Ce phénomène contribue-t-il, a-t-il contribué au processus de gentrification en cours de ce secteur ?

A Caudebec les Elbeufs, il s'agit de la fondation d'un lieu d'habitat non choisi, dont les habitants, sous surveillance, parviendront ou non à se fédérer pour défendre leurs conditions de vie, en créant une association affiliée à un syndicat national de locataires. La fête des voisins organisée en 2012 restera sans doute un événement extérieur, instrumentalisé par le bailleur, les élus et les partis politiques et ne répondant pas à leur conception de la fête. Enfin, dans ce village rural, habité de longues dates par les membres de véritables clans familiaux, enracinés sur un territoire restreint, de vieilles maisons sont investies par des nouveaux arrivants, alors que d'autres achètent un terrain et font construire des maisons neuves. Il se pourrait que puisse se constituer une certaine mixité sociale, par agrégation progressive de nouveaux habitants aux profils sociologiques contrastés, un peu à l'image de l'hétérogène proximité analysée dans les quartiers anciens des villes¹³. Ce premier repas collectif nous rappelle cependant qu'il existe un mode d'emploi du voisinage dans un village rural qui tourne le dos à l'anonymat, parfois salutaire, des grandes villes.

¹² « Le dévoisinage », in *Rhizome*, *op. cit.*

¹³ Cf. Colette Pétonnet, *Lieux habités*, éditions Galilée, 1982.

6. Cidades e regiões digitais: uma oportunidade perdida?

Les villes et les régions digitales, une occasion manquée?

Maria João Simões*

Domingos Santos**

Résumé: Dans ce chapitre, nous avons l'intention de faire une réflexion sélective sur les villes et les régions digitales (CRD) au Portugal, ayant comme point de départ, d'une part, le projet de recherche « Des projets à les régions digitales. Quels défis? » qui a parmi ses objectifs de présenter un ensemble de recommandations qui peuvent être utilisées dans le QREN 2007-2013, afin de réduire les contraintes et faire accroître les opportunités pour le développement territorial de ces villes et ces régions et, d'autre part, examiner comment la volatilité des politiques et des mesures de politique, avec des conséquences dans l'élaboration de programmes, peuvent transformé de façon insoutenable des projets de développement tels que ceux mentionnés ci-dessus.

1. Introdução

Sobre a importância das TIC no desenvolvimento territorial tem-se mantido um debate intenso, alargado e também controverso, assente em diversas perspetivas sobre a relação entre tecnologia e sociedade, neste caso específico entre as TIC e o desenvolvimento territorial, com consequências diferentes na conceção e implementação dos projetos assim como nos seus resultados. Essas perspetivas podem ser apresentadas no âmbito de um leque alargado que comporta, de um lado, as teses mais otimistas (suportadas por autores cujo *background* é o determinismo tecnológico e segundo os quais as TIC *per se* colocariam todos os territórios na senda do desenvolvimento) e, de outro, as teses mais pessimistas (suportadas por teorias sociais estruturalistas, no seio das quais a dominação/exploração dos países/regiões mais ricos não permite margens de oportunidade para que os países/regiões mais pobres se possam desenvolver). O objetivo deste capítulo é aprofundar a reflexão sobre a importância das TIC no desenvolvimento territorial com base nas conclusões de um projeto de

* Socióloga, Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior, e investigadora do CICS-UM.

** Doutor em Ciência Aplicada ao Ambiente – Gestão do Território, Instituto Politécnico de Castelo Branco, e investigador do CICS-UM.

investigação – “Dos projetos às regiões digitais. Que desafios?” – financiado pelo POS_C (Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento, QCA III) e publicado em 2008¹. Este projeto de investigação foi levado a cabo durante o ano de 2006 e visava uma avaliação aprofundada da medida 2.3 do POS_C (Projetos Integrados: das Cidades Digitais ao Portugal Digital); pretendia-se também apresentar um conjunto de recomendações (visando a reformulação da medida e consequentemente o desenho dos projetos) que pudessem vir a ser tidas em conta no âmbito do QREN 2007-2013, no sentido de reduzir os constrangimentos e potenciar as oportunidades de desenvolvimento territorial nas designadas cidades e regiões digitais.

Essa reflexão rejeita não só o determinismo tecnológico, pelo facto de não ter em conta fatores sociais que podem inibir ou estimular o desenvolvimento territorial, como também as teorias mais estruturalistas, colocando a tónica numa perspetiva mais realista, que Simões (1995, 2005, 2008) denomina de condicionamento recíproco entre tecnologia e sociedade, em que a possibilidade de desenvolvimento dos territórios está sempre em aberto, dependendo de um conjunto imbricado e articulado de fatores sociais e tecnológicos.

Tendo as diversas abordagens teóricas implicações na conceção das políticas, nas medidas de política e nos projetos, apresentamos na primeira secção o *background* teórico que esteve subjacente ao projeto supracitado, assim como a metodologia que foi adotada.

Segue-se uma abordagem interpretativa e crítica do Programa das Cidades Digitais – entretanto integrado, enquanto medida, num eixo do POSI (Programa Operacional para a Sociedade da Informação) e posteriormente no POS_C (Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento) –, bem como da conceção e implementação dos projetos, que passaram, em grande medida, a ter uma abrangência regional, no sentido de se identificarem as suas forças e fraquezas e se explicitarem os fatores sociais que transformaram aquelas forças em fraquezas no âmbito do desenvolvimento territorial baseado nas TIC.

2. Dos fundamentos teóricos de partida à metodologia do projeto

Pesem embora pontos de similaridade nos diversos discursos sobre o social, seja ele científico, político ou jornalístico, somos confrontados, nos diversos enunciados sobre a realidade social contemporânea, não só com diferentes

¹ Os autores do livro foram Maria João Simões (coord.) e Domingos Santos (ambos autores deste capítulo), e ainda Jan Wolf, Manuel Oliveira e Ricardo Campos.

denominações das sociedades que estão a emergir, como também com identificações diversas dos seus traços distintivos; parecendo haver apenas acordo numa questão: o impacto significativo das tecnologias da informação e da comunicação nas sociedades atuais.

Tais diferenças decorrem de perspetivas de análise distintas, adiante apresentadas, sobre a mudança tecnológica e a mudança social das sociedades contemporâneas. As diferentes perspetivas não só têm implicações na metodologia usada, como têm contribuído para diversas teorias, políticas e programas, com consequências na conceção e implementação de projetos, o que necessariamente conduz a resultados diferenciados no âmbito do desenvolvimento territorial.

Esta secção aborda, embora de um modo bastante sintético, as teorias e a metodologia adotadas.

2.1. Teorias e conceitos: a síntese necessária

Contrariamente à perspetiva do determinismo tecnológico, na perspetiva do condicionamento recíproco, que foi adotada no projeto de investigação “Dos projetos às Regiões Digitais: que desafios?”, parte-se da rejeição de uma relação unidirecional entre tecnologia e sociedade em qualquer dos sentidos, o que implica que se abandonem as relações monocausais entre ambas e a preocupação de se determinar se é a tecnologia ou a sociedade que tem prioridade causal (Hachen, 1988; Edge, 1995). Tal abordagem, como refere Simões (1995, 2005), não subestima o papel da tecnologia, que é efetivamente um fator de estruturação fundamental nas sociedades contemporâneas, uma vez que cada tecnologia, dadas as suas características, estabelece, não de modo autónomo, mas em inter-relação com fatores sociais que com ela interagem, diferentes caminhos de desenvolvimento².

Parece pois ter maior valor heurístico considerar, como aponta Walker (1985: 227), que a história social é um sistema aberto em que os resultados nunca podem ser deduzidos da tecnologia ou de qualquer outra força determinista, não importando qual seja a firmeza que os condicionamentos estruturais possam ter.

A teoria da sociedade em rede proposta por Castells (2002) e partilhada por Dijk (1999), Himanen (2001) e Barney (2004), entre outros, foi também adotada pelos autores no projeto levado a cabo, pela sua capacidade heurística de identificar um conjunto imbricado de fatores sociais e tecnológicos nos processos de desenvolvimento social, embora os autores deste capítulo

² Esta perspetiva está também subjacente nas obras de Lyon (1992), Burns e Flam (2000), Castells (2002), Dijk (1999) e Himanen (2001).

tenham atualmente sobre essa teoria uma perspectiva mais crítica. Tendo em conta essa teoria, as funções e os processos dominantes estão a organizar-se, de modo crescente, em torno de redes, constituindo estas cada vez mais a morfologia das nossas sociedades (Castells, 2002).

As redes são para Barney (2004) constituídas por nós, laços e fluxos. Um nó é um ponto distinto (seja ele uma empresa, uma universidade, um centro de I&D, entre muitos outros) ligado pelo menos a mais outro ponto, que por sua vez estará ligado a outros dois ou mais. Os laços (nomeadamente a correspondência, as ligações por cabo ou por satélite) interligam os nós uns aos outros. Os fluxos (por exemplo: a informação, o conhecimento, o dinheiro) são o que circula entre os nós e através destes por intermédio dos laços.

Os nós poderão ser permanentes ou temporários, ativos, reativos ou passivos, produtores líquidos ou apenas recetores de diversos tipos de fluxos. Os laços poderão ser múltiplos ou singulares, fortes ou fracos, densos ou escassos, multidirecionais ou unidirecionais, paralelos ou intercetantes. Os fluxos, por sua vez, poderão ser constantes ou intermitentes, abundantes ou mínimos, recíprocos ou num só sentido, multidirecionais ou unidirecionais, significantes ou redundantes.

Numa abordagem tecnologicamente determinista, bastaria que as atividades económicas, políticas e sociais dos países e regiões estivessem organizadas em rede. Numa abordagem mais realista – a do condicionamento recíproco –, tal é condição necessária mas não suficiente. A posição que os países e regiões venham a ocupar/ocupem na sociedade global, ou a possibilidade que têm de se reposicionarem, dependerá dos atributos que as redes possuírem, decorrendo aqueles das características que tiver cada um dos seus elementos constitutivos, acima enunciados; quanto mais as características dos nós, laços e fluxos forem próximas das enunciadas em primeiro lugar no parágrafo anterior, mais reforçada será a posição dos países e regiões; quanto mais próximas das enunciadas em segundo lugar, mais despromovidos serão os países e regiões do ponto de vista económico, social e cultural no mundo global. Tal deve-se ao facto enunciado por Himanen (2001: 167) de as redes funcionarem numa lógica binária: inclusão/exclusão.

É fundamental ter presente que, face à reestruturação do capitalismo, os países e as regiões vão agir/reagir a esse processo de modo diverso, consoante a especificidade da sua história, cultura e instituições, ao que acrescentaríamos, como refere Simões (2008), as políticas adotadas, o tipo de parcerias construídas, as capacidades de liderança, entre outros aspetos sociais.

A um nível mais meso foi apresentado o conceito utilizado para as cidades e regiões digitais. Há, como já se referiu, várias teorias (e, por consequência, diversas designações para as cidades e regiões), embora nenhuma delas tenha

ainda um grau suficiente de desenvolvimento teórico, de estabilização e de diferenciação face às suas “concorrentes”. Somos assim confrontados com as designações de cidades e regiões digitais, de cidades e regiões do conhecimento, de cidades e regiões inteligentes, de cidades e regiões criativas, entre outras. Tal proliferação de designações e, também, de teorias do desenvolvimento territorial decorre muitas vezes de modismos ou de teorias que se desenvolvem em paralelo em diferentes países, comportando algumas delas muitos aspetos similares e também designações diferentes para o mesmo fenómeno, permanecendo adiado o necessário confronto teórico, não obstante os benefícios que daí pudessem advir.

Esta pesquisa incidiu sobre cidades e regiões digitais em Portugal, designação adotada nomeadamente no POSI e no POS_C. Considerou-se, no entanto, mais adequado o conceito de regiões do conhecimento, razão pela qual se propôs à tutela a mudança de designação.

Tendo como base o que é proposto por Ergazakis *et al.* (2004, 2006) para uma cidade do conhecimento, diremos que o conceito de região do conhecimento é abrangente, referindo-se a todos os aspetos da vida social, económica e cultural de uma região, e diz respeito às regiões que apostam num desenvolvimento baseado no conhecimento, através de processos que permitem a contínua criação, difusão, partilha, avaliação e atualização do conhecimento, o que implica uma recorrente interação não só dos seus cidadãos como também destes com cidadãos de outras regiões.

Atendendo ao facto de o conhecimento teórico e empírico sobre as regiões do conhecimento ser ainda escasso, confrontaram-se as conclusões deste projeto de investigação com outros estudos já publicados, aclararam-se especificidades da realidade portuguesa e identificaram-se novas pistas de investigação, no sentido de aprofundar a reflexão sobre as características de uma região do conhecimento e sobre os principais fatores que potenciam o seu desenvolvimento.

As experiências internacionais divulgadas por diversos autores, entre os quais as difundidas no livro editado por Carrillo (2006a), embora mais centradas nas cidades, constituíram um significativo ponto de partida. No projeto de investigação já concluído partiu-se com uma preocupação de análise similar: o que distingue uma região do conhecimento de outra que não pode assim ser considerada (Simões, 2008)?

Ergazakis *et al.* (2006) aponta as seguintes características distintivas de uma cidade do conhecimento: vontade política e da sociedade em causa, visão estratégica e formulação de um plano, suporte financeiro, estabelecimento de agências que promovam o desenvolvimento baseado no conhecimento, carácter multiétnico e internacional da cidade, construção de um *site* urbano

ou metropolitano, criação de oportunidades para a criação de valor por parte dos cidadãos e de mecanismos que estimulem e apoiem a inovação. As teorias dos meios inovadores e a dos sistemas regionais de inovação têm apontado, de modo recorrente, para três fatores críticos ao desenvolvimento: a presença de recursos humanos altamente qualificados, a aposta na inovação e o funcionamento em rede. São aspetos também enunciados por Carrillo (2006b) e Martínez (2006), aos quais acrescentam a questão identitária, salientando a pertinência de a visão e a estratégia de cada região serem construídas em função da sua identidade passada e presente.

Absolutamente crítico, nesta matéria, é construir trajetórias de futuro em função dos principais ativos locais e regionais, valorizando o legado cultural, económico-social e político-institucional. O conceito de cidades e regiões digitais (CRD) constituiu, assim, também uma oportunidade para renovar o olhar e a ação sobre as políticas e os instrumentos de animação territorial de base endógena (Santos, 2009).

2.2. Estratégia metodológica

No projeto concluído privilegiou-se uma estratégia intensiva-qualitativa e, de modo suplementar, uma estratégia comparativa (Simões, 2008). A estratégia intensiva-qualitativa foi adotada por ser a mais apropriada para a análise aprofundada de um número restrito de regiões/cidades digitais, permitindo a identificação densa e integrada das suas principais características.

Através da estratégia comparativa, procurou-se captar a diversidade constitutiva das diversas regiões/cidades digitais. No caso específico deste projeto e das CRD selecionadas, para cada uma das vertentes de intervenção assinaladas no Guia de Operacionalização (Dinamização Regional; Governo Eletrónico Local em Banda Larga; Acessibilidades e Infraestruturas), procedeu-se à construção de uma série de atributos dimensionais que foram sendo comparados. Nesta estratégia, ao longo da pesquisa, pese embora o primado da teoria, ocorreu um permanente vaivém entre dedução e indução, o que permitiu que se reconfigurassem as vertentes adotadas e se “afinassem” as suas dimensões. Tendo presentes as orientações metodológicas adotadas, foram utilizados dois tipos de critérios para a seleção dos estudos de caso. No primeiro tipo, foram contemplados os seguintes aspetos externos aos projetos: (i) maior cobertura do território nacional, (ii) regiões do litoral e do interior, (iii) regiões com níveis diferenciados de desenvolvimento económico e (iv) projetos relativos, quer a Cidades, quer a Regiões Digitais. No segundo tipo de critérios de seleção optou-se por estudos de caso cujos projetos tivessem graus diferenciados das seguintes características: (i) capacidade de liderança, (ii) capacidade de mobilização e articulação de parceiros e

entidades, (iii) competências tecnológicas instaladas, (iv) natureza das parcerias, (v) projetos cuja candidatura foi elaborada pelos promotores ou por entidades externas e, ainda, (vi) coerência interna e externa dos projetos. De acordo com os critérios definidos, e após análise documental e entrevistas exploratórias, foram selecionados os seguintes estudos de caso: Beja Digital, Évora Digital, Gaia Digital e Leiria Digital³.

As abordagens intensiva e comparativa visaram identificar as forças e as fraquezas, bem como as suas respetivas causas, e esboçar um conjunto de recomendações que pudessem contribuir para a aprendizagem social não só no campo da formulação de políticas, de projetos e da implementação de ambos, como também na reorientação das práticas dos atores sociais locais e regionais na intervenção para uma sociedade do conhecimento.

Tendo em conta o já explicitado sobre a estratégia metodológica escolhida, no âmbito deste projeto de investigação utilizaram-se as seguintes técnicas de investigação: análise documental, observação não participante, inquéritos por entrevista e análise de sítios.

A explicitação mais pormenorizada das técnicas utilizadas é feita em função de duas fases do estudo. Na primeira fase apostou-se na análise documental e na realização de entrevistas exploratórias. Fez-se a análise de um conjunto alargado de documentos preexistentes sobre os temas em foco, entre os quais: (i) as políticas europeias para a sociedade da informação e do conhecimento⁴; (ii) as políticas nacionais⁵; (iii) os projetos das Cidades e Regiões Digitais e relatórios relacionados com a sua implementação.

Foram realizadas dez entrevistas exploratórias, tendo os seus guiões sido elaborados com base no estado da arte do conhecimento sobre CRD e nas leituras referidas no ponto anterior e que visaram identificar, para cada uma das vertentes de intervenção das CRD, as dimensões mais importantes para o aprofundamento dos estudos de caso e, ainda, os atributos dimensionais para a sua abordagem comparativa⁶.

³ O nível de aprofundamento que se pretendeu, face ao espaço temporal possível para o desenrolar do estudo, não permitiu que se fosse além dos quatro estudos de caso. Contudo, apesar dos constrangimentos temporais, sempre que se justificou, e num número reduzido de dimensões de análise, alargou-se a análise comparativa a outras Cidades e Regiões Digitais sobre as quais já havia conhecimento acumulado.

⁴ A Estratégia de Lisboa e o documento do seu relançamento, os Planos de Ação eEurope 2002 e 2005 e o i2010, entre outros.

⁵ Com particular destaque para o Plano Tecnológico, a Iniciativa Ligar Portugal, o POS_C, o *Guia de Operacionalização das Cidades e Regiões Digitais*, documentação facultada pela UMIC e Gestão do POS_C.

⁶ Com este propósito foram entrevistadas: a Gestora do Eixo 2, a Chefe de Projeto, as Técnicas Superiores que acompanham o projeto de cada uma das CRD que compõem os estudos de caso selecionados e os promotores de dois dos projetos (Leiria Digital e Beja Digital).

Numa segunda fase, realizaram-se entrevistas semidiretivas e procedeu-se à análise de sítios. Foram realizadas 29 entrevistas, tendo sido contempladas as seguintes entidades: a Gestão do POS_C, promotores e parceiros dos projetos e subprojectos, responsáveis pela criação e funcionamento das plataformas regionais, instituições de ensino superior, câmaras municipais⁷, bem como outras entidades públicas e também privadas de referência nas CRD em estudo.

Foram analisados quinze sítios de entidades parceiras dos quatro estudos de caso selecionados, especificamente em áreas transversais aos projetos, que melhor sintetizam os objetivos prioritários definidos no *Guia de Operacionalização das Cidades e Regiões Digitais* (a divulgação e promoção da região, o empreendedorismo e o governo eletrónico). O enquadramento dos sítios foi então efetuado nas categorias de Portal Regional, Portal Camarário, Portal Empresarial e Portal de Turismo, para as quais foi definido um conjunto de métricas nas seguintes dimensões: Segurança e Privacidade, Acessibilidade, Navegabilidade, Conteúdos e Serviços.

3. Dos programas à implementação das cidades e regiões digitais

As cidades digitais reportam-se a um espaço físico comum e delimitado onde se sustentam. As redes comunitárias, de que as cidades digitais são um tipo, começaram a ser implementadas nos EUA, ligadas a projetos que visavam fornecer novos canais de informação e revigorar a participação cívica dos cidadãos ao nível local, contrariando assim a sua crescente apatia política e alienação em relação às questões públicas.

As cidades digitais, salvaguardando embora as diferenças que possam ser encontradas, foram concebidas, segundo Beamish (1995), com os objetivos de: (i) reforçar a comunidade, através do aumento do contacto entre os seus membros, e desenvolvê-la; (ii) melhorar ou revigorar o processo democrático através de cidadãos mais informados e ativos; e (iii) assegurar a inclusão na Idade da Informação, garantindo o acesso à informação e à sua troca. As experiências com cidades digitais alastraram-se pela União Europeia e,

⁷ Sabendo das diferenças territoriais que influenciam a penetração das novas tecnologias nos territórios, pretendeu-se, na seleção dos municípios, obter uma amostra que refletisse as realidades de áreas mais centrais e outras mais periféricas. Assim, selecionou-se, para cada projeto, um município mais dinâmico e populoso e outro de uma zona mais deprimida. As exceções constituem Gaia, que só abrangia um município, e Leiria, em que se optou por incluir também a Marinha Grande, visto esta ter já sido alvo de uma intervenção na primeira geração de Cidades e Regiões Digitais. Em suma, as câmaras selecionadas foram: Gaia, Évora, Mora, Leiria, Marinha Grande, Ansião, Beja e Alvito.

quer nos EUA, quer na Europa, começaram também a variar nos objetivos, dimensão e serviços disponíveis⁸.

A temática das cidades e regiões digitais, assim como as problemáticas mais gerais da sociedade da informação, chegaram tardiamente a Portugal. Essa entrada tardia, associada ao atraso económico estrutural do país, ao défice de cultura tecnológica, a uma sociedade civil frágil e ainda pouco sensível às potencialidades das novas tecnologias são algumas especificidades que terão consequências não desprezíveis no desenvolvimento do país, o que remete, como refere Simões (2005), para a importância da definição e do tipo de políticas que mais rapidamente possam superar esses défices.

Segundo a autora (*ibidem*), é aprovado em 1997 o Livro Verde para a Sociedade da Informação, considerado o documento estratégico onde são definidas as linhas de orientação e os vetores de intervenção que se entendem cruciais para o desenvolvimento sustentado da sociedade da informação em Portugal. É no âmbito da Iniciativa Nacional para a Sociedade da Informação, após aquela aprovação, que é lançado em 1998 o Programa das Cidades Digitais: um dos instrumentos das políticas nacionais para a Sociedade da Informação.

O Programa das Cidades Digitais (MCT, 1998) apresentava os seguintes objetivos: (i) melhorar a vida urbana, (ii) combater a interioridade, (iii) reforçar a competitividade económica e o emprego e (iv) apoiar a integração social e os cidadãos com necessidades especiais⁹. Este programa é, entretanto, integrado no Programa Operacional para a Sociedade da Informação (POSI) aprovado em julho de 2000. Este programa enquadrava-se nas orientações definidas no Programa eEurope e comportava três eixos prioritários, sendo a Medida 2.3 do Eixo 2 designada Projetos Integrados: das Cidades Digitais ao Portugal Digital. O POSI deu, três anos depois, lugar ao Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento (POS_C), onde se manteve no Eixo 2 a mesma medida, tendo a gestão do POS_C começado a mobilizar os promotores dos projetos para candidaturas de maior âmbito territorial: as regiões digitais.

⁸ Uma tendência clara, como refere Simões (2005), foi o progressivo esvaziamento das componentes da participação cívica e do envolvimento dos cidadãos na causa pública.

⁹ Numa primeira fase – a mais experimental do programa (1998-2000) –, foram previamente selecionadas as cidades e regiões onde decorreriam os projetos, a saber: Aveiro, Marinha Grande, Guarda, Bragança, Alentejo, Castelo Branco, Trás-os-Montes e Alto Douro e, ainda, o programa pelas minorias na área da Grande Lisboa e Setúbal. Na segunda fase, iniciada em 2000, surgem novas candidaturas, como por exemplo as de Tavira, Braga, Associação de Municípios da Lezíria do Tejo e Gaia, tendo-se alargado posteriormente a outras cidades e regiões do país. Uma análise dessa primeira fase pode ser encontrada em Simões (2005).

A designação Cidades e Regiões Digitais, como se refere na Atualização do Estudo de Avaliação Intercalar do POSI/POS_C realizada em 2005¹⁰, remete para uma abordagem territorializada de desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento (SIC) e seria essa a vertente que poderia congregar mais virtualidades para a Medida 2.3. No entanto, quer nos instrumentos de política da União Europeia (nomeadamente nos Planos de Ação eEurope 2002 e 2005 e i2010), quer nos nacionais (tanto no POSI, como posteriormente no POS_C), continua a prevalecer uma abordagem sectorial da Sociedade da Informação centrada na eEducação, eInvestigação, eSegurança, eComércio, eAcessibilidades, entre outras.

As políticas europeias e nacionais com uma matriz eminentemente sectorial deixam menores margens de manobra para políticas coerentes de desenvolvimento territorial. A dificuldade de se pensar, a nível regional e nacional, em termos de território está bem expressa na incoerência manifesta na redação do POSI e do POS_C, onde se saltita, de um modo incongruente, de políticas e medidas sectoriais para políticas de desenvolvimento territorial, repetindo inclusivamente medidas nos dois âmbitos.

Acrescente-se, por outro lado, que o debate e os projetos em torno das cidades e regiões digitais surgem, na sua grande maioria, em cada um dos territórios, desligados não só de outras políticas (económicas, de inovação, urbanas, educativas, etc.) como também de outros projetos aprovados com base em outros programas nacionais e comunitários, alguns deles concebidos no âmbito de uma abordagem territorial do desenvolvimento, como foi o caso do LEADER. Pode-se pois afirmar que se estava perante um quadro manifesto de desarticulação e inconsistência entre políticas, medidas de política, programas e projetos.

A Medida 2.3. do POSI (Projetos Integrados: das Cidades Digitais ao Portugal Digital) faz uma abordagem sectorial e não integrada das cidades digitais.

Para além dos aspetos enunciados, tal dever-se-á, também e em certa medida, ao facto, já expresso por Simões (2005), de não ser apresentado em nenhum dos instrumentos de política nacional acima referidos uma definição de Cidade ou Região Digital.

Apresentado em 2003, o *Guia de Operacionalização das Cidades e Regiões Digitais* foi um marco significativo de um processo de aprendizagem social sobre as cidades e regiões digitais, por parte da gestão do POS_C, da

¹⁰ Estudo elaborado para o POSI/POS_C pelo consórcio Quatenaire/IESE (2005) e coordenado por António Figueiredo e António Oliveira das Neves, em que participaram os autores deste capítulo integrando aquela equipa para a realização dos estudos de caso da Medida 2.3 (Projetos Integrados: das Cidades Digitais ao Portugal Digital).

coordenação da medida das CRD e da sua equipa técnica (Simões, 2008). Nesse Guia é já apresentado um conceito de Cidade/Região Digital:

Uma Cidade/Região Digital é uma rede de infra-estruturas digitais, instituições e competências que dão suporte ao desenvolvimento do capital social e à criação, acumulação e difusão de conhecimento sobre um determinado território. Os seus objectivos são: (a) reforçar o capital social de uma região; (b) estimular a aprendizagem contínua; e (c) embeber as tecnologias de informação na rotina diária do governo local e da sociedade civil, de forma a aumentar a competitividade através de sistemas de inovação regionais, melhorar a qualidade de vida nas áreas rurais e urbanas, promover a participação dos cidadãos e desenvolver a economia de uma área geográfica de forma sustentada. (POSI/UMIC, 2003: 15).

Por outro lado, como se refere na Atualização do Estudo de Avaliação Intercalar do POSI/POS_C, começa também a ser esboçada, a vários níveis, uma abordagem territorializada do que é uma cidade/região digital. Nesse sentido, estipula-se, em primeiro lugar, que 20% a 30% do peso da candidatura terão de ser orientados para projetos de interesse específico para uma determinada região ou sector, o que pode permitir uma maior ligação ao território alvo de intervenção e à sua identidade. Em segundo lugar, considera-se que, para a conceção de uma candidatura, é crucial auscultar e mobilizar a sociedade civil e empresarial para que possam ser integradas ideias e projetos de toda a região. Em terceiro lugar, é dado destaque, na definição do conceito de região digital, ao desenvolvimento do capital social. Especifica-se, em quarto lugar, que 50% ou 60% do peso da candidatura serão canalizados para projetos cujo desenvolvimento transversal é essencial para a construção de uma cidade/região digital (*ibidem*: 19)¹¹.

Em quinto lugar, a opção de criar regiões digitais em detrimento de cidades digitais implicava o desenvolvimento de uma plataforma tecnológica regional comum que designámos por Centro Tecnológico Único (CTU), a partilhar por todos os parceiros, de forma a permitir a consolidação de várias aplicações, conteúdos e serviços, a escalabilidade e disponibilidade do sistema, a segurança e a racionalização dos recursos técnicos, humanos e financeiros (Simões, 2008). Os elevados custos financeiros dessas plataformas e a sua grande capacidade de armazenamento de informação não justificavam

¹¹ Pesem embora as especificações acima referidas, que reportam para o conceito utilizado, não há, em grande medida, tradução delas nas fichas explicativas das vertentes de intervenção e nas fichas de subprojetos do Guia de Operacionalização, embora ambas sejam colocadas a título ilustrativo, dando aos promotores das regiões digitais grande margem para serem criativos.

a sua criação ao nível mais restrito das cidades digitais, onde eram grandemente subutilizadas.

Os projetos de cidades e regiões digitais, de acordo com o mesmo Guia, teriam de ser concebidos e implementados em parceria. Aquele instrumento de orientação apontava ainda para uma abordagem supramunicipal, tendo as Associações de Municípios assumido um papel de destaque e sido, aliás, as promotoras da maioria dos projetos de CRD.

Os dois últimos aspetos enunciados remeteram para uma questão incontornável que foi introduzida nesse projeto de investigação: a reflexão sobre as cidades e regiões digitais não podia ser desligada do debate sobre a governação (Simões, 2008).

O Guia de Operacionalização marcou uma viragem algo significativa no que poderiam vir a ser as cidades e regiões digitais, constituindo um documento mais coerente, mais articulado e mais estratégico sobre o desenvolvimento territorial.

Os promotores dos projetos das CRD agiram/reagiram de modo diferenciado aos novos desafios que se estavam/estão a colocar à escala global e apropriaram-se, também, de modo distinto dos diversos instrumentos de política acima referidos, nomeadamente do *Guia de Operacionalização das Cidades e Regiões Digitais*. O Guia foi mal recebido pela maioria dos promotores dos projetos já em curso, que resistiram a uma transformação que apontava para a reestruturação das candidaturas com base em apostas estratégicas baseadas nas especificidades das regiões, entre outros requisitos acima referidos, vencendo a resistência à mudança. Reações distintas contribuíram necessariamente para resultados diferentes, que são analisados na secção seguinte.

4. Das fraquezas às forças que também se podem tornar fraquezas

No cômputo geral, destacaram-se, nos projetos das CRD, aspetos bastante positivos, nomeadamente, no campo da infraestruturação dos territórios, a colocação na agenda de entidades locais da temática da sociedade do conhecimento e do mapeamento dos recursos institucionais e competências disponíveis nos territórios.

Os projetos das cidades e regiões digitais e os resultados alcançados foram contudo bastante diferenciados. Pode afirmar-se que, se em casos extremos não se ultrapassou a fase de conceção do projeto, em outras regiões encetaram-se processos de desenvolvimento baseado no conhecimento, embora, manifestamente, se tratasse ainda de um processo embrionário que carecia de apoio e posterior aprofundamento (Simões, 2008).

A falta de massa crítica e de criatividade associada a uma prática instalada de elaborar candidaturas a vários programas sem se ter em conta qualquer orientação estratégica, levou a que, também no caso POSI/POS_C, as candidaturas das várias regiões fossem muito similares, independentemente dos contextos e das especificidades das regiões. Os projetos das CRD implicavam financiamentos avultados e, por esse facto, dada a falta de massa crítica em algumas regiões, teria sido mais adequada a solução de se fazerem projetos-pilotos em algumas regiões, os quais, no caso de serem bem-sucedidos, poderiam constituir meios de aprendizagem social para outras regiões. Este é um domínio das políticas públicas em que se deve apostar numa dimensão experimentalista e pedagógica – e não foi isso que sucedeu. Aliás, como sublinha Santos (2000; 2011), um dos problemas nucleares que se torna curial atacar prende-se com o facto de muitos espaços territoriais, em particular os mais deprimidos, serem tipicamente afetados por capacidades muito limitadas de aprendizagem que são a verdadeira causa da sua anemia social e económica. Nesse sentido, o principal foco de intervenção das políticas públicas deveria basear-se na promoção de dinâmicas alargadas, inclusivas e interativas de aprendizagem coletiva e de reorganização institucional.

O *Guia de Operacionalização das Cidades e Regiões Digitais* apresentava quatro vertentes de intervenção que deveriam ser contempladas nas candidaturas à medida 2.3 do POS_C (Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento): dinamização regional, acessibilidades, governo eletrónico e infraestruturas.

O permanente vaivém entre dedução e indução, no âmbito do projeto levado a cabo, permitiu que se afinassem e recompusessem as vertentes referidas, tendo sido adotadas as seguintes: acessibilidades, governo eletrónico, competitividade territorial e sistema de informação regional. A dinamização regional para a sociedade do conhecimento deixou, pois, de ser considerada uma vertente a contemplar nos projetos, de modo a constituir-se no seu principal objetivo, que poderia ser concretizado através das vertentes assinaladas.

Com o projeto de investigação “Dos projetos às Regiões digitais: que desafios?” não se pretendeu estabelecer uma hierarquia dos projetos das cidades e regiões digitais em função do sucesso obtido na sua conceção e implementação. Pelo contrário, apostou-se na apresentação de contributos fundamentados que permitissem (re)pensar o modelo, as metodologias e os projetos de cidades e regiões digitais, no sentido de tal reflexão poder ter efeitos no novo QCA, sendo para o efeito necessário identificar as principais forças e fraquezas e formular, de um modo seletivo, um conjunto de recomendações. Propôs-se ainda que, no âmbito do QCA seguinte, se substituísse a designação CRD por Cidades e Regiões do Conhecimento.

Quadro 1. Cidades e Regiões Digitais: Forças e Fraquezas

CIDADES E REGIÕES DIGITAIS	
FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • A colocação da problemática da sociedade do conhecimento na agenda política local/regional. • O esforço de infraestruturização dos territórios. • A significativa cobertura das regiões com postos públicos que permitem o acesso físico às TIC. • O mapeamento de recursos institucionais existentes e os passos conducentes ao fomento do diálogo entre interatores locais e o maior conhecimento mútuo. • A emergência de lideranças com estratégia e capacidade de arrastamento. • Projetos de CRD e subprojectos passíveis de transferibilidade e de processos de aprendizagem social noutras regiões. • Os ganhos de escala conseguidos com a nova geração de projetos, que passaram maioritariamente a ser de abrangência regional. • Os avanços conseguidos em alguns segmentos do governo eletrónico. • A modernização tecnológica das autarquias. • A indução da procura de competências especializadas na área das TIC por parte das Câmaras Municipais, Associações de Municípios e outras entidades promotoras. • Dos processos de acompanhamento e avaliação de projetos por parte da gestão dos programas, muito concentrados na execução financeira, registou-se, no caso da gestão do POS_C e da medida das CRD, a passagem para uma avaliação centrada em objetivos de eficácia. 	<ul style="list-style-type: none"> • O défice de conhecimento teórico sobre a sociedade do conhecimento enquadrador da ação. • A dificuldade de passagem de um paradigma de <i>(e)government</i> para um de <i>(e)governance</i>. • O défice de reflexão estratégica. • As abordagens redutoramente tecnocêntricas. • A verticalização/sectorialização das intervenções. • A inexpressiva orientação dos projetos para a esfera empresarial, científica e sociocultural. • O défice de cultura relacional e de criação de dinâmicas coletivas de aprendizagem • Os défices de modernização organizacional nas autarquias e a ausência de indicadores de <i>back office</i> e de procura de informação e de serviços. • A escassez de projetos que atenuem ou contribuam para não aprofundar formas de infoexclusão pós acesso físico às TIC. • O défice em matéria de formação de recursos humanos especializados. O reduzido impacto em termos de emprego direto e indireto gerado. • A escassez de uma cultura de avaliação nas regiões. • A dificuldade encontrada em garantir a sustentabilidade de diversos projetos. • A excessiva municipalização dos projetos. • A instabilidade associada a querelas político-partidárias e localistas.

Depois de elencadas as forças e as fraquezas, procedeu-se, como se referiu acima, à elaboração de um conjunto de recomendações que podem ser consultadas no livro publicado em 2008 com o mesmo nome do projeto. Não se achou pertinente apresentá-las, pois, como adiante se explica, as forças encontradas foram/podem transformar-se em fraquezas: por inconsistência e pela recorrente alteração de políticas no país, neste caso concreto, a medida das CRD foi abolida.

Se, por um lado, no âmbito do POS_C (em particular nos últimos anos: 2005-2006) se procurava, através de processos de aprendizagem social e de reflexividade social, melhorar a medida das CDR, por outro, no programa LIGAR Portugal (Programa Nacional para a Sociedade de Informação integrado no Plano Tecnológico) do XVII Governo Constitucional (2005-2009), as CRD não são contempladas nos seus objetivos, linhas estratégicas e ações, reforçando-se uma abordagem sectorial de intervenção. Nessa linha de atuação, no âmbito do QREN 2007-2013, o POS_C é abandonado e as medidas destinadas às CRD passam a ser financiadas pelas CCDR (Comissões de Coordenação do Desenvolvimento Regional) que, em paralelo com outras áreas, foram abrindo concursos naquele domínio de modo sectorial, esporádico e pontual; além do mais, não foi acautelada a transferibilidade do conhecimento entretanto obtido ao longo da vigência do Programa Cidades e Regiões Digitais iniciado durante o XV Governo Constitucional e prolongado até ao XVII Governo. Face à não continuidade de políticas e medidas e ao modo intersectante como as acima referidas foram elaboradas, ficou-se perante a morte anunciada das CRD...

Perderam-se o *know-how* e a aprendizagem sociais adquiridos ao longo de todo o processo. As forças identificadas que necessitavam de um processo de aprofundamento só possível com a continuidade das políticas poderão transformar-se/transformaram-se em fraquezas. Os projetos das CRD poderão ser hoje recordados nas regiões como mais um dos muitos projetos de que não se aproveitaram as suas potencialidades, importando referir ainda o enorme desperdício financeiro de todo o processo.

Está-se perante mais um caso de insucesso devido, por um lado, à volatilidade de políticas, ou seja, a políticas *stop and go* que têm sido definidas por sucessivos governos em vários domínios, incluindo o da sociedade do conhecimento; por outro lado, à definição de políticas ancorada no determinismo tecnológico, o que leva a partir-se do pressuposto de que um significativo investimento na infraestruturização tecnológica conduziria inexoravelmente à emergência de regiões digitais/do conhecimento, tornando desnecessária a manutenção da medida das CRD.

Como se disse em outra secção, perspetivas distintas da relação entre tecnologia e sociedade conduzem a políticas, medidas e projetos distintos,

necessariamente com resultados diferentes. Uma perspectiva baseada no condicionamento recíproco entre tecnologia e sociedade pressuporia outras políticas... Ou, retomando a terminologia de Barney (2004), as redes são constituídas por nós, laços e fluxos, mas só os nós podem fazer a diferença no sentido de acionarem laços e fluxos que conduzam ao desenvolvimento de regiões do conhecimento...

Bibliografia

- BARNEY, Darin (2004), *The Network Society*. Cambridge: Polity Press.
- BEAMISH, Anne (1995), "Communities on-line: Community-based computer networks", Massachusetts, dissertação para o grau de master no Massachusetts Institute of Technology, disponível em <http://alberti.mit.edu/anneb/cn-thesis/html/toc.html> [2000].
- BURNS, Tom & FLAMES, Helena (2000), *Sistemas de Regras Sociais – Teorias e aplicações*. Oeiras: Celta.
- CASTELLS, Manuel (2002), *A Sociedade em Rede*, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARRILLO, F. Javier (ed.) (2006a), *Knowledge Cities – Approaches, experiences, and perspectives*. Oxford: Butterworth-Heineman.
- CARRILLO, F. Javier (2006b), "A taxonomy of urban capital", in Carrillo, F. Javier (ed.) (2006), *Knowledge Cities – Approaches, experiences, and perspectives*. Oxford: Butterworth-Heineman, pp. 43-58.
- CYTED, RICYT & ISCTE (2005), "Manual de Lisboa. Pautas para la interpretación de los datos estadísticos disponibles y la construcción de indicadores referidos a la transición de Iberoamérica hacia la Sociedad de la Información", Tercer Taller de Indicadores de Sociedad de la Información. Lisboa, 29 e 30 de setembro.
- DIJK, Jan van (1999), *The Network Society*. Londres: Sage.
- EDGAR, Laura *et al.* (2006), "Partnerships: putting good governance in practice, Institute on Governance", disponível em http://www.iog.ca/publications/2006_partnerships.pdf [2007].
- EDGE, David (1995), "The social shaping of technology", in Heap, Nick *et al.* (eds.), *Information Technology and Society*. Londres: Sage, pp. 14-32.
- ERGAZAKIS, K.; METAXIOTIS, K. & PSARRAS, J. (2006), "An emerging pattern of successful knowledge cities' main features", in Carrillo, Francisco Javier (ed.) *Knowledge Cities – Approaches, experiences, and perspectives*. Oxford: Butterworth-Heineman, pp. 3-15.
- ERGAZAKIS, K.; METAXIOTIS, K. & PSARRAS, J. (2004), "Towards knowledge cities: conceptual analysis and success stories", *Journal of Knowledge Management*, vol. 8, pp. 5-15.
- GRONLUND, A. (2005), "What's in a field – Exploring the eGovernment domain", in Proceedings of the 38th Annual Hawaii International Conference on System Sciences (Hicss'05) – Track 5 – Volume 05, disponível em <http://dx.doi.org/10.1109/HICSS.2005.690> [2008].
- HACHEN Jr., David (1988), "The delicate balance: technology and control in organizations", *The British Journal of Sociology*, vol. XXXIX, n.º 3, pp. 337-357.

- HIMANEN, Pekka (2001), *The Hacker Ethic – And the spirit of the Information Age*. Londres: Secker & Warburg.
- LANDABASO, M.; OUGHTON, C. & MORGAN, K. (2001), “Innovation networks and regional policy in Europe”, in K. Koschatzky, M. Kulicke & A. Zenker (eds.), *Innovation Networks. Concepts and challenges in the European perspective*. Heidelberg: Physica-Verlag, pp. 243-273.
- LUNDVALL, B.-A & BORRAS, S. (1999), *The Globalising Learning Economy: Implications for Innovation Policy*. Luxemburgo: CCE.
- LYON, David (1992), *A Sociedade da Informação*. Oeiras: Celta.
- MARTÍNEZ, S. (2006), “A comparative framework for knowledge cities”, in Carrillo, F. Javier (ed.) *Knowledge Cities – Approaches, experiences, and perspectives*. Oxford: Butterworth-Heinemann, pp. 17-30.
- MORGAN, Kevin (1997), “The learning region: institutions, innovation and regional development”, *Regional Studies*, 31 (5), pp. 491-503.
- SANTOS, D. (2011), *Dinâmicas Territoriais de Inovação no Arco Urbano do Centro Interior. O caso do sector têxtil-confeções*. Fomalicão: Húmus.
- SANTOS, D. (2009), “Teorias de inovação de base territorial”, in José Silva Costa & Peter Nijkamp (coords.), *Compêndio de Economia Regional – Teoria, temáticas e políticas*. Cascais: Principia, pp. 319-352.
- SANTOS, D. (2000), “Innovation and territory: which strategies to promote regional innovation systems in Portugal?”, *European Urban and Regional Studies*, 7 (2), pp. 147-156.
- SANTOS, D. & SIMÕES, Maria João (coords.) (2008), *Dinâmica Socioeconómica da Fileira da Madeira em Concelhos do Pinhal Interior Sul: Uma análise através do conceito de meio inovador*. Covilhã: Serviços Gráficos da Universidade da Beira Interior.
- SIMÕES, Maria João (coord.) (2008), *Dos Projectos às Regiões Digitais: que desafios?*. Lisboa: Celta.
- SIMÕES, Maria João (2006), “Contributos para uma Sociologia da Tecnologia”, *Configurações*, n.º 2, pp. 75-88.
- SIMÕES, Maria João (2005), *Política e Tecnologia*. Oeiras: Celta Editora.
- SIMÕES, Maria João e RATO, Berta (coords.) (2001), *Potencialidades de Desenvolvimento de Concelhos da Serra da Estrela*. Lisboa: OEFP.
- SIMÕES, Maria João (1995), “Mudança tecnológica e mudança social: o caso das Tecnologias da Informação”, Provas de Aptidão Científica e Pedagógica. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- SMITH, Keith (1997), “Economic infrastructures and innovation systems”, in Charles Edqvist (ed.), *Systems of Innovation: Technologies, institutions and organisations*. London: Cassel.
- ST-AMANTS, Gilles (2005), “E-gouvernement: cadre d’évolution de l’administration électronique”, *Systèmes d’Information et Management*, vol. 10, n.º 1, ABI/INFORM Global, pp. 15-39.
- WALKER, Richard (1985), “Technological determination and determinism: Industrial Growth and location”, *Urban Affairs Reviews*, vol. 28, pp. 226-264.

Outras fontes

- AAVV (2006), *Interim Report, A Legal and Institutional Analysis of Barriers to eGovernment*, Oxford Internet Institute, gov3, TILT, CRID e Universidade de Múrcia.

- COMISSÃO Europeia (1999), “Sociedade da informação e desenvolvimento regional. Intervenções FEDER 2000-2006 – Critérios de avaliação de programas”, disponível em http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/working/doc/rev_pt.pdf [2007].
- COMMISSION des Communautés Européennes (2003), *Politique de innovation: Mise à jour de l'Union dans de contexte de la stratégie de Lisbonne*. Bruxelles: CCE.
- COMMISSION of the European Communities (2005), *Communication to the Spring European Council – Working together for growth and jobs – a new start for the Lisbon Strategy*. Bruxelles: CCE.
- EUROPEAN Commission (2005), *Challenges for the European Information Society beyond 2005*, COM (2004) 757 final. Brussels: EC.
- MINISTÉRIO da Ciência e Tecnologia (2005), Ligar Portugal, disponível em <http://www.ligarportugal.pt/pdf/ligarportugal.pdf> [2008].
- MINISTÉRIO da Ciência e Tecnologia (1998), Programa Cidades Digitais, disponível em www.fct.mct.pt [2000].
- OECD (2004), *The Economic Impact of ICT. Measurement, Evidence and Implications*. Paris: OECD Publications Service.
- OECD (2004), *Principles of Corporate Governance*, disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/32/18/31557724.pdf> [2008].
- OCDE (1994), *Technology and the Economy: The key relationships*. Paris: OECD Publications Service.
- POSI/UMIC (2003), *Guia de Operacionalização Cidades e Regiões Digitais*. Lisboa: POSI/UMIC.
- PricewaterhouseCoopers (2004), *Rethinking the European ICT agenda. Ten ICT-breakthroughs for reaching Lisbon goals*. Hague: Netherland Ministry of Economic Affairs.
- QUATERNAIRE Portugal e IESE, (2005) *Atualização do Estudo de Avaliação Intercalar do POSI/POSC. Relatório Final* Porto: Quaternaire Portugal, IESE.
- UNESCO (2003), *Science in the Information Society*, UNESCO Publications for the World Summit on the Information Society. Paris: Unesco.

Outros sítios consultados

http://ec.europa.eu/information_society/eeurope/i2010/index_en.htm

http://ec.europa.eu/information_society/eeurope/2002/index_en.htm

<http://www.planotecnologico.pt/> (Plano Tecnológico do XVII Governo Constitucional)

7. Economia e cidades criativas em regiões de baixa densidade: reexame e implicações de política pública

Économie et villes créatives en régions à faible densité : réexamen et implications pour la politique publique

Alcino Pinto Couto*

Résumé: L'économie créative a mobilisé l'intérêt des chercheurs et de la politique publique. Moins consolidé, théorique et empiriquement, est l'étude de sa viabilité dans le contexte des territoires de faible densité. Nous questionnons le focus de la politique publique sur les dimensions conceptuelles et opérationnelles de l'économie créative (industries, *clusters* et Régions) comme un modèle d'organisation industrielle. On préconise une réorientation centrée sur les travailleurs créatifs et sur sa diffusion par le territoire et le tissu économique. Cette réorientation doit être liée à la stratégie *Penser Local, Agir Global*. L'objectif est la affirmation globale positivement différencié des actifs territoriaux. Cela implique le rôle des petites villes et villes moyennes comme espaces d'aménités et aussi bien comme *hub* de développement des dynamiques créatives et de sa valorisation économique.

1. Introdução

A economia criativa (*creative economy*) tem mobilizado o interesse dos investigadores e da política pública. A criatividade é tida como o recurso fundamental da economia baseada no conhecimento. A literatura reconhece o seu contributo para o crescimento do produto, do emprego e do investimento (cf. e.g. UNCTAD, 2010 e 2008; KEA, 2006; Jayne, 2005; Florida e Tinagali, 2004; Howkins, 2001) e a resiliência face à crise financeira (cf. e.g. Gabe *et al.*, 2013; Jakob, 2013).

As componentes conceptuais e operativas da economia criativa – *creative industries*, *creative clusters* e *districts*, *creative cities* e *creative class* – mais comumente examinadas encontram-se vinculadas às economias de aglomeração (cf. e.g. Chapain *et al.*, 2013 e 2010; UNESCO, 2009; Cooke e Lazzaretti, 2008; Lazzaretti *et al.*, 2008; Florida, 2005 e 2002). Estas

* Sociólogo e economista, Professor de Economia no Departamento de Gestão e Economia da Universidade da Beira Interior.

poderão ser tidas como barreiras à disseminação territorial da valorização económica da criatividade e dos seus modelos de organização.

Menos consolidado, teórica e empiricamente, encontra-se o estudo da sua viabilidade no contexto de territórios de baixa densidade (cf. e.g. Skoglund and Jonsson, 2012; Selada *et al.*, 2012). A premissa de que partimos para a análise da aplicação do argumento da criatividade a territórios de baixa densidade apoia-se nos requisitos de que a sua sustentabilidade depende da sua capacidade de gerir fluxos num quadro de globalização e de que a criatividade constitui um dos recursos críticos. A literatura reconhece a tecnologia, a procura e o turismo como motores da economia criativa à escala global (cf. UNCTAD, 2010). Tais forças parecem oferecer também oportunidades às economias dos territórios de baixa densidade.

Este trabalho questiona e debate, por um lado, os conceitos da economia criativa e a sua viabilidade instrumental para os territórios de baixa densidade; por outro, o enfoque da política pública nos níveis das indústrias, dos *clusters* e dos distritos como modelo de organização industrial, sustentando a necessidade de uma reorientação focada na ocupação de capital humano criativo – trabalhadores criativos – e na sua disseminação pelos tecidos económico, social, cultural, ambiental e institucional.

A esta introdução segue-se o exame de questões conceptuais visando estabelecer, de modo instrumental, os contornos do debate. De seguida, procede-se a uma análise exploratória da relação entre criatividade, indústrias criativas, emprego criativo e inovação. Na secção seguinte, os diferentes conceitos de proximidade são reexaminados, bem como o modo como se combinam e influenciam o desempenho económico. Alguns aspetos da relação entre globalização e os territórios de baixa densidade são analisados na secção seguinte. Sublinha-se a relevância dos motores da economia criativa à escala global e o valor crucial da capacidade de gestão de fluxos para os territórios de baixa densidade sustentado no emprego criativo e na função de cidades de pequena e média dimensão. Finalmente, procede-se a algumas considerações finais.

2. Questões conceptuais: contornos do debate

Deve-se a Schumpeter (1942) a formulação da criatividade como conceito económico. Para o autor, a *destruição criativa* presente nas dinâmicas industriais constitui a força motora da mutação e desenvolvimento das estruturas económicas. Tal movimento caracteriza-se por uma contínua obsolescência de estruturas, processos e produtos decorrente do uso económico de novas ideias.

A relação entre criatividade e desenvolvimento económico conheceu na última década um interesse renovado por parte dos analistas e decisores económicos e políticos com a formulação por Howkins (2001) do conceito de economia criativa. Howkins confere ao conceito um âmbito relativamente alargado, ao identificar quinze indústrias cujo espectro abrange desde as artes até diferentes domínios da ciência e tecnologia. Os desenvolvimentos conceptuais posteriores observados são marcados por uma proliferação de categorias económicas operativas da criatividade, cuja imprecisão semântica e uso frequentemente indiferenciado têm constituído uma barreira a uma abordagem mais rigorosa e consistente necessária ao avanço da compreensão dos fundamentos da economia criativa. Os conceitos de *cultural e creative industries* (cf. e.g. Skoglund e Jonsson, 2012; UNCTAD, 2010; Jayne, 2005), *creative clusters* (cf. e.g. Chapain *et al.*, 2010; Cooke e Lazzarretti, 2008), *creative districts* (cf. e.g. Santagata, 2006), *creative regions* (cf. e.g. Chapain *et al.*, 2013), *creative cities* (cf. Lee e Rodríguez-Pose, 2013; UNCTAD, 2010; Cooke e Lazzarretti, 2008) e *creative class* (cf. e.g. Florida, 2002), entre outros, traduzem uma diversidade não apenas justificável pelo enfoque quanto à unidade de análise, mas também uma posição incipiente quanto à estabilidade conceptual.

Para a finalidade do nosso trabalho, não é relevante um esforço de clarificação dos contornos de debate sobre a questão, mas sim a identificação e discussão de fundamentos e de elementos da economia criativa com significado analítico para exame do grau de difusão territorial deste modelo económico. Em particular, é importante discutir aspetos que evidenciam a relevância do impacto da criatividade nos resultados económicos, bem como as dinâmicas através das quais o recurso criatividade é criado e acumulado.

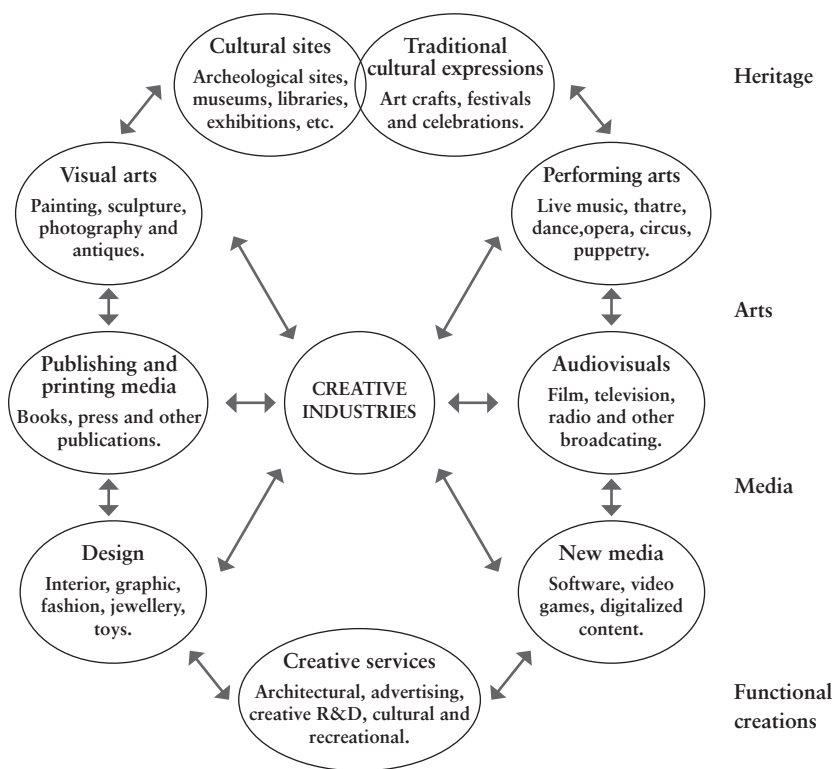
O conceito de criatividade não é objeto de consenso. O maior problema parece colocar-se quanto à consideração da criatividade como um atributo individual ou de processo social através do qual se usam ideias para produzir novas ideias (cf. UNCTAD, 2010; Howkins, 2001). Em todo o caso, o uso de ideias para produzir novas ideias não constitui um facto novo nem sequer estritamente económico. De facto, são reconhecidos três domínios de incidência do conceito criatividade: estético (novas ideias e formas de interpretação do mundo expressas em texto, som e/ou imagem), científico (vinculação da curiosidade e das novas ideias à solução de problemas) e económico (valorização económica bem-sucedida de novas ideias) O que parece ser verdadeiramente novo é a natureza e a magnitude da relação entre os diferentes domínios de incidência da criatividade e a criação de rendimento, bem como o modo como se combinam para expandir a cadeia de valor das diferentes atividades económicas. Como recurso económico, a criatividade

tem vindo a assumir uma importância crescente na valorização dos fatores e das atividades produtivas, quer tradicionais, quer em declínio e emergentes. Observa-se um papel determinante, por um lado, quanto à integração na economia de atividades e recursos até recentemente não considerados ou com pouca expressão no mercado; por outro, quanto à revitalização de atividades em fase de declínio (UNCTAD, 2010 e 2008).

A UNCTAD (2010: 8) organiza o desenvolvimento das indústrias criativas em torno de quatro grandes eixos: património, artes, mídia e criações funcionais.

Como se observa na Figura 1, o modelo da UNCTAD sustenta uma perspectiva mais abrangente das atividades criativas do que a apresentada por outros modelos presentes na literatura, nomeadamente: *DCMS model*,

Figura 1. Classificação de indústrias criativas



Source: UNCTAD: 8.

symbolic text model, *concentric circle model* e *WIPO copyright model*. O modelo incorpora todas as atividades econômicas com recurso significativo à componente artística e estética, mas também à combinação desta com as criatividades científica e econômica.

Assim, o âmbito apresentado situa-se além do sector cultural, integrando quer atividades a montante, como as relacionadas com o património, o conhecimento, atividades tradicionais e a ciência, quer a jusante, mais próximas do mercado, como publicidade, marketing e publicações. Uma outra característica importante é, não apenas a consideração da integração da componente estética com componentes da criatividade, como os conhecimentos tradicional e científico, mas também o reconhecimento de que a criatividade está presente e é estimulada pela densidade das relações entre os diferentes sectores da economia.

Uma outra questão relevante no debate relaciona-se com a importância dos fundamentos territoriais na organização das dinâmicas das atividades criativas. Os diferentes modelos de análise da economia criativa, independentemente da unidade de análise adotada (regiões, cidades, distritos, *clusters*), sustentam a emergência e a *performance* das atividades criativas nas economias de aglomeração. Um papel crítico é atribuído à economia urbana dada a importância da proximidade geográfica e da diversidade na sua organização. Acresce ainda o ambiente favorável à cooperação entre atores heterogêneos, disponibilidade de capital humano, circulação de informação e acumulação de conhecimento tácito (cf. e.g. Reimer *et al.*, 2008; Asheim *et al.*, 2007). São inúmeros os estudos que examinam e sustentam as particularidades dos *territórios criativos* com referência à importância das economias de aglomeração e à dimensão crítica necessária à sua viabilidade expressas no protagonismo atribuído a cidades como Nova Iorque, Los Angeles, Londres, Paris, Barcelona, entre outras (cf. e.g. Chapain *et al.*, 2013; Cooke e Proprius, 2011; UNCTAD, 2010 e 2008; Cooke e Lazzaretti, 2008). O limiar crítico das economias de aglomeração também se revela elevado quando é analisado do ponto de vista do capital humano criativo. Para Florida (2005, 2004 e 2002), a economia criativa encontra os seus fundamentos na classe criativa, mas esta tende a localizar-se nas grandes áreas metropolitanas. Para além das amenidades, apenas estas áreas partilham dos três argumentos de atração e fixação vitais: tecnologia, talento e tolerância. O exame da aplicabilidade e desenvolvimento do conceito de economia criativa a regiões de menor densidade e concentração de população e recursos tem merecido uma atenção crescente (cf. e.g. Sands e Reese, 2013; Selada *et al.*, 2012; INTELI, 2011; Chapain e Comunian, 2010; Lazzaretti *et al.*, 2008; McGranahan e Wojan, 2007; Bell e Jayne, 2003). Contudo, os

resultados não são consistentemente conclusivos, carecendo a questão de investigação adicional que suporte desenvolvimentos quer conceptuais, quer metodológicos e de medida.

3. Criatividade, indústrias criativas, emprego criativo e inovação

Estudos recentes têm vindo a explorar a relação entre criatividade e inovação para uma melhor compreensão não apenas dos resultados económicos da criatividade e do seu impacto no desenvolvimento, mas também do processo através do qual é criada e acumulada (cf. e.g. Müller *et al.*, 2009; Marzal e Esparza, 2007). Um argumento avançado consiste no reconhecimento de que se trata de conceitos interrelacionados e com efeitos de sobreposição. As atividades criativas têm como *leitmotiv* a criação permanente de novas ideias. Por sua vez, a inovação caracteriza-se pela valorização económica bem-sucedida de novas ideias. O elemento nesta relação é a consideração da componente estética como fonte de valor económico. A sua consideração como ativo económico apenas recentemente tem vindo a ser modelizada, quer do ponto de vista conceptual, quer de medida; ainda que deste último ponto de vista o trajeto a percorrer careça de passos significativos.

Deste modo, a economia criativa repousa na criação sistemática de novas ideias com elevado valor estético e não dispensa a incorporação de tecnologia e outros fatores para assegurar a sua difusão pelo mercado (cf. NESTA, 2009). Por sua vez, as atividades não criativas integram na sua cadeia de valor *inputs* com origem nas indústrias criativas. Estudos realizados no Reino Unido sugerem evidência empírica que atribui às relações *input-output* entre as indústrias criativas e tradicionais um papel relevante nos mecanismos de transferência de ideias e na sua valorização económica, bem como na promoção do emprego e do desenvolvimento económico (cf. e.g. Lee e Rodríguez-Pose, 2013; Bakshi *et al.*, 2008). Esta relação é conceptualmente abordada por Stoneman (2010) através da diferenciação dos conceitos de *soft innovation* e inovação tecnológica. Para o autor, existem dois tipos de *soft innovation*. O primeiro envolve mudanças nos produtos e serviços das indústrias criativas como a publicação de novos livros e a produção de novos filmes e videojogos. O segundo refere-se a mudanças e melhorias estéticas em bens e serviços como mobiliário e automóveis ou à introdução do conceito de *low cost* na aviação comercial. Assim, a incidência da inovação estética, o ativo estruturante das indústrias criativas e diferenciador em relação às outras atividades, ultrapassa as fronteiras das indústrias criativas, estando presente em muitos outros sectores de atividade económica.

Um passo na clarificação e compreensão do impacto da economia criativa parece resultar dos contributos de Bakshi *et al.* (2008) e Lee e Rodríguez-Pose (2013). Os autores, com base em estudos empíricos, estudam a relação entre indústrias criativas, trabalhadores criativos (*creative occupations*), cidades e inovação na *performance* de pequenas e médias empresas no Reino Unido. Os resultados sugerem que as empresas das indústrias criativas apresentam maior propensão para a introdução de inovações originais, não ocorridas noutros locais; os trabalhadores criativos revelam-se como motor mais robusto de inovação; são determinantes na introdução pelas empresas localizadas nas cidades de inovações ocorridas noutros locais; finalmente, não se observa evidência empírica que suporte a hipótese de que as empresas das indústrias criativas operando nas cidades sejam mais inovadoras. Tais evidências indiciam que o enfoque em termos de política pública pode ser mais adequado quando centrado nos trabalhadores criativos, independentemente do sector em que trabalham; isto é, procura-se estimular o crescimento económico e a competitividade através da promoção do acesso das empresas de qualquer sector aos trabalhadores criativos.

Três evidências merecem ser referidas. Na primeira, uma parte da economia criativa, aquela que não é classificada de acordo com os diferentes modelos de indústrias criativas, tem permanecido imersa, desvalorizada no seu contributo para a produtividade total dos fatores (cf. Jaaniste, 2009; NESTA, 2007). Os instrumentos de medida da inovação, como o Manual de Oslo, Community Innovation Survey – CIS, falham na captação da dimensão estética da mudança económica (e.g. design, marketing e branding) e na interação desta com a inovação tecnológica: tipo de inovação na qual se centram os instrumentos de medida existentes (cf. Marzal e Esparza, 2007). Na segunda, o papel reconhecido às cidades carece de investigação adicional. Por último, são considerados os trabalhadores criativos nos diferentes sectores de atividade.

4. Desterritorialização da proximidade: repensar o papel das cidades e os efeitos de aglomeração

As mudanças tecnológicas e o seu impacto, quer na produção e transferência das formas de conhecimento, tácito e codificado, quer nos processos de aprendizagem, têm suscitado uma revisão do papel da proximidade no desempenho económico. Gertler (2003) recorre à noção *de-territorialisation of closeness* para conceptualizar tais efeitos nas dinâmicas de inovação. Por sua vez, Boschma (2005) examina a relação entre proximidade e inovação, sustentando que nem sempre a proximidade constitui um fator facilitador

da inovação, isto é, reduz a incerteza e favorece a resolução de problemas de coordenação e de aprendizagem interativa.

O autor distingue cinco formas de proximidade: cognitiva, organizacional, social, institucional e geográfica. A proximidade cognitiva repousa na proposição de que o conhecimento não é um bem público mas um recurso endógeno. A absorção de conhecimento e sua aplicação requer investimento em diferentes formas de aprendizagem por parte dos atores económicos, de modo a aproximar as suas bases de conhecimento, quer codificado, quer tácito. A partilha de uma base comum, embora sendo um requisito, não é contudo suficiente. A criação e a valorização económica de conhecimentos através das dinâmicas interativas implicam capacidade de coordenação na transferência de conhecimentos complementares. A proximidade social realça a importância do enraizamento da aprendizagem e das relações económicas no contexto social, sublinhando o facto de os resultados económicos serem influenciados pela natureza social e relacional do processo económico. A proximidade institucional põe em relevo o papel das normas, hábitos, rotinas e valores no desempenho económico. Ainda que esta forma esteja significativamente conectada com as anteriores, tais regras de jogo, que regulam as relações entre os atores económicos e sociais, podem facilitar a coordenação coletiva e reduzir a incerteza.

Algumas questões emergem da reconceptualização do conceito de proximidade. Em que medida os diferentes conceitos estão correlacionados entre si? São conceitos substitutos ou complementares? Que dimensões são mais prováveis de coexistir e quais as mais importantes?

O axioma de que a proximidade física reforça os outros tipos é um argumento recorrente na literatura. Tal é valorizado quando ocorrem externalidades significativas, nomeadamente as que estão relacionadas com a produção, transmissão e aplicação do conhecimento, em particular do conhecimento tácito. Como sublinha Boschma (2005), relações de copresença não garantem um desempenho positivamente diferenciado e as redes sociais não têm uma natureza inerentemente localizada. Acontece que a proximidade geográfica pode ser caracterizada por *lock-in effects* que impedem que as dinâmicas interativas favoreçam o desenvolvimento de desempenhos criativos e inovadores. Nestas condições, a proximidade geográfica pode constituir um bloqueio apenas contornável pelo desenvolvimento de dinâmicas de aprendizagem interativas de natureza mais global. O desenvolvimento das outras formas de proximidade revela-se fundamental para assegurar a sustentabilidade de processos económicos ancorados na criatividade e inovação.

5. Globalização e territórios de baixa densidade: gestão de fluxos e criatividade

Como refere a UNCTAD (2010), a globalização tem favorecido a afirmação da economia criativa com base no papel motor da tecnologia, da procura e do turismo. A importância da tecnologia revela-se em múltiplas dimensões, em particular na mobilidade da informação, das pessoas e mercadorias, do aumento da produtividade e da redução de custos. Um dos aspetos relevantes é o desenvolvimento de uma procura global de bens e serviços criativos assente na emergência de uma nova geração de consumidores à escala global, estimulada também pela demografia e pelo aumento do rendimento disponível. Mas o seu significado não se limita à sua magnitude e natureza global. Estamos perante consumidores com um perfil substancialmente diferente, que, através da elevada propensão para o consumo de tecnologias digitais, não apenas expandem o seu âmbito de experiências de consumo de bens e serviços criativos, como também se transformam em cocriadores de conteúdos criativos. Finalmente, o turismo apresenta-se como uma atividade com elevado potencial de crescimento relativo e revela uma das mais elevadas propensões para o consumo de bens e serviços criativos relacionados quer com o património, quer com as artes, os media e as criações funcionais. Tal quadro não deixa de oferecer oportunidades aos territórios de baixa densidade. O futuro destes territórios não será determinado pela sua capacidade de incremento do stock de recursos, mas sim pela sua aptidão para gerir fluxos. O argumento sustenta-se no facto de estes territórios beneficiarem de ativos economicamente valorizáveis pela criatividade. Mas tal desafio apenas terá sucesso numa abordagem de inserção destes territórios nos fluxos globais através de uma diferenciação criativa da oferta. O desenvolvimento das diferentes formas de proximidade por parte dos diferentes atores apresenta-se como crucial, mas tal dificilmente terá sucesso sem uma estratégia de afirmação diferenciada. Sustentamos que *Pensar Local e Agir Global* constitui a abordagem estratégica que potencia tal diferenciação e que a disseminação de trabalhadores criativos pelos tecidos económicos, social, cultural, ambiental e institucional se afigura imprescindível à incorporação dos ativos criativos na oferta dos territórios e à integração bem-sucedida do local no global. Ainda que a evidência empírica de alguns estudos relativize a hipótese das cidades como fator de promoção da economia criativa e da inovação (cf. Bakshi *et al.*, 2008; Lee e Rodríguez-Pose, 2013), o papel das cidades de pequena e média dimensão como espaço qualificado de amenidades e como *hub* de desenvolvimento e de intermediação com o global (cf. European Commission, 2008) não deixará de ser vital para a fixação de trabalhadores criativos e o desenvolvimento de dinâmicas criativas, bem como para a sua valorização económica em territórios de baixa densidade.

6. Considerações finais

Menos consolidado, teórica e empiricamente, encontra-se o estudo da sua viabilidade no contexto de territórios de baixa densidade. As componentes conceptuais e operativas da economia criativa – *creative industries*, *creative clusters*, *networks e districts*, *creative cities* e *creative class* – mais comumente examinadas encontram-se vinculadas a economias de aglomeração. O enfoque da política pública nas indústrias, *clusters* e distritos como modelo de organização industrial reclama reponderação. Sustentamos ainda uma reorientação focada na ocupação de capital humano, trabalhadores criativos, e na sua disseminação pelo tecido económico, social, cultural, ambiental e institucional. Perante a fricção da distância física e da concentração, dever-se-á promover a proximidade cognitiva, institucional e relacional. Tal reorientação deve estar vinculada à estratégia *Pensar Local e Agir Global*. Com ela, pretende-se a afirmação global positivamente diferenciada dos ativos territoriais, que não dispensará o papel vital das cidades de pequena e média dimensão como espaço qualificado de amenidades e como *hub* de desenvolvimento de dinâmicas criativas e da sua valorização económica.

Referências

- ASHEIM, B.; COENEN, L. & VANG, J. (2007), “Face-to-face, buzz and knowledge bases: Socio-spatial implications for learning, innovation and innovation policy”, *Environment and Planning C: Government and Policy*, 25 (5): 655-670.
- BAKSHI, H.; MCVITTIE, E. & SIMMIE, J. (2008), “Creating innovation: Do the creative industries support innovation in the wider economy?”, Research Report February. London: National Endowment for Science, Technology and the Arts - NESTA, http://madeinslask.pl/wp-content/uploads/2013/07/Creating-Innovation_Report-NESTA1.pdf, (acedido em 24 de janeiro de 2013).
- BELL, D. & JAYNE, M. (2003). “Assessing the role of design in local and regional economies”, *International Journal of Cultural Policy*, 9: 285-304.
- BOSCHMA, Ron (2005), “Proximity and innovation: A critical assessment”, *Regional Studies*, 39 (1): 61-74.
- CHAPAIN, C. & COMUNIAN, R. (2010), “Enabling and inhibiting the creative economy: the role of the local and regional dimensions in England”, *Regional Studies*, 44(6): 717-734.
- CHAPAIN, C.; CLIFTON, N. & COMUNIAN, R. (2013), “Understanding creative regions: Bridging the gap between global discourses and regional and national contexts”, *Regional Studies*, 47 (2): 131-134.
- CHAPAIN, C.; COOKE, P.; PROPRIIS, L; MACNEILL, S. & GARCIA, Mateos J. (2010), “Creative clusters and innovation: Putting creativity on the map”, Research Report November, London, National Endowment for Science, Technology and the Arts – NESTA, http://www.nesta.org.uk/sites/default/files/creative_clusters_and_innovation.pdf, (acedido em 23 de janeiro de 2013).

- COOKE, P. & LAZZERETTI, L. (eds.) (2008), *Creative Cities, Cultural Clusters and Local Economic Development*. Cheltenham: Edward Elgar.
- COOKE, Phil & PROPRIIS, Lisa De (2011), "A policy agenda for EU smart growth: the role of creative and cultural industries", *Policy Studies*, 32 (4): 365-375.
- EUROPEAN COMMISSION (2008), "Remote rural regions: How proximity to a city influences the performance of rural regions", *Regional Focus* 01/2008, http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/focus/2008_01_rural.pdf, (acedido em 14 de novembro de 2013).
- FLORIDA, R. & TINAGALI, I. (2004), *Europe in the Creative Age*. London: Demos, http://creativeclass.com/rfcgdb/articles/Europe_in_the_Creative_Age_2004.pdf, (acedido em 17 de janeiro de 2013).
- FLORIDA, Richard (2002), *The Rise of the Creative Class and How It's Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life*. New York: Basic Books.
- FLORIDA, Richard (2005), *Cities and the Creative Class*. New York: Routledge.
- GABE, T.; FLORIDA, R. & MELLANDER, C. (2013), "The Creative Class and the crisis", *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 6: 37-53.
- GERTLER, Meric (2003), "Tacit knowledge and the economic geography of context, or the undefinable tacitness of being (there)", *Journal of Economic Geography*, 3: 75-99.
- HOWKINS, John (2001), *The Creative Economy: How people make money from ideas*. London: Penguin.
- INTELI (2011), Creative-based Strategies in Small and Medium-sized Cities: Guidelines for Local Authorities, http://www.inteli.pt/uploads/cms/20120109100016_20110701115335_URBACTCreativeClusters_TAP_INTELI_Final.pdf, (acedido em 17 de janeiro de 2013).
- JAANISTE, L. (2009), "Placing the creative sector within innovation: The full gamut", *Innovation: Management, Policy & Practice*, 11 (2): 215-229.
- JAKOB, Doreen (2013), "Crafting your way out of the recession? New craft entrepreneurs and the global economic downturn", *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 6: 127-140.
- JAYNE, M. (2005), "Creative industries: the regional dimension?", *Environment and Planning C: Government and Policy*, 23: 537-556.
- KEA European Affairs (2006). *The Economy of Culture in Europe*. Study prepared for the Directorate-General for Education and Culture. Brussels: European Commission, <http://www.keanet.eu/ecoculture/studynew.pdf>, (acedido em 27 de janeiro de 2013).
- LAZZARETTI, L.; BOIX, R. & CAPONE, F. (2008), "Do creative industries cluster? Mapping creative local production systems in Italy and Spain", *Industry and Innovation*, 15 (5): 549-567.
- LEE, N. & RODRÍGUEZ-POSE, A. (2013), "Creativity, cities and innovation: Evidence from UK SMEs", NESTA WP 13/10, http://www.nesta.org.uk/library/documents/wp13-10Creativity_cities_and_innovation.pdf, (acedido em 3 de fevereiro de 2014).
- MARROCU, E. & PACI, R. (2012), "Education or Creativity: What matters most for economic performance?", *Economic Geography* 88: 369-401.
- MARZAL, J. & EEPARZA, E. (2007), "Innovation assessment in traditional industries: a proposal of aesthetic innovation indicators", *Scientometrics*, 72 (1): 33-57.
- McGRANAHAN, D. & WOJAN, T. (2007), "Recasting the creative class to examine growth processes in rural and urban countries", *Regional Studies*, 41 (2): 197-216.

- MULLER, K.; RAMMER, C. & TRUBY, J. (2009), “The role of creative industries in industrial innovation”, *Innovation: Management, Policy & Practice*, 11 (2): 148-168.
- NESTA (2007), “Hidden Innovation: how innovation happens in six ‘low innovation’ sectors”, Research Report June. London: National Endowment for Science, Technology and the Arts – NESTA. http://www.nesta.org.uk/assets/Uploads/pdf/Research_Report/hidden_innovation_report_NESTA.pdf, (acedido em 16 de abril de 2013).
- REIMER, S.; PINCH, S. & SUNLEY, P. (2008), “Design spaces: Agglomeration and creativity in British design agencies”, *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 90 (2): 151-172.
- SANDS, G. & REESE, L. (2013), “Fair weather friends? The impact of the creative class on the economic health of mid-sized US metropolitan areas, 1990-2009”, *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 6: 71-91.
- SANTAGATA, Walter (2006), “Cultural districts and their role in developed and developing countries”, in Ginsburgh, V. e Throsby, D. (eds.), *Handbook of the Economics of Art and Culture*. Amsterdam: Elsevier/North Holland.
- SCHUMPETER, Joseph (1942), *Capitalism, Socialism, and Democracy*. New York: Harper & Brothers.
- SELADA, C.; CUNHA, I. & TOMÁS, E. (2012), “Creative-based strategies in small and medium-sized cities: key dimensions of analysis”, *Quaestiones Geographicae*, 34 (4): 43-51.
- SKOGLUND, W. & JONSSON, G. (2012), “The potential of cultural and creative industries in remote areas”, *Nordisk Kulturpolitisk Tidskrift*, 15 (2): 181-191.
- STONEMAN, P. (2010), *Soft Innovation: Economics, product aesthetics and the creative industries*. Oxford: OUP.
- UNCTAD (2008), *Creative Economy Report. The Challenge of Assessing the Creative Economy towards Informed Policy-making*, http://unctad.org/fr/Docs/ditc20082cer_en.pdf, (acedido em 17 de janeiro de 2013).
- UNCTAD (2010), *Creative Economy: A feasible development option*, http://unctad.org/es/Docs/ditctab20103_en.pdf, (acedido em 17 de janeiro de 2013).
- UNESCO (2009), *The Creative Cities Network: A Global Platform for Local Endeavor*. Paris: UNESCO.

Parte III
Estudios de caso
Études de cas

8. Mobilidade e quadro de vida contemporâneo: uma reflexão sobre os padrões portugueses de mobilidade espacial

Mobilité et cadre de vie contemporain: une réflexion sur les modes de mobilité spatiale au Portugal

Catarina Sales Oliveira*

Domingos M. Vaz**

Résumé: Ce chapitre est une contribution interrogeant la mobilité spatiale des groupes humains en tant que phénomène de masse et les questions sociologiques y afférant. A partir du concept de mobilité proposé par John Urry (vastes mouvements de personnes, des biens, des capitaux et des informations à l'échelle mondiale) et plus précisément des données sur la mobilité géographique au Portugal (recensement de 2001 et 2011 et les résultats d'une thèse de doctorat de 2011 sur la mobilité métropolitaine portugais), nous réfléchissons sur la tendance de ces mouvements et l'effet de l'utilisation de l'automobile. En outre, en rapprochant les phénomènes de mobilité et de reconfiguration urbaine, on démontre la nécessité d'une correspondance entre des lieux, des environnements, des pratiques et des relations sociales. Enfin et compte tenu des défis de la mobilité durable, on examine les tendances du phénomène dans les territoires avec faible densité urbaine à l'intérieur du pays.

1. Introdução

Fenómeno frequentemente abordado na Geografia, a mobilidade tem hoje no campo da Sociologia uma abordagem mais vasta do que tradicionalmente tem tido. As preocupações com as questões da estratificação e mobilidade sociais são contemporâneas do nascimento da ciência sociológica. Os processos de ascensão e recessão sociais, ou seja, a mobilidade de posição social dos indivíduos ou grupos, é um tema clássico da disciplina, que surge precisamente no contexto da ascensão da burguesia industrial e formação do operariado, profundas mutações numa sociedade que desde há séculos se mantinha pouco móvel. Mais recentemente, já na segunda metade do século XX, os processos migratórios são também objeto de grande interesse para a Sociologia, devido aos profundos impactos que trazem às sociedades

* Socióloga, Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior e investigadora do CIES-IUL.

** Sociólogo, Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior, investigador do CESNOVA e investigador associado do *Laboratoire* AUS de l'UMR LAVUE, França.

de onde estes fluxos partem e sobretudo se dirigem. Em conjunto com as questões da identidade, da cultura e da cidadania, as mobilidades migratórias têm sido objeto de profundo interesse social e sociológico. Mas, no final do século XX e início do século XXI, surge uma forma de abordar a mobilidade que posiciona este conceito no centro da análise sociológica. O denominado paradigma da mobilidade (Sheller Urry, 2006), com raízes na reflexão sobre a sociedade pós-moderna e globalizada, interpreta a mobilidade como um fenómeno subjacente aos variados processos e contextos sociais e diz respeito a todas as movimentações de pessoas e bens, desde as mais domésticas e regulares, e ao aumento exponencial dos transportes de pessoas, bens e produtos no contexto do mercado global. Assim a mobilidade, entendida como uma característica das sociedades contemporâneas, assume-se em vários contextos, com destaque para os urbanos, como um pressuposto e, quanto aos modos de vida, como um valor em si (Sales Oliveira, 2011).

Neste artigo procura-se refletir sobre a evolução recente da sociedade portuguesa no quadro do paradigma da mobilidade. A partir de informação censitária das últimas décadas e de uma investigação sociológica de caracterização da mobilidade nas metrópoles portuguesas, procura-se traçar um quadro de caracterização do fenómeno no país, concomitante com outros processos aos quais está associado, como a urbanização e a evolução demográfica, num cenário nacional de litoralização da população residente e forte concentração metropolitana. Analisam-se com particular destaque duas questões – a crescente automobilização da população portuguesa e a relação entre mobilidade e interioridade.

2. Conceptualizando a mobilidade

O conceito de mobilidade, em sentido amplo, refere-se às dimensões sociais, políticas, históricas, culturais, económicas, geográficas, comunicacionais e materiais do movimento. Um dos fatores explicativos para a compressão do tempo social das últimas décadas é a fluidificação dos espaços, no sentido que lhe dá Castells (1996). Este processo acarretou uma exponenciação da mobilidade geográfica. Presentemente, as vidas das pessoas, das organizações e dos Estados estão intrinsecamente marcadas por processos de mobilidade (Urry, 2007). Esta crescente procura de meios e formas de transporte deve, pois, ser interpretada, não como uma reminiscência do passado e algo que expectavelmente irá mudar com o crescimento das novas formas de comunicação à distância, mas como uma tendência forte do momento histórico e social atual e uma consequência do desenvolvimento.

A mobilidade geográfica dos tempos atuais é diversa e complexa, contribuindo para mudanças profundas na vida social porque, simultaneamente a ter aberto importantes oportunidades, vem definindo condicionantes às práticas e vivências quotidianas. Por tudo isto, a mobilidade é uma área de estudo em expansão na Sociologia (Urry, 2002).

A sua complexidade advém da interação entre as diversas formas de mobilidade, física e virtual, o que acelerou o ritmo das quotidianidades e se repercutiu de forma decisiva na conceção da temporalidade, quer em termos de agenda diária, das pessoas e instituições, quer em nova tecnologia, criando assim constantemente novas formas de mobilidade. Ao mesmo tempo, socialmente, “os contactos face a face continuam a ser uma pré-condição crucial para estabelecer relações significativas” (Urry, 2002: 2). Ou seja, na “modernidade tardia” (Giddens, Beck e Lash, 1994) a mobilidade (e o automóvel pessoal enquanto expressão individualizada desta mobilidade) é um dos fatores definidores das sociedades contemporâneas, e mobilidade e presencialidade conjugam-se na construção de um cenário social complexo. A “copresença”, no sentido de Urry (2002), ou o “imperativo da presença”, faz com que os desenvolvimentos tecnológicos sejam usados e potenciados de forma a possibilitar aos indivíduos estar cada vez mais em movimento e estar presentes nas mais variadas situações, “vencendo” o obstáculo da distância. “As conexões virtuais parecem promover ligações locais mais extensas (...) e conseqüentemente mais, e não menos, deslocações corpóreas” (Urry, 2002: 15). Devido ao facto de se terem alterado profundamente as noções e vivências de mobilidade, de distância, da dicotomia presença/ausência, Urry (2007) propôs a análise da mobilidade como um novo paradigma interpretativo da realidade social atual.

A mobilidade e as técnicas de transporte interagem ainda com a configuração urbana e a organização funcional e social do espaço, e aceleram a metropolização e o policentrismo. Outrora, as pessoas que pertenciam à mesma classe social, ou que viviam no mesmo lugar, partilhavam quadros de vida relativamente semelhantes. Agora, a vivência individual reflete a pertença a círculos sociais variados, pelos quais o indivíduo circula em função de histórias pessoais e coletivas diversificadas. A mobilidade parece ser tanto uma consequência como um instrumento da diversificação societal (Bauman, 2000; Ascher, 2007).

A dinâmica da mobilidade tem intensificado o crescimento da urbanização e o fenómeno da metropolização. De forma notória, ao contrário do que muitos previram (pensadores como Paul Virilio ou urbanistas como Frank L. Wright), o desenvolvimento dos meios de transporte individual e das telecomunicações não resultou no fim das cidades e na dispersão populacional. Tal

como foi explicado, designadamente por economistas como Paul Krugman (1999), o desenvolvimento dos transportes e das telecomunicações favorece o crescimento urbano e a concentração das atividades, tendo gerado a metropolização, entendida como a concentração da riqueza humana e material nas maiores cidades. As escalas espaciais da vida económica e social estão a expandir-se, acompanhando a velocidade à qual as pessoas, os bens e a informação se deslocam.

A questão de fundo reporta-se à dificuldade de como entender e gerir a nova condição social e urbana na era da “terceira revolução urbana moderna” ou da terceira modernização. A expressão é do sociólogo e urbanista François Ascher (2004), que, ao refletir sobre o urbanismo na atualidade, sublinha as profundas mudanças na forma de pensar, produzir e gerir os territórios e as cidades. Estaríamos no decurso de uma terceira fase de modernização (as primeiras corresponderiam, respetivamente, à cidade do Renascimento e à cidade da Revolução Industrial), como resultado da combinação histórica de três dinâmicas sócio-antropológicas – individualização, racionalidade e diferenciação social. O século XX trouxe consigo uma crise intensa e extensiva da modernidade, na falência de ideias e paradigmas que evidenciavam uma humanidade reunida em torno de um projeto global assente nos valores do progresso e da universalidade. No entanto, essa crise não significa o fim ou a superação dessa modernidade; antes pelo contrário, a crise da modernidade trata de um processo de densificação da modernização por sobrecarga e reflexividade constante: caos, incerteza e complexidade aparecem como novas formas de racionalidade reflexiva. A individualização intensifica-se com a multiplicação e personalização de perfis individuais (cada vez mais diferenciados) e suas opções de escolha, com a própria substituição do projeto coletivo por uma cultura de individualidade. E a dinâmica da diferenciação social torna-se, por sua vez, mais complexa quando se acentuam as discrepâncias ao nível das oportunidades sociais.

Teria, assim, cabimento uma noção de sobremodernidade pela sobrecarga das ordens antropológicas do humano por via da intensificação dos regimes de tempo e espaço na contemporaneidade. É uma concomitante perda do lugar antropológico de que nos fala Augé (1992,) que assinala três figuras de excesso: o excesso de signos na superabundância de acontecimentos, o excesso de espaço na aceleração do tempo e o excesso de individualismo na individualização das referências. Neste sentido, não seria exagero assinalar o declínio do “lugar” urbano como lugar antropológico, isto é, identitário, relacional e histórico, e a proliferação do espaço de “fluxos” quando se trata de formações urbanas extensas, social e territorialmente diversificadas e fragmentadas.

O sistema de *hubs and spokes* enquanto rede de organização reticular associada ao desenvolvimento de sistemas de transportes rápidos¹ aplica-se tanto ao transporte aéreo (com as suas plataformas aeroportuárias), como ao transporte rodoviário e ferroviário de mercadorias (com plataformas logísticas multimodais situadas perto de nós de comunicação), bem como ao transporte urbano e interurbano de pessoas, polarizando as atividades em torno das estações multimodais e dos nós rodoviários periurbanos. Como consequência, verifica-se uma transformação das hierarquias e redes urbanas previamente existentes. No entanto, paralelamente a este modelo, existe uma outra forma de deslocação que Ascher (2007) designa por “infiltração”, em termos metafóricos. Assim, tal como Zygmunt Bauman (2000) poderia ter referido acerca da liquefação da modernidade, a forma como os automobilistas são filtrados através de zonas urbanas heterogéneas pode ser comparada a uma forma de infiltração, uma capacidade de navegar através de meios labirínticos que não comportam condutas para direcionar os fluxos.

O processo de individualização obriga os indivíduos à permanente “escolha” e confronta-os com um leque alargado de opções. É um facto que as desigualdades económicas e culturais limitam as escolhas de algumas categorias da população. Mas, mesmo as pessoas que pertencem a meios sociais desfavorecidos são constantemente confrontadas com escolhas. A variedade de escolhas disponíveis é cada vez mais importante, em termos sociais, e a mobilidade tem-se tornado um elemento-chave nesta variedade de escolhas: quanto mais móveis nos tornamos, mais se alarga o leque de escolhas e, reciprocamente, somos cada vez mais obrigados a deslocar-nos para poder escolher.

3. Mobilidade e uso do automóvel

A relação das pessoas e da sociedade com o automóvel ocupa um lugar de destaque no mundo contemporâneo. Os usos do carro ou os padrões de automobilidade diferem muito, mesmo dentro do continente europeu. Enquanto em países como o Luxemburgo, a Bélgica ou o Reino Unido o uso do carro tem vindo a diminuir no volume total de passageiros, em Portugal, na Grécia e na Polónia aumentou consideravelmente (Eurostat, 2012). No entanto, é de destacar que, mesmo em países onde a mobilidade é mais verde ou sustentável, a sua intensidade é expressiva, dando suporte à conceção desta como um modo de vida.

¹ Esta rapidez implica a minimização de paragens, que resulta num efeito de túnel e torna mais eficiente a concentração e dispersão de fluxos a partir de plataformas locais chamadas “placas giratórias”.

No Portugal contemporâneo, o automóvel privado é um dos principais motores do crescimento da mobilidade, e verifica-se um reforço do seu uso motivado por um leque diversificado de razões (Sales Oliveira e Cruz, 2008). O automóvel representa a possibilidade de o indivíduo dispor do tempo de forma autónoma e flexível, permitindo uma mais eficiente gestão dos acontecimentos imprevistos. Também não são desprezíveis fatores como a perceção de conforto e a segurança na opção pelo automóvel pessoal como meio de transporte, mas verifica-se que o principal fator de escolha é a maior rapidez comparativamente aos transportes públicos, no que se refere às mobilidades pendulares (Sales Oliveira, 2006). Esta noção da segurança como intrínseca ao automóvel é paradoxal, visto os acidentes mortais rodoviários representarem 22 250 anos perdidos de vida em 2009 (INE, 2012a); ela explica-se por o automóvel ser representado simbolicamente como uma “couraça”, física e sobretudo psicológica, contra a eventual agressão vinda de uma pessoa apeada. A preponderância duma mobilidade individualizada e automobilizada é marcante nas deslocações para o trabalho, mas revela-se de forma ainda mais nítida “nos espaços e tempos de lazer, particularmente no tempo de turismo. O automóvel facilita a experiência do tempo de turismo como um tempo de rutura com a rotina temporal e espacial do dia-a-dia e, em simultâneo, como um tempo semelhante porque, no espaço do automóvel, se podem acomodar diversos bens e produtos usados diariamente” (Araújo, 2004).

Ao mesmo tempo, a relação entre mobilidade e trabalho é também determinante, na medida em que se verifica que a mobilidade das pessoas que não estão no mercado de trabalho é substancialmente inferior à de quem está a trabalhar. Neste último grupo, a mobilidade é maior consoante a complexidade funcional do trabalho, sendo superior entre os profissionais liberais e aqueles que desempenham atividades intelectuais e científicas (Santos, 2001). Desde o seu aparecimento e da sua posterior massificação que o automóvel influencia decisivamente o uso do espaço, trazendo com ele novos espaços adaptados à sua existência e utilização, marcando dessa forma a gestão e o planeamento do espaço. O automóvel tem um papel central na história do mundo contemporâneo, em vários planos de análise, e representou sempre muito mais do que um objeto que permite, na sua definição pura, a deslocação no espaço reduzindo o dispêndio do tempo.

Simultaneamente, de uma perspetiva macro, constata-se que, apesar dos elevados investimentos em infraestruturas, a maioria das cidades não conseguiu ainda resolver eficientemente os seus problemas de trânsito. Levantam-se diversas questões de âmbito social e sociológico relacionadas com o uso do automóvel: o automóvel oferece as melhores condições ao indivíduo e, simultaneamente, reflete-se de forma negativa no coletivo urbano. Ferrão

(2004) destaca que, a partir da Segunda Guerra Mundial, transitámos da “cidade do peão” para a “cidade do automóvel”, ao mesmo tempo que a “cidade morfológica” passou a ser a “cidade funcional”. Dupuy (2004) explica que as vantagens individuais do automóvel são tantas, que os automobilistas não param de aumentar e, notavelmente, este aumento parece suscitar uma melhor rede de serviços e de rotas. Contudo, ao mesmo tempo, agravam-se os problemas de congestionamento, poluição, qualidade de vida urbana e segurança rodoviária. Tendo em conta as várias políticas de transporte a nível mundial, verifica-se que a integração das mesmas com o planeamento territorial e a gestão do espaço é crucial, sob pena de se manterem os atuais cenários de infraestruturas desadequadas e cidades congestionadas (UN-HABITAT, 2013).

Concretamente em Portugal, nas duas últimas décadas, presenciou-se em todo o país uma transferência modal maciça do transporte público para o transporte individual, fruto do alargamento do parque automóvel e de uma clara acentuação e complexificação do fenómeno das deslocações metropolitanas. Os recentes desenvolvimentos nas infraestruturas de transporte (e também de comunicação), a par das práticas sociais, trazem esta questão para a ribalta dos problemas sociais e sociológicos, sobretudo na área dos estudos urbanos e do ambiente. O espaço urbano é hoje uma área geográfica mais vasta e conceptualmente mais abrangente do que o foi no passado, visto que o espectro da atuação humana sobre a envolvente se alargou. Neste cenário, a mobilidade urbana surge como peça fundamental da caracterização deste espaço urbano cada vez mais alargado. As áreas metropolitanas de hoje têm estruturas mais complexas e dinâmicas múltiplas que vão além do espartilhado quadro dicotómico centro/periferia (Sales Oliveira, 2011). A metrópole é uma cidade que cresceu, expandindo as suas zonas limítrofes por um processo de desenvolvimento económico que se alargou aos espaços rurais e urbanos circundantes; e aquilo que melhor a caracteriza é o facto de ser uma “rede de cidades” conectadas e geridas por “redes de mobilidade urbana”. A necessária mobilidade para conseguir conciliar as esferas pública e privada, tempos e espaços, tem encontrado uma eventual solução na generalização do uso do transporte individual. Estudos efetuados mostram que presentemente a “automobilidade”, enquanto expressão do processo de individualização das sociedades desenvolvidas, confere às mobilidades urbanas contornos de acrescida complexidade com o alongamento das distâncias percorridas e sentimentos de dupla pertença urbana gerados pela facilidade do transporte automóvel (Sales Oliveira, 2011).

4. Expressão e impactos da mobilidade nas áreas metropolitanas

Os dados disponíveis sobre a mobilidade em Portugal são sobretudo sobre deslocações pendulares obtidas nos recenseamentos da população do INE e em alguns estudos do IMTT, quase todos eles baseados nos dados estatísticos do INE. Isto significa que se conhece de forma muito geral os padrões de deslocação dos portugueses (com mais detalhe para os que habitam nas áreas metropolitanas, alvo de alguns estudos mais aprofundados – ver CML-DMPU, 2005; Sales Oliveira, 2000, 2011) e que se desconhecem as motivações dos comportamentos dos agentes. O último inquérito extensivo à mobilidade foi efetuado há catorze anos e exclusivamente na Área Metropolitana de Lisboa (AML), por iniciativa da Direção-Geral de Transportes Terrestres.

Com a inversão modal do início do século XXI, o uso do transporte individual consolidou-se na área metropolitana de Lisboa, ultrapassando os 50% em quatro sectores. Apenas no sector VI (Alcochete, Montijo) esta opção é menos representativa (19% do total de deslocações do sector). Esta inversão modal fica explícita na tabela seguinte, relativa à percentagem de uso de transporte individual nas deslocações pendulares na AML.

Tabela 1. Evolução do uso de transporte individual na deslocação casa/trabalho na AML

1991	2001	2011
24%	44%	54%

Fonte: INE, 2012b.

O estudo dos padrões de mobilidade nas duas metrópoles portuguesas (Lisboa e Porto) que efetuámos permite detalhar um pouco mais a informação censitária². Relativamente ao transporte usado, mais de metade (57%) utiliza apenas o “carro particular”. Somando esta percentagem aos 19% que utilizam um misto de “transporte público e próprio”, ficamos com quase 80% da nossa população a usar o carro para se deslocar diariamente para o trabalho contra menos de 20% que utilizam “exclusivamente transportes públicos”.

² Sem contudo esquecer que os dados não são generalizáveis, visto que a amostra não é representativa.

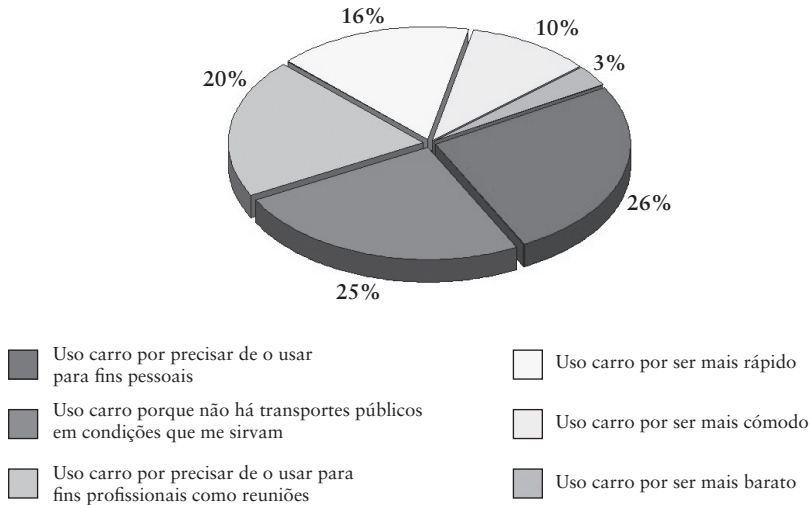
Tabela 2. Transporte usado na deslocação casa/trabalho nas áreas metropolitanas

Transporte	Frequência	Frequência Relativa
Só carro	1031	57,2 %
Só mota	20	1,1 %
Só transportes públicos	330	18,3 %
Transporte coletivo da empresa	6	0,3 %
Transporte público e próprio	340	18,8 %
Outro meio (a pé, de bicicleta...)	77	4,3 %
Total	1804	100,0 %
Respostas válidas	1804	91,5%
Não respondidas	167	8,5%

A média de quilómetros percorridos no percurso casa-trabalho pela população estudada é de 17,22. O histograma apresenta uma curva normal; contudo, o desvio padrão é de 18 e a variância é de 340, o que indicia importantes diferenciações dentro da amostra. Não obstante, a análise de percentis permitiu verificar que 75% da amostra percorrem até “21 km”, o que aponta para que as variações sejam sobretudo no último quadril, indicando considerável homogeneidade da distância percorrida. Verificou-se um número reduzido de casos que percorre uma distância casa-trabalho acima dos “40 km”.

No que se refere às razões do uso do automóvel privado, este indicador é particularmente informativo sobre as necessidades de mobilidade da população em estudo. Assim, como se pode ver no gráfico seguinte, são as razões pessoais que se destacam como motivação para usar o carro, logo secundadas pela inoperância da rede de transportes públicos e pelas razões profissionais. O cruzamento com o sexo dos respondentes deu interessantes resultados, revelando que são mais as mulheres quem indica razões pessoais, enquanto os homens invocam razões profissionais – o que é condicente com a ainda prevalecente distribuição tradicional dos papéis de género, cabendo a elas a maior carga de cuidados com a casa e a família (razões pessoais) e a eles o ónus da profissionalidade (razões profissionais).

Gráfico 1. Razões do uso do automóvel privado nas duas áreas metropolitanas



O automóvel surge assim como peça importante, sendo considerado o único meio de transporte viável, face ao modo de vida destes indivíduos, que se caracteriza por uma vida ativa complexa, com crianças pequenas a cargo e gestão doméstica de atividades extratrabalho. É uma escolha eminentemente racional, e até “compreensível”, face a um fracasso e/ou insuficiência da oferta do transporte coletivo. Com efeito, para responder às necessidades desta população, o transporte coletivo teria de incorporar de forma profunda os conceitos de flexibilidade e mobilidade, aproximando-se mais do conceito tornado possível pelo automóvel próprio para a gestão de quotidianos espaço-temporais complexos. No momento atual do cenário das mobilidades metropolitanas, o Individual ganha ao Coletivo e o espaço Público enche-se de viaturas automóveis Privadas (Sales Oliveira, 2011). O que é de alguma forma um paradoxo é que se forjem políticas de transporte sem ter em conta os comportamentos dos agentes e o que nas suas escolhas se reporta aos valores e modos de vida. A relevância desta questão para a qualidade de vida das pessoas e da sociedade portuguesa é elevada: “o sector dos transportes é o que maior crescimento apresentou ao nível do consumo de energia e produção de gases com efeito de estufa na União Europeia, apesar dos avanços nas tecnologias de transporte e de combustível” (Eurostat, 2006: 1). Este sector correspondeu a 24% das emissões de GHG e foi responsável

por 31,5% do consumo de energia da EU 27 em 2005 (Eurostat, 2012: 54). Dentro deste sector é principalmente a estrada (81,9%) a responsável pelo consumo de energia. Por outro lado,

“em Portugal as emissões dos principais gases com efeito de estufa (GEE) – CO₂, CH₄ e N₂O (excluindo as emissões e remoções da floresta e alterações de uso do solo) situaram-se, em 2007, 37% acima do valor de 1990, ou seja, aproximadamente 10 pontos percentuais acima da meta estabelecida para 2008-2012. As principais fontes de emissão de GEE estiveram associadas ao sector da produção e transformação de energia e ao sector dos transportes; entre 1990 e 2007 as emissões provenientes dos transportes aumentaram aproximadamente 94% e as restantes da produção e transformação de energia cerca de 23%. Comparando com os restantes países da UE-27, em 2007 Portugal foi um dos 10 países a apresentar um aumento de emissões de GEE relativamente a 1990” (Eurostat, 2012: 56).

5. Mobilidade e interioridade: que relações?

Há já muito que o litoral apresenta índices de desenvolvimento superiores às zonas interiores correspondentes, mas nas últimas décadas a tendência para o envelhecimento e despovoamento do interior do país tem sido muito acentuada. A litoralização do país tornou-se visível e consistente – apesar de o litoral ocupar apenas 28% da superfície de Portugal continental, em 2011 nele habitavam cerca de 70% da população nacional (INE, 2012b) –, enquanto o interior se caracteriza por uma tendência para a desertificação humana. Por outro lado, foi-se desenvolvendo um processo de urbanização, verificando-se um aumento da importância da concentração da população nos espaços urbanos em detrimento das zonas rurais e dos lugares de reduzida dimensão demográfica. Simultaneamente Portugal é caracterizado pela macrocefalia de duas regiões – Lisboa e Porto –, sendo que em Lisboa e Vale do Tejo é muito mais acentuada do que na região do Porto. Esta macrocefalia aos níveis demográfico e produtivo acaba por se refletir em todos os sectores da vida social local, e neste contexto os contornos da mobilidade são distintos consoante a região. Assim, as metrópoles têm as melhores e mais complexas redes de transportes públicos e o maior número de utilizadores desta opção modal, mas, ao mesmo tempo, são lugar de congestionamento, intensidade de tráfego e problemas de estacionamento. No interior a mais escassa oferta de transportes públicos leva a uma maior dependência do carro, e simultaneamente o seu uso é “descomplicado” pela menor densidade populacional. Contudo, João Ferrão (2002) chama a atenção para o facto de o Portugal atual ser marcado por uma situação particularmente híbrida, típica dos

processos de modernização tardia, com a coexistência de “temporalidades sociais” muito distintas e que já não correspondem exatamente ao modelo dicotômico Norte/Sul e litoral/interior; ou seja, a bipolarização e a litoralização podem estar a evoluir para configurações mais complexas.

A geografia emergente coloca hoje em evidência uma maior interdependência entre territórios, nas várias escalas espaciais, e a necessidade de novas abordagens interpretativas da atual cartografia das dinâmicas e dos problemas económicos, sociais e ambientais do interior. Surgem agora, entre pessoas e territórios, outras fraturas e novas realidades, originando novas desigualdades territoriais, fragmentando o espaço entre grandes e pequenos municípios, entre os estratos sociais e os diferentes espaços onde residem, entre os centros urbanos tradicionais e a nova cidade em estruturação, entre o meio rural e o urbano. As mutações são favorecidas pela atuação de fatores de mudança e de reestruturação, mas também pela mobilidade associada a novos modos de vida e pela atuação dos fenómenos de governância, entre eles, o dos projetos políticos municipais e seus protagonistas e o dos atores da sociedade civil. Se a diversidade dos valores ambientais e a densidade do património histórico e cultural, natural e construído, são elementos que diferenciam os territórios interiores, que tendências evolutivas podem ser detetadas ao nível da ocupação do território, no que respeita a indicadores de mobilidade espacial?

Uma tendência ilustrativa é a emergência de um modo de vida lúdico baseado no uso do tempo livre e na sua valorização, segundo uma dinâmica atual com impacte nos territórios, os quais, parcial ou totalmente, tendem a ser concebidos como transformáveis em destinos apetecíveis para fins lúdicos. Uma tendência assinalada por Baptista (2005), que a designa por modernização lúdica, enquanto apropriação socioespacial mais ampla que o próprio processo de urbanização que lhe está subjacente, e que explicaria o modo como o espaço físico das sociedades contemporâneas está a ser atravessado por uma dinâmica própria de reorganização da vida social moderna assente no usufruto lúdico, emocional e, por vezes, efémero dos territórios. O que está aqui, também, em questão é uma utilização dos espaços agora menos vinculados territorialmente a dinâmicas de fixação e mais às possibilidades de mobilidade. Também a inserção nacional dos territórios interiores tem vindo a ser alterada com as mudanças no quadro das acessibilidades. Não será difícil constatar a mundialização dos fluxos (materiais e imateriais) e dos contactos através, por exemplo, e em grande parte, das tecnologias de informação e comunicação, o que ajuda até a explicar os padrões físicos de ocupação difusa – extensiva mas fragmentada – resultantes das formas e processos de urbanização na atualidade.

Por outro lado, se o mundo é cada vez mais urbano, particularmente nas sociedades industrializadas, o “ser urbano” deixa de ser um atributo em torno do qual a identidade de um grupo é construída, visto que as espacialidades se diluem e alongam também por efeito dos processos de mobilidade (Sales Oliveira, 2011). Desde a segunda metade do século XX que assistimos a profundas alterações na estrutura do trabalho e do emprego que se refletem na organização do espaço. Atividades que anteriormente empregavam maioritariamente mão-de-obra europeia são atualmente ocupações pouco representativas e hoje o grosso da população ocidental trabalha no sector dos serviços. Paralelamente a esta alteração sectorial, outras surgiram ao nível do conteúdo do trabalho e da estrutura do mercado de emprego (Sales Oliveira, 2011). Nesta renovada estrutura das atividades económicas e do mercado laboral, a fixação territorial em regiões de superior potencial económico – como são os casos de Lisboa e Oeiras – foi potenciada marcando de forma indelével os padrões de mobilidade portugueses.

Desta forma o desenvolvimento dos territórios está fortemente ligado à qualidade das suas infraestruturas de comunicação e transporte, sendo as acessibilidades condição fundamental, embora não suficiente, para determinar a localização das atividades económicas. Contrastando com as grandes cidades que se urbanizaram em “mancha de óleo”, empurrando territórios rurais para a “clandestinidade” ou para muitos quilómetros de distância, as regiões de baixa densidade permitem uma organização territorial r(urbana) muito estimulante para manter os espaços com as suas características próprias numa relação salutar. Estas regiões revelam potencial para a qualidade de vida sustentável com capacidade de atrair novos estratos populacionais em condições de trabalho em meios tranquilos e de fácil mobilidade, com excelente conectividade à distância, podendo socorrer-se de bons serviços públicos sediados na região. Nesta linha tem aqui cabimento uma referência ao conceito de “região funcional” que tem vindo a ser alvo de valorização crescente por parte da União Europeia e da OCDE, para levar a cabo diagnósticos, definir estratégias de desenvolvimento territorial ou programar e implementar intervenções integradas em espaços que não coincidem com delimitações administrativas, superando os custos decorrentes de visões geograficamente fragmentadas (Ferrão, 2012). Dada a sua polissemia, pode assumir diversos significados; como instrumento de análise pode adotar um foco urbano (relações urbano-rural), rural (relações rural-urbano) ou transversal (no caso, uma visão holística dos diversos sistemas biofísicos que cruzam áreas urbanas e rurais). E será interessante refletir sobre a conceptualização mais adequada ao caso dos territórios interiores que “permita englobar espaços polarizados por cidades de média

dimensão, por isso, regiões funcionais urbano-rurais, que se caracterizam pela intensidade, real ou desejável, das relações entre uma ou mais cidades de média dimensão e os pequenos centros e espaços rurais da área envolvente” (Vaz, 2013: 36-37).

Estudos desenvolvidos sobre zonas rurais (Carmo, 2007, 2011, 2014) dão conta da repercussão da mobilidade nos espaços rurais, designadamente no que respeita a práticas de mobilidade determinadas pelo consumo nas principais cidades das respetivas regiões, evidenciando que os residentes de zonas mais periféricas se deslocam regularmente aos meios urbanos para se abastecerem dos mais variados produtos. A posse do automóvel acaba por funcionar como condição quase imprescindível para a adesão a práticas de consumo em virtude de as redes de transportes públicos serem muito limitadas (normalmente adaptadas a horários escolares). Esta é uma tendência mais expressiva nas classes sociais mais favorecidas e escolarizadas, apesar de a mobilidade se ter vindo a generalizar nas diferentes camadas sociais. A maior ou menor acessibilidade aos centros urbanos está bastante dependente da existência de um relativo capital económico. E do ponto de vista demográfico são os mais jovens aqueles que apresentam uma maior tendência a moverem-se regularmente.

Uma outra realidade que contribui para uma mobilidade de tipo pendular é o exercício de uma atividade profissional fora do espaço de residência. Este é um fenómeno muito pronunciado em zonas rurais de proximidade das cidades mais importantes, que registam fluxos consideráveis de população ativa a trabalhar em sectores não agrícolas, em particular nas capitais de distrito.

Estaremos, assim, face a dinâmicas de expansão de um modelo cultural “médio” que se dissemina pelas vilas e aldeias. As populações rurais, em particular os mais jovens e a população ativa, assimilam estilos de vida urbanos, quer por intermédio dos meios de comunicação massificados, quer pelo contacto direto com a cidade (exercício de uma atividade laboral, frequência escolar do ensino secundário ou superior), quer ainda pelas práticas de consumo. Sintomaticamente, se em tempos mais recuados na sociedade rural eram os mercados que muitas vezes “batiam à porta” das aldeias populosas, na atualidade são os residentes das mesmas aldeias despovoadas que têm de se deslocar ao encontro dos espaços de mercado. Ora, as deslocações dependem de muitos constrangimentos, uma vez que nem todas as pessoas estão em condições de usufruir dos mesmos meios de transporte, como seja o automóvel próprio. Mas a intensidade das deslocações aumentou significativamente, pelo que é agora mais estreita a ligação das populações rurais aos mercados.

A relação com o espaço urbano é hoje mais ativa e determinada pela capacidade e condições de mobilidade. Mas é paradoxalmente mais dependente. Não faz muito sentido, nem é sustentável (ambiental e economicamente), a deslocação regular ao supermercado da cidade para comprar bens essenciais alimentícios. Assim, se a mobilidade pode ser vista como uma conquista e emancipação das populações rurais, que deixaram de estar confinadas ao espaço aldeão, ela é igualmente consequência de uma forte dependência que resulta da erosão social e económica verificada nos espaços rurais, que deixaram ou diminuíram drasticamente a atividade agrícola, da qual parte da produção se escoava para as cidades mais próximas, e por essa razão tendem hoje a estar esvaziados de bens e serviços³.

De certa forma, quer por emancipação, quer por necessidade, a mobilidade é o veículo primordial pelo qual se dá uma maior relação das populações rurais com os centros urbanos, sendo por meio da mobilidade dos próprios residentes que o mercado chega à aldeia. E, tal como Carmo (2014) adianta, pode-se fazer um contraponto com o processo de densificação urbana. Em contexto urbano e metropolitano, a densidade física e populacional tem sido a condição principal para a expansão do raio de atração dos mercados de trabalho e consumo. A urbanização e a suburbanização favorecem o incremento dos mercados, por meio da instalação de grandes superfícies e plataformas comerciais que visam responder às necessidades crescentes de consumo. O que se verifica hoje em muitos dos meios rurais contraria esta relação: espaços que perdem densidade populacional e até física estão a tornar-se mais integrados nos mercados por via das formas de mobilidade espacial dos seus habitantes. Nestes casos são as densidades intangíveis que contribuem para essa maior ligação.

Mas a mobilidade é também uma questão de classe social. Só quem detém níveis apropriados de capital económico e/ou escolar se consegue transportar com a regularidade desejada. Este dado é potencialmente gerador de desigualdades sociais, na medida em que populações mais pobres, como os idosos ou os imigrantes (residentes nestes espaços), têm dificuldades acrescidas de mobilidade e de ligação com as cidades. Hoje a fixação em zonas rurais, que possibilita o acesso a uma maior qualidade de vida, resulta, em parte, dessa capacidade económica de praticar uma mobilidade regular. Ao mesmo tempo e no que se refere aos habitantes, os seus níveis de acessibilidade e mobilidade no interior estão acentuadamente dependentes da posse

³ Desde os finais dos anos 70 do século passado que estes processos se evidenciaram em muitas zonas rurais do país. Deles se deu conta em diversos estudos sociológicos e antropológicos (Almeida, 1999; Lourenço, 1991; Silva, 1998; Sobral, 1999; Queirós, 2013; Carmo, 2014).

de um automóvel, visto que apesar do reconhecimento da necessidade dos transportes coletivos, estes têm vindo a diminuir cada vez mais a sua oferta. Podemos pois afirmar que nestas regiões as políticas de transporte apresentam dificuldades de desenvolvimento acrescidas, uma vez que é particularmente complexo conciliar o uso do carro com um sistema de transporte sustentável e inclusivo (Enoch *et al.*, 2012). Enquanto nas grandes metrópoles os problemas da mobilidade se prendem sobretudo com questões funcionais e de sustentabilidade, nas zonas rurais é da falta de mobilidade e de acessibilidade que mais falamos (Lucas, 2012; Hogdson, 2010). Em ambas o automóvel parece ser a única opção viável e racional para o cidadão. Isto gera diversos paradoxos: queremos diminuir a mobilidade nuns locais e aumentá-la noutros (Polk, 2001)? as soluções de mobilidade sustentáveis direcionadas a um coletivo são uma miragem inalcançável para Portugal?

6. Conclusão

De um modo geral, podemos considerar que a emergência de novos modos de vida se encontra ligada às dinâmicas de transformação social no quadro crescente de tendências mais ou menos intensas de urbanização. Nesta transformação intervém um duplo processo que é ao mesmo tempo de complexificação da sociedade e de individualização. Referimo-nos, primeiro, tanto a uma diversidade crescente como a interdependências cada vez mais numerosas, que se devem, em parte, ao aprofundamento da divisão do trabalho, à diferenciação dos espaços, à variedade da estratificação social, à multiplicidade das culturas... E, por individualização, queremos referenciar a capacidade de diferenciação dos indivíduos não só face aos que pertencem a outros grupos sociais do mesmo espaço urbano, mas também em relação a outros membros de um mesmo grupo social, até de uma mesma família. Assim, quanto mais a urbanização se intensifica, mais numerosas aí são as interdependências, tal como os graus de liberdade dos indivíduos são potencialmente mais relevantes.

As dinâmicas de mobilidade estão de tal modo inscritas no coração das nossas sociedades que se tornam igualmente uma questão social e política de relevo. A mobilidade é indispensável tanto do ponto de vista económico como social. Deslocar-se hoje é uma questão-chave para aceder ao mercado de emprego, ao alojamento, à educação, à cultura, ao lazer, à família... O direito ao trabalho, à habitação, à formação, passa hoje por um direito efetivo à mobilidade. Esse direito à mobilidade comanda, de certa maneira, os outros direitos; ele torna-se uma espécie de “direito genérico”, que adquire uma importância societal acrescida (Ascher, 1998).

As cidades e os territórios envolventes estão crescentemente interconectados por meio de ligações viárias e das respetivas deslocações, muitas delas de cariz pendular. Assim, os tempos e os lugares da mobilidade adquirem na vida quotidiana dos indivíduos um significado crescente, e o transporte deve, pois, ser mais cómodo, mais económico e mais agradável. O transporte já não é somente uma função que permite a deslocação entre dois pontos, mas é, também, um tempo de vida quotidiana que merece ser valorizado enquanto tal.

Deve ser ainda sublinhado que a mobilidade tem um custo económico, social e ambiental. A generalização do movimento implica que os indivíduos e os grupos possam controlar as suas mobilidades, que estas sirvam para a construção das identidades sociais, que as deslocações de uns não prejudiquem a vida de outros, que os movimentos dos bens e das pessoas não deterioresem os patrimónios naturais e culturais, e que as energias que usam não hipotequem o futuro do nosso planeta. Não é certamente tarefa fácil encontrar soluções para este sistema de relações económicas, sociais e ambientais. Mas é por essa razão que a mobilidade sustentável é hoje uma questão maior para as sociedades atuais.

Bibliografia

- ALMEIDA, J. Ferreira (1999 [1986]), *Classes sociais nos campos*. Oeiras: Celta Editora.
- ARAÚJO, Emília (2004), *A mobilidade como objecto sociológico* [Online]. Braga: Universidade do Minho. [Consultado em 3.jul.2006.] Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3913/1/A%20Mobilidade%20como%20objecto%20sociologico.pdf>.
- ASCHER, François (1998), “A Metrópole enquanto modos de vida”, in *Metapolis: Acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta Editora, pp. 77-99.
- ASCHER, François (2004), *Los Nuevos Principios del Urbanismo*. Madrid: Alianza Editorial.
- ASCHER, François (2007), “Transformações socioespaciais urbanas e desenvolvimento dos transportes e das telecomunicações”, in Lança, I.; Rodrigues, W. & Mendonça, S. (orgs.), *Inovação e globalização: estratégias para o desenvolvimento económico e territorial*. Porto: Campo das Letras, pp. 117-133.
- AUGÉ, Marc (1998), *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da modernidade*. Lisboa: Bertrand Editora.
- BAPTISTA, Luís V. (2005), “Territórios lúdicos (e o que torna lúdico um território): ensaiando um ponto de partida”, *Fórum Sociológico*, 2.^a série. Lisboa: IEDS-FCSH/UNL, (13/14): 47-58.
- BAUMAN, Zygmunt (2000), *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony & LASH, Scott (1994), *Reflexive Modernization: Politics, tradition and aesthetics in the modern social order*. Stanford: Stanford University Press.

- CARMO, Renato M. (2007), *De aldeia a subúrbio. Trinta anos de uma comunidade alentejana*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CARMO, Renato M. (org.) (2011), *Entre as cidades e a serra. Mobilidades, capital social e associativismo no interior algarvio*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- CARMO, Renato (2014), *Sociologia dos Territórios: Teorias, estruturas e deambulações*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- CASTELLS, Manuel (1996), *The Rise of the Network Society*. Cambridge: Blackwell.
- CML-DMPU (2005), *O desafio da mobilidade*. Coleção de Estudos Urbanos. Lisboa.
- XXI. N.º 7 (2005). [Consultado em 18.abr.2007.] Disponível em: <http://ulisses.cmlisboa.pt/data/002/002/pdf/mobilidade.pdf>.
- DGTT/DTL (2000), *Mobilidade e Transportes na AML*. Lisboa: DGTT.
- DUPUY, Gabriel (2004), “Transport, inequalities and poverty”. *Built Environment*. Vol. 30, n.º 2. Marcham: Alexandrine Press,, pp. 109-110.
- EUROSTAT (2012), “Transport energy consumption and emissions”, Statistics Explained [Consultado em 2.jun. 2013] Disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Transport_energy_consumption_and_emissions.
- FERRÃO, João (2004), “Visão humanista da cidade”. *Políticas das cidades* [Online]. Lisboa: Patriarcado de Lisboa. [Consultado em 17.set.2006.] Disponível em: http://www.patriarcado-lisboa.pt/vidacatolica/vcnum18/3_04_02_cidade_patriarcado_joao_ferrao_280105.doc.
- FERRÃO, João (coord.), (2012), *Regiões funcionais, relações urbano-rurais e política de coesão pós-2013*, Relatório final. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. [Consultado em 5.out.2013.] Disponível em: http://www.qren.pt/np4/np4/?newsId=1334&fileName=regioes_funcionais.pdf.
- INE (2012a), *Estatísticas dos Transportes*. Lisboa: INE.
- INE (2012b), *Recenseamento Geral da População*. Lisboa: INE.
- KRUGMAN, P.; FUJITA, M. & VENABLES, A. (orgs.) (1999), *The Spatial Economy. Cities, regions and international trade*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- LOURENÇO, Nelson (1991), *Família rural e indústria*. Lisboa: Editorial Fragmentos.
- QUEIRÓS, João (2013), “Ainda e sempre uma ‘classe objeto’? Breve reflexão crítica sobre o papel consignado às populações locais pelas políticas de promoção da ‘multifuncionalidade’ dos territórios rurais”, *Revista Configurações*, CICS-UM, vol. 11, pp. 11-23.
- SANTOS, Norberto (2001), *Sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias: A dualidade dos espaços, a turbulência dos percursos e a identidade social*. Lisboa: Edições Colibri.
- SALES OLIVEIRA, Catarina (2006), *Pendularidades, trabalho e residência em contexto urbano*. Lisboa: ISCTE-IUL [Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa]. Tese de mestrado.
- SALES OLIVEIRA, Catarina & CRUZ, Maria João (2008), “Urban mobility patterns and the use of public transports in Portugal”. *CLIMA 2008* dias 29 e 30 de setembro de 2008. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- SALES OLIVEIRA, Catarina (2011), *Mobilidades e classes médias em contexto metropolitano – Estudo dos modos de vida nas áreas metropolitanas portuguesas*. Lisboa: ISCTE-IUL [Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa]. Tese de doutoramento.
- SHELLER, Mimi & URRY, John (2006), “The new mobilities paradigm”. *Environment and Planning A* 38 (2), 207-226.

- SILVA, M. Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimento e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- SOBRAL, J. Manuel (1999), *Trajectos. O presente e o passado na vida de uma freguesia da Beira*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- UN-HABITAT (2013), *Global Report on Human Settlements*. UN-Habitat website. [Consultado em 2.ago.2014.] Disponível em: <http://mirror.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=3503>
- URRY, John (2002), “Mobility and proximity”, *Sociology*. Vol. 36, n.º 2. London: Sage., pp. 255-274.
- URRY, John (2007), *Mobilities*. London: Polity Press.
- VAZ, Domingos (2013), “Reestruturação territorial e mobilidade em contexto de baixa densidade: A região da Beira Interior em Portugal”, *Revista Configurações*, CICS-UM, vol. 11, pp. 25-42.
- VIRILIO, Paul (1995), *La Vitesse de libération*. Paris: Éditions Galilée.

9. ‘A Amadora, o maior dormitório do país’. Reflexão sobre uma morfologia e uma simbólica suburbana (Lisboa, 1960-1974)

‘Le Amadora, le plus grand dortoir du pays’.

Réflexion sur une morphologie et une symbolique de banlieue
(Lisbonne, 1960-1974)

João Pedro Silva Nunes*

Résumé: Ce texte rend compte de la trajectoire sociale et urbaine de Amadora, la plus importante ville de banlieue à Lisbonne dans les années soixante et soixante-dix. Dans un premier temps, la position d’Amadora face à la ville et sa banlieue est analysée et, par le biais d’une perspective morphologique, on constate un important changement : de bastion urbain dans les années soixante, Amadora devient une ville de banlieue. Dans un deuxième temps, on analyse le travail journalistique et les formes de typification à l’œuvre dans les documents publiés à l’époque sur Amadora. Ainsi on accède à la genèse d’une symbolique qui servait à représenter Amadora comme un espace urbain désordonné et disqualifié. Enfin, on suggère que les deux voies d’analyse – morphologique et symbolique – contribuent à élucider la constitution de la métropole de Lisbonne, l’histoire de ses lieux et l’expérience sociale et urbaine de ses habitants.

1. Introdução

Neste texto reflete-se sobre a génese de uma simbólica suburbana elaborada pela imprensa ao longo da década de 1960 acerca da Amadora – à época, o mais emblemático lugar da suburbanização de Lisboa. Nesse período, o crescimento da população residente foi rápido e intenso. Variadas formas de crescimento urbano transformaram o espaço físico da vila – dos grandes conjuntos residenciais aos bairros clandestinos, passando por bairros destinados às camadas médias e populares. As suas instituições urbanas renovaram-se com a abertura de escolas, a instalação de comércio mais diversificados e o surgimento de associações vocacionadas para a ação social e cultural. Grupos de notáveis locais reivindicaram a autonomia administrativa da vila e a sua passagem a município. De subúrbio industrial e residencial, naquela década, a Amadora passou a cidade suburbana.

* Sociólogo, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Em paralelo a estas transformações na morfologia urbana e social da vila, nos principais jornais nacionais foram publicadas peças que tipificavam a vila como um *dormitório*. A Amadora e os seus bairros foram então representados como um espaço urbano *sem qualidades*. Notícias, reportagens e cartas de leitores salientavam uma acentuada desordem espacial e uma grave insuficiência dos serviços públicos. Apesar da censura prévia instituída pelo Estado Novo, esta gama de fontes permite compreender e interpretar o fabrico de uma simbólica suburbana, elucidando o processo de suburbanização da capital portuguesa e os seus efeitos na experiência urbana das populações residentes.

2. A Amadora no processo de suburbanização de Lisboa

A concentração de população que a Amadora regista na primeira metade do século XX encontra-se intimamente relacionada com a suburbanização de Lisboa. Entre 1900 e 1950, a capital portuguesa assume face ao seu entorno uma posição de “dominação demográfica” (Baptista, 1994a). Nessas décadas, a cidade concentra sempre mais de dois terços da população residente na aglomeração (Nunes, 2011: 74-5): densa e compacta, a cidade de Lisboa não atingia ainda o seu limite administrativo (Ferreira, 1987: 85-7); as suas funções centrais localizavam-se em redor do seu casco antigo; a cidade crescia ao longo dos seus principais eixos de transporte – as linhas de elétrico (Vieira, 1982), comboio e de transporte fluvial (Salgueiro, 2001). O crescimento urbano seguia, em regra, as redes de transportes coletivos, sobrepondo-se a estes caudais de circulação urbana e reforçando uma forma de cidade “em dedos de luva”.

A rede de elétricos contribuiu para uma primeira suburbanização das camadas populares, facultando um económico acesso ao centro e diversificando atividades antes “confinadas à ‘Baixa’ de Lisboa” (Vieira, 1982: 204). Na década de 1950, a rede de elétricos atingia 140 quilómetros de extensão e repartia-se por 28 linhas e 40 percursos (Azevedo, 1998). A importância deste meio de transporte na Lisboa da primeira metade do século XX é bem patente no funcionamento dos designados *carros operários*: ao longo de certos percursos e com tarifas próprias, congeladas pelo Estado Novo desde os anos de 1930 (Melo, 1999), estas linhas facultavam às classes populares rápida e económica circulação. Como conclui Teresa Barata Salgueiro (1987: 128), os elétricos foram “o veículo dominante na circulação lisboeta até aos anos 50”.

Se a predominância do elétrico se fazia sentir no crescimento urbano da cidade de Lisboa, a presença de linhas de caminho-de-ferro contribuía, na primeira metade do século XX, para gerar e manter uma certa *morfolo-*

gia da suburbanização. Numa das mais importantes fontes para a história da suburbanização de Lisboa, a memória descritiva do *Plano Director da Região de Lisboa* (1964), é oferecida uma expressiva imagem dos subúrbios da capital servidos por ferrovia: estes seriam como que *contas de um rosário* dispostas sobre um território ainda rural (MOP, 1964: 110). Enquanto suporte de crescimento, as vias férreas de Cascais, de Sintra e da Azambuja favoreciam à época suburbanização de diferentes classes sociais: a primeira, da burguesia; a segunda, das camadas médias e de algum operariado especializado; a terceira, do operariado.

Em finais da década de 1950, a morfologia da aglomeração de Lisboa começa a alterar-se. A elevada concentração demográfica na cidade de Lisboa persiste, mas os seus principais núcleos suburbanos registam forte crescimento demográfico e urbanizam-se rapidamente. Em 1960, a aglomeração de Lisboa – isto é, a cidade capital e seus subúrbios tomados em conjunto – ultrapassa o limiar do *primeiro milhão* de habitantes (Nunes, 2011: 77). Esta fasquia demográfica é transposta graças ao incremento no povoamento a partir de então registado nos municípios vizinhos à cidade. É, por exemplo, o caso de Almada, município situado na margem sul do Tejo, que passa de 23 000 habitantes em 1940 para 43 000 em 1960; de Loures, na margem norte do Tejo e a leste da capital, que atinge 102 000 habitantes em 1960 face a 35 000 em 1940; e de Oeiras, município situado na margem norte do Tejo, a oeste da capital, que aumenta em 60 000 almas a sua população – de 37 000 em 1940 para 97 000 em 1960 (INE, 1964). Em 1970, mais de metade da população residente na aglomeração de Lisboa habitava nos concelhos em redor da cidade, tanto na margem norte como na margem sul do Tejo (Nunes, 2011: 75).

O território da vila da Amadora, integrando a circunscrição administrativa e política do município de Oeiras, regista entre 1940 e 1970 um vertiginoso crescimento urbano: de cerca de 9700 habitantes em 1940, a vila e seu entorno atingem em 1970 cerca 112 200 habitantes (Nunes, 2011: 188-9). Decompondo o crescimento por década, observa-se que, entre 1950 e 1960, o volume de residentes passa de aproximadamente 18 700 para 47 400 habitantes, crescendo 152%. Na década seguinte, a taxa de crescimento intercensitária é de 135%, correspondendo a um crescimento na ordem dos 64 800 habitantes. A Amadora constitui-se assim, de forma rápida e intensa, como o mais importante subúrbio de Lisboa – e, note-se, em 1960 é “o quinto núcleo habitacional do país” (Salgueiro, 1987: 132). O seu crescimento é uma marca significativa de como a suburbanização constituiu o mais importante processo de redistribuição de população ocorrido na aglomeração de Lisboa nas décadas entre 1950 e 1980 (Nunes, 2011).

3. De bastião urbano a cidade suburbana

Na primeira metade do século XX, a posição urbana da Amadora face à cidade de Lisboa era a de um bastião urbano. A sua forma urbana era compacta. Ao redor da estação de caminho-de-ferro concentrava-se o alojamento. Na sua envolvente, localizavam-se, em regra, a indústria e um vasto território rural. Durante este período, o meio social da Amadora foi elaborando algumas instituições urbanas. Nas décadas de 1910 e 1920 surgem cooperativas de consumo e a primeira associação operária (Coelho, 1982). Nesse período adquire igualmente relevo a *Liga de Melhoramentos da Amadora*, associação na qual se haviam congregado desde os anos da implantação da República membros da elite local, que se encontra na génese de espaços lúdicos e recreativos, como os *Recreios da Amadora* e o primeiro jardim público da vila (Simões, 1982).

Nos anos de 1930 e 1940, a vila e a sua envolvente são transformadas por um importante surto industrial. Tomando como vantagem a oferta de solo a baixo custo e a acessibilidade facultada pela via férrea, foram várias as indústrias que se instalaram na Amadora. Nos decénios seguintes, o aparecimento de novas fábricas aumentou de cadência e o tecido industrial diversificou-se: da química à metalúrgica, dos plásticos ao papel, do têxtil ao material elétrico, dos laboratórios farmacêuticos ao vidro – a Amadora constitui-se como um importante polo industrial da aglomeração de Lisboa (CMA, 1991: 146).

Em paralelo, o espaço urbano da Amadora foi recomposto pela edificação de alojamento – não raras vezes, demolindo o tecido existente, formado por habitações unifamiliares e de baixa altura, e edificando prédios de maior gabarito. Na historiografia local, António Coelho (1982: 71-72) dá conta desse processo, referindo que habitações unifamiliares foram dando lugar a pequenos prédios de rendimento, promovidos por “outro tipo de construtores, os chamados ‘patos bravos’, que compravam terrenos já a preços elevados e neles faziam prédios de segundo e terceiro andar”. Esta forma de crescimento urbano pouco diferia daquela praticada na edificação de habitação popular em Lisboa. Como bem identificou Luís Baptista (1994b) na análise à edificação do Bairro do Rego, tal modelo baseava-se em requerimentos privados de abertura de ruas e construção lote a lote de pequenos prédios de rendimento.

Em 1957, a linha férrea de Sintra é eletrificada (Moura e Gomes, 1999). Em Rio de Mouro, em Queluz, na Amadora e na Damaia verificam-se surtos de construção de alojamento. Comboios tecnologicamente mais avançados e novos horários tornaram a pendularidade casa-trabalho mais fácil e económica. Esta inovação foi tomada como oportunidade pelos investidores imobiliários. Na Amadora, e de acordo com António Coelho (1982: 73),

da edificação de pequenos prédios de rendimento passou-se para a fase dos “grandes negócios”: investidores de “maior vulto” e “apoiados por fortes capitais (...) compravam quintas inteiras, bons terrenos de sementeira, contratavam técnicos para fazerem os projectos de casas e de arruamentos, sem obediência a qualquer plano, com o único objectivo de satisfazerem os seus interesses especulativos”. Contudo, nem toda a ocupação do território da então freguesia da Amadora foi realizada na dependência relativamente à via férrea. Cedo surgiram bairros clandestinos quer de barracas, quer de construções em alvenaria. A envolvente à vila da Amadora – isto é, na Estrada Militar de Queluz, na Estrada da Circunvalação e na Quinta da Brandoa – integrou-se rapidamente na “coroa” de loteamentos marginais de Lisboa que então crescia rapidamente.

A composição social da população residente no núcleo urbano da Amadora em 1960 é reveladora do efeito conjugado da suburbanização industrial e residencial. No Quadro n.º 1 observa-se que o operariado – compreendendo aqui as mais diversas atividades e especializações – representava 48% dos ativos recenseados na Amadora, 38% da população ativa residente na cidade de Lisboa e aproximadamente 44% do contingente demográfico que residia na aglomeração. Esta *sobrerrepresentação* operária decorria sobretudo das categorias profissionais mais qualificadas, a dos *mestres, condutores e operários especializados* que representava 26% dos ativos residentes na Amadora, contra 21% e 20% na cidade de Lisboa e na aglomeração, respetivamente.

Quadro n.º 1. Composição da população ativa residente por grupo socioeconómico nos “centros urbanos” da Amadora e de Queluz, no concelho de Lisboa e na Aglomeração em 1960

<i>Grupos Socioeconómicos</i>	Centro Urbano		Concelho de Lisboa	Aglomeração de Lisboa*
	Amadora	Queluz		
Profissões Liberais e Similares	4,0	6,0	6,8	5,4
Diretores de Empresas e Chefes de Serviços	1,1	1,1	1,9	1,5
Empregados não especificados	29,8	40,3	23,9	20,5
Mestres, Condutores, Operários Especializados e Qualificados	26,2	24,4	21,5	19,8
Operários não especificados	22,2	11,5	17,1	24,1

Trabalhadores de Serviços Domésticos, Pessoais e Similares	6,8	6,8	16,9	13,0
Total de Ativos	15 290	6057	368 225	605 624

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, *X Recenseamento Geral da População*, 1960, publicado em 1964. As categorias *Patrões*, *Isolados* e *Trabalhadores Agrícolas* foram retiradas do cálculo e do quadro.

* Agregação da população residente nos municípios de Lisboa, Sintra, Cascais, Oeiras, Loures, Vila Franca de Xira, Alcochete, Montijo, Barreiro, Moita, Seixal e Almada.

No entanto, a Amadora registava uma outra importante tendência no seu povoamento: cerca de 30% da população ativa residente no “centro urbano” trabalhavam como *empregados* – uma categoria que, deve sublinhar-se, compreendia igualmente grande diversidade de ocupações. O nível de *sobrer-representação* destes ativos a residir na Amadora era em 2/5 superior ao registado na aglomeração de Lisboa. No cômputo geral, a industrialização da vila da Amadora e a crescente edificação de alojamento, intimamente associada à melhoria da ligação a Lisboa através do comboio, contribuíram para que, logo no início da década de 1960, aquele território se constituísse como um destino residencial suburbano das camadas médias e populares. Ao longo dos anos de 1960, a Amadora começa então a constituir-se como uma cidade suburbana. Em primeiro lugar, e como atrás se viu, porque a sua grandeza demográfica se altera e porque em redor do núcleo suburbano mais antigo começam a surgir bairros. Em segundo lugar, porque a oferta de instituições urbanas se renova: uma nova estação dos correios foi inaugurada¹, a rede de autocarros foi alargada²; uma escola técnica e um liceu, equipamentos reivindicados por variados grupos sociais locais, foram previstos e com algum atraso instalados³; dois cinemas foram inaugurados em bairros nos arredores da vila⁴; o tecido comercial local registou mudanças, com a abertura de dependências de lojas situadas na cidade de Lisboa⁵; o tecido associativo local diversificou-se,

¹ *O Século*, 22 de setembro de 1967: “Foram inauguradas as novas instalações da Estação dos CTT na Amadora”.

² Ver *Diário Popular*, 28 de dezembro de 1966: “Transportes Públicos na Amadora” (carta de leitor); *Jornal do Comércio*, 2 de fevereiro de 1968: “Os transportes na Amadora: Eduardo Jorge com novas linhas”; *A Capital*, 21 de julho de 1968: “Amadora – a urbe que tem pressa”.

³ Sintetizada na peça publicada no *Diário da Manhã*, 7 de setembro de 1967: “Debatida a necessidade de construção de um liceu na Amadora”.

⁴ *O Século*, 28 de agosto de 1966: “Bela e elegante sala de cinema inaugurada ontem na Damaia”; e *Diário de Lisboa*, 26 de novembro de 1966: “Inauguração de um moderno cinema na vila da Amadora”.

⁵ *Diário Popular*, 6 de maio de 1971: “Dão direito a prémios os panfletos lançados por um helicóptero entre Venda Nova, Amadora e Sintra [inauguração dos *Armazéns Conde-Barão*]”;

sobretudo do ponto de vista da ação cultural⁶. Em terceiro lugar, porque emergem reivindicações políticas relativamente à autonomia administrativa e política daquela unidade administrativa do município de Oeiras⁷.

Esta rápida diferenciação do espaço urbano e social da vila é acompanhada por um fenómeno tipificado por Raymond Ledrut (1968) como “mobilidade de crescimento”. Um significativo fluxo de novos residentes e a sua concentração no território da vila e nos novos bairros no seu entorno engendraram uma significativa mudança na morfologia urbana e social da Amadora. Imagens destes efeitos do crescimento urbano, quer no espaço suburbano quer na experiência das populações, serão elaboradas pelas redações dos principais jornais nacionais. Das reportagens, dos editoriais e de cartas de leitores publicadas sobre o assunto resultará uma particular simbólica suburbana (Nunes, 2011: 207-245).

4. “Amadora, o maior dormitório de Lisboa”

Na imprensa da década de 1960, os subúrbios da capital portuguesa eram tema de notícia e objeto de reportagem. Enquanto categoria de descrição e de interpretação das transformações em curso nos arredores de Lisboa, o *dormitório* era um termo recorrentemente mobilizado pelos jornalistas como meio de interrogação e como modo de interpretação das consequências das mais recentes vagas de crescimento urbano (Nunes, 2011: 111-116). Por seu intermédio, e apesar de ser sujeita a uma apertada censura prévia, a imprensa portuguesa noticiava, não raro em tom crítico, as condições de vida das novas populações suburbanas de Lisboa.

Na produção de imagens jornalísticas sobre a suburbanização de Lisboa, o termo *dormitório* assumia a função de *ângulo* jornalístico – um elemento cujo trabalho social de produção é considerado por Erik Neveu (2004: 67) como equivalente à construção de um “esquema de interpretação” ou ao fabrico de um “frame”, no vocabulário conceptual de Goffman. Para Neveu (2004), os “frames” e a atividade de “framing” tornam possível quer a localização e a perceção, quer a identificação e o “labeling” de coisas e de acontecimentos, de gestos e de expressões, tornando-os significativos aos indivíduos e grupos.

e *Diário Popular*, 27 de maio de 1969: “Amadora e Odivelas em progresso [Abertura de lojas Singer]”.

⁶ Ver *Diário de Lisboa*, 12 de fevereiro de 1971: “Objectivo na Cooperativa ‘VIS’ – ir ao encontro das necessidades culturais da Amadora”; *Diário de Lisboa*, 18 de junho de 1971: “Comunicar: onde, como, para quê? Mesa-redonda realizada na sede da Cooperativa Proelium”; *Diário de Lisboa*, 8 de março de 1974: “Organizada a ‘Associação dos Amigos da Damaia’”.

⁷ Simões, Artur Martinho (1982), *O Concelho da Amadora: Pequena história de uma longa caminhada que chega ao fim*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

Assim, a atividade de “framing” e os “frames” participam na “definição da situação”, modelando o contexto de interação e dando razão de ser a expectativas e a modos de tratamento recíproco dos atores. No domínio da redação jornalística, o *ângulo* é um guia para recolha de informação e para a construção e tratamento dos factos (Neveu, 2004: 67).

Relativamente à Amadora, o uso do termo *dormitório* ganha relevo a partir de uma reportagem publicada na revista *Eva*, em maio de 1963. Aí a vila era qualificada como o maior “dormitório de Lisboa”. Ao longo da década, o trabalho jornalístico realizado em diversas redações contribui para estabelecer o termo, formar o ângulo e legitimar denúncias acerca da condição suburbana e da inoperatividade dos poderes públicos em regular o crescimento urbano. Acerca da Amadora, uma reportagem datada de setembro de 1973 e publicada na revista *Observador*, sob o título “Amadora, Cidade-Satélite – há limites para o crescimento?”, é emblemática. Embora o termo *dormitório* daí estivesse ausente, o parágrafo final designava a vila e seus arredores como “pesadelo suburbano” e recriava o sentido do termo *dormitório*, expressando o desejo de que “a Amadora de amanhã, [...] [fizesse] esquecer a Amadora de hoje, pesadelo suburbano onde as pessoas estão, na esmagadora maioria, somente de noite para descansar e dormir. A Amadora de amanhã, o terceiro maior núcleo populacional do País”.

5. Desordem espacial, insuficiência de serviços públicos e queixas dos habitantes

Se o termo *dormitório* servia para nomear as mais recentes transformações nos subúrbios de Lisboa, a desordem espacial era um dos tópicos recorrentes para interpretar e fazer significar certos efeitos do crescimento urbano registado na Amadora. Veja-se como no registo da desolação e do abandono, esta vila era descrita no começo da década de 1960:

“No último domingo, tivemos a oportunidade de atingir a Amadora, o mais importante aglomerado populacional que se situa nos arredores de Lisboa (...). Pois ali obtivemos a mais desagradável impressão. Logo à entrada deparámos com arruamentos esburacados e, quanto a passeios – há buracos cheios de água e nada mais. (...) Não há sinalheiro a pôr ordem num trânsito desordenadíssimo e perigoso. Como é possível que a respectiva Câmara deixe chegar a tal ponto o estado das ruas e das praças? Não há um arranjo com uma placa ajardinada, não há uma estátua, um motivo de beleza no meio daquela cidade do ‘far-west’.”

(*Diário Ilustrado*, 7 de novembro de 1962:

“Desolação e abandono na futura ‘cidade’ da Amadora”)

Uma crítica à fraca regulação do crescimento urbano, por parte dos poderes públicos, era em seguida formulada:

“Dir-se-ia que chegaram ali os construtores, desataram a construir casas como muito bem lhes apeteceu e nasceu assim uma cidade (...), Para se verificarem todas estas anomalias, este abandono, não é preciso muito: basta fazer uma visita à vila, percorrê-la de carro, que logo se verifica que após a construção dos prédios nada mais se fez: nem ruas, nem passeios. Por todo o lado o barro encharcado de chuva, as pedras nuas, os autênticos caminhos de aldeia... Por quanto tempo durará isto?”

(Ibidem)

Esta peça é particularmente reveladora da distância, aos olhos dos jornalistas, que aquele território evidenciava face às imagens de certas zonas da cidade de Lisboa. Tanto a desordem espacial como as diferenças na forma de ocupação do espaço eram lidas face às marcas de centralidade presentes na zona comercial e administrativa da cidade e nos bairros das camadas superiores. O termo “cidade do ‘far-west’” é evocativo, ao olhar jornalístico e de classe média, da criação desordenada de um espaço urbano *sem qualidades*, associada a uma notória ausência de regulação do crescimento urbano.

Com o passar dos anos, com o aumento da população residente e com a expansão do tecido urbano, a narração jornalística relativa à Amadora passou a tender para o tom da denúncia:

“Acaso não será a Amadora uma localidade de mais importância populacional e industrial que, por exemplo, Oeiras? Acaso não será a Amadora um centro populacional e industrial que é dos mais importantes do país, portanto um dos que mais receitas rende à Nação? Qual será, pois, o motivo por que em Oeiras as ruas se encontram limpas e bem conservadas, os passeios alindados e, aqui, na maior e mais importante localidade do concelho a lama e má pavimentação, a sujidade e os eternos buracos contribuem para dar à vila uma imagem de verdadeiro desleixo? (...) Eis uma pergunta que deixamos à atenção da nossa vereação. Esperemos que a nova vereação saiba colher neste mandato mais realizações que a antecedente. Se assim não for, vai mal a Amadora.”

(República, 29 de fevereiro de 1964:

“É vergonhoso o mau estado das ruas da Amadora”)

Ao tópico da desordem espacial começa a juntar-se a questão dos serviços públicos e da sua insuficiência face a um território em acelerado crescimento urbano e demográfico. Ora, uma das principais questões que se impunha no quotidiano das populações residentes na Amadora era o lixo – e as redações

dos jornais estariam particularmente atentas a essa situação⁸. O volume de lixo produzido revelava os limites organizacionais e logísticos da administração do município de Oeiras nessa matéria. O detalhe conferido numa peça publicada no *Diário Ilustrado* permite uma boa aproximação ao problema:

“Inconcebível!... Apenas cinco camionetas em todo o concelho de Oeiras (!) para recolher o lixo. (...) Com cinco camionetas apenas distribuídas por todas as povoações da sua circunscrição, a Câmara Municipal de Oeiras demonstra flagrante desactualização com os processos modernos e rápidos usados agora naquela função. Um número tão exíguo de veículos tem necessariamente de provocar consequências. Repare-se que para toda a freguesia da Amadora, que engloba a própria vila e a Damaia, estendendo-se até perto de Benfica, foram destinados dois carros. Portanto (...) os restantes servem a vasta área compreendida entre Algés e Oeiras.”

(*Diário Ilustrado*, 5 de dezembro de 1962: “Inconcebível! Apenas cinco camionetas em todo o Concelho Oeiras para recolher o lixo”)

Por outro lado, a descrição do modo de funcionamento deste serviço público é também reveladora do modo como a Amadora crescia e se constituía como uma cidade suburbana:

“Começando pelas sete horas o seu trabalho, em posições diametralmente opostas – Venda Nova e Bairro Janeiro, na Amadora – os empregados camarários são obrigados a calcorrear enormes zonas terminando esse serviço nunca antes das 13 horas (raramente) mas prolongando-o (...) até às 16 ou mesmo 17 horas, conforme os dias em que o executam. (...) [Consequentemente] o aspecto da Amadora a determinada hora do dia, especialmente na de maior movimento – a hora de almoço – chega a causar repulsa, pois o lixo já escolhido e remexido pelos trapeiros espalha-se pelo chão, oferecendo uma nota discordante com a visível modernização dos arredores da capital.”

(*Ibidem*)

Ainda no plano dos serviços públicos, a imagem elaborada pela imprensa no tocante às comunicações voltava a evidenciar a sua insuficiência. Da morosidade na instalação de telefones – descrita no *Diário Popular*, de 8 março de 1963, sob o título “A falta de telefones na Amadora” – à ausência

⁸ *República*, 21 de setembro de 1966: “O lixo problema crucial da grande Amadora”; *Actualidades*, 11 de março de 1967: “Incúria nota dominante no destino da Amadora”; *Notícias de Sintra*, 3 de março de 1968: “O asseio Deus o amou...”; *A Capital*, 1 de junho de 1969: “Ruas da Amadora infestadas por matilhas de cães”.

de telefones públicos, frequentemente avariados ou vandalizados, passando pela reduzida capacidade de atendimento e de distribuição de correspondência por parte da reduzida estação dos correios:

“Situado numa zona que se pode considerar excelente, o pequeno edifício [dos correios] de modo algum serve os interesses dos moradores na ‘cidade-satélite’ nem a missão para que foi destinado. Em relação ao passado pouco ou nada evoluiu, a não ser no aspecto de quantidade de funcionários, no entanto bastante irrisória se levarmos em conta o desenvolvimento sempre constante no aspecto humano. É por essa razão que se têm verificado várias deficiências com a entrega da correspondência, pois conhece-se a dificuldade existente em localizar os endereços na maioria das ruas da Amadora, dada a confusão criada entre os lotes e os números dos prédios.”

(*Diário Ilustrado*, 9 de janeiro de 1963: “A estação dos correios da Amadora é demasiado exígua para o movimento que regista”)

A prática de distribuição de correio enfrentava um espaço urbano tido como *desordenado* em que os sistemas de identificação dos endereços eram confusos. A população residente na designada “cidade-satélite” e na sua envolvente engrossava o volume de receção e de expedição de correio. Os serviços pareciam atingir a rutura:

“Na expedição de telegramas, na compra de selos, no levantamento de encomendas postais ou vales telegráficos ou ainda no pagamento de certos actos da especialidade, a demora chega em algumas circunstâncias a provocar justos protestos, especialmente nas épocas festivas, muito embora seja de enaltecer o espírito de colaboração demonstrado pelos funcionários em exercício.”

(*Ibidem*)

Da solução proposta no excerto que em seguida se transcreve fica bem expressa a mudança na morfologia urbana da Amadora – que se estendia de “Benfica a Queluz” – e a sua origem: o rápido e violento crescimento demográfico e urbano.

“Para evitar esta situação não bastará criar uma estação com instalações mais vastas. Há que atender ao facto da Amadora presentemente se estender até Benfica e Queluz. Portanto, as dificuldades que se oferecem agora aos seus habitantes só deixarão de subsistir se houver pelo menos duas dependências da estação principal.”

(*Ibidem*)

No começo da década de 1970, não eram apenas as redações dos jornais e revistas a descrever a desordem espacial na Amadora e a transmitir uma atmosfera de crise de crescimento urbano. Um certo mal-estar suburbano, relativamente à Amadora vinha já sendo veiculado pelos residentes, que por carta se dirigiam à direção dos principais jornais lisboetas. Se bem que publicadas como *Cartas ao Diretor*, estas missivas eram implicitamente destinadas às redações, que trabalhavam o *assunto jornalístico*, aos leitores e aos poderes públicos. Constituíam um importante meio de transmissão de experiências e de aspirações. Condensavam um sentido relativamente à posição social e urbana dos habitantes da vila. Uma vez publicadas, ofereciam legitimidade às reivindicações dos habitantes da Amadora, projetando-as no plano do interesse público. E isto, deve sublinhar-se, num contexto ditatorial como o português, fortemente marcado pela ausência de liberdades cívicas e de expressão.

O *leit-motif* das *Cartas ao Diretor* era a queixa. Este modo de narração permitia aos signatários a descrição de situações que perspetivavam como em desordem ou no registo da anomalia e, simultaneamente, reivindicar às autoridades, administrações e poderes públicos melhores condições urbanas. Nestes breves relatos, os habitantes referiam-se às condições de circulação mais penosas: o pó no verão e a lama no inverno, os buracos, valas e lixeiras espalhadas pelas ruas e pelos caminhos. Reclamavam melhores e mais seguras condições de acesso às gares de caminho de ferro⁹. Apontavam deficiências na recolha de lixo – um tópico, como se viu, permanente ao longo do período em análise. Identificavam a presença de grupos de trapeiros. Queixavam-se da presença de animais, quer as matilhas de cães à solta, várias vezes apontadas ao longo da década, quer os ratos e ratazanas¹⁰. As cartas dos habitantes adensavam a já longa série de notícias e reportagens sobre a gestão dos serviços públicos municipais.

⁹ Ver *Diário Popular*, 12 de fevereiro de 1961, “A venda nova necessita de atenções camarárias”; *A Voz*, 6 de setembro de 1961, “Amadora – a abandonada”; *República*, 21 de junho de 1963, “A Estrada Nacional Benfica Amadora”; *Diário Popular*, 8 de fevereiro de 1961, “Alguns problemas de Algés que precisam de imediata solução”.

¹⁰ Ver, para as notícias, *Diário Ilustrado*, 23 de maio de 1963, “Reguem-se as ruas da Amadora agora que vem aí o Verão”; *Diário Ilustrado*, 9 de janeiro de 1963, “Transformadas em pântanos as ruas da Amadora”; *República*, 19 de agosto de 1964, “O lixo campeia em Algés”; *Jornal de Sintra*, 10 de maio de 1965, “Lixo a rodos nas ruas da Amadora”; *República*, 21 de setembro de 1966, “O lixo problema crucial da grande Amadora”; *A Capital*, 1 de junho de 1969, “Ruas da Amadora infestadas por matilhas de cães”. Cartas de leitores: *Diário Popular*, 30 de setembro de 1962, “Incongruências registadas na Damaia”, *O Debate*, 13 de janeiro de 1962, “Os trapeiros”; *Diário Popular*, 23 de setembro de 1964, “Na Damaia não se pode dormir”.

Em abril de 1973, as reivindicações dos habitantes da Amadora encontraram expressão pública no *Diário de Lisboa*, jornal com um cunho crítico e oposicionista, que deu à estampa um abaixo-assinado, enviado por cerca de centena e meia de munícipes ao edil de Oeiras, onde as queixas são expressas com um nítido sentido de protesto:

“Os habitantes da Amadora vêm, por este meio, manifestar junto de V. Ex.^a o seu total apoio às acções levadas a cabo por largas dezenas de cidadãos desta freguesia, reivindicando solução rápida e eficiente para os mais prementes problemas desta vila, tais como: péssimas condições de recolha de lixo e limpeza das ruas; existência de lixeiras imundas em baldios nas várias zonas habitadas desta freguesia (onde proliferam ratos, maus cheiros, focos de infecção, principalmente junto de escolas e mercados e que ameaçam gravemente a saúde pública); a total carência de zonas verdes e o mau estado de arruamentos e praças, que mais agravam a situação, a inexistência de creches, precárias instalações escolares e o elevado número de barracas.”

(*Diário de Lisboa*, 2 de abril de 1973:
“Os habitantes da Amadora protestam”)

Alguns meses mais tarde e ainda sob a ditadura de Marcello Caetano, estes e outros aspetos serão levados à Assembleia Nacional por Alberto de Alarcão¹¹. Numa intervenção crítica, o deputado da Ala Liberal relata o percurso que realizou pela Amadora e dá conta do que observou. O discurso de Alberto Alarcão evoca imagens de abandono e desolação; sublinha as marcas de incúria e desleixo na gestão dos serviços públicos, anteriormente relatadas na imprensa, quer em reportagens, quer nas cartas dirigidas aos jornais; e, não menos importante, o discurso lança uma crítica à fraca regulação do crescimento urbano, bem expressa, aos olhos do deputado, nos bairros clandestinos e de barracas e nos grandes conjuntos residenciais de fraca qualidade urbanística. Para além de legitimar a já longa série de notícias publicadas na imprensa e as aspirações expressas nas cartas dirigidas aos diretores dos jornais por parte dos habitantes, Alberto Alarcão reivindicava não só uma melhor atenção dos poderes públicos nacionais e municipais para o crescimento urbano como também uma melhor ação do Estado contra a especulação fundiária e os seus efeitos.

¹¹ Alarcão, Alberto de. Considerações sobre a urbanização e a vida administrativa e social nos arredores de Lisboa. *Diário das Sessões*, XI Legislatura, n.º 25, 8 de fevereiro de 1974, Lisboa: Assembleia Nacional, 1974, pp. 515-518.

6. Reflexão final

Na década de 1960, a atenção prestada em contínuo pelas redações dos jornais nacionais à condição suburbana da Amadora e das suas populações traduziu-se numa ampla gama de descrições do crescimento urbano e da experiência suburbana. Tais descrições, bem como os termos a elas associados, permitem aferir a intensidade e a extensão das mudanças verificadas na morfologia urbana e social daquele *bastião urbano* que então se constituía como uma *cidade suburbana*. A difusão destas imagens jornalisticamente construídas contribuiu para que se estabelecesse uma representação da Amadora enquanto espaço suburbano desordenado e enfrentando carências resultantes de um insuficiente desempenho dos serviços públicos. Os termos “cidade do ‘far-west’” ou “Amadora, pesadelo suburbano” ofereciam analogias bem expressivas da condição suburbana daquele espaço e das suas populações.

Na perspetiva da sociologia e da história da metrópole de Lisboa, as peças publicadas na imprensa da época permitem aferir uma transformação morfológica muito acentuada: rápido crescimento demográfico, incremento na concentração populacional e crescente diferenciação do espaço urbano. Quer as redações dos jornais, quer os habitantes que aos seus diretores se dirigiam por carta, reclamavam ações tendentes a formar uma nova “ordem urbana” (Remy e Voyé, 1981) da qual pudessem obter efeitos consentâneos com as suas aspirações. Neste sentido, as peças jornalísticas são reveladoras dos efeitos disruptores engendrados pela urbanização na gestão da “economia política urbana”, como bem salienta Yankel Fijalkow (2010: 153-155), sobretudo no que concerne o modo como são social e espacialmente distribuídas amenidades e *nuisances*.

Mas as notícias, reportagens e cartas de leitores são também elucidativas da condição suburbana dos habitantes da Amadora nos anos da mais intensa e rápida suburbanização dos arredores de Lisboa. Neste ponto, o contributo de Navez-Bouchanine (1991), relativo aos efeitos do processo de urbanização nos espaços públicos das grandes cidades marroquinas, apresenta um considerável interesse analítico. Porque, argumenta a autora, os serviços urbanos, em regra atribuição das autoridades públicas, contribuem para conferir aos espaços urbanos coletivamente partilhados um “estatuto público”. A intensidade com que as autoridades dominam e efetivamente fornecem tais serviços é, para as populações em causa, um “revelador sociopolítico” da sua condição social e urbana. De acordo com Navez-Bouchanine (1991), a qualidade da realização das atribuições da autoridade municipal vigente é percebida pelos habitantes dos bairros periféricos como *mais do que* uma questão funcional com melhor ou pior execução: é a sua própria posição na

hierarquia social que é lida na qualidade e na intensidade com que a municipalidade fornece os serviços de manutenção dos espaços públicos. E conclui:

“Ce qu’ils [les habitants] perçoivent comme négligence, désintérêt, voire refus des autorités responsables de leur accorder le même niveau d’équipements et de services que ces quartiers [tissus modernes du centre-ville et les quartiers résidentiels de luxe] est automatiquement relié à leur appartenance à une couche sociale, pauvre et sans pouvoir, acculée ‘à se débrouiller comme elle peut’.”

(Navez-Bouchanine, 1991: 155)

Por um lado, no caso da Amadora e no período em análise, as peças publicadas na imprensa, e sobretudo as cartas redigidas pelos habitantes, ilustram bem a resistência das populações residentes aos *efeitos de gestão* da “economia política urbana” de uma vila que rapidamente se tornava numa cidade suburbana desprestigiada e desprestigiante. Por outro lado, e ao longo do período compreendido entre 1960 e 1974, a simbólica suburbana elaborada pela imprensa acerca da Amadora começa progressivamente a adquirir um tom e um sentido crítico. Tanto o abaixo-assinado requerendo mudanças na forma e no conteúdo da política urbana local, como o discurso proferido por Alberto Alarcão na Assembleia Nacional, meses antes da Revolução de Abril de 1974, exprimem reivindicações significativas e mudanças sistemáticas na ação dos poderes políticos nacionais e locais face àquela cidade suburbana em constituição. No seu conjunto, as transformações na morfologia social e urbana da Amadora, bem como o sentido da simbólica suburbana que as acompanham, permitem compreender e interpretar o fabrico de uma representação negativa da condição suburbana, levantando questões acerca da sua permanência e transformação até aos dias de hoje.

Bibliografia

- AZEVEDO, João (1998), *Lisboa – 125 anos sobre carris*. Lisboa: Roma Editores.
- BAPTISTA, Luís V. (1994a), “Dominação demográfica no contexto do século XX português: Lisboa, a capital”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 15, pp. 53-77.
- BAPTISTA, Luís V. (1994b), “Crescimento urbano e coexistência residencial. Um caso de edificação não planeada ‘às portas da cidade’ de Lisboa (1900 – anos 40)”. *Ler História*, n.º 26, pp. 171-195.
- CÂMARA Municipal da Amadora (1990), *Plano Director Municipal. B – estudos de caracterização de nível municipal*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora – Gabinete do Plano Director.
- COELHO, António dos Santos (1982 [1960]), *Subsídios para a História da Amadora*. Amadora: Edição dos Serviços de Acção Social e Cultural da Câmara Municipal da Amadora.

- FERREIRA, Vítor Matias (1987), *A Cidade de Lisboa: De capital do império a centro da Metrópole*. Lisboa: Dom Quixote.
- FIJALKOW, Yankel (2010), “Politiques urbaines”, in Stébé, J.-M. & Marchal, H. (dirs.), *Traité sur la ville*. Paris: PUF, pp. 153-205.
- INSTITUTO Nacional de Estatística (1964), *X Recenseamento Geral da População. Resultados definitivos (1960)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- LEDROUT, Raymond (1968), *Sociologie urbaine*. Paris: PUF.
- MELO, Daniel (1999), “Carris”, in Barreto, António & Maria Filomena Mónica (coords.) *Dicionário de História de Portugal. Volume VII, Suplemento A/E*. Porto: Figueirinhas, pp. 237-238.
- MINISTÉRIO das Obras Públicas (1964), *Plano Director da Região de Lisboa. Antepiano. Volume I. Memória descritiva e justificativa*. Lisboa: MOP – Conselho Superior de Obras Públicas.
- MOURA, Raul Vilaça & GOMES, Gilberto (1999), “Caminhos-de-ferro”, in Barreto, António & Maria Filomena Mónica (coords.) *Dicionário de História de Portugal. Vol. VII, Suplemento A/E*. Porto: Figueirinhas, pp. 223-227.
- NAVEZ-Bouchanine, Françoise (1991), “L’espace limitrophe : entre le privé et le public, un no-man’s land ? La pratique urbaine au Maroc”, *Espaces et Sociétés*, n.º 62-63, pp. 135-159.
- NEVEU, Erik (2004), *Sociologie du journalisme*. Paris: Éditions la Découverte.
- NUNES, João Pedro S. (2011), *Florestas de Cimento Armado. Os grandes conjuntos residenciais e a constituição da metrópole de Lisboa (1955-2005)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- REMY, Jean & VOYÉ, Liliane (1981), *Ville, ordre et violence*. Paris : PUF.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1987), “Os transportes no desenvolvimento das cidades portuguesas”, *Povos e Culturas*, n.º 2, pp. 113-144.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (2001), *Lisboa, Periferia e Centralidades*. Oeiras: Celta Editora.
- SIMÕES, Artur Martinho. *O Concelho da Amadora: Pequena história de uma longa caminhada que chega ao fim*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.
- VIEIRA, António Lopes (1982), *Os Transportes Públicos de Lisboa entre 1830 e 1910*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

10. Socioespacialidades no interior profundo: o caso das Minas da Panasqueira – Beira Baixa

Socio-spatialités dans « l'intérieur profond »: le cas des Mines da Panasqueira, Beira Baixa

José Espírito Santo*

Domingos M. Vaz**

Résumé: Notre analyse concerne le *Cabeço do Pião* «section» des *Mines de la Panasqueira* situées dans la région de la *Beira intérieure* du Portugal. Cet établissement a concentré après des années 30 jusqu'en 1996 le traitement de tous les minéraux liés essentiellement à l'étain, au cuivre et au tungstène. Il accueillait alors toutes les usines de fabrication et de réparation des machines utilisées pour l'extraction et le traitement ultime des minéraux. C'était aussi l'endroit où la main-d'œuvre la plus qualifiée était concentrée.

Les travailleurs ont vécu là des processus de socialisation intense et, au moment de la réduction substantielle du rôle économique des mines, après les années soixante, ils ont construit des parcours de vie dans l'espace national et international et/ou influencé leurs descendants nés dans les années cinquante et soixante. Ainsi, cet article entend montrer que ces travailleurs ont conçu et mis en œuvre des processus de mobilité sociale ascendante à la différence de phénomènes, souvent soulignés en la matière, de reproduction sociale.

1. Introdução

Neste capítulo apresentamos uma contribuição sociológica sobre a vertente profissional e de interação social de um micro mas complexo território: as Minas da Panasqueira.

Desde a sua criação em finais do século XIX, as Minas têm originado, ciclicamente, intensas e variadas reflexões sobre as estratégias bélicas mundiais, doenças profissionais, poluição territorialmente generalizada, desemprego regionalmente maciço e uma qualificação profissional reconhecida nacionalmente.

As Minas da Panasqueira eram tradicionalmente compostas por três secções ou povoamentos: Panasqueira, Barroca Grande e Cabeço do Pião (ou Rio). Cada uma destas secções detinha a sua especialização laboral. Foi a secção

* Doutorando de Sociologia na Universidade da Beira Interior e investigador do CESNOVA (Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa).

** Sociólogo, Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior, investigador do CESNOVA e investigador associado do *Laboratoire* AUS de l'UMR LAVUE.

de Cabeço do Pião que elegemos como objeto de estudo e sobre a qual construímos a nossa pesquisa sociológica.

Esta apresentação inicia-se com uma descrição das Minas da Panasqueira nas suas vertentes histórica e funcional, centrando, logo de seguida, a nossa análise na ação social vivenciada, em épocas específicas, pelos residentes naquela secção do complexo mineiro. Procuraremos dar conta das diversificadas origens sociais e culturais destes residentes; da sua composição etária e intrínseca permeabilidade a novos trajetos sociais, originados num contexto quotidiano de intercâmbios socioculturais provenientes de uma contingente interação social ditada pelo isolamento geográfico; e da concomitante elevação de expectativas proveniente de tal interação social. Por fim, apresentaremos a análise da materialização das expectativas criadas ao longo dos percursos socializadores, inculcados pelo espaço e pelos atores sociais que aí interagiam.

2. As Minas da Panasqueira

A exploração mineralífera em estudo foi administrativamente registada em 1898 e ficou com sede em Lisboa. No primeiro quartel do século XX fica na posse de capitais ingleses e toma a denominação de *Beralt Tin Wolfram Limited*. Esta exploração é então suportada pela criação, de raiz, de três núcleos habitacionais ou secções: Panasqueira; Barroca Grande; Cabeço do Pião. A partir dos anos trinta do século passado, na Panasqueira e na Barroca Grande (do concelho da Covilhã), centravam-se a exploração mineira e equipamentos de saúde, de recreação e de desporto. No Cabeço do Pião (concelho do Fundão), localizava-se toda a atividade oficial de apoio ao complexo mineiro e o tratamento final dos minérios extraídos na mina (com especial protagonismo da volframite), que para ali eram transportados por um longo caminho aéreo.

Pela especificidade do seu labor oficial, era esta povoação aquela onde se concentrava maior quantidade de trabalhadores qualificados: quadros técnicos de diversificadas especialidades, administrativos, desenhadores, analistas químicos, eletricitas, metalúrgicos, serralheiros; carpinteiros, etc. A todas estas especializações juntava-se um significativo número de trabalhadores não qualificados que laboravam na *Lavaria*, local onde se triturava, lavava e separava o minério. Para além do hospital central privado que se localizava na Barroca Grande, o Cabeço do Pião dispunha de um Posto de Socorros com enfermeiro residente e com serviço médico ao dispor dos habitantes todos os dias, vinte e quatro horas por dia. Existia, também, um clube com jogos de salão, jornais diários, televisão (logo apenas foi introduzida em Portugal) e cinema periodicamente. Quanto ao desporto, existia um campo

de ténis e um outro pavimentado para a prática de hóquei em patins. O conforto habitacional caracterizava-se por casas construídas pela empresa, com três assoalhadas (mínimo) e com eletricidade gratuita. O saneamento e a higiene das ruas eram feitos por brigadas de limpeza, diariamente, pela madrugada. Esta caracterização demográfica, profissional e de equipamentos habitacionais e coletivos desenvolveu-se durante os anos trinta, quarenta e cinquenta do século passado e foi substancialmente melhorada nas décadas seguintes até aos anos noventa do mesmo século. A partir de 1996 todo o trabalho mineiro (exploração, tratamento final do minério e apoio oficial) concentrou-se, em exclusividade, na Barroca Grande¹.

A principal explosão laboral – logo de atração de mão-de-obra e de serviços habitacionais, recreativos, médicos, etc. – verificou-se durante a Segunda Grande Guerra (como se sabe, o volfrâmio é de grande utilidade no fabrico de material bélico). E, nos primeiros anos da década de cinquenta do século XX, com a Guerra da Coreia, renovou-se o frenesim da exploração mineira e suas atividades complementares, que tinha enfraquecido com o final da grande guerra. Excetuando estes momentos de intensa procura mundial do volfrâmio, a vida das Minas tem sofrido ciclos de fraco e pleno emprego, dependendo, diz-se, da volatilidade dos preços do minério nas bolsas internacionais de matérias-primas.

Mas, nos anos trinta, quarenta e cinquenta do século passado a ordem era para contratar! Contratar trabalhadores qualificados e não qualificados. Diz-nos Leal (1945) que, segundo o registo empresarial reportado ao mês de março, nas já referidas três Secções trabalhavam, em 1943, 10 570 indivíduos.

Os trabalhadores não qualificados preenchiam as necessidades de força iminentemente braçal: tarefas de extração no interior das galerias, trabalho na lavaria e serviços de higiene e limpeza públicas. Estes trabalhadores eram, essencialmente, recrutados nas terras vizinhas e praticavam longas migrações pendulares diárias. Quando essa pendularidade diária era inexequível pela longa distância a percorrer, a ida à aldeia de origem só podia ser praticada sábado à noite, utilizando a bem marcada rede de sendeiros de montanha. Esta mão-de-obra era esmagadoramente atraída nos momentos de paragem das tarefas ligadas à ruralidade da sua sub-região de origem. Noutros momentos a administração empresarial sofria sérios reveses resultantes do absentismo provocado pelos tempos de sementeira e colheita bem definidos

¹ O levantamento fotográfico que realizámos em 1996 registou os últimos trabalhos efetuados no Cabeço do Pião. O Cabeço do Pião e a Panasqueira encontram-se atualmente numa situação de semiabandono. Ainda com uma residual ocupação residencial, têm sido objeto de esporádicas tentativas de aproveitamento turístico.

no calendário agrícola, que subtraía contingentes importantes desta mão-de-obra não qualificada mas absolutamente necessária, o que, obviamente, não se compaginava com planeamentos económicos de extração e venda. De tal forma o problema era sentido pela empresa, que esta chegou a instituir um suplemento remuneratório a atribuir a todo o trabalhador que se mantivesse de forma continuada no seu posto de trabalho e que não ultrapassasse, em absentismo, os dias de ausência devidos a doença ou acidente profissional. Para as atividades de maior exigência técnica, eram recrutados trabalhadores das mais variadas e longínquas origens geográficas. Essa facilidade de atração derivava das características laborais e habitacionais oferecidas, mas, não podemos escamotear, as alternativas de emprego eram inexistentes ou escassas, regional e nacionalmente! Os momentos de maior necessidade de extração mineira derivavam da grande procura do volfrâmio pelos mercados internacionais, fruto de necessidades bélicas, e que determinavam sérias crises financeiras e económicas, com consequências desastrosas no emprego agrícola ou urbano, este mais qualificado. Era fácil atrair mão-de-obra qualificada para as Minas. E ela vinha! Vinha de todos os cantos do país, e os espaços mais urbanizados forneciam a mão-de-obra mais qualificada. Outro aspeto importante a reter diz respeito aos contactos, informais, que tivemos oportunidade de estabelecer com antigos trabalhadores e seus familiares, que anualmente «percorrem» os espaços da Panasqueira com o intuito de redescobrir recantos, cheiros e ruídos. E fazem-no com manifesto agrado, pese embora a representação da exploração mineira, veiculada não raro por prestigiada imprensa regional, ser traduzida por dimensões de negatividade social e humana, como a poluição, a dominação hierárquica, a silicose e as subsequentes aldeias de viúvas – em termos de hecatombe social e territorial²! Assim, logo num primeiro momento, houve que determinar o tempo e o espaço do fenómeno social a investigar, a saber: anos quarenta, cinquenta e sessenta do século XX; Cabeço do Pião, Minas da Panasqueira. E precavidos de uma recomendável precaução epistemológica: o facto de a realidade objeto de estudo sobre a qual intensamente refletimos ser preexistente a este nosso processo de produção de conhecimento e subsistir (continua a subsistir, com reorganizações territoriais e empresariais), independentemente dos resultados que obtivermos. Imbuídos de uma assumida postura metodológica de humildade científica, procurámos apreender racionalmente uma parcela sociológica que compõe a realidade em estudo, dando conta dos suportes teóricos que a sustentaram e das suas dimensões explicativas (Almeida, 1982).

² Uma circunstância que determinaria, também por exigência de pós-graduação académica (curso de Mestrado), o interesse de uma interpretação racional de tal ambivalência.

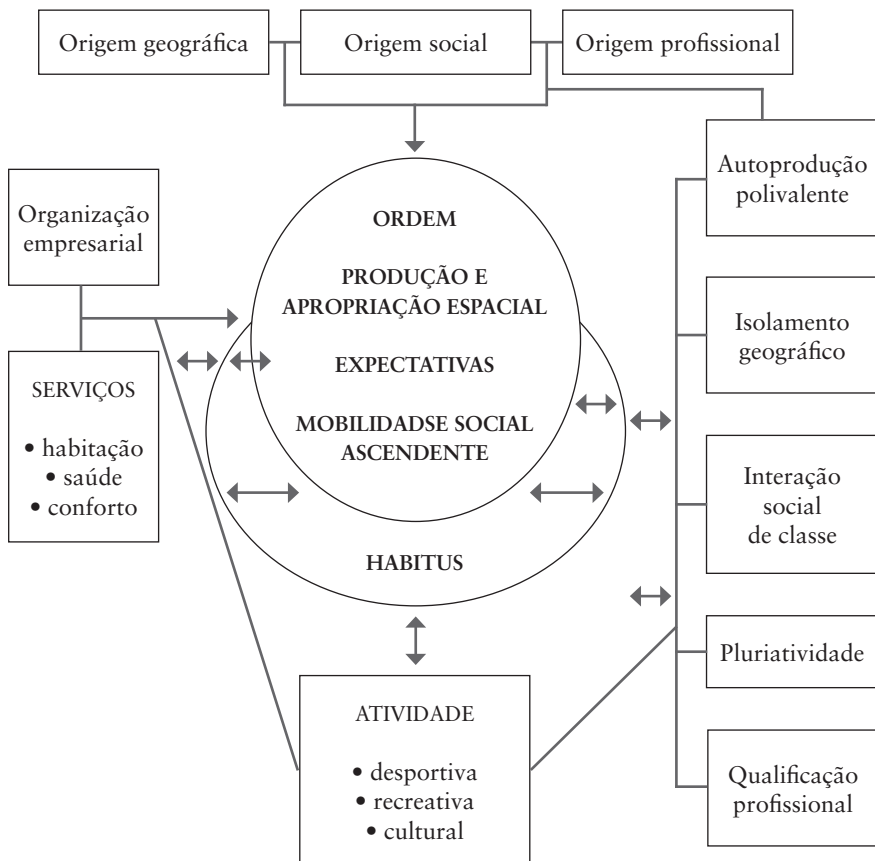
3. Pressupostos teórico-metodológicos

No trilho dos terrenos de investigação, a noção de arquivo está sempre presente (Mills, 1982). Logo nos primeiros vislumbres da realidade a pesquisar, dos primeiros e ainda insípidos questionamentos, fazemos rápidas ligações a conhecimentos obtidos e interiorizados ao longo da nossa formação académica e às subsequentes atividades de investigação desenvolvidas.

E na procura de introduzir e clarificar (cremos) o percurso teórico que desenvolvemos, apresentamos um quadro conceptual que reflete a nossa inquietação científica de partida e os resultados investigacionais de chegada.

Com esta esquematização, é nossa intenção apresentar um guião das preocupações investigacionais e dos trajetos teóricos percorridos.

Esquema interpretativo da investigação
(conceptualização teórica e relações explicativas)



Posto isto, considerámos que a *teoria da inconsistência* de José Maria Maravall seria o suporte teórico, por excelência, do nosso campo de investigação. Isto por razões de intensa e multifacetada densidade social do território em análise. As arrumações sociais conscientes, provenientes dos modelos sociais que compunham os grupos de referência com trajetos de vivências diárias comuns, eram cativantes e pareciam exequíveis para aqueles que pretendiam deixar grupos de pertença ou, na impossibilidade individual, que a sua descendência o concretizasse, investindo na qualificação como forma de alcançar uma gratificante mobilidade social ascendente.

O contacto com outras realidades até então desconhecidas, caracterizadas por níveis de bem-estar sem par no interior nacional, motivou a formação de estratégias conducentes ao equilíbrio do maior número possível de dimensões da estratificação, a saber: escolaridade; qualificação; rendimento; prestígio (Maravall, 1973).

Cabe agora lembrarmos a importância da regra da determinação do fenómeno social, ou seja, contextualizarmos socialmente a época em análise. Não podemos esquecer o país que tínhamos: baixos níveis de escolaridade e subsequente e elevadíssima taxa de analfabetismo – só para falar na educação, que, como sabemos, não está desligada dos outros indicadores de bem-estar e cidadania. Só em 1973, através da Reforma de Veiga Simão, se começou a alterar, paulatinamente e em convergência com outros acontecimentos nacionais, este indicador de atraso civilizacional.

Até então, todos os braços eram necessários para o sustento do agregado familiar, mesmo que para isso o saber ler e contar ficasse para trás.

Neste estádio de organização social nacional, as Minas da Panasqueira, mais concretamente a Secção Cabeço do Pião, configuram um interessante caso de estudo – um exótico caso de estudo, associado a uma extração mineralífera, concentrado num espaço geográfico reduzido, construído propositadamente e maioritariamente para albergar trabalhadores qualificados e quadros superiores. Os meios de comunicação e com estes o contacto com o exterior resumiam-se a jornais diários, à radiotelefonia e, já na segunda metade dos anos cinquenta, à televisão. Os meios de aculturação e de aumento dos marcos de referência consubstanciavam-se nos contactos com os trabalhadores originários das diversificadas regiões do país, com especial incidência nas áreas urbanizadas³, que traziam consigo outros saberes profissionais e culturais que abriam horizontes, criavam expectativas, insuflavam motivações.

³ Na época em análise (anos 40 e 50 do século XX), o concelho era marcadamente rural! No entanto possuía uma forte bolsa de atividade comercial na sede de concelho – Fundão – resultante da pressão demográfica e da riqueza existentes nas Minas. No concelho, para dar resposta

Este *efeito demonstração*, que funciona como ampliação do marco de referência de um grupo, causada por contacto com fatores exógenos (com culturas exteriores ao espaço nacional) ou endógenos (entre grupos até então separados e formados por processos diferenciados de desenvolvimento), pode produzir estádios de *privação relativa*, a qual consiste na percepção consciente do desfasamento entre um mundo de possibilidades sociais credíveis de concretização e a realidade condicionada pela lógica empresarial e/ou político-administrativa. Esta *privação relativa* permite uma análise mais fina da pertença estratificacional, sobretudo no que ao equilíbrio das suas dimensões (rendimento, escolaridade, qualificação, prestígio, poder, etc.) diz respeito. Se o grupo, ou indivíduo, toma consciência da sua pertença desfasada nas dimensões que compõem o estatuto social que lhe julga ser devido – desfasamento em duas, pelo menos, dimensões da estratificação (que, como sabemos, é determinada pelo estatuto social) –, estaremos perante um caso de *inconsistência de status*.

Que respostas para o equilíbrio das dimensões? Existem várias: respostas individuais de fuga à realidade promovidas por substâncias químicas, umas legais, outras ilegais; comportamentos sociopatas, desviantes, que por isso não pretendem mudar o *establishment*; e respostas mais estruturadas, tendencialmente coletivas e potenciadoras de mudança social. E neste caso falamos de movimentações grupais na estrutura social resultantes de processos de mobilidade social ascendente planeados, podendo chegar até a processos revolucionários. Considere-se, a este propósito, no *antigo regime* a substituição da nobreza pela burguesia, na apropriação e uso do poder político e administrativo.

Evidentemente que o despoletar das revoluções sociais implica a conjugação de inúmeras variáveis ou, na nomenclatura marxista, a agudização extrema de contradições sociais. Um dos mais eficazes mecanismos de estabilidade social, inibidor de preparações revolucionárias e que funciona, portanto, como “válvula de escape” na manutenção da ordem estratificacional, é a mobilidade social. Nas sociedades industrializadas e de constantes alterações tecnológicas existe, de facto, um certo ascenso estratificacional de uma geração para outra (Parkin, 1978). Ainda assim, segundo o mesmo autor, mantêm-se no mesmo grupo de pertença entre 67% e 75% dos indivíduos originários dos estratos sociais menos privilegiados. As classes sociais e/ou as suas camadas estratificacionais reproduzem-se, maioritariamente.

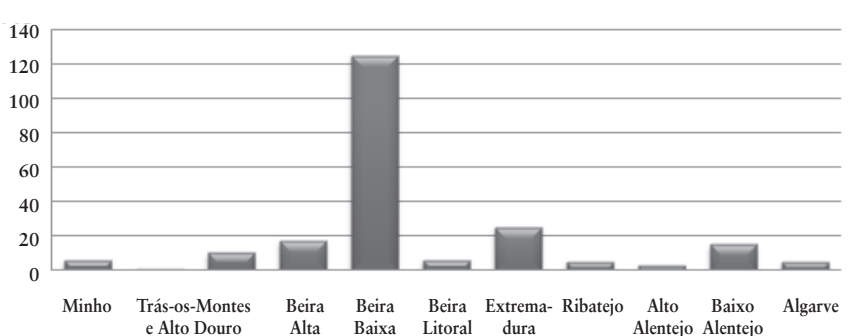
às necessidades de mobilidade geográfica, existiam quatro empresas de transportes coletivos: Auto Transportes; Transportes do Zêzere; Barreiros e Ant.º Francisco Baptista.

Para esta reprodução social estabilizada e de reduzida conflitualidade, contribuem as clássicas instituições sociais, como extensões dos Estados, sendo estes dominados por ideologias produzidas e emanadas das camadas de topo da estrutura piramidal social. Para o consentimento mais ou menos ordeiro e continuado desta arrumação societal, e ainda de acordo com Parkin, contribui um particular sistema normativo produzido pela família e pela vizinhança dos jovens descendentes das classes trabalhadoras. Com efeito, estes jovens sofrem uma socialização primária, de efeito eficaz, que reduz, como remédio preventivo, os seus horizontes. Pelo conhecimento geracional adquirido, as classes trabalhadoras sabem ser de difícil obtenção os privilégios superiores e desenvolvem uma panóplia de estratégias baseadas num entrelaçado de certezas de senso comum, que misturam demérito e resignação. Coartam aspirações e previnem, com assertiva sabedoria popular, as consequências individuais da privação relativa e da sua derivada inconsistência de *status*! Mas, e se a vizinhança for composta por uma diversificada caracterização social? E se esta diversidade estratificacional conviver diariamente no trabalho e no lazer? E quando a constatação do mérito e do seu contrário está logo ali, a pedir comparação? E se a igreja for um mero encontro social dominical?

4. O objeto de estudo

Percorremos largos meses os espaços, abandonados uns, reconvertidos outros, de forte laboração mineira e da pesada máquina oficial que a sustenta e, sobretudo, sustentava. Percorremos as memórias de muitos atores e agentes sociais e consultámos sete mil fichas (de irrepreensível organização inglesa) guardadas nas desativadas instalações administrativas do complexo mineiro; procurámos e encontrámos documentação, validadora de testemunhos orais, nos arquivos do antigo hospital privado mineiro e nos atuais arquivos administrativos. De todo este conjunto de dados, concluímos que foi a partir de 1934 (como que adivinhando o eclodir da Segunda Grande Guerra) que a empresa mineira começou a especializar e a apetrechar em força o Cabeço do Pião. Esta Secção foi transformada em polo qualificado de apoio ao complexo mineiro. Na oficina mecânica e na carpintaria desenvolvia-se todo o trabalho que punha em marcha a pesada engrenagem que fazia funcionar as Minas, enquanto na trituração e lavaria se tratava o minério para se obter o volfrâmio. Nas épocas de pleno emprego e, sobretudo, durante a Segunda Grande Guerra, a laboração contínua, vinte e quatro sobre vinte e quatro horas, exigia a utilização de centenas e centenas de trabalhadores originários de todos os pontos do país. Este pequeno exército

Gráfico 1. Origem geográfica e quantitativo de trabalhadores qualificados
– Cabeço do Pião (1940-1944)



Fonte: Espírito Santo, 1996.

laboral era composto por operários, trabalhadores qualificados, «staff» júnior e «staff» sénior⁴.

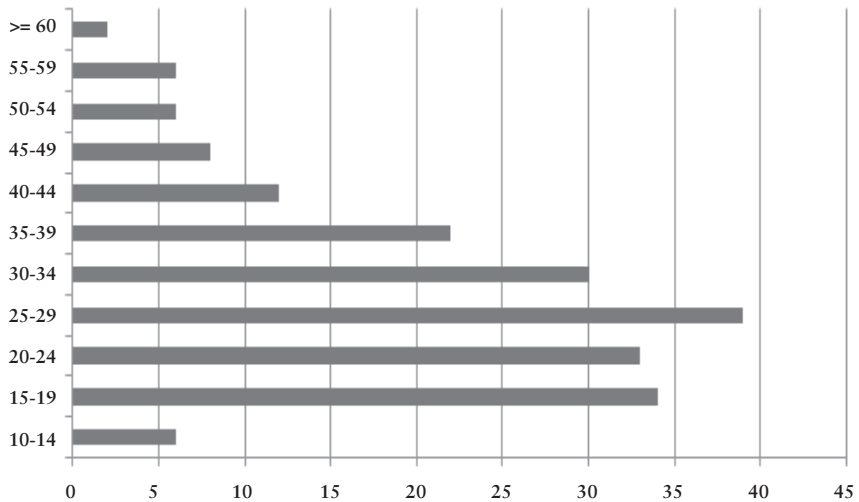
Os operários punham em funcionamento a lavaria, integravam as brigadas de limpeza, faziam a manutenção de alguns equipamentos coletivos e desempenhavam certos serviços de apoio habitacional. Constituíam a maior fatia do contingente de força de trabalho que diariamente labutava nesta Secção (o número de trabalhadores situar-se-ia entre os novecentos e os mil, considerando os três turnos diários de oito horas) e eram, na sua maioria, originários das povoações limítrofes (Silvares, Ourondo, Barroca do Zêzere, São Martinho, Dornelas do Zêzere e Casegas). Na maioria dos casos eram migrantes pendulares, sazonalmente retirados dos ancestrais afazeres agrícolas, provavelmente não tocados por sentimentos de privação relativa e de inconsistência de *status*.

Quanto aos trabalhadores qualificados e aos dois *staffs*, a sua origem geográfica centrava-se, primeiramente, na Beira Baixa (concelhos do Fundão e Covilhã), logo seguida da Estremadura (Lisboa, essencialmente), depois Baixo Alentejo (Mina de São Domingos) e, por fim, Beira Alta. Etariamente, a esmagadora representação centrava-se entre os 15 e os 39 anos⁵, como releva da análise dos Gráficos 1 e 2.

⁴ Segundo a nomenclatura organizacional, operários eram os trabalhadores não qualificados; os trabalhadores qualificados eram sempre registados segundo a sua especialização: metalúrgicos, serralheiros, carpinteiros, eletricitas, etc.; o «*staff*» júnior era constituído pelos trabalhadores administrativos e do laboratório de análises e os supervisores; o «*staff*» sénior incluía técnicos superiores, engenheiros, médicos, diretores das Secções Mineiras.

⁵ Dados obtidos pela consulta das sete mil fichas já referenciadas.

Gráfico 2. Pirâmide de idades dos trabalhadores do Cabeço do Pião (1940-1944)



Fonte: Espírito Santo, 1996.

Desta caracterização podemos extrair dois fatores de extrema importância para o cerne desta investigação:

- origem geográfica e, logo, cultural diversificada;
- juventude dos trabalhadores (por definição ávida e proporcionadora de mudança).

Esta tipificação estendeu-se, sem substanciais modificações, pela década de cinquenta. Com uma «pequena grande» alteração de enorme perspetivação sociológica, considerando o suporte teórico desta investigação, os jovens com 15 e 20 anos na década de quarenta casaram-se e tiveram filhos. Filhos que vivenciaram e interiorizaram experiências resultantes de intercâmbios culturais e estratificacionais quotidianos que, em consequência, produziram níveis motivacionais com evidente repercussão nas dinâmicas comportamentais individuais, como mais à frente se verá.

Os primeiros anos da década de sessenta vêm encontrar o complexo mineiro com um comportamento organizacional diferente do até então vivido. Os lucros esbanjadores das guerras não existiam e foram introduzidas novas tecnologias na extração. Os reflexos destas mudanças fizeram-se sentir, obviamente, no quantitativo dos trabalhadores do complexo mineiro.

Muitos deles partiram para outros destinos na procura de melhor porque haviam conhecido o bom⁶!

Pelos dados recolhidos, conclui-se que nesta década (de sessenta) havia 1,45 filhos por trabalhador; a área das habitações situava-se entre os 25m² e os 38 m²; cada habitação tinha 4 a 5 divisões; a superfície (m²) por habitante era de 8 a 11 e a densidade de ocupação oscilava entre 0,86 e 0,69⁷.

Nos anos cinquenta e sessenta o Cabeço do Pião era servido por um significativo leque de equipamentos sociais: posto médico e hospital privado (localizado em outra das três Secções mineiras); escola; casa de cinema; clubes com jogos de salão, jornais, televisão e bailes; ringues para a prática de desportos, sobretudo hóquei em patins e ténis; armazém de víveres e hospedaria para apoio pontual a trabalhadores sem habitação.

Apesar de ser um território marcadamente industrial no labor, nos comportamentos e na cultura, a área residencial era envolvida por uma dinâmica rede de hortas e currais. A atividade agrícola aí desenvolvida pertencia, praticamente, ao campo da jardinagem. Isto porque não podemos falar em pluriatividade, sobretudo se ela for encarada como fator de complementarização geradora de plurirrendimentos. Este lazer agrícola estava praticamente generalizado a todos os residentes (trabalhadores qualificados e quadros médios e superiores) e cingia-se ao cultivo de hortícolas, árvores de fruto e à criação de aves de capoeira, para consumo familiar⁸. Alívio de pressões individuais e/ou coletivas? Regresso às origens geracionais ou civilizacionais?

5. Heterogeneidade social em contexto de isolamento

No Cabeço do Pião trabalhavam e residiam trabalhadores qualificados e suas famílias, com origens geográficas e, logo, culturais diversificadas. Claro que era a Beira Baixa que mais trabalhadores fornecia, mas logo seguida da Estremadura. Todos estes trabalhadores sofreram processos socializadores resultantes das relações interpares e, de forma bem mais eficaz, os filhos que aí se criaram sofreram uma séria inculcação de valores motivacionais que se prolongaram ao longo dos anos quarenta, cinquenta e sessenta do século passado, com consequências sociologicamente significativas como mais à frente teremos oportunidade de referenciar⁹. Esta criação e incorporação de

⁶ Parafraseando Chombart de Lauwe.

⁷ Reforçamos a necessidade de não se esquecer a contextualização nacional.

⁸ Uma *permacultura* anterior à sua invenção!

⁹ Neste ponto recordamos e repetimos o importante conceito de *habitus* de Bourdieu: sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de perceções, de apreciações e de ações.

capital cultural resulta de uma forte interação entre território, organização empresarial e ação social.

Consideremos, assim, num espaço bem delimitado geograficamente, envolvido pelas então deficitárias redes de mobilidade geográfica regional e nacional – utilizadas por um quase inexistente parque automóvel –, largas dezenas de trabalhadores qualificados, quadros técnicos (engenheiros das mais variadas especializações) e suas famílias, em longos períodos de tempo; acrescentemos uma cuidada organização habitacional, médica, recreativa e desportiva; o acesso diário aos *mass media* existentes na época; a possibilidade de se produzirem, em interajuda interdisciplinar, os mais variados artefactos de utilização doméstica, recreativa e desportiva – e teremos um laboratório sociológico onde os objetos de estudo não são contaminados pelo exterior quotidiano, porque o isolamento da época e a autossuficiência nas várias instâncias da existência o propiciam.

Esta ordem social, contrariamente ao que seria suposto, possuía no seu interior fortes dinâmicas de mudança suportadas por efetivas ampliações de marcos de referência. Este *melting pot* debilitava rígidas fronteiras de classe e propiciava a criação de modelos sociais pelo contacto próximo com as melhores habitações e os melhores salários dos quadros superiores e a verificação diária e também próxima de que aqueles só o eram porque em dado momento alguém lho possibilitou. A proximidade destruía mitos de intocabilidade e resignação!

Sublinhamos que temos estado a relatar relações sociais desenvolvidas em contexto específico situado na Beira Baixa, no distrito de Castelo Branco e nas zonas mais afastadas dos concelhos da Covilhã e do Fundão.

Esta nossa investigação centrou-se em zonas onde os problemas de desertificação demográfica têm cada vez mais acuidade, motivados pela falta de perspectivas das populações na obtenção de níveis de bem-estar considerados aceitáveis.

Como era possível, em regiões tão afastadas de qualquer significativo apoio/incentivo político-administrativo (razão primeira da atual desertificação), ter existido e ter-se mantido um aglomerado populacional caracterizado por tão claro dinamismo social?

Sem dúvida que todo este processo de dinâmica social começa em fins dos anos trinta. A concentração continuada, num relativamente pequeno espaço territorial, de tantos indivíduos de diversificadas origens geográficas e culturais foi, a nosso ver, a mola impulsora de toda esta complexa e exótica realidade social. Se a esta concentração humana adicionarmos os equipamentos de conforto habitacional, de saúde, desporto e recreação postos à disposição, é fácil perceber os desempenhos comportamentais e a criação de

expectativas! Acreditamos que o isolamento geográfico vivido desempenhou um papel importante em todo este processo.

As dificuldades na mobilidade geográfica, por falta de meios e vias de comunicação, aliadas a condições particulares de socialização, criaram motivações de autossuficiência que, em vez de um provável enimesmamento comunitário, permitiu a redefinição de trajetos sociais predestinados geracionalmente. Por outro lado, contrariando a estancuidade das classes sociais e a prossecução dos seus antagônicos objetivos, constatámos a existência de um efetivo inter-relacionamento classista.

Sistematizemos alguns dos fatores que contribuíram para este fenómeno:

- isolamento geográfico;
- existência, numa mesma família, de elementos posicionados em diferentes níveis da hierarquia profissional;
- interdependência profissional;
- fruição obrigatória e diária dos mesmos equipamentos.

Por vontade própria ou por absoluta necessidade social, a utilização continuada dos mesmos espaços criava laços de amizade e respeito mútuos. O clube, a televisão, os bailes, o desporto eram os mesmos para todos. Desta maneira se formavam e impunham grupos de referência para os trabalhadores qualificados. Assim, e com o somatório das razões descritas, se cria a “aristocracia operária”. Assim, importantes correntes sociológicas o dirão, se “domestica” a classe operária, se criam as válvulas de escape *parkinianas* de alívio da pressão conflitual.

Apesar de toda esta malha de amizades e respeito mútuos ao nível estratificacional, que, pela razão já referenciada (ausência de alternativas de sociabilidade por força do isolamento geográfico), era de existência obrigatória – sob pena de, em última instância, desaparecer o aglomerado populacional enquanto comunidade –, nem tudo (seria impossível), “corria sobre rodas”: o desencanto, no mínimo, era latente. Se no plano interno a maioria dos consumos (traduzidos na utilização dos equipamentos e nos resultados da autoprodução) tinha um equilíbrio bastante estável, o mesmo não acontecia no plano externo (férias, continuação da escolarização dos filhos, produtos de impossível autoprodução). Esta diferenciação de oportunidades estava, intrinsecamente, ligada às remunerações. Pense-se, a título de exemplo, e para 1962, nos salários médios mensais dos trabalhadores qualificados – 1500\$00. Para os trabalhadores do *staff* júnior, situava-se entre os 1650\$00 e os 5500\$00. Por maiores que fossem os laços de amizade e vizinhança, esta diversidade provocava uma perceção consciente do desfasamento entre

um mundo de possibilidades sociais e a realidade – *privação relativa*. Esta junção da diferenciação salarial e da apropriação de bens culturais e sociais, pertença de estratos mais privilegiados, criava bases de conflitualidade social – pelo menos, estamos em crer, latente. Assim, e pelo descrito, os trabalhadores qualificados encontravam-se posicionados desequilibradamente, pelo menos em duas dimensões da estratificação: riqueza (salários) e cultura. A interiorização deste desequilíbrio é denominada, como já vimos, na nomenclatura sociológica, *inconsistência de status*.

Então que ações ou que estratégias foram equacionadas e desenvolvidas para o equilíbrio daquelas dimensões, por parte dos trabalhadores? Conflitualidade social manifesta? Procura de mobilidade social? Criação de elites marcadamente revolucionárias?

Referimos anteriormente, com o apoio de Frank Parkin, que a desigualdade de remunerações é sempre fonte de instabilidade política e social. No Cabeço do Pião, tal não parece ter sido o caso. Não foi, não por razões imputáveis a um efetivo controlo ideológico religioso ou por autoritário supervisionamento empresarial! Acreditamos que tenha sido por:

- a sempre possível mobilidade profissional interna;
- a cíclica mobilidade geográfica forçada¹⁰;
- os efetivos laços comunitários nas relações sociais;
- o respeito organizacional outorgado aos trabalhadores qualificados por imposição dos regulamentos ingleses.

Daqui decorre, a nosso ver, que o equilíbrio das dimensões estratificacionais foi direcionado para os descendentes dos trabalhadores qualificados concretizando aqueles a consistência de estatuto que estes não haviam conseguido. A inculcação de valores familiares, de vizinhança e de comunidade específicos criou nos jovens estímulos propiciadores de trajetos diferenciados dos socialmente preestabelecidos, no seguimento, aliás, da tese defendida por outros autores, que dizem que, apesar de os rendimentos económicos familiares limitarem os desempenhos escolares dos jovens, o comportamento familiar e os seus níveis motivacionais não são de desconsiderar, antes pelo contrário (Espada, 2004).

Os trabalhadores, conscientes da dificuldade de ascenso pessoal significativo na estratificação social, procuraram fornecer aos filhos instrumentos suscetíveis de uma efetiva deslocação para patamares cimeiros da estrutura

¹⁰ A flutuação dos preços do volfrâmio no mercado mundial determinava a retração e atração da mão-de-obra.

piramidal social como justa, gloriosa, equilibrada e redentora, concretização de aspirações longamente interiorizadas. A inculcação potenciadora desta transferência social efetuou-se pelo acesso, em comunidade, aos equipamentos já apresentados pelos bens obtidos através da autoprodução e pelo acesso a níveis secundários e superiores de escolarização¹¹.

Para além das considerações já tecidas sobre os equipamentos e a autoprodução e o seu protagonismo na criação de disposições propensas à mudança social, o caso da escolarização merece, agora, maior pormenorização. Alguns antigos trabalhadores/residentes no Cabeço do Pião justificam a sua saída para outros pontos do país pela necessidade de colocarem os seus filhos noutros patamares de escolarização, para lá do primário, cientes de que, como trabalhadores residentes, o seu salário não suportaria gastos com os estudos e o alojamento dos filhos deslocados. Este passo para a mobilidade profissional/geográfica era extremamente facilitado pela capacidade de absorção que o mercado de trabalho exterior demonstrava relativamente aos trabalhadores qualificados do Cabeço do Pião. Em situações de crise mineira, ou de crise anunciada, os empresários, ou seus mandatários, deslocavam-se às Minas da Panasqueira à procura de operários especializados, reconhecido que era o valor da sua qualificação.

Os descendentes destes trabalhadores, tendo percorrido um percurso socializador bastante favorável, cultural e socialmente, incorporaram uma geracional inconsistência de *status* que os motivou para atingir níveis estratificacionais mais altos. Virada para o consumo familiar e dando resposta a frágeis rendimentos, a autoprodução que caracterizava a postura dos trabalhadores qualificados do Cabeço do Pião transformou-se, no caso de alguns dos seus descendentes, em auto-investimento.

Refleta-se sobre a ocupação socioprofissional detida em 1996 por 32 filhos de antigos trabalhadores qualificados, que, no início da década de sessenta, tinham acabado de concluir a escolarização primária ou que ainda a frequentavam¹²:

¹¹ Devido à multiplicidade de especializações profissionais, em entreeajuda, era possível construir uma plêiade de utensílios: brinquedos, artigos de desporto, eletrodomésticos possíveis para a época...

¹² Os indivíduos caracterizados e quantificados neste quadro, são descendentes dos trabalhadores do Cabeço do Pião que em 1944 tinham idade compreendida entre 15 e 30 anos.

Tabela 1. Caracterização profissional, em 1996, dos filhos de antigos trabalhadores do Cabeço do Pião

Categoria Profissional	Quantidade	Porcentagem
Trabalhadores Qualificados	2	6,25
Bancários	2	6,25
Enfermeiros	3	9,38
Empresários	1	3,12
Professores 1.º Ciclo	8	25
Professores Ensino Secundário e Superior	3	9,38
Engenheiros	7	21,87
Advogados	1	3,12
Quadros Superiores	5	15,63

Fonte: Espírito Santo, 1996.

Os dados evidenciam que a mobilidade ascendente não se verificou em direção aos estratos imediatamente contíguos aos de origem em pelo menos 59,75% dos casos – enfermeiros, professores do ensino secundário e superior, engenheiros, advogados e quadros superiores. Não existiu reprodução social em mais de 93% dos casos¹³.

Julgamos ter conseguido demonstrar que a educação formal era, para os trabalhadores do Cabeço do Pião, um dos principais esteios de mobilidade social, e foi-o muito antes da já citada Reforma de Veiga Simão tornada lei em 1973. E foi apenas a partir desta reforma (juntando a emigração e o 25 Abril de 1974) que o sistema de ensino português se começou a estender a cada vez maiores camadas populacionais¹⁴. O “estado de espírito” pró-educativo era no Cabeço do Pião considerado como forma propiciadora de efetiva mudança de trajeto socioprofissional dos elementos mais jovens dos agregados familiares.

Contrariamente aos estereótipos miserabilistas que enformam as análises, necessariamente não aprofundadas, de realidades industriais implantadas

¹³ Convém lembrar as observações, já apresentadas, de Frank Parkin, que considera que, nos países ocidentais, a reprodução social da classe trabalhadora se situa entre 67% e 75%.

¹⁴ A emigração libertou os jovens do seu contributo braçal para o orçamento familiar e abriu horizontes e expectativas aos progenitores emigrados. Quanto ao 25 de Abril, basta recordar dois dos três *D*: democratizar, desenvolver.

em zonas afastadas de grandes ou médias cidades, temos procurado fazer vir ao de cima complexas e ricas interações comunitárias. Apesar do isolamento físico do Cabeço do Pião (ou por isso), os seus habitantes conseguiram dar resposta às expectativas que, em intercâmbio de ideias e de saberes, construíram.

6. Reflexão final

Consideramos que a teoria, já clássica, da inconsistência, desenvolvida por Maravall, possui capacidade analítica e atualidade. Permite perceber a dinâmica desenvolvida pela burguesia do antigo regime e a sua tomada do poder, destituindo a nobreza, e permite entender e explicar, cremos, os comportamentos de trabalhadores qualificados no seu quotidiano vivido em contexto de marcada interioridade de um país periférico.

Esta construção teórica pode ser extremamente profícua, quando aplicada ao estudo de determinados fenómenos sociais. Corroboramos a argumentação de Maravall quanto ao protagonismo das elites de diversos grupos que, em situação de inconsistência de *status*, caracterizada pela posse de elevados recursos culturais por um lado e de baixos rendimentos por outro, podem ter um papel determinante na mudança social. Esta situação de privação relativa e de inconsistência de *status* poderá ser aproveitada pelas referidas elites, maximizando-a e expandindo-a a outras camadas populacionais, transformando-se em grupos protagonizadores de conflito e subsequente mudança.

Nas Minas da Panasqueira assistimos à configuração de um laboratório sociológico, qual território insular, com débeis ligações ao exterior. Um cenário que abre espaço para conceber a possibilidade de existir um hibridismo entre urbanidade e ruralidade, tanto mais sabendo-se que é uma característica inequívoca do urbano que o “cenário” não seja formado apenas por indivíduos com quem se detêm relações “primárias” (Vaz, 2008). Os trabalhadores, pela diversidade das suas origens sociais e geográficas, eram portadores de saberes, que em intercâmbio ampliaram horizontes, transformaram posturas e potenciaram dinâmicas de mudança. A troca continuada destes saberes era suportada e, cremos, fortalecida pelo isolamento geográfico.

Na atualidade, alguns países (maioritariamente os do Sul da Europa) vêm atravessando longos anos de redução de bem-estar social e económico. Algumas correntes económicas consideram que estes anos de penúria terão um pesado prolongamento. O abaixamento substancial dos rendimentos provocará (já o faz) uma redução significativa na diversidade de consumos habitualmente praticados por uma crescente classe média. Estes abaixamentos e subsequentes reduções impulsionarão os indivíduos para uma

recentragem nas vivências da comunidade – enquanto território de mais próximas e intensas relações sociais? Acreditamos que, apesar do apelo, multifacetado, ao individualismo e das múltiplas facilidades de produção e consumo de informação, os seres humanos reunir-se-ão periodicamente para trocar mais densamente informações, para trocar produtos ou para celebrar, em conjunto, certos eventos (Peixoto, 1990).

Se a esta postura civilizacional se juntar a já referenciada redução, mais ou menos prolongada nos anos, das *possibilidades sociais*, redução determinada por instâncias político-administrativas nacionais e estrangeiras (*possibilidades políticas*), o que acontecerá? O capital informativo que os atores sociais atualmente possuem, ligado à recentragem no viver comunitário (tendencialmente vicinal) e intenso em relações sociais, determinado pela quebra de rendimentos, poderá funcionar como cadinho de descontentamento e mudança, mais coletiva, agora?

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, J. Ferreira de & PINTO, J. Madureira (1982), *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- ESPADA, J. Carlos (2004), *Família e Políticas Públicas*. Cascais: Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- ESPÍRITO SANTO, José do (1996), *Ordem e Estratificação Social em Cabeço do Pião*. Tese de Mestrado Culturas Regionais Portuguesas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- MARAVALL, J. María (1973), “La Sociología del Conflicto Social: una revisión”, in *La Sociología de lo Posible*. Madrid: Siglo XXI, pp. 109-137.
- MILLS, C. Wright (1982), *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- PARKIN, Frank (1978), “Orígenes Sociales de la Estabilidad”, In *Orden Político y Desigualdad de Clase*. Madrid: Debate, pp. 69-113.
- PEIXOTO, João (1990), “Elogio da cidade”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 30, pp. 97-112.
- VAZ, Domingos (2008), “Introdução”, in Vaz, D. (org.), *Cidade e Território: Identidades, urbanismos e dinâmicas transfronteiriças*. Lisboa: Celta Editores, pp. 1-32.

Outras Fontes

Arquivos do Hospital Privado – Barroca Grande
Instalações Administrativas das Minas da Panasqueira
Arquivos dos Recursos Humanos
Departamento de Obras

Entrevistas a:

Antigos trabalhadores

Antigos trabalhadores ainda residentes no Cabeço do Pião

Filhos de antigos trabalhadores

11. Da reconstrução da identidade dos territórios em perda: a Cova da Beira

La reconstruction de l'identité des territoires en déclin:

La Cova da Beira

Rui Braz Afonso*

Résumé: L'homme fait partie du paysage, il devient un protagoniste des expériences spatiales. La réflexion proposée a comme objectif de débattre du problème de la construction des espaces : en connaissant les règles on peut connaître la signification des transformations en cours dans le territoire, anticipant alors leur aménagement.

En s'appuyant sur les catégories proposées par F. Barca, trois registres d'observation semblent être dominants: la fonctionnalité, ou l'articulation des fonctions localisées dans le territoire; la "fièvre" vers la campagne sans abandonner la ville ("on va en vacances à la campagne" ou "on vit à la campagne de la ville"), et la délicate question de l'identité "authentique".

Partant des conclusions d'un séminaire ayant pour objet le "Projet Pilote Urbain", nous discutons des politiques territoriales qui peuvent consolider l'ambiance urbaine, et un maintien de l'extension de la ville sur son territoire de référence.

1. Introdução

Construir significa colaborar com a terra (...) contribuir para a lenta transformação que é a própria vida da cidade (...). Reconstruir significa colaborar com o tempo, no seu aspecto de passado.

M. Yourcenar, *Memórias de Adriano*

O homem faz parte da paisagem e assim se torna protagonista das experiências espaciais. Território é sinónimo de paisagem e é resultante de diversos processos, por vezes espontâneos, por vezes construídos.

Se se inicia a estudar, a "escavar" o espaço, chega-se a uma semantização do espaço, e o território passa a ser lido também na sua dimensão imaginária,

* Urbanista, Professor Associado da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto e investigador do CEAU (Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo) daquela Faculdade.

pelo que nunca se pode captar na sua totalidade, apenas por visões parciais. É necessário conhecer a lenta estratificação que se foi sedimentando, o palimpsesto de A. Corboz.

A reflexão proposta pretende colocar o problema da regulação que gere a construção dos espaços; conhecendo as regras, pode-se apreender o significado das transformações em curso no território, prospetivando então uma sua “reescritura”.

Respeitando as categorias propostas por F. Barca (*place based approach*), três domínios de observação parecem ser determinantes: a funcionalidade, ou seja, a articulação das funções localizadas no território; a “ânsia” do campo podendo não abandonar a cidade, ou seja, “vamos de férias para o campo” ou “vivemos no campo da cidade”; e por fim a delicada questão da identidade “autêntica”.

2. A Cova da Beira

Partindo das conclusões de um seminário efetuado a propósito da necessidade de estabelecer um “Projeto-Piloto Urbano” na Cova da Beira, é certo que o potencial da sub-região está em perda, nomeadamente pela deficiente articulação funcional e institucional.

Os grupos de trabalho debateram esta questão, tendo produzido algumas considerações que se constituem como termos de referência para a definição de políticas de desenvolvimento urbano.

A identificação da prestação urbana dos elementos presentes no território permite definir a qualificação dos aglomerados, que se verifica terem condições de complementaridade no seu conjunto. No entanto verifica-se existirem alguns problemas de articulação institucional e funcional, identificados pelo grupo de trabalho cujo tema se centra na complementaridade funcional e institucional.

Em primeiro lugar o grupo considerou haver uma grande inadequação das instituições, no sentido funcional, aos desafios que hoje qualquer região, qualquer cidade, tem de enfrentar, ou seja, as instituições nem sempre têm estado preparadas, funcionalmente, para dar resposta aos desafios com que se defrontam. Segundo: as instituições, por razões eventualmente históricas, têm dado sobretudo ênfase à lógica do curto prazo, isto é, à resolução dos problemas imediatos que se lhes deparam, algumas vezes bem prementes, descurando a estratégia e as questões de longo prazo. Terceiro: existe alguma contradição, que terá de ser discutida e melhor resolvida, entre, por um lado, os estudos técnicos – a razão ou o ideal das propostas – e, por outro, o poder executivo que irá posteriormente levar a cabo as decisões.

Há poderes executivos que têm de tomar decisões sem ter em conta alguns dos estudos técnicos, e existem estudos técnicos feitos que os órgãos de decisão desconhecem, por estarem dispersos e não estarem articulados. A propósito desta questão, o grupo abordou também a questão do protagonismo e a questão do trabalho individual, concluindo que, de certa forma, há instituições que só se envolvem nos projetos quando podem ter determinado protagonismo, descurando um pouco o trabalho menos evidenciado, mais informal, mas que ajuda à preparação e ao estabelecimento de relações institucionais. Daí verificar-se um grande desperdício de recursos, que se crê existirem porque não existem circuitos de informação e de comunicação dentro da região. O grupo concluiu faltar uma sede de informação, ou melhor, desconhecerem-se as sedes de informação, uma vez que, efetivamente, não há falta de informação, antes não está disponível para todos os agentes que dela possam beneficiar. Uma das questões também levantadas por alguns elementos do grupo foi a de que é necessário identificar as clivagens de informação entre gerações diferentes, ou seja, entre a geração mais antiga, a geração média e a geração mais nova, a qual na Covilhã, talvez por causa da Universidade, se sente mais fortemente. Concluiu o grupo, portanto, existir falta de comunicação dentro das próprias instituições, entre as instituições da mesma cidade e entre as instituições da sub-região. Considerando este diagnóstico, o grupo pensa que a melhoria desta situação passaria pela tentativa de “vender” uma mensagem nova: a de que é necessário aprender que há um jogo de soma positiva entre todas as instituições e que, se as instituições deixarem de pensar cada uma por si e passarem a pensar em coletivo e em conjunto com as outras, o resultado poderá ser superior a zero, portanto a soma será positiva. Foram referidas experiências estrangeiras que demonstram isso mesmo, ou seja, zonas com pequeno protagonismo recente (e se calhar até com menos recursos do que os da Cova da Beira) que conseguiram criar condições de competitividade através exatamente de uma estratégia de cooperação interinstitucional. O grupo considerou também que a cooperação institucional não deveria cingir-se apenas aos aspetos formais, ou seja, protocolos, etc., mas atender igualmente aos aspetos informais, concluindo que o presente seminário poderia ser um primeiro passo para essa cooperação. Uma outra proposta resultou do entendimento do grupo de que seria necessário haver atores, no sentido de agentes económicos ou não, com capacidade de liderança. Igualmente, à semelhança de outros locais, deveriam poder ser criadas empresas de tipo misto, isto é, que não fossem obrigatoriamente empresas exclusivamente privadas ou exclusivamente públicas a tomar a liderança, mas sim que houvesse um compromisso entre os dois tipos. Ou seja, que essa “empresa”,

esse organismo misto, fosse capaz de definir uma boa imagem da região, vendesse essa imagem, definisse bem a área de intervenção e proporcionasse a criação de um ordenamento urbano de qualidade. Em resumo, que atraísse e fosse um fator de atração de população para este polo.

O grupo verificou também a existência de parcerias, protocolos e acordos no papel que depois não se realizam; quer dizer, falta pôr em prática as parcerias, falta aprender, ou seja, fazer a formação praticando as próprias parcerias. Uma outra proposta, já mais concreta, seria a criação de um Fórum Regional da Cova da Beira, que poderia ser sectorial ou não, mas que discutisse regularmente e debatesse com a sociedade civil os organismos de comunicação desta sub-região. Como exemplos concretos de oportunidades que pudessem gerar a cooperação institucional, o grupo pensou, designadamente, no tratamento das questões do desporto, na criação de um Observatório Astronómico, na aeronáutica, ligando neste caso o aeródromo da Covilhã e o curso de aeronáutica da Universidade, melhorando e potenciando a relação Universidade/comunidade. Uma das questões também levantadas no grupo foi a de que não basta qualificar as pessoas; é preciso depois apoiar e criar as condições para que essas pessoas se fixem na região. Falou-se a esse propósito em aproveitar alguns dos edifícios antigos que estão desativados para servirem de sede a empresas de jovens recém-licenciados, ligando a formação dessas empresas aos trabalhos que se realizam no âmbito da licenciatura, durante a qual os alunos fazem projetos de empresas e têm de simular essas situações. E por fim, através de um dos exemplos debatidos, foi debatido tema da habitação. O grupo verificou ser possível, através de um caso-estudo, encontrar uma metodologia que despoletasse a cooperação institucional. É sabido que o problema da habitação é um problema que atinge toda a gente. Existem formalidades ligadas a este processo que poderiam dar origem a trabalhos interdisciplinares, ligando, por exemplo, as áreas jurídicas, fiscais, notariais, financeiras, autárquicas, e englobando assim uma série de instituições que, de outra forma, apresentam problemas burocráticos muitas vezes intransponíveis. A habitação, sendo um problema claramente urbano, poderia assim ser um bom tema para uma equipa interdisciplinar, no sentido do desenvolvimento da cooperação interinstitucional. Por fim, o grupo entendeu que deveria caminhar-se para um modelo de informação e cooperação institucional tendo em vista o desenvolvimento urbano, que praticasse a regionalização independentemente do modelo político de regionalização que viesse a ser adotado. Ou seja, não esperar que a regionalização se imponha por qualquer lei institucional, mas antes criar fatores de identidade e unidade, catalisadores das vontades, para poder enfrentar qualquer modelo de regionalização adotado.

Em síntese:

Defende-se um modelo de cooperação informal e institucional para o Desenvolvimento Urbano que pratique a Regionalização necessária, independentemente do modelo político de regionalização vigente.

Por outro lado, parece ser decisivo compreender o modelo de vida na sua relação com as condições de fixação humana, enquanto presentes nos aglomerados urbanos e na sua envolvente próxima. Para tal, a definição da dimensão física e da qualificação urbana dos lugares terá de ser considerada com base no nível de prestação funcional.

O reconhecimento funcional é efetuado com o intuito de se identificar a relação existente entre o edificado e o espaço público e destes com o território, de modo a interpretar as relações existentes e a identificar o nível de interação dos aglomerados urbanos com o “campo” em que se apoiam. Por isso, as parcelas que fazem parte do reconhecimento são aquelas que confinam com o espaço público e que especificamente participam na definição das condições de urbanidade do aglomerado a que pertencem, condições definidas pela dotação de amenidades.

O reconhecimento das características e especificidades dos aglomerados urbanos da Cova da Beira permitiu estabelecer um conjunto de critérios gerais para a caracterização dos perímetros urbanos. Estes critérios gerais são estabelecidos com um sentido prospetivo, face ao conhecimento previamente adquirido e após verificação no terreno.

Os critérios gerais adotados são de dois níveis: físico-urbano e urbano-paisagístico.

3. Critérios físico-urbanos

Estes critérios são estabelecidos diretamente pela existência de elementos físicos no território. Trata-se de tirar partido de investimentos já efetuados, que estabelecem a estruturação da ocupação urbana. São eles:

- existência de via urbana;
- dotação de infraestruturas;
- uso da construção;
- contiguidade da ocupação (afastamento entre construído menor ou igual a cinquenta metros).

4. Critérios urbano-paisagísticos

São estabelecidos com vista à preservação e valorização da relação entre os aglomerados e os valores paisagísticos de índole construída e/ou natural. O

nível de dotação de equipamentos influencia a qualificação do perímetro urbano em função da dotação existente e programada. Estes critérios são os seguintes:

- relação com a paisagem (enquadramento construído e/ou natural);
- nível de dotação de equipamentos.

Por um lado o grupo de trabalho que debateu a questão da qualificação urbana relativa às condições de fixação considerou seis propostas de referência, assim organizadas:

- A primeira dessas propostas seria a criação de um órgão de recolha, tratamento e divulgação de informação cujo objetivo seria dar à Cova da Beira uma situação preferencial relativamente a outras zonas, o que, do ponto de vista da investigação (normalmente nas câmaras municipais a informação que existe é muito dispersa e no INE a informação disponível é muito generalista), permitiria a possíveis investidores ou pessoas que quisessem localizar na região atividades comerciais ou de serviços aceder a um conjunto de dados, designadamente sobre as potencialidades do mercado local, etc. Uma das propostas seria, assim, a criação desse órgão de recolha, tratamento e divulgação da informação.
- A segunda proposta surgida foi a da criação de um Gabinete Operativo de Requalificação Urbana para a Covilhã, o qual daria a si próprio um prazo máximo de cinco anos para fazer uma transformação pontual e ao mesmo tempo radical do centro urbano, propondo melhorias, por exemplo, ao nível da arborização, qualificação do espaço público, criação de locais de estacionamento e reconversão do trânsito, inventariação de propostas de investimento localizadas do espaço público, etc. Assim, seria tida em consideração a situação específica do centro urbano da Covilhã, onde existem problemas de qualificação e densificação urbana, bem como de gigantismo, com implicações não só na imagem urbana da cidade como na própria qualidade do espaço público. Este seria um gabinete operativo que ligaria várias entidades, para além da Câmara Municipal; por exemplo, os comerciantes do centro que têm problemas e necessidades específicas, associações de moradores e associações culturais e recreativas. Ou seja, juntaria a sociedade civil num gabinete operativo que produzisse, a curto prazo, um plano de investimentos e captasse financiamentos para obter resultados concretos e uma melhoria efetiva da qualidade de vida do centro urbano.
- Uma outra proposta seria que o município procedesse à elaboração de um Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico da Covilhã, uma

vez que parece existir um vazio a nível de normas administrativas para essa zona. Tal Plano seria muito importante porque a Covilhã possui um património de conjunto e urbano extremamente interessante e diversificado, e atualmente as cidades são cada vez mais valorizadas pela diferenciação do seu espaço público, e não pelas semelhanças que hoje em dia se podem encontrar em todo o lado e em todas as cidades da Europa. Este Plano seria importante, não apenas para a Covilhã, mas para os outros centros urbanos, nomeadamente para Belmonte, e até para um ou outro aglomerado rural da sub-região que se considerasse interessante. Os Planos implementariam normas administrativas eficazes que permitiriam balizar as intervenções dos particulares e fasear o investimento público.

- A quarta proposta prende-se com a acessibilidade às serras da Estrela e Gardunha. Constatou-se não haver muito aproveitamento das potencialidades turísticas, através, por exemplo, da recuperação de imóveis para o turismo. Sendo a sub-região da Cova da Beira uma zona envolvente de serras como a Estrela e a Gardunha, ambas com grande valor ambiental e paisagístico, e sendo hoje em dia o turismo uma atividade económica cada vez mais importante, havendo um conjunto de imóveis abandonados que se poderiam recuperar e reabilitar para habitação ou equipamento, seria realmente uma oportunidade que pareceu ao grupo importante como proposta.
- A quinta proposta surgida seria a da criação de mais ecomuseus para recolher e patentear atividades económicas, sociais, culturais, características e tradicionais da zona, aproveitando determinadas aldeias, determinados locais e determinados imóveis.
- Finalmente, a sexta proposta seria a de montar uma operação de *marketing* agressivo para vender a região, logo que se obtivessem resultados palpáveis dos outros projetos. Esse *marketing* destinava-se a promover a especificidade da região da Cova da Beira, bem como das cidades que a compõem, e poderia promover a publicação de monografias e de estudos antropológicos e históricos de maneira a fornecer aos visitantes um conjunto de informação tratada e qualificada, de modo a dar resposta ao turismo cultural.

Por outro lado a questão do emprego e da fixação humana foi o objeto de debate de outro grupo de trabalho. Para tal tentou-se identificar algumas áreas onde se pudesse dar lugar à criação de emprego, nomeadamente através da revitalização de zonas urbanas e seus “arredores”, criando atividades associadas a essa revitalização, como a recuperação de ribeiras e suas margens ou a criação de núcleos arqueológicos. Deste modo seriam desenvolvidas atividades económicas decorrentes dessas recuperações. Também o turismo e o artesanato seriam áreas onde se poderia dar lugar a alguma

criação de emprego, assim como as novas tecnologias de informação e as atividades geradas por essas tecnologias (por exemplo, produção de programas, etc.). Por outro lado, seria necessário existirem infraestruturas que pudessem sustentar a criação de emprego, designadamente a nível de infraestruturas de base, tais como acessos rodoviários e ferrovia. Embora já estejam em curso medidas tendentes à criação de infraestruturas para atrair pessoas do exterior, tais como parques industriais, hospital, etc., o reforço de infraestruturas de apoio à atividade económica, como as incubadoras de empresas e o polo tecnológico, não deveria ser descurado. Também importante para a atração de pessoas seria o melhoramento dos espaços de lazer (piscinas, parques verdes, itinerários na serra), espaços esses que, embora incipientes, poderiam ser complementados. Finalmente, foi também sugerido que a complementaridade entre os centros urbanos teria de ser bem definida, designadamente no que diz respeito às infraestruturas que cada centro urbano tem programadas.

Por outro lado, um outro grupo de trabalho, tentando equacionar os problemas, as propostas de soluções, as potencialidades e os estrangulamentos no que diz respeito às questões de desenvolvimento, infraestruturas e acessibilidades, produziu as seguintes apreciações resultantes do debate:

- o diagnóstico dos problemas está feito, mas é evidente que necessita de ser continuamente ajustado à realidade;
- continuam a existir muitas ações fragmentadas, o que resulta em efeitos nulos que não se conseguem enquadrar numa estratégia coerente e democrática de intervenção.

O grupo constatou também que todas as potencialidades e estrangulamentos da região estão inventariados, e portanto o que falta é agir. Para isso o grupo considerou que seria necessário estabelecer prioridades na implementação de uma estratégia de desenvolvimento, a qual deveria ter em consideração uma estrutura produtiva diversificada para a região, a promoção do emprego, o reforço das infraestruturas, a melhoria das acessibilidades e dos equipamentos socioculturais, e que deveria assentar, no seu conjunto, numa estrutura urbana para a Cova da Beira que tivesse em atenção a qualidade e a identidade de cada um dos núcleos urbanos da sub-região.

Finalmente, a questão da identidade “autêntica”.

A importância da atribuição do nível de autenticidade dos aglomerados tem uma importância relevante na identificação de valores de conjunto e na definição de critérios para a hierarquização.

Para além dos elementos de informação e caracterização base – tais como localização, função, estado de conservação e número de pisos –, é importante identificar e avaliar elementos de composição da construção, materiais, texturas e cores, bem como elementos singulares e elementos dissonantes, o que permite definir níveis de autenticidade do edificado, parcela a parcela. É também fator determinante para a atribuição de grau de autenticidade a relação da construção com a sua envolvente próxima, tendo em atenção: escala, proporções, características construtivas e elementos de composição. A atribuição de uma classificação sobre o nível de autenticidade em função das características próprias de cada construção e do espaço público tem uma importância relevante na identificação de valores de conjunto e na definição de critérios para a requalificação do edificado e para a consolidação dos níveis de urbanidade.

Os lugares podem ser atrativos para receber “passantes”, e até criarem “fidelização”, mas, sem o suporte do território envolvente, estarão condenados à estagnação ou à museificação. Por outro lado, a “ânsia” de viver no campo tem conduzido ao contínuo desperdício de território que tradicionalmente serviu de suporte ao ambiente urbano, não só pela possibilidade de “alargar horizontes visuais” como pelo enquadramento paisagístico que faz “ressaltar” o aglomerado. No caso dos aglomerados da Cova da Beira, esta situação parece evidente dadas as características orográficas e históricas da sub-região e a localização nesse território envolvente das atividades produtivas primárias de suporte à vida urbana.

A falta de uma regulação concertada, traduzida ou não em instrumentos urbanísticos de ordenamento do território, tem permitido uma ocupação humana, em geral dispersa, nos espaços envolventes aos aglomerados, alargando os “arredores” para longe dos centros urbanos, com consequências ao nível da subutilização da infraestrutura construída e da dispersão da ocupação urbana, que inevitavelmente acentua o uso do transporte particular. A relação do homem com o território altera-se e o ambiente urbano perde valor, tanto mais que as relações das partes com o todo urbano se tornam mais frágeis, dificultando o desfrute das qualidades da vida urbana.

Sobre esta questão, debatida por outro grupo de trabalho, considerou-se que não se deveria pensar numa grande cidade de por exemplo cem mil habitantes, mas deveria antes ser tida em consideração a identidade de cada um dos núcleos urbanos já existentes, os quais, como tal, deveriam ver reforçadas a sua estrutura e a sua identidade e também ter componentes de complementaridade. Foram também consideradas muito importantes a informação, a preparação e a participação de todos os agentes de desenvolvimento. Considerou-se ainda particularmente necessário concertar a programação

das ações e assumir compromissos claros entre todos os agentes na afetação dos recursos e dos meios para a implementação das ações.

Como ideia de ação, deveria pensar-se nas condições de suporte da paisagem transversal de que fala C. Truppi, procurando equacionar um agir sensível às questões do meio ambiente e da qualidade da vida urbana, articulando a presença do Homem na Paisagem com as aspirações culturais da Comunidade.

Bibliografia

AAVV (2012), “Paysages en Migrations”, in *Les Carnets du paysage* n.º 23. Versailles: École nationale supérieure de paysage.

BRANCIAROLI, Paola (2014), *Riciclo e infrastrutture ambientali*. Melfi: Libria.

CLÉMENT, G. (2004), *Manifeste du tiers paysage*. Paris: Editions Sujet/Objet.

LADIANA, Daniela (2012), *La sicurezza del territorio per la qualità del paesaggio*, in AAVV *Conservare Mantenere e Valorizzare il Paesaggio*. Firenze: Alinea Editrice.

PAOLILLO, Pier Luigi (2013), *La tecnica paesaggistica. Stimare il valore dei paesaggi nel piano*. Santarcangelo di Romagna: Maggioli Editore.

ROGER, A. (1995), *Les Théories du paysage*. Champ Vallon: Seyssel.

TRUPPI, C. (2011), *In difesa del paesaggio. Per una politica della bellezza*. Milano: Electa.

Índice

Préface Prefácio	7
<i>Gérard Baudin</i>	
Apresentação Présentation	9
<i>Domingos M. Vaz</i>	
 <i>Parte I. Perspetivas teóricas e metodológicas</i> <i>Perspectives théoriques et méthodologiques</i>	
1. A dimensão urbana: relendo os processos de urbanização à luz do crescimento das cidades portuguesas e dos campos em seu redor	19
La dimension urbaine: réflexions autour de la suite de la croissance des villes portugaises et la campagne environnante	
<i>Luís V. Baptista</i>	
2. Sur les rapports entre identités, lieux et territoires au prisme de la «transaction territoriale»	31
Sobre a relação entre identidades, lugares e territórios segundo a perspetiva da «transação territorial»	
<i>Gérard Baudin</i>	
3. Redes que sustentam o espaço (r)urbano	43
Les réseaux qui prennent en charge l'espace (r)urbain	
<i>Pedro Guedes de Carvalho</i>	
 <i>Parte II. Identidade e criatividade</i> <i>L'identité et la créativité</i>	
4. A cidade e o campo: memórias e práticas alimentares de um grupo de consumidores urbanos	61
La ville et la campagne: mémoires et habitudes alimentaires d'un groupe de consommateurs urbains	
<i>Mónica Truninger</i>	

- 5. La fête des voisins: vecteur de mixité sociale ou confirmation d'un entre soi?** 75
 A festa dos vizinhos: vetor de mistura social ou confirmação de um entre-nós?
Sabine Dupuy
- 6. Cidades e regiões digitais: uma oportunidade perdida?** 87
 Les villes et les régions digitales, une occasion manquée?
Maria João Simões e Domingos Santos
- 7. Economia e cidades criativas em regiões de baixa densidade: reexame e implicações de política pública** 105
 Économie et villes créatives en régions à faible densité : réexamen et implications pour la politique publique
Alcino Pinto Couto

Parte III. Estudos de caso

Études de cas

- 8. Mobilidade e quadro de vida contemporâneo: uma reflexão sobre os padrões portugueses de mobilidade espacial** 119
 Mobilité et cadre de vie contemporain: une réflexion sur les modes de mobilité spatiale au Portugal
Catarina Sales Oliveira e Domingos M. Vaz
- 9. 'A Amadora, o maior dormitório do país'. Reflexão sobre uma morfologia e uma simbólica suburbana (Lisboa, 1960-1974)** 139
 Le Amadora, le plus grand dortoir du pays. Réflexion sur une morphologie et une symbolique de banlieue (Lisbonne, 1960-1974)
João Pedro Silva Nunes
- 10. Socioespacialidades no interior profundo: o caso das Minas da Panasqueira – Beira Baixa** 155
 Socio-spatialités dans « l'intérieur profond »:
 le cas des Mines da Panasqueira
José Espírito Santo e Domingos M. Vaz
- 11. Da reconstrução da identidade dos territórios em perda: a Cova da Beira** 173
 La reconstruction de l'identité des territoires en déclin: La Cova da Beira
Rui Braz Afonso

TRANSAÇÃO TERRITORIAL
Novas relações cidade-campo

Organização: Gérard Baudin | Domingos M. Vaz

Diretor da coleção: Manuel Carlos Silva

Capa: Edições Húmus, a partir de conceção de Domingos M. Vaz

Revisão e paginação: Margarida Baldaia

© Edições Húmus, Lda., 2014

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Outubro de 2014

Depósito legal: 382787/14

ISBN: 978-989-755-086-7

Coleção: Debater o Social – 31

/ A relação entre as cidades e as áreas rurais envolventes estimula a reflexão teórica e analítica, em busca de caminhos propiciadores de novas abordagens às transformações das cidades, vilas e aldeias. Os textos apresentados neste livro são contributos para a compreensão e a intervenção na dinâmica territorial dos “territórios de transação” e para a própria conceptualização das relações entre a cidade e o campo. No seu conjunto, eles procuram ir além das simples dualidades de oposição entre o rural e o urbano e realçam que a sustentabilidade dos territórios de baixa densidade está muito dependente da sua capacidade para gerir fluxos num quadro de mundialização, sendo a criatividade o seu recurso fundamental.

Gérard Baudin est sociologue, membre du laboratoire AUS / LAVUE UMR 7218 CNRS. Ses thèmes de recherche concernent l'épistémologie de l'urbanisme et les rapports entre identité et territoire. Il a organisé et participé à des colloques et des recherches sur ces questions. Entre autres, il a publié en 2008 un article concernant «Le rôle de l'espace dans le diagnostic et le traitement des "maises sociaux"». Sur quelques implicites de la Politique de la Ville en France», *Forum Sociológico* n.º 17/18 (2.ª Série), Lisboa, IEDS. Il a organisé le colloque «Faire territoire aujourd'hui» et co-dirigé l'édition de ses actes aux éditions Recherches en 2009.

Domingos M. Vaz é sociólogo, professor no Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior. Exerce atividade de investigação no CesNova (Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa) e é investigador associado no *Laboratoire AUS (Architectures Urbanismes Sociétés)* de l'UMR LAVUE, França. Tem desenvolvido investigação sobre temas urbanos e rurais, mobilidade social e espacial, ordenamento do território e desenvolvimento local e regional. É autor e organizador dos livros: *Cidades Médias e Desenvolvimento: o caso da cidade da Covilhã* (UBI, Covilhã, 2004), *Cidade e Território: Identidades, Urbanismos e Dinâmicas Transfronteiriças* (Celta, Lisboa, 2008), bem como de diversos capítulos de livros e de artigos científicos, publicados em revistas da especialidade, nacionais e estrangeiras.



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
 Covilhã | Portugal



Universidade do Minho
 Centro de Investigação em Ciências Sociais



Financiado por Projeto Estratégico
 Pest-OE/SADG/00710/2011

ISBN 978-989-755-086-7

